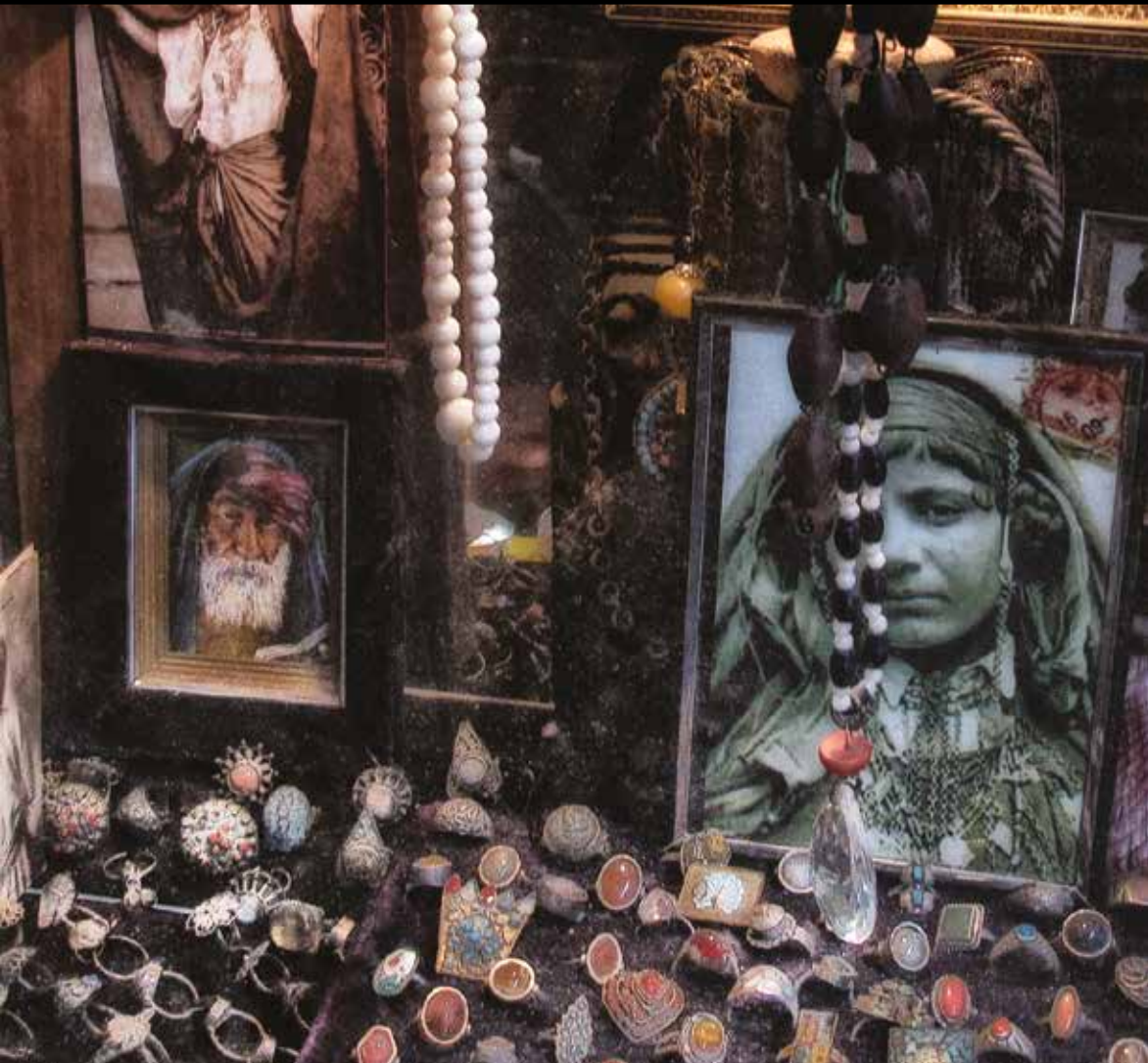


# O MEDITERRÂNEO - VISÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DURANTE A PRIMAVERA ÁRABE





# **Africana Studia**

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS  
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

**Centro de Estudos Africanos**  
Universidade do Porto

# **AFRICANA STUDIA**

**Revista Internacional de Estudos Africanos / International Journal of African Studies:**

## **Ficha Técnica**

**Entidade proprietária:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto  
FLUP - Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

**Director:** Maciel Morais Santos (maciel999@yahoo.com)

**Sede da Redacção:** FLUP - Via Panorâmica s/n - 4150-564 Porto

**N.º de registo:** 124732

**Depósito legal:** 138153/99

**ISSN:** 0874-2375

**Tiragem:** 300 exemplares

**Periodicidade:** Semestral

**N.º de contribuinte da entidade proprietária:** 504045466

**Tipografia:** Tipografia Comercial - António Cruz & Filho, Lda.

**Edição:** Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

**Editor:** Miguel Silva

**Revisão gráfica e de textos:** Henriqueta Antunes

**Conselho Científico/Advisory Board:** Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Capela (CEAUP), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP - U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA- Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa).

**Conselho Editorial/Editorial Board:** Francisco Topa, Isabel Galhano Rodrigues, José Ramiro Pimenta, Maciel Morais Santos.

**Secretariado e edição online:** Raquel Cunha

**Venda online:** <http://www.africanos.eu/ceaup/loja.php>

**Advertência:** Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

*Africana Studia* é uma revista publicada com arbitragem científica.

*Africana Studia* é uma revista da rede Africa-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

**Capa:** “Recordações no Islão” - montra da casa mais antiga do souk de Túnis.

**Foto:** Joao L. Serras Pereira

# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos

International Journal of African Studies

N.º 19 - 2.º semestre - 2012

## Índice

Editorial ..... 5

### O Mediterrâneo - visões políticas e culturais durante a primavera árabe

#### Impérios em conflito

Maroc et Ibérie: Conquête, Reconquête et visions croisés..... 11

**Abd-I-Aziz Assaoud**

Le Portugal et les États-Unis face aux puissances barbaresques  
à la fin du XVIII<sup>e</sup> et début du XIX<sup>e</sup> siècle ..... 21

**Jorge Martins Ribeiro**

John Ninet 1815 – 1895: une vision suisse décentrée de l'Égypte  
à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle ..... 27

**Anne-Lise Louca**

Portugal e Argélia, visões de um conflito: a guerra de independência  
argelina vista pela diplomacia portuguesa (1954 - 1964) ..... 33

**Carla Prado**

#### Representações: geopolítica, *media*, literatura

O Mediterrâneo e as transições democráticas ..... 45

**Cláudia Toriz Ramos**

The Turkish Model: new dynamics on Mediterranean's policy ..... 59

**Jorge Rodrigues**

La prudence française face au printemps arabe:  
- l'héritage du passé colonial ..... 73

**Serge Allemand**

Les masques de l'autre ..... 81

**Maria de Fátima Marinho**

### Entrevista

Diaa Raswhan ..... 95

Interview by **Maciel Santos** and **Marco Alvarez**

## África em debate

### Poderes e identidades

Codificação dos costumes: Gonçalves Cota e os códigos jurídicos para os “africanos” de Moçambique ..... 105  
**Fernanda Thomaz**

Notas sobre as demandas sociais e a construção de conhecimento entre o fervor identitário e a tutela política em São Tomé e Príncipe..... 117  
**Augusto Nascimento**

### Problemáticas do desenvolvimento em África

A socio-economic and environmental analysis of peri-urban agricultural activities in the Yaounde-Nsimalen area ..... 141  
**Mbanga Lawrence Akey | Takem Mbi Bienvenu Magloire**

Beijing in the ‘land of opportunity’: assessing the Sino-African partnership..... 157  
**Paulo Duarte**

A nova Associação da Comunidade Chinesa em Moçambique ..... 168  
**Eduardo Medeiros**

## Notas de Leitura

Derrière la façade..... 173  
**René Pélissier**

Um novo eixo gravitacional? África e o Brasil ..... 195  
**Augusto Nascimento**

**Resumos**..... 201

**Legendas das Ilustrações** ..... 208

## Editorial

Os 2,5 milhões de quilómetros quadrados do Mediterrâneo contêm a mais alta densidade de conflitos de toda a história. Com a configuração de um corredor no sentido da longitude, este mar fez convergir forças expansionistas vindas dos três continentes que o rodeiam, podendo dizer-se que durante os últimos 2500 anos nenhuma outra região da terra foi mais disputada. Servindo de bomba aspirante para impérios antigos e modernos, a região do Mediterrâneo ganhou também uma inércia específica: nenhuma potência - com excepção de Roma (a única a dominá-lo integralmente) e do império otomano na sua metade oriental - se conservou hegemónica por mais de dois séculos. Compreende-se que Hegel, para falar do efémero, se tenha servido só de exemplos de potências mediterrânicas:

*“Quem terá estado entre as ruínas de Cartago, de Palmira, de Persepolis e de Roma, sem se entregar a considerações sobre a caducidade dos reinos e dos homens(..)?”*

Durante os primeiros três séculos do mercado mundial e com as rotas atlânticas a desvalorizarem a situação geopolítica do Mediterrâneo, a duração das suas hegemónias regionais diminuiu na razão directa da contemporaneidade. Quando através da abertura do canal do Suez o mar interior recuperou parte do seu valor estratégico, já a correlação de forças imperialistas não permitia senão meras supremacias navais, também de curta duração (a actual, a da 6.ª frota dos EUA, começou na década de 1950). Deste modo, os transitórios “equadores” políticos ou militares que dividiram a região não impediram a formação de um “caldo cultural” mediterrânico, que apesar de tudo foi coexistindo com numerosas micro-identidades.

Mais do que nunca, o Mediterrâneo continua hoje a fazer o seu antigo jogo de espelhos, em que todos os vizinhos se observam de perto. No entanto, com cada vez mais parceiros de fora: os terminais mediterrânicos dos oleodutos africanos, russos e caucasianos fizeram com que a estes observadores tradicionais se juntassem as potências hegemónicas dos últimos 60 anos, que vêm agora de continentes não-vizinhos (norte-americanos, BRIC's, China).

Os registos diplomáticos, os relatos de viagens, os *media* onde se popularizaram as expressões “Próximo Oriente” e “Médio Oriente”), a ficção literária e as próprias ciências sociais têm sido canais de uma inesgotável diversidade de estereótipos e de interpretações sobre a região. Sem ter a pretensão de os inventariar, este pequeno *dossier* pretende simplesmente indicar algumas linhas de pesquisa actuais sobre as identidades mediterrânicas. Pretende igualmente explorar a ideia de que a perspectiva comparada, longe de aumentar a sensação de caos ou de *déjà vu*, permite captar um pouco melhor as dinâmicas geopolíticas e culturais mediterrânicas.

São assim apresentados oito trabalhos actuais sobre o Mediterrâneo, não necessariamente de mediterrânicos. Sendo um mar pequeno e interior, este acidente geográfico foi sempre muito mais vasto que o espaço com que qualquer sistema cartográfico o representa.





*O Mediterrâneo - visões políticas e culturais durante a primavera árabe*



الرجاء عدم اللمس  
SIPREGA DI  
NON TOCCARE



## *Impérios em conflito*





# Maroc et Ibérie: Conquête, Reconquête et visions croisées

Abd-I-Aziz Assaoud\*

P. 11-20

Depuis des millénaires la Méditerranée a été un point de rencontre entre peuples, empires et civilisations, qu'avaient laissé leurs marques sur les rives de ce grand bassin.

Quand on parle du Maroc méditerranéen en tant que région, il est opportun de définir ses cadres géographiques et les principales caractéristiques de son développement historique, politique et culturel. Son importance géopolitique et géostratégique dérive directement de sa position géographique, puisque il s'agit d'une zone carrefour des voies de communications, et d'union entre les trois continents.

L'intensification des contacts culturels est un phénomène très important due aux divergences qui existaient toujours et restent entre plusieurs pays présents dans cette zone de la Méditerranée occidentale. Nous ne devons pas perdre vue qu'au cours de l'histoire, les cultures eurent modifiée et influencé les styles et modes de vie.

La réalisation d'un exercice de réflexion entre universitaires de deux rives, la mémoire du passé, l'évaluation des éléments plus incandescent a l'heure actuelle, et même certain autre vue de l'esprit, pourraient remplir de trop le contenu d'un cordial expérience riveraine. Certains activités représentaient un exercice de perspective historique dans le domaine des relations marroco-ibérique. L'Université Mohamed V de Rabat a rendu possible des conférences fructueux marroco-ibériques qui ont été publiés sous le titre «Maroc, Espagne et Portugal. Vers nouveaux espaces de dialogue». Publication de la Faculté des Lettres et Sciences Humains de Rabat en 1999. Ainsi que, l'Université Abd-I-Malek Assaadi de Tétouan, Département d'histoire de la Faculté et le Centre d'Etudes Africains de Universidade do Porto, en collaboration avec la Revue Sémiotiques, avaient organisé un colloque en décembre 2009 sous le thème: Maghreb et Iberia: de confrontation à la coopération. Ces deux expériences, aussi il y avait d'autres, ont entré entièrement dans le domaine de sources oraux dans l'histoire partagée. Aussi, ces deux rencontres scientifiques périodiques, ne peuvent seulement, renforcer les liens d'échange culturel, connaissance mutuelle, et révision de l'histoire partagée entre les peuples de cette zone de la Méditerranée.

---

\* Université Abd-I-Malek Assaadi. Tétouan.

## Le Maroc méditerranéen: une dimension chargée d'histoire

Pour décrire avec succès le Maroc méditerranéen, se devait examiner la géographie physique, politique, culturelle et économique de la Méditerranée occidentale, se rappeler l'histoire des grands empires, de Rome et de Carthage jusqu'au al-Andalous, le Maghreb et la Sublime Porte. Faire allusion à la révolution des routes maritimes mondiales par les portugais et les espagnols que tout et plus aient influencé dans l'histoire du Maroc. Réviser le reflux sur ce pays des va-et-vient de la conquête et la reconquête du Péninsule Ibérique, se référer enfin au développement du capitalisme européen et sa projection sur le Maroc au XIX<sup>e</sup> siècle, à la conférence d'Algesiras en 1906 et la répartition du Maroc entre les puissances européennes.

Comme historien, il paraît indispensable de formuler cette description dans les cadres historiques pertinents. Le paradoxe est surprenant que certains pays d'Europe portaient des siècles en contact avec le Maroc, en premier lieu, le Portugal et l'Espagne depuis le VIII<sup>e</sup>, rien de moins, mais aussi la France, l'Italie et l'Angleterre. Les noms de ces pays méditerranéens sont entremêlés avec le pays du Maroc dans l'histoire des conquêtes et reconquêtes du moyen âge, de l'expansion impériale des XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles, de l'action extérieure européenne dans l'ère moderne, et de la politique coloniale de l'ère contemporaine.<sup>1</sup>

Le Maroc avait été un grand royaume qu'avait joué un rôle majeur dans l'histoire de l'Afrique du Nord et de la Méditerranée. En principes du IX<sup>e</sup> siècle se fonda le royaume du Maroc sous la dynastie Idrisside, suivie de six dynasties royales successives: Almoravides, Almohades, Mérinides, Beni-Ouattas, Saadiens et Alaouites qui sont l'actuelle dynastie régnante depuis 1666. Avant cette succession de monarchies, le Maroc avait été la rampe de lancement pour l'invasion de l'Islam dans la Péninsule Ibérique. Des siècles plus tard, le XV<sup>e</sup>, il a été la cible de ce que nous pourrions appeler la «réaction ibérique», avec l'occupation des ports à partir de Ceuta.

Les musulmans eurent occupé l'Ibérie pendant plusieurs siècles, et il eut été précisé pendant la période plus particulièrement marocaine des Almoravides et Almohades aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles, lorsque quelques historiens espagnols l'ont trouvée plus douloureuse. De la même façon, cette présence historique est camouflée sous l'euphémisme «dynasties africaines», que Sanchez Albornoz les dénomme «langoustes du désert». Du contraire, d'autres historiens se sont vus consolider les liens politiques, sociaux et culturels entre les deux rivages de la Méditerranée. L'autorité marocaine dans cette époque là, a reconnu l'importance de la culture andalouse, par son influence et son pouvoir, aussi, par les raisons politiques alors prédominantes. L'activité culturelle et scientifique atteignit son sommet durant la période almohade. Après commença sa reculade lentement avec le recul de l'autorité mérinide dans l'Andalousie, et avec cela, tous les liens de consolidation et d'intégration entre les deux rivages du Détroit ont été vus en dégénéral. Depuis lors, les relations entre les deux cultures: marocaine et ibérique vont se convertir en confrontations et en conflits.

Ainsi donc, la proximité géographique a fait que l'Ibérie et le Maroc eurent été dans le conflit ou dans l'opposition, par les armes ou par la culture, et surtout par la religion.

<sup>1</sup> Alfonso de la Serna, *Una mirada al Magreb*, separata.

Ce va-et-vient de conquêtes et reconquêtes a contribué à «l'estampillage» du pays, qui dès la date initiale du VIII<sup>e</sup> (711) il devint, dans une certaine mesure, conditionné par l'existence de la Péninsule Ibérique à quelques milles de sa côte, de la même façon que la Péninsule, devint conditionné par l'existence du Maroc au sud de Tarife.<sup>2</sup>

Certes, la conquête du dernier bastion de la présence musulmane dans la Péninsule Ibérique, avec la chute de Grenade en 1492, paraît comme une étape dans la poussée ibérique qui s'est conclue par l'occupation de nord du Maroc au XX<sup>e</sup> siècle.

Pour donner une idée illustration, il a coutume de dire que, le Maroc à la fin du XIX<sup>e</sup> et principe du XX<sup>e</sup>, était pour les européens une chose si différente et énigmatique. Peut-être seulement ces européens qui sa profession militaire, diplomatique, religieuse ou scientifique l'emmena au pays du Maghreb, sont parvenus à avoir une idée bien que pas très complète, ce qui était ce mystérieux coin proche. En révisant l'histoire politique contemporaine nous observons avec facilité le degré de cette ignorance. L'ethnocentrisme européen, la mentalité coloniale et le racisme, ont prédominé pendant longtemps dans les esprits européens à quelques exceptions près, obscurcissant malheureusement la clarté de leurs idées.

En somme, nous pouvons apprécier comment se forgeaient dans le collectif inconscient une série de réflexions vulgaires ou banales, que la majorité des fois trouvent son origine dans une connaissance déficiente de l'authentique réalité sociale et culturelle de l'autre pays.

## Effets et étendue d'une occupation ibérique

La situation géographique exceptionnelle du Maroc entre la Méditerranée et l'Atlantique a dessiné en grande partie les contours de son identité, et de sa position dans le contexte international, et déterminé en occasion le retrait de ce pays dans son intériorité. Il est de constater cependant que l'impact méditerranéen a décliné au bénéfice des deux composants: l'Atlantique et le Sahara. N'oublions pas que pendant les XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles, l'installation de forteresses portugaises et espagnoles, autant dans la côte méditerranéenne que dans l'Atlantique, aurait obstruée pratiquement tous les départs maritimes du pays, en occupant les meilleurs ports utiles, et causé un mouvement de reflux, faisant balancer les centres politiques de gravité vers l'intérieur du pays, que ainsi, il trouvât dans cette retraite «continental» une sorte de défense contre les dangers provenant de la mer. Alors les marocains se sont repliés sur leur espace intérieur dirigeant résolument leur regard et leurs énergies vers leur prolongement saharien. Ce reflux a interrompu le trafic commercial qui au moyen des caravanes transsahariennes apportait les produits de l'Afrique subsaharienne, y compris l'or, vers les ports du nord, du lesquels ils arrivaient à l'Europe. Les flux sud-nord, dont celui de l'or ramené de l'Afrique subsaharienne avaient structuré puissamment le réseau urbain du Maroc qui était organisé en fonction de ces échanges a longue distance. La prospérité de villes comme Ceuta, Badis, Nekour et d'autres villes de la côte méditerranéenne et leurs rades respectives, mettaient le littoral au cœur du dispositif commercial de la Méditerranée. Ces ports jouaient un rôle déter-

<sup>2</sup> Ibidem.

minant dans l'échange du Maroc avec les villes du bassin occidental de la Méditerranée.<sup>3</sup>

Il est certain que la côte méditerranéenne était vouée à subir les dangers des convulsions politiques ou de colère, devant l'expansion ibérique au Nord et l'avancée otomane à l'Est, aux XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles. Jusqu'alors ne pouvait que périliter progressivement comme tout corps qui se referme sur lui-même.

L'occupation portugaise en 1415 de la ville de Ceuta, avant-port du Maroc qui avait les structures qui prédestinaient à devenir une cité-Etat, à l'instar des villes italiennes, a brusquement interrompu le courant qu'avait jusqu'au début du siècle circulait par Ceuta, faisant dévier ce courant primitif vers d'autres débouchés. Or le XV<sup>e</sup> siècle n'a pas connu uniquement cette perte irrémédiable de la cité et l'interruption a travers elle du commerce avec la Méditerranée, une autre ville, Melilla n'a pas tardé à tomber entre les mains des espagnols à la fin du siècle. Avant que la Castille, aussi le Portugal était devenu présent au Maroc, entre d'autres places conquises après Ceuta, Alcasar-seguir en 1453, Arsila et Tanger en 1471, Mazagan en 1502, Mogador en 1504 et Safi en 1508. Sans compter l'occupation d'autres points mineurs par les espagnols, comme le rocher de Velez (Hajrat Badis) en 1508, le rocher d'Alhucemas (Hajrat Nekour) en 1673, et enfin les îles Chaffarines en 1848. Ceuta a passé à mains espagnoles en 1668, et Tanger en Angleterre sept ans avant. Mais quand on mesure l'ampleur de la confrontation avec les portugais et les espagnols, ce n'est pas seulement en termes d'occupation de centres actifs, mais en destructions tout au long de ces cinq siècles d'organismes urbains qui ont connu leur apogée au moyen âge.<sup>4</sup> C'est ainsi que Badis, Nekour, et d'autres villes au centre du littoral méditerranéen ont complètement disparus. La confrontation avec ce danger externe a provoqué deux phénomènes: la rétraction de la vie urbaine vers la ville de Tétouan et de Tanger, à l'Ouest, et Oujda à l'Est. Par ailleurs, même les villes qui ont connu une permanence historique ont subi des invasions qui ont détruit leurs structures urbaines. Or la présence coloniale d'abord portugaise, puis espagnole, à partir du XV<sup>e</sup> isola la zone septentrionale du Maroc et la voua à une grande déchéance économique et sociale comme à la séparation politique.<sup>5</sup>

A la manière de la zone septentrionale, la présence ibérique dans la côte atlantique du Maroc, remonte au XV<sup>e</sup> siècle, un des personnages clés dans les entreprises africaines est l'infant don Enrique appelé le navigateur (1394-1460), ses premières expéditions ne dépassaient pas le cap Bojador, mais à partir du 1435 ils arrivent à Rio de Oro. Il est logique après cette présence portugaise de comprendre le choc entre le Portugal et la Castille dans cette course pour les découvertes et la conquête postérieure. Il semble que le traité du Tolède en 1480 retient momentanément le conflit. La conquête des îles Canaries aurait commencé en 1402 et achevé en 1495, de ces îles, des expéditions sont organisés à la côte sud marocaine et commenceront à construire des fortifications qui ont un double objectif, militaire et commercial. Les frottements entre le Portugal et la Castille sont réglés, le roi Manuel I de Portugal et la reine de la Castille ont terminé par mettre une fin à Sintra en 1509 au dispute qu'elle opposait aux castillans et portugais sur les limites du Royaume de Fès et de ses zones respectives d'influence dans la côte sud du Maroc, aussi comme déjà il avait arrivé dans Alcazovas (1479) et à Tordesillas (1494), et il arriverait plus tard à Saragosse (1529).

<sup>3</sup> Mohamed Naciri, *Le Maroc méditerranéen: l'envers du décor*, GERM ; Rencontre de Tétouan, octobre 1990, Rapport n.° 1.

<sup>4</sup> Ibidem.

<sup>5</sup> Germain Ayache, *Etudes d'histoire marocaine: Beliounech et le destin de Ceuta entre le Maroc et l'Espagne*, SMER, Rabat, 1979, p. 321.



Cette longue évolution a affecté profondément la vie rurale et l'organisation de la société. Tout au long de cinq siècles, la confrontation n'a guère cessé entre forces venues de l'extérieure et les populations autochtones mobilisés par les confréries religieuses dans les zaouïas, ces lieux à la fois spirituels et de luttes contre l'envahisseur. Le pouvoir central avait pris l'habitude de déléguer à ces populations la mission de défendre la côte.<sup>6</sup>

## Les tentatives de reconquérir les territoires occupés

Les prétentions marocaines d'expulser les ibères de ses places fortes sur les côtes marocaines ont pris corps en mesure à la consolidation du pays comme entité étatique. Mais les premières tentatives du sultan mérinide Abou Saïd Otman pour récupérer Ceuta portugaise par les armes remontaient déjà à 1418 et 1419, à peu de son occupation par le Portugal. Aussi, Ceuta fut assiégé postérieurement en occasions successives (1648, 1655, 1674 et 1727), Moulay Ismaël a tenté de la prendre en mettant au siège entre 1689 et 1727. De nouvelles actions, toujours ratées, se sont succédés en 1757, et entre 1760 et 1766, et une fois plus en 1790.

Les tentatives du sultan Mohammad as-Sheikh al-Wattasi, pour recouvrer Melilla datent des mêmes dates de sa conquête par Medina Sidonie, frustrés pour la récupérer il était surtout au milieu du XVII<sup>e</sup> siècle, quand une plus grande pression a exercé sur Melilla (1646, 1667, 1678 et 1679). De nouveau il s'agissait de la récupérer à la fin du siècle (1694-1695), en cédant l'activité militaire marocaine jusqu'en 1774, l'année où les troupes du sultan sidi Mohamed ben Abdallah l'eurent assiégée pendant trois mois sans succès. Le harcèlement à Melilla avait à reprendre aux fins du XIX<sup>e</sup> siècle, cette fois à la charge des kabyles rifaines en dégénéralant en guerre de 1893 et celle-là de 1909.<sup>7</sup>

Certes, la victoire marocaine dans la bataille Oued al-Makhazine (Alqasrkebir) ou des Trois Rois en 1578, finit avec l'aventure du Portugal au Maroc, et avec son rêve de le conquérir en mettant en évidence l'existence d'un sentiment national, et la possibilité de pouvoir mobiliser le peuple pour la cause de l'indépendance du pays, ou peut-être, seulement, le rejet accablant collectif à l'envahisseur, de l'infidèle. En tout cas, il est été par ces temps quand le Maroc se débarrassa définitivement, non seulement des ambitions ibériques, mais aussi des turcs d'Alger, dont l'orbite a réussit à échapper.<sup>8</sup> Mais le certain est que a peu plus d'un siècle et demi qui séparaient la conquête de Ceuta par don Duarte en aout 1415 et la mort de don Sébastian à Oued al-Makhazine en aout 1578, le Portugal avait perdu la plupart de la longue douzaine des places fortes conquises, et des forteresses levées sur les côtes méditerranéens et Atlantiques du Maroc. D'un fait, il abandonna presque tout dans un quart du siècle entre l'opération ratée dans la Maamoura et la décision de les évacuer, sauf Mazagan, adoptée par João III en 1541, ce que se traduisit en retraite de Safi la même année, de Azemmour en 1542, de Arsila et Alcast-seguer en 1550, l'autre autant succéda à l'Espagne, même si son expansion bien que plus prolongé dans le temps, elle a été moins ambitieuse que la portugaise, en se limitant en pratique à la façade nord du Maroc. Se sont conservés Melilla et le rocher de Velez, Ceuta, le rocher d'Alhucemas et les îles Chaffarines. Ils ont partagé tous, sa nature militaire, fortins ou forteresses, et les

6 Naciri, op. cit.

7 Maximo Cajal, Ceuta y Melilla, Olivenza y Gibraltar. Donde acaba España?, Ed. siglo XXI, Madrid, 2003, p. 100.

8 Abdallah Laroui, L'Histoire du Maghreb, II, Paris, Maspero, 1976, p. 30.

conséquences inévitables de sa précarité, l'effort permanent a celui que durant des siècles a eu s'appliquer l'Espagne pour garantir sa sécurité et la survie de ses habitants. Il s'agissait d'agrandir l'espace vital de ces bastions vulnérables en mesure de comment la relation de forces évoluait entre l'occupant et le Maroc.<sup>9</sup> Depuis lors jusqu'aux fins du XIX<sup>e</sup> siècle le Maroc et l'Espagne ont souscrit une douzaine de traités, des conventions et d'accords en précisant les frontières de présides ou en les agrandissant. Système celui-ci d'occupation restreinte, puisque les espagnols dans aucun moment se sont posés la nécessité la plus étendue d'une conquête ou l'inutilité d'une possession isolée,<sup>10</sup> malgré le fait que certains fanatiques percevaient avec ferveur le testament de la reine Isabel la Catholique.

Cette présence étrangère et belligérante n'a pas eut limité cependant, à creuser les structures faibles des dynasties Wattassi et Saadi, mais quant les ibères avaient occupé des bases les plus importantes de sa frange littoral, ils ont suffoqué la projection maritime de ces formations politiques fragiles, en isolent l'intérieur du pays de la périphérie hostile et du trafic commercial méditerranéen et atlantique, en augmentant l'importance des grandes capitales de l'intérieur: Meknès, Marrakech et Fès, et en fortifiant sa projection commerciale vers le sud continental.<sup>11</sup> Seulement à partir des fins du XVII<sup>e</sup>, le Maroc a commencé à récupérer une de ces places, Larache en 1669, Maamoura en 1681, Arsila en 1691, Azemmour et Mazagan en 1769, inclus Tanger, abandonné de l'Angleterre en 1684.

La géopolitique a accumulée une mémoire historique qui tombe dans le conflit et l'antagonisme entre les parties belligérantes, cependant, il faut reconnaître qu'il y avait dans n'importe lequel de ces événements historiques aussi des moments de rapprochement et les tentatives d'établir des liens de compréhension qui se sont concentrés souvent sur des aspects politiques ou économique (comme les Traités de la paix et du commerce).

## Au seuil de colonisation franco-espagnol

La Méditerranée a été une mer de communications, cela a favorisé l'existence de grands échanges, culturels et sociaux, mais a ouvert aussi la voie aux conflits et à la colonisation.

En 1900, le Maroc était l'état unique indépendant et souverain dans l'Afrique du Nord, car l'Empire turc qui jusqu'au XIX<sup>e</sup> siècle était arrivé à dominer ou à exercer certain droit de garde sur toute la côte d'Afrique dans la Méditerranée, s'arrêta à la frontière marocaine qu'il eut traversé jamais. La conquête de l'Algérie par la France en 1830, a terminé avec l'ère turque, et en dépassant les territoires constituant l'ancienne Algérie (le Tell), la France eut avancée vers le sud, plus là-bas de la frontière désertique.

Enfermé entre le voisinage de l'Empire Ottoman et la côte, le Maroc essaya de maintenir ses liens sahariens et d'établir sur des vastes régions du Sahara un système religieux-politique dénommé l'allégeance qui s'est prolongé. Une constante saharienne suivait, ainsi le Maroc, car plusieurs de ses dynasties, elles avaient procédé du Sahara, et le Sahara a été toujours un espace constante de communication avec l'Afrique subsaharienne.

<sup>9</sup> Maximo Cajal, op. cit., p. 103.

<sup>10</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>11</sup> Alfonso de la Serna, Al sur de Tarifa. Marruecos-España : un malentendido historico, Madrid, Marcial Pons, Historia, 2002, p. 128.

Il est important de relever que l'Espagne a insisté pour obtenir des concessions territoriales au sud, sur la côte atlantique. Les préoccupations stratégiques espagnoles pour se faire reconnaître des droits sur Sidi Ifni, Saguaiat-l-Hamra et Oued ed-Dahab rejoignaient celles de l'administration française d'Algérie qui envisage de doter la colonie d'une ouverture sur l'Atlantique par le contrôle éventuel de la saguiat-l-Hamra.<sup>12</sup> Les dernières occupations sahariens ont eut lieu déjà au XX<sup>e</sup> siècle, donc les régions de Touat, Gourara et Tidikelt, qui se trouvaient jusqu'alors sous la sphère politique-religieuse du Maroc, ont été conquises en 1900, et Tindouf inclus, aujourd'hui si connu internationalement, pour héberger des campements de réfugiés, a été occupé en 1934, en le soustrayant également à la sphère marocaine à laquelle il avait appartenu.<sup>13</sup>

Nous constatons là les prémices du partage colonial qu'allait aboutir, au début de siècle, à tracer les lignes artificielles, rompant les relations humains et les courants d'échange entre les parties méditerranéenne, atlantique et saharienne du Maroc. L'objectif espagnol était l'occupation et le contrôle de la partie du pays que l'Espagne avait considérée comme sa zone d'influence, à la suite de partage colonial de la fin du XIX<sup>e</sup> et début des XX<sup>e</sup> siècles. En 1902, l'Espagne eut renoncé à une répartition avantageuse du Maroc avec la France pour crainte à la réaction britannique. Elle renonçait ainsi, à une portion du Maroc limité par le Moulouya, la Méditerranée, l'Océan, et une ligne qui, en partant de l'embouchure de Sebou, passait au nord de Meknès, en laissant pour l'Espagne presque tout le royaume de Fès, même la capitale.<sup>14</sup> En 1904, la France et la Grande Bretagne ont sellé l'Entente Cordiale, sa pièce maîtresse fut les déclarations sur l'Égypte et le Maroc. Fut cet accord qui marqua dans une bonne mesure le destin de l'Espagne, parce que, pour assurer ses intérêts stratégiques d'une partie et reconnaître de l'autre l'hégémonie française déjà sur le Maroc, London a imposé l'acceptation par Paris d'une zone d'influence espagnole le long de la corniche septentrional marocaine, en fermant ainsi sa sortie à la Méditerranée.<sup>15</sup> En octobre de la même année 1904 se signa la convention franco-espagnole par laquelle l'Espagne se ralliait à la déclaration de Londres.

Inaugurée le 16 janvier 1906, la Conférence d'Algesiras, elle confirme le principe de l'égalité économique et de la liberté commercial. Mais elle consacre également l'ingérence des puissances contractantes dans les affaires politiques, fiscales et financières du Maroc par l'intermédiaire de la France et de l'Espagne comme mandataires de l'Europe. De là sortit l'ébauche du Protectorat franco-espagnol, attaché si seulement a un vague contrôle international.

En référence au Sahara occidental, tardivement occupé par l'Espagne même si les titres qu'elle exhibait pour le faire ont trouvé leur Origine dans les conventions franco-espagnoles de Paris du 27 juin 1900 et le 3 octobre 1904, et de Madrid du 27 novembre 1912 qu'institua le Protectorat. Encore en 1929 il a eu lieu une interpellation dans l'Assemblée Nationale Française pour que Madrid procédât sans retard à l'occupation effective du Rio de Oro, Ifni il été en 1934. Alors qu'elle ratifiait l'attribution à l'Espagne de ces territoires, la convention de 1912 lui octroyait Tarfaya, limitrophe par le sud avec la limite septentrional du Rio de Oro.<sup>16</sup>

12 Paul Isoart, *Réflexions sur les liens juridiques unissant le Maroc au Sahara occidental*, R.J.P.E.M., 1978, n.° 4, p. 28.

13 Alfonso de la Serna, *Una mirada...*, op. cit.

14 Jeronimo Becker, *Historia de Marruecos. Apuntes para la historia de la penetracion europea, y principalmente de la española en el norte de Africa*, Madrid, 1915, p. 428.

15 Maximo Cajal, op. cit., p. 134.

16 *Ibidem*, p. 26.

Le Protectorat instituât un nouveau régime, en effet, il finit avec l'indépendance et la souveraineté marocaine, la souveraineté du monarque fut amputée de ses attributs essentiels: le maintien d'ordre, la défense, la représentation extérieure et la gestion des finances, des ressorts qui devenaient sous le contrôle de Paris, et peu plus tard, au moins partiellement, à d'Espagne.

## Des postures devant les actuels conflits

Existents aujourd'hui dans la zone des portions déterminées de territoires situés dans la périphérie espagnole, hérités d'un passé plus ou moins lointain, et sont elles toutes objet d'un litige. Il s'agit, en effet, de Ceuta et Melilla, les rochers d'Alhucemas et Velez, et les îles Chafarinas; d'Olivenza et son territoire, et de Gibraltar.<sup>17</sup> Si le Portugal eut réclamé la restitution d'Olivenza à la souveraineté lusitanienne à peu de sa perte, le Maroc, aussi, eut présenté la réclamation de sa souveraineté territoriale des Places espagnoles occupées.

L'emplacement physique de Ceuta, Melilla et les Rochers, font de l'Espagne l'état européen unique avec les pieds dans le continent africain. Les revendications marocaine et portugaise, par leur proximité géographique et pour être l'Espagne son dénominateur commun, ils sont étroitement imbriqués autant dans le domaine de la dispute politique, avec le risque de provoquer des glissements importantes dans le débat juridique. Personne en Espagne ne se semble disposé à aborder avec courage et imagination des affaires si polémiques comme Ceuta et Melilla, dont l'invocation déchaîne des réactions émotionnelles de tout genre.<sup>18</sup> Bien il est vrai que la logique de la polémique amène à forcer parfois l'argumentation jusqu'à frôler l'incongruité. Les arguments marocains et espagnols sont extrajuridiques, et seulement se justifient par l'anachronisme d'une situation qui persiste.<sup>19</sup> Ce que les opinions publiques perçoivent c'est la persistance de situations qui sont l'héritage du passé. L'une, pratiquement ignorée par la majorité immense, Olivenza; l'autres, retiennent des concepts de nos jours familiers, tel que anachronisme, colonialisme, droit d'autodétermination, intégrité territoriale, et usage de force.<sup>20</sup> Dans la question ardue de l'existence ou non des similitudes, entre le statut des Places espagnoles et celui de la Colonie britannique, avec Olivenza par dedans, l'affleurement de Ceuta et de Melilla avec Gibraltar est conséquence de sa similitude géographique, par sa nature commune d'enclave, appellation qui justifiait par sa dépendance à l'intérieur du pays et pour former celles-ci une partie du territoire marocain et celui-ci du ibérique.<sup>21</sup>

La doctrine stratégique espagnole faisant du détroit un trait d'union entre ses différents territoires devra être révisable. Pour ce faire il convient de susciter une procédure de dialogue, le feu roi Hassan II, avait proposé en février 1987, la formation d'une cellule de réflexion qui se penche sur la question des enclaves, auquel il faut trouver une solution dans le cadre des droits imprescriptibles du Maroc et des intérêts vitaux de l'Espagne dans la région. Une cellule ou on peut placer beaucoup d'expériences qui ont à servir

<sup>17</sup> Ibidem, Introduction.

<sup>18</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>19</sup> Rachid Lazrak, Le contentieux territorial entre le Maroc et l'Espagne, Casablanca, Dar ai-Kitab, 1974, p. 216.

<sup>20</sup> Maximo Cajal, op. cit., p. 193.

<sup>21</sup> Rachid Lazrak, op. cit., p. 206.

comme un guide et un point de départ pour concevoir une réalité de plus en plus tolérante. Nous entendons que la réflexion est une relation de communication qui implique un pari pour le respect mutuel, c'est un pari à la conscience avant qu'aux dogmes, parce qu'elle implique la complexité de la réalité et de ses solutions. Bien que la proposition marocaine de créer cette cellule de réflexion n'ait trouvé aucun écho du côté espagnol, il n'en demeure pas moins que le temps viendra où les deux riverains devront aborder de front la question des présides, et éviter qu'elle puisse gêner ni la coopération économique, ni la collaboration pour assurer la stabilité et la sécurité de la zone.<sup>22</sup>

Malgré que l'Espagne se montre inflexible dans sa posture, il y a eu des voix de hautes personnalités qui ont marqué le fait dont l'Espagne ne peut pas soutenir en face de l'Angleterre une thèse revendicatrice du Rocher Gibraltar, et en même temps défendre une thèse colonialiste en face du Maroc. Le penseur espagnol Joaquin Costa qui dans le meeting de l'Alhambra le 30 mars 1884 a prononcé que le Maroc revendiquerait Ceuta et Melilla, comme l'Espagne revendique Gibraltar. Aussi, la claire vision réaliste exposée par le diplomate et penseur Maximo Cajal dont son œuvre est citée dans cette intervention. Ainsi, tant que cette occupation se maintiendrait, le Maroc n'est en réalité qu'un pays méditerranéen par la géographie et l'histoire, mais il deviendra pays méditerranéen à part entière le jour où l'Espagne se retirera de ses présides, en ouvrant la voie vers une période de coopération bilatérale, libérée à jamais de l'hypothèque coloniale.<sup>23</sup>

## Conclusion

Au-delà d'appareil étatique, l'élite de la société civile a un rôle fondamental à jouer à travers de l'université, des associations culturelles et scientifiques, afin de faire disparaître les préjugés et les manœuvres diplomatiques, en ouvrant la voie à un règlement de la question épineuse des territoires occupés entre les pays de cette zone méditerranéenne. Servent d'exemples les efforts de rapprochement culturel à niveau universitaire, les projets communs, ainsi que, les divers rencontres entre les intellectuels des parties concernées, dont ces journées sont bonne preuve.

Il serait d'une grande utilité d'entreprendre une approche sérieuse aux éléments de coïncidence qui nous rapprochent de la réalité socio culturelle des peuples et ses éléments communs. Il est évident que les problèmes et les faits racontés antérieurement, ne peuvent pas se considérer insolites ou occasionnels, mais ils reflètent en effet une réalité qu'il faut prendre en compte dans le cadre de toute tentative d'améliorer les relations entre les peuples de cette zone méditerranéenne.

Et pour concrétiser les raisons, je crois que les conflits d'un côté et l'intérêt évident de l'expansion économique et commerciale vers les deux parties d'un autre, incitera les Etats et Gouvernements des pays riverains, sans doute, à multiplier ces ponts invisibles mais indispensables des échanges culturels et humains. Et dans le contexte des événements historiques qui se jouent au sud de la Méditerranée, s'impose un nouveau et immédiat pacte euro-méditerranéen pour le développement. Mais il ne saurait y avoir de développement économique et social sans évolution politique et démocratique, d'autant

<sup>22</sup> Mohamed Bennouna, La dimension géopolitique du Maroc méditerranéen, GERM, Rencontre de Tétouan, 1990, Rapport n.° 3.

<sup>23</sup> M'barek Zaki, Le Maroc et la Méditerranée. Etudes d'histoire, Rabat, 2003, p. 27.

plus que le Printemps arabe n'a pas épargné le Maroc. Pour autant, si ce printemps est un grand espoir, il est également un grand défi, tous se sont interrogés sur les conditions du succès de la transition démocratique, sur les perspectives pour la démocratie et la paix dans cette région, sur la nécessité d'un partenariat fondé sur des projets concrets pour une union des deux rives de la Méditerranée.

# Le Portugal et les États-Unis face aux puissances barbaresques à la fin du XVIII<sup>e</sup> et début du XIX<sup>e</sup> siècle

Jorge Martins Ribeiro\*

p. 21-26

Les relations entre le Portugal et les États-Unis ont commencé avant la révolution et l'indépendance des colonies britanniques de l'Amérique du Nord. En effet les deux pays étaient économiquement interdépendants, les échanges commerciaux de marchandises se faisaient chacun livrait à l'autre les marchandises qu'il ne produisait pas ou ils étaient déficitaires, comme c'était le cas du Portugal pour les céréales. Suite à l'indépendance des anciennes colonies de la Grande-Bretagne, les relations commerciales entre les États-Unis et le Portugal se sont intensifiées, même si l'Angleterre continue comme le principal partenaire des deux pays. Cela explique pourquoi le Congrès, qui était d'accord avec la politique tracée depuis 1776, a tenté la signature d'un traité de commerce avec Lisbonne (Ribeiro, 1997, p. 949, 951).

Toutefois, les navires américains, portugais et d'autres pays de l'Europe, étaient attaqués, en Méditerranée, par les corsaires des puissances nord-africaines. Ces attaques étaient déjà survenues au XVII<sup>e</sup> siècle, en effet les Américains ont rencontré beaucoup de difficultés dans cette partie du monde. Au XVIII<sup>e</sup> siècle ils ont pu développer les affaires dans l'espace méditerranéen, car les relations entre la Grande-Bretagne et les puissances de l'Afrique du Nord s'étaient calmées. Après l'indépendance, la jeune république est restée sans la protection de la marine britannique. Quand le conflit entre les colons américains et la métropole a commencé, ils ont abandonné provisoirement le commerce en Méditerranée et ils ont cherché à obtenir l'aide des autres pays. Toutefois, ces efforts ont été en vain et la promesse de la Grande-Bretagne de protéger la navigation américaine a été exclue des Traités de 1783. Or, l'accord du Lord Sheffield, qui visait protéger les nord-américains des attaques des corsaires barbaresques, ne semblait pas intéresser les grandes puissances maritimes. En effet, tous voulaient exclure les américains du commerce méditerranéen. Le Congrès a alors décidé de répondre formellement aux propositions conciliatoires de l'empereur du Maroc et a signé un traité, en 1787, avec cette puissance. Cependant, aucune paix n'a put être négociée avec les autres régences de l'Afrique du Nord, notamment avec Alger, Tunis et Tripoli (Ribeiro, 1997, p. 325; *idem*, 2001, p. 338; Field Jr., 1991, pp. 29-33).

\* CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Faculdade de Letras Universidade do Porto.

Il faut encore dire que le Portugal, depuis 1774, était également en paix avec le Maroc et son inquiétude se concentrait sur les corsaires de ces trois puissances. Lisbonne avait participé à deux expéditions punitives contre Alger avec l'Espagne, Naples et l'Ordre de Malte et a tenté de négocier la paix avec les algériens, mais cette tentative a fini par échouer. Par la suite, le gouvernement portugais a envoyé de nouveau une escadre pour patrouiller le détroit de Gibraltar. Alors, et sans l'appui anglais contre la course barbaresque, les États-Unis ont pu compter sur l'aide de cette escadre. Même si cela fut une décision unilatérale de la cour de Lisbonne, cette mesure était en accord avec les aspirations de Thomas Jefferson, qui voulait unir les forces des deux pays pour lutter contre ces corsaires. Cette attitude a été très bien reçue par les autorités nord-américaines et le Congrès a envoyé, en 1787, une lettre de remerciement à la reine du Portugal Marie I<sup>ère</sup> qui a été remise par William Stephens Smith, gendre et secrétaire du président John Adams (Ribeiro, 1997, p. 326).

On peut d'ailleurs constater que, outre les intérêts commerciaux, les relations entre les États-Unis et l'Afrique du Nord ont été l'une des principales raisons pour lesquelles les États-Unis ont voulu resserrer les liens entre les deux pays, notamment avec la signature d'un traité d'amitié et commerce.

Même si ce traité n'a pas pu être signé, car les américains ont requis le libre accès aux ports du Brésil et la création d'un entrepôt dans les îles des Açores, ce qui n'a pas été accepté par la cour de Lisbonne, le gouvernement américain a dû se rendre à la volonté portugaise, c'est à dire d'avoir des représentants diplomatiques hauts placés, à Philadelphie et à Lisbonne, et non de simples chargés d'affaires comme il le souhaitait. Le gouvernement portugais a utilisé un stratagème en désignant un représentant ministre résident pour les États-Unis. Cette décision a obligé le congrès à nommer le colonel David Humphreys, aide de camp et ami de George Washington, ministre résident à Lisbonne. Grâce à son positionnement, la capitale portugaise était un important port de mer mais aussi pour être l'endroit où résidait un diplomate chargé de négocier avec les régences barbaresques et aussi pour entreprendre des relations avec d'autres diplomates et agents auprès des régences nord-africaines (Ribeiro, 1997, p. 319, 633, 709).

En effet, Lisbonne était un poste excellent pour obtenir des informations précises sur ces puissances et sur la meilleure façon d'approcher ses dirigeants, tout en sauvegardant les intérêts des États-Unis. Une partie importante de la correspondance de David Humphreys, de son successeur, William Smith, ainsi que des agents consulaires portait sur ce sujet. Ils se sont notamment préoccupés avec les problèmes des citoyens américains faits prisonniers lors des captures des bateaux et aux négociations dans le but de signer des traités de paix. De même, la politique portugaise envers ces régences était suivie avec attention par ces diplomates, car un possible conflit ou accord pouvait obliger le Portugal à rappeler son escadre qui se trouvait dans le détroit de Gibraltar, ce que serait très préjudiciable aux intérêts des États-Unis. C'est pourquoi, la signature d'un traité de paix entre le Portugal et Alger sous les auspices de l'Angleterre, a préoccupé les États-Unis, car cela aurait signifié que Lisbonne cesserait de donner sa protection au commerce et aux navires américains. Le fait que portugais et algériens ne s'étaient pas mis d'accord, a permis des négociations avec les américains qui ont abouti à la signature d'un traité, en septembre 1795. Mais le délai des fournissements des équipements promis par les États-Unis à Alger a créé des difficultés entre les deux pays. Par ailleurs, les diligences du consul portugais à Tripoli ont même permis la conclusion de la paix entre cette puissance et la jeune république américaine.



Le ministre portugais Cipriano Ribeiro Freire, premier représentant portugais en Amérique du Nord, était d'avis que l'argent nécessaire pour la paix n'était pas un problème pour les Américains, car de cette façon ils ont évité la construction de frégates. Les algériens voulaient des armes et des munitions et le gouvernement des États-Unis était d'accord, c'est pourquoi il a demandé au congrès l'abrogation de la loi qui interdisait l'exportation de ces produits, cette motion a été ratifiée par le congrès.

En même temps Thomas Barclay, le premier américain qui a été consul à l'étranger, a été nommé agent spécial auprès du nouvel empereur du Maroc dans le but d'obtenir la reconnaissance du traité que son antécédent avait signé avec les États-Unis, en 1787. Il faut dire que jusqu'à cette date les négociations pour la libération des prisonniers américains ont été conduites par le consul espagnol. Toutefois, Thomas Barclay n'a jamais été au Maroc, car il est décédé à Lisbonne, en janvier 1793. Après sa mort le colonel Humphreys s'est proposé de diriger les négociations nécessaires pour la libération de ses compatriotes prisonniers en Alger. Cependant, il n'a pas obtenu l'autorisation des algériens pour s'y rendre. Étant donné qu'il était le seul responsable des rapports avec les puissances nord-africaines, il a défendu la création d'une force navale, de façon à pouvoir déclarer guerre aux corsaires et a attiré l'attention de la population américaine pour ce problème. Les corsaires ont continué à être le centre des préoccupations du ministre américain, bien comme l'opportunité de la signature d'un traité de paix entre Lisbonne et Alger. Quand il a pris connaissance de cette possibilité il a demandé à être reçu par le ministre des affaires étrangères portugais pour lui demander des informations. Mais le ministre, après lui expliquer que cela dépendait du Ministère de la Marine, il lui a assuré que, lui et son collègue, n'avaient aucune intention de payer pour obtenir la paix. Il était plus avantageux utiliser l'argent pour soutenir une escadre en mer, que de suborner les pirates. Pourtant, les Portugais ont continué à soutenir l'escadre près de Gibraltar, ce a qui empêché, l'été de 1793, que les bateaux algériens qui s'étaient approchés de cette possession anglaise, sortir de la Méditerranée. Comme conséquence, quelques embarcations américaines avec des marchandises destinées à des ports méditerranéens ont laissé leurs charges à Malaga et ne se sont pas aventurées plus loin (Ribeiro, 1997, pp. 717-718).

Cependant, le consul Anglais à Alger avait négocié une trêve d'une durée de 12 ans entre cette puissance et le Portugal, sans la connaissance de Lisbonne. Ce fait a énormément préoccupé le gouvernement américain et David Humphreys qui avait entrepris beaucoup de démarches pour découvrir les intentions réelles du gouvernement portugais. D'ailleurs le diplomate ne croyait pas que cette trêve aurait eu lieu et disait même, que ce n'était pas dans l'intérêt du Portugal que les navires algériens pouvaient poursuivre les bateaux américains dans l'Atlantique. En effet, cela aurait conduit à l'interruption du fournissement de céréales qui provenaient de l'Amérique du Nord. L'objectif des Anglais était d'amener les portugais à négliger sa force navale, ainsi elle n'aurait plus d'utilité. De plus, un affiche datée du 10 avril 1794 proclamait que la trêve entre Alger et le Portugal avait cessé et que les deux puissances étaient à nouveau en guerre (Ribeiro, 1997, pp. 717-733; *idem*, 2001, p. 338).

À signaler que Thomas Jefferson était d'opinion que le meilleur comportement envers ces corsaires était de se montrer indifférent aux cruautés commises contre les citoyens américains, afin d'obtenir une libération plus économique. Jusqu'à un certain point, David Humphreys pensait que si les États-Unis voulaient maintenir le commerce

maritime, ils devaient posséder une flotte pour les défendre, ce qui leur aurait permis de garder la neutralité et aurait été plus efficace que des déclarations, concessions ou sacrifices (Ribeiro, 1997, pp. 710-711, 723).

Même quand Humphreys a décidé se détacher des affaires de l'Afrique du Nord, il a conseillé ses supérieurs sur le comportement à suivre lors des négociations avec ces puissances. Il défendait, par exemple, la création d'une loterie pour obtenir l'argent nécessaire pour libérer ses concitoyens emprisonnés à Alger. De plus, il a continué à se préoccuper de la sécurité des navires de son pays en Méditerranée et est même rentré dans son pays, sans autorisation du Secrétaire d'État, pour se rencontrer avec le Président sur ce sujet. Et, quand David Humphreys est retourné en Europe, il avait en sa possession 200 000 dollars destinés à payer les rançons des américains emprisonnés à Alger et pour les offrandes aux fonctionnaires algériens. D'un autre côté, les Américains avaient convenu, avec cette régence, le paiement d'un tribut annuel de 24 000 dollars.

Malheureusement les deux navires qui transportaient les munitions et autres marchandises exigées par Alger, ont été interceptés par des navires de guerre français et amenés aux ports espagnols. En même temps, cette puissance barbaresque a acheté et a commandé des navires aux États-Unis, décision contestée par Cipriano Ribeiro Freire. Ce diplomate a affirmé que, or les américains luttaienent contre les pirates nord-africains, or ils leur fournissaient les moyens nécessaires à leurs activités corsaires, car tout le matériel mis à leur disposition aurait pu être utilisé contre les intérêts des États-Unis. Le diplomate critiquait les américains, en les accusant d'ingratitude, car c'était de cette façon qu'ils récompensaient les preuves d'amitié reçues des pays européens qui les avaient aidés.

À cette époque Humphreys était inquiet d'un possible conflit entre le Portugal et la France, et dans ce cas Lisbonne aurait pu être obligée de retirer sa flotte du détroit de Gibraltar pour protéger son commerce avec le Brésil. De plus, cette escadre était affaiblie et le commandant avait demandé des renforcements. En même temps le diplomate attirait l'attention sur le fait qu'une nouvelle intervention de la Grande-Bretagne pourrait mener à une paix avec Alger, ce qui laisserait une totale liberté aux corsaires pour naviguer dans l'Atlantique. Néanmoins, le Portugal continuait à protéger les bateaux américains et si la paix avec Alger n'était pas possible, Humphreys affirmait qu'on devait finir rapidement les deux frégates de guerre en construction et les envoyer en Méditerranée (Ribeiro, 1997, p. 741) Finalement les États-Unis signèrent un traité avec Alger, en 1795, contre le paiement d'une quantité d'argent et les prisonniers furent libérés. Toutefois, les problèmes entre les deux pays ne furent pas complètement résolus, car les américains n'ont pas accomplis les termes accordés.

Les affaires du Maroc et la guerre civile que s'y déroulait ont aussi été une source de préoccupations pour le colonel Humphreys, qui à fin d'éviter l'engagement de son pays dans ce conflit souhaitait que le gouvernement empêchasse ses compatriotes de faire du commerce avec cette puissance. Finalement l'administration Adams est parvenue à négocier des traités avec les autres régences nord-africaines, avec Tunis, en 1796, et avec Tripoli, en 1797, et à ouvrir la Méditerranée au commerce de son pays (Ribeiro, 1997, p. 757, 759).

Cependant, les problèmes avec ces puissances n'ont pas pris fin et le successeur de Humphreys, William Smith a du continuer cette tâche et s'occuper des rapports entre son pays et les régences de l'Afrique du Nord. Toutefois, en 1798, il eut un changement de régent à Alger et qui a renouvelé le traité avec les États-Unis (Ribeiro, 1997,

p. 834). Mais, vers 1799 la surintendance des affaires nord-africaines est passée de Lisbonne à Madrid, ville qui avait à partir de laquelle les communications étaient plus rapides et où l'argent se trouvait avec plus de facilité. William Smith pensait qu'il était important d'avoir un consul à Gibraltar capable de négocier avec les puissances barbaresques. Il était également favorable à l'envoi de quelques frégates en Méditerranée et tout promettre aux puissances de l'Afrique du Nord, en essayant de payer le moins possible. Cependant, malgré les efforts du ministre plénipotentiaire William Lough-ton Smith et du gouvernement des États-Unis, le 14 mai 1801, Tripoli déclara guerre aux États-Unis et en Septembre 1804 les navires de guerre américains ont bloqué et bombardé son port. La paix a été finalement signée en juin 1805. Cette fois-ci, les américains purent compter sur leurs propres vaisseaux de guerre, car le 1<sup>er</sup> juillet 1801 trois frégates et une corvette arrivaient à Gibraltar.

Il serait intéressant de signaler que les représentants à Lisbonne se sont également occupés des relations entre les États-Unis et l'Afrique du Nord. C'est le cas de Edward Church, premier consul américain à Lisbonne qui, en 1793, affirmait que les algériens pouvaient agir en toute liberté, car les navires de guerre portugais qui étaient dans le détroit de Gibraltar, ne s'y trouvaient plus. En effet, ils ont dû suivre les ordres de leurs «seigneurs» les anglais. Church eut beaucoup d'entrevues sur ce sujet avec les ministres portugais et était d'avis que son pays devait se doter d'une force navale en Méditerranée (Ribeiro, 2001, p. 337).

Comme on le vient de voir, le Portugal eut une place importante dans l'assistance à la navigation américaine en Méditerranée. En effet, après l'indépendance, face à la faute d'appui du Royaume-Uni et des autres puissances européennes qui ne voulaient pas partager le commerce méditerranéen avec la jeune république, Lisbonne, qui maintenait une escadre dans le détroit de Gibraltar, a protégé ses navires. En même temps, la capitale portugaise était un bon emplacement pour servir de résidence à un agent ou diplomate chargé de diriger les négociations avec les puissances barbaresques. C'est pourquoi, contrairement à leur politique de posséder des représentants en Europe, ils ont accepté désigner un ministre plénipotentiaire pour Lisbonne. Même si, sous peu, on va s'apercevoir que Madrid a présenté plus d'avantages.

Les deux premiers ministres américains au Portugal, ainsi que le premier consul à Lisbonne ont été très attentifs à la politique portugaise et européenne envers les puissances nord-africaines et à la façon dont elle pouvait influencer celle de leur pays. Eventuellement et après beaucoup de négociations ils ont été capables de signer la paix avec certaines de ces puissances. Finalement, ils ont admis que la meilleure façon d'ouvrir la Méditerranée aux bateaux de commerce américains était de posséder une force navale permanente dans cette région.

## Références bibliographiques

- Field Jr. James A. (1991), *From Gibraltar to the Middle East. America and the Mediterranean World 1776-1882*, Chicago, Imprint Publications (réimpression).
- Ribeiro, Jorge Martins (1997), "*Comércio e Diplomacia nas relações luso-americanas (1776-1822)*", Porto (Thèse de doctorat non publiée, Université de Porto).

Ribeiro, Jorge Martins (2001), *Portugal e a América do Norte nos finais do século XVIII: a acção do Edward Church, primeiro cônsul americano em Lisboa*, in, *Actas do Congresso Internacional de Estudos Anglo-Portugueses*, Lisboa, Centro de Estudos Anglo-Portugueses/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

# John Ninet 1815 – 1895: une vision suisse décentrée de l'Égypte à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle\*

Anne-Lise Louca\*\*

p. 27-32

## Introduction

Un livre à deux voix, c'est toujours un peu intrigant... Celui que je présente aujourd'hui est dû essentiellement au travail persévérant de mon mari.

La trace de John Ninet, il l'a repérée très tôt, quand il rédigeait sa thèse à Paris autour des années 1950. Fasciné par ce premier contact, il s'est employé à redécouvrir cet exclu de l'histoire avec un enthousiasme qui ne s'est jamais démenti. Il a passé des heures et des heures à recenser des archives! Ses recherches l'ont conduit aux dossiers difficilement accessibles de la Citadelle du Caire, puis à une plongée dans la documentation à Genève – un pur bonheur! Malgré certaines lacunes, la plupart des pistes pouvaient être suivies sans déconvenues et s'élargir vers des capitales européennes (Paris et Londres bien sûr, mais aussi Berne et Lisbonne).

Anouar Louca, qui faisait partie d'une communauté minoritaire en moyenne Égypte, était très sensible aux entreprises de domination et a étudié en détails les réactions de John Ninet devant l'oppression des fellahs, la corvée, l'endettement. Une communauté de vue de plus en plus profonde s'est établie d'un siècle à l'autre.

Cependant, mon mari a été rattrapé par la maladie et n'a pas pu mener à terme son ambitieux projet. A son décès, six chapitres de la biographie étaient terminés. Restaient en suspens la révolution d'Arabi et ses funestes conséquences.

Après bien des hésitations, je me suis déterminée à relever le défi et à reprendre le fil du récit, grâce aux multiples documents approximativement classés. C'était une décision audacieuse: en effet j'ai été formée dans un système scolaire où l'approche de l'histoire était complètement autocentrée. J'ai donc dû oublier mes clichés et me plonger de longs mois dans l'Égypte des vice-rois. Sans compter, au niveau de la rédaction, pour moi qui aime écrire, un équilibre à trouver entre une information rigoureuse et un certain plaisir du style.

\* Communication au colloque: «Visions politiques et culturelles de la Méditerranée à l'heure du printemps arabe», Vila Real de Santo António, Portugal, 27 – 28 juin 2012.

\*\* Psychotérapeute, auteure, membre du Conseil consultatif de la revue *Sémiotique*.

## Enfance et formation

Puisque nous sommes dans une année historique, soit le 300e anniversaire de la naissance de J.-J. Rousseau, je vais d'abord esquisser quelques repères en rapport avec la cité genevoise et le milieu familial du personnage.

John Ninet est donc né à Genève, plus précisément à Saint-Gervais, en 1815, soit un siècle après J.-J. Rousseau. Ce quartier, en dépit de son exigüité, est resté une sorte de laboratoire de la démocratie, un foyer où fermente, dans l'intimité, la recherche d'une justice communautaire. La famille Ninet, représentative de la petite bourgeoisie, est typique de ce microcosme. Le père travaille comme marchand fertier et la mère est issue du milieu horloger.

Néanmoins John connaît très tôt la tension douloureuse entre un idéal de vie exigeant et les déboires de la réalité. Madame Ninet, forte personnalité corsetée dans une austère morale calviniste, ne pardonne pas à son mari le déshonneur de sa faillite commerciale et son emprisonnement. Elle obtient le divorce deux ans après la naissance de son fils, qu'elle tient à élever dans une honnêteté intransigeante. L'enfant grandit donc chez ces artisans de la montre dont l'habileté technique et l'esprit d'indépendance sont devenus légendaires.

Il fréquente le Collège de Calvin, institution qui est restée un lieu de contestation sous l'occupation française, à l'époque. On trouve son nom dans les effectifs, mais on ne sait rien de plus de son adolescence.

Ce qu'il y a de certain, c'est qu'à 19 ans il part au Havre pour le compte d'une maison de commerce spécialisée dans l'importation du coton. Le vaste monde s'ouvre à lui, il traverse l'Atlantique pour s'initier à la culture de l'or blanc. Sûrement il éprouvait le besoin d'échapper aux principes rigides de son milieu natal et, qui sait, de renouer avec le goût du risque, hérité du côté paternel.

## Carrière égyptienne

A 24 ans, il répond à l'appel de Méhémet Ali, qui cherche des agronomes. La meilleure qualité de coton sur le marché mondial s'appelle le «Sea Island» et le pacha souhaitait se lancer dans cette production. Il charge donc le jeune homme de cultiver dans le Delta 2000 feddans et le nomme superintendant du dépôt gouvernemental à Mansoura. Ninet continuera, pour son propre compte, ses activités de planteur et de négociant jusqu'à l'occupation britannique en 1882, date à laquelle il sera expulsé. A travers son histoire nous découvrons donc la glorieuse époque de Méhémet Ali, le despote éclairé, puis ses cinq successeurs, jusqu'au bombardement d'Alexandrie. D'où l'intérêt de son témoignage, intérêt de l'étude chronologique, qui embrasse toute une évolution historique de l'Égypte, et surtout originalité du point de vue. Car l'espace observé, c'est l'Égypte agricole, et le regard, celui d'un Européen.

Quand Ninet débarque, il n'a d'autre ambition, au départ, que l'application de ses connaissances techniques afin d'obtenir le meilleur rendement de ses feddans. Or cultiver du coton, c'est vivre le labeur quotidien du paysan dont les conditions n'ont pratiquement pas varié depuis des millénaires: aménagement de la terre et de l'eau,

labeur des hommes... dans ce rythme saisonnier, le jeune agronome s'insère comme s'il y était prédestiné. Il ne tarde pas à repérer, chez ses humbles collaborateurs, des trésors de savoir-faire et d'endurance; sous leur apparente docilité se cache une sagesse ancestrale et un consentement instinctif à la nature, qui leur permet de faire face à toutes les tribulations de l'histoire. Ninet apprend leur langue et tisse avec eux des liens qui s'approfondissent au fil du temps. Il remarque rapidement que l'autorité s'oppose délibérément au transfert du progrès technique. Le fellah est condamné à rester «une machine productive». Cette exploitation devient pour lui un problème inséparable de ses préoccupations d'agronome. Je cite: «Sous Méhémet Ali, je les ai vus, tel le bétail des champs, ni disputant la volonté de leur propriétaire, ni conscients de ce qu'ils souffraient. Seulement ça et là, exilé à la campagne, un employé qui avait reçu une éducation européenne, racontant à une poignée d'auditeurs le secret d'autres pays où la liberté était connue».

Ninet ne fréquente pas les sociétés savantes qui ont été fondées au Caire, suite à l'expédition de Bonaparte et il se méfie des soi-disant experts qui font venir à grands frais des machines inutilisables et qui ne savent même pas différencier un concombre d'un melon! Fort de son indépendance farouche et de son expérience de terrain, il entend se vouer à une action en profondeur: il s'emploie notamment à former des cadres sur place en s'appuyant sur ceux qu'il appelle «les apôtres de la conscientisation», en particulier les anciens élèves des missions scolaires en France, exilés à la campagne. Dans ses visées pédagogiques, inspirées de son illustre compatriote Rousseau, il est entièrement complice de cette alliance originelle entre l'humain et le milieu naturel. Aucun paternalisme, dans son attitude, ce qui le rend vraiment sympathique! Voici ce qu'il écrit en 1866, nullement anesthésié par l'immobilisme ambiant et les difficultés croissantes: «La grande masse de la population croupit dans une affreuse ignorance, elle a besoin de recevoir une impulsion extérieure pour se mettre en mouvement. Une fois l'élan donné et la voie indiquée, on pourra s'en remettre, pour continuer l'œuvre, aux populations elles-mêmes; la propriété matérielle ne tardera pas à développer en elles les qualités et les aptitudes qu'exige la pratique de la liberté». Quelle lucidité dans cette définition de «l'assistance technique» telle qu'elle a été envisagée puis affirmée au cours du XX<sup>e</sup> siècle!

Malheureusement les circonstances internationales et les vice-rois qui ont succédé à Méhémet Ali n'ont pas favorisé l'action du fellah suisse:

- Tout d'abord ce qu'on a appelé le «boom» du coton qui se déclenche sous le règne de Saïd pacha. Pendant la guerre de Sécession aux États-Unis (1861 – 1865) les filatures européennes, privées soudain du coton américain, cherchent à s'alimenter ailleurs, et par excellence aux bords du Nil. Tout est sacrifié à cette production forcée et anormale. Les économistes et les historiens occidentaux, s'appuyant sur des statistiques éloquentes, ont généralement perçu cette transformation comme un phénomène de développement spectaculaire. On connaît mieux aujourd'hui les effets désastreux de la monoculture sur les ressources alimentaires, la qualité des terrains, voire le tissu social. John Ninet, qui regarde de l'intérieur, n'est pas dupe; sans employer évidemment le terme d'écologie, il suit de près cette évolution dans l'agronomie, les problèmes d'irrigation et l'altération progressive de la fibre cotonnière. Dans un article de la «Revue des deux mondes», dix ans après le «boom» du coton, il dénonce le

déclassement de toutes les variétés et incrimine un régime économique insupportable pour l'agriculture.

- Un autre événement d'importance, qui n'a pas contribué à améliorer le sort des plus pauvres, c'est le percement du canal de Suez. Il n'est pas question que je reprenne ici toute cette histoire. Je signalerai simplement que les concessions ont été signées par Saïd pacha, et dans la troisième, datée de 1856, la Compagnie obtient le droit d'utiliser 20 000 à 30 000 hommes tous les mois, sous forme de corvée. Le travail des fellahs revenait bien sûr meilleur marché que l'emploi des machines. Et les terres restaient délaissées...

J'en viens à présent aux problèmes économiques de l'Égypte, qui ont conduit à la révolution d'Arabi. C'est avec Abbas pacha, qui a succédé à Méhémet Ali et à son fils Ibrahim, que les emprunts commencent, mais le déficit du Trésor s'est considérablement aggravé sous Saïd, puis Ismaïl. Saïd a donc signé plusieurs concessions à la Compagnie du Canal, au nom de son amitié pour Ferdinand de Lesseps. Il a cédé d'immenses terrains et accepté d'imposer à ses sujets la corvée. Pour acheter sa part d'actions sur le capital de la Compagnie, il est poussé à un premier emprunt. Son successeur Ismaïl va profiter du précédent et poursuivre sur cette pente. Il souhaite abolir la corvée et obtenir la rétrocession de certains domaines. Le litige est soumis à Napoléon III, qui va favoriser évidemment les puissances européennes. Les indemnités à payer sont chiffrées à des millions et de cette transaction découle l'asservissement financier de l'Égypte. Autour d'Ismaïl, qui sera déposé pour ses dépenses inconsidérées en 1879, finances et politique s'enchevêtrent et resserrent leur étau. Les extravagances du khédivé ainsi que les exactions des créanciers achèvent d'hypothéquer, non seulement les ressources du pays, mais son indépendance.

Face à la dégradation croissante de la vie quotidienne, Ninet va déployer son action dans deux directions:

- Il s'improvise correspondant de presse pour plaider la cause du fellah, victime d'un khédivé insatiable, en connivence avec les financiers européens. Il trouve dans «Le Siècle», le grand quotidien républicain français, une tribune de choix. Par prudence, ses lettres ne sont pas signées.

- Parallèlement il rejoint l'opposition clandestine qui fermente à l'ombre des sociétés secrètes. En 1879, dans une banlieue du Caire, il rencontre un groupe de dignitaires, Arabi lui-même et quelques officiers. L'armée est le milieu qui va peu à peu catalyser les revendications. En effet, les faveurs gouvernementales s'adressaient aux Turcs et aux Circassiens et souvent les soldes n'étaient pas payées. De ce régime arbitraire, installé depuis des siècles selon la tradition des Mamelouks, les Égyptiens ne voulaient plus. Dans toutes les couches de la population, le mécontentement s'amplifiait.

Ninet rejoint donc ces groupes qui se concertent sur un programme d'action. Il leur explique les rouages institutionnels d'une république et propose chaque fois une formulation démocratique à leurs revendications.

Quelques mois plus tard paraît, en dépit d'une censure draconienne, le «Manifeste du Parti national égyptien» en version française. Inutile d'en chercher le texte arabe, qui n'existe pas. Une examen stylistique du document permet de l'attribuer à John Ninet.

Ce manifeste proclame la libération de l'esclavage.



Il revendique une instruction progressive adaptée aux mœurs et aux occupations des habitants.

Il répudie l'immixtion étrangère, qui a largement contribué à la ruine du pays, et entend récupérer ses droits.

Suivent un éventail de propositions concrètes, pour sortir de l'imbroglia financier et un appel vibrant à la collaboration des puissances impliquées, représentatives du monde libre.

On peut s'étonner de la modération de ces exigences, qui ne remettent en cause ni la dette, ni la dynastie des khédives. Arabi avait pourtant l'armée derrière lui, mais certainement il était patient et prêt aux compromis.

Après ce manifeste suit une période houleuse. L'important ministre Nubar est congédié, Ismaïl abdique, les puissances mettent à sa place son fils Tewfik et un essai parlementaire est tenté. Mais dans un contexte d'hostilité et de suspicion croissantes, n'importe quel événement peut être interprété négativement et augmenter les tensions. Finalement le système s'emballe et la crise devient alors incontrôlable. C'est ce qui arriva le 11 juillet 1882, au matin, quand la flotte anglaise ouvrit le feu contre les forts maritimes dominant le port d'Alexandrie. Ce bombardement a mis fin à l'existence de l'État égyptien, théoriquement toujours sous un vassal du sultan, et administré depuis cinq mois par un gouvernement national.

## Conclusion

Pour terminer, je voudrais simplement souligner l'originalité et la complexité de mon personnage.

John Ninet est un homme solidement enraciné dans ses principes mais aussi étonnamment adaptable.

Ses informations, aussi bien dans son domaine qu'en politique sont multiples et précises. «Mes nouvelles sont correctes», affirme-t-il avec assurance, «parce que je suis informé comme un indigène par des indigènes». Grâce à son activité de journaliste, il a enfin donné une existence à des millions d'exclus.

Après le bombardement, il n'a pas hésité une minute à accompagner Arabi et ses troupes dans le Delta. Le seul Européen à être là. «Pourquoi me cacherai-je», écrit-il. «Ma conscience ne me reproche rien. J'ai accepté les conséquences de mes sympathies et de mes opinions. D'ailleurs un Suisse ne tourne jamais le dos à l'ennemi...».

On ne peut qu'admirer la fermeté d'âme et le courage physique qui animaient cet homme de plus de soixante ans. Pour ma part, ce qui me touche surtout, dans ce milieu livré à la cupidité et à la corruption, c'est son désintéressement sans faille.

Grâce à des circonstances très improbables, j'ai été amenée à le connaître et à l'aimer. Je suis contente d'avoir pu finalement lui rendre une part de sa notoriété et honorée de partager ici cette expérience.

## Références bibliographiques

Louca, Anouar e Louca, Anne-Lise (2010), *John Ninet (1815 - 1895), Un disciple de Rousseau au pays des fellahs*. Ed. Slatkine.

# Portugal e Argélia, visões de um conflito: a guerra de independência argelina vista pela diplomacia portuguesa (1954 - 1964)

Carla Prado\*

P. 33-40

## Introdução

Com este artigo pretende-se dar conta da visão portuguesa (através da correspondência diplomática da época) do conflito franco-argelino, que opôs a França à sua antiga colónia durante oito anos (1954-1962).

O objectivo principal é saber se, de alguma forma, a perda de uma colónia tão importante como a Argélia para a metrópole francesa abalou o regime vigente em Portugal, regime esse edificado sobre o pilar do colonialismo e das posses territoriais. Será que se justificaria algum tipo de “receio” por parte dos portugueses (também eles na posse de territórios coloniais em África e também eles sujeitos – embora não o pudessem adivinhar em 1954 – a uma reacção deste tipo)? Houve algum tipo de apoio prestado à França (interna ou internacionalmente) nesta questão? Estaria Angola – a mais importante colónia portuguesa à época – em risco de se tornar uma segunda Argélia? E, a título de curiosidade (e em jeito de conclusão desta comunicação) como é que a “nova” Argélia, a Argélia independente, via a situação colonial portuguesa?

Para tentar responder a estas questões procurou-se reunir uma pequena amostra de fontes documentais (nomeadamente correspondência) que dê conta da maneira como esta guerra (que nunca foi reconhecida como tal) se desenrolou e foi acompanhada pela diplomacia portuguesa. Para tal, comecei por analisar a correspondência de um espectador privilegiado do conflito em estudo: Marcello Mathias, embaixador português em Paris até 1958 (data em que foi designado Ministro dos Negócios Estrangeiros) e, mais tarde, a partir de 1961 (quando é substituído no cargo ministerial por Franco Nogueira).

---

\* Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

## Portugal, o Estado Novo e o colonialismo: a ideologia como pilar identitário

Durante os seus 40 anos de existência (1933-1974), muitas foram as formas pensadas e criadas pelo regime salazarista para legitimar a sua existência e as suas ações. Um dos aspectos mais importantes da sua política – e mais recorrentes também – foi, sem dúvida, a posse de territórios ultramarinos. Assim sendo, era necessário construir toda uma ideologia e forma de estar que, por um lado, justificasse a presença portuguesa em África e, por outro, que consolidasse a estabilidade do regime. Assim sendo (e ao longo de décadas), o regime foi fértil na construção de mitos e imagens auto-justificativas que foram mudando e se adaptando conforme as variações e necessidades da política colonial vigente.

Não sendo este o tema principal desta comunicação, não me pareceria pertinente avançar para a análise do caso franco-argelino sem antes explicitar um pouco dos “alicerces” da política colonial portuguesa (para uma explicação mais detalhada, vide Henriques: 2004, p. 304).

1. Superioridade dos brancos face aos negros. Estes últimos eram retratados como preguiçosos, atrasados e bárbaros.
2. Objectivo civilizador da colonização, motivado também por motivos religiosos (cristãos)
3. Papel específico de Portugal na expansão europeia (*povo escolhido*), devido à sua natureza cordial e fraterna para com outros povos.
4. Os chamados *direitos históricos* dos Portugueses à colonização devido aos muitos séculos de presença portuguesa em África com fins comerciais. Era uma missão histórica dos portugueses *desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações que nelas se compreendam*, conforme o que é defendido no Acto Colonial em 1930 (*apud* Castelo, 1998, p. 46).
5. *A ausência de racismo* nos portugueses, o que facilitava as suas relações com os povos indígenas (um paradoxo, especialmente se considerarmos o primeiro ponto desta lista).
6. *A natureza tropicalista* dos portugueses, que propiciava o contacto harmonioso com outros povos do mundo. Esta teoria foi particularmente relevante devido às obras do sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, o primeiro a cunhar o termo *lusotropicalismo* para descrever as relações entre os portugueses e os indígenas (no Brasil e em África) e a forma como estas contribuem para o desenvolvimento cultural e político dos países colonizados.

## Argélia: de colónia a país independente

Anexada ao território francês desde 1830, a Argélia cedo se destacou das outras colónias em África, não só devido à sua proximidade com a metrópole (lembre-se que de Marselha a Oran apenas se demorava um dia de viagem, o que poderia justificar a presença de tantos franceses neste território) mas também devido à mais-valia econó-

mica que representava em termos de importação de bens franceses e exportação de bens (nomeadamente agrícolas) para o mercado francês.

Embora os partidos que deram origem à Frente de Libertação Nacional argelina se tivessem formado mais cedo – nomeadamente no período entre as duas guerras mundiais, onde muitos argelinos lutaram ao lado dos franceses – como foi o caso, por exemplo, do PPA (Parti du Peuple Algérien) de Messali Hadj, formado em 1937 e do Partido Comunista Argelino (uma extensão do seu homónimo francês) em 1920, podemos afirmar que, em certa medida, a vaga nacionalista argelina só começou a crescer efectivamente a partir do fim de 1945. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a cada vez mais periclitante situação dos impérios coloniais, a população argelina (islâmica) começou a fazer-se ouvir com mais veemência no que diz respeito aos seus direitos à independência.

No ano de 1945 (início de Maio) as manifestações começaram a subir violentamente de tom. Em Sétif, 75 franceses são assassinados em dois dias de confrontos, o que dá origem a uma repressão *impiedosa* (Roussel, 2003, p. 14), por parte do exército francês, que manteve a sua inflexibilidade. Afinal de contas, a Argélia era *the jewel of the crown (...)* *one colony Paris was not going to relinquish in a hurry* (Atkin, 2005, pp. 27-28) devido à sua proximidade com a metrópole e a mais-valia económica que representava.

Não obstante, só em 1954 (dia 1 de Novembro, para ser mais exacta) estala a guerra de independência argelina, que se tornou num conflito longo e violento de ambos os lados (quer por culpa das acções terroristas de uns, quer pelos métodos de tortura adoptados por outros). Entretanto, o governo vigente (Mendès-France) continuava sob duras críticas (uma vez que a Indochina já havia sido “perdida” pelos franceses e a situação argelina parecia não chegar a bom porto), até que, em 1955, o governo de Mendès-France cai e é substituído pelo socialista Guy Mollet em Janeiro de 1956.

Até este ponto, podemos verificar que nas fontes documentais portuguesas (pelo menos, aquelas que foram consultadas até ao momento, não existem documentos significativos até esta parte. Contudo, a partir de 1956, é possível contar com o testemunho de um homem que esteve muito próximo do centro dos acontecimentos: Marcello Mathias, embaixador português em Paris. Os tempos são conturbados para a IV República e as suas cartas reflectem-no: em 24 de Fevereiro de 1956, o embaixador sustinha a opinião de que *Guy Mollet se aguentará ainda por um tempo, porque ninguém tem coragem de pegar nos petardos da Argélia (...)*, revelando a incapacidade política para os adversários de Mollet apresentarem soluções ao dilema argelino. Apenas uma semana depois, a 1 de Março, vem dizer que *É de prever que Guy Mollet caia em breve, porque não encontrará o apoio do seu próprio partido*<sup>2</sup> (aquando da demissão do chefe das Forças Armadas francês em protesto pela indecisão de Mollet em investir ainda mais numa solução militar para o conflito) e, considerando, dias mais tarde, que a perda da Argélia seria *o fim desta mesma França e a subsequente perda do continente africano*<sup>3</sup>, algo que estaria muito contrário às aspirações dos portugueses, tementes que o nacionalismo que varria o Norte de África chegasse à África Subsaariana.

1 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (AOS/CD/-5).

2 Ibidem, carta de 1 de Março de 1956.

3 Ibidem, carta de 31 de Março de 1956.

É, sem dúvida, perceptível esta preocupação portuguesa com a situação franco-argelina. Embora os franceses estejam sempre em grande linha de conta para o embaixador (são gente *simpática, aberta e inteligente*<sup>4</sup>), isso não impede que, de quando em quando, surjam alguns pontos de fricção entre os dois governos. De salientar aqui as declarações de Marcel Champeix, secretário de Estado para os Negócios Argelinos, em Agosto do mesmo ano, segundo as quais *La France ne peut pas devenir un sous-Portugal*<sup>5</sup> (referindo-se, assim, ao esforço da França na manutenção da Argélia e criticando veladamente as acções portuguesas nas suas próprias colónias), algo que caiu muito mal aos portugueses e que conduziu, no mês seguinte, a um pedido de desculpas por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros francês, que assegurou que as declarações nunca tiveram a intenção de *blessar un gouvernement ami et allié de la France pour lequel il a la plus entière sympathie*.<sup>6</sup>

Esta visão francesa de Portugal como país aliado não se limitava a uma mera formalidade ou delicadeza. Uma vez que ambos os países tinham interesses em manter os seus domínios coloniais, procuravam apoiar-se o mais possível no seio das organizações internacionais a que ambos pertenciam (nomeadamente a Organização das Nações Unidas). O apoio português era de tal ordem tido em consideração que o (ainda) primeiro-ministro, Guy Mollet, chegou a pedir para se encontrar com Marcello Mathias pessoalmente, com o objectivo de lhe solicitar o apoio português nos debates da ONU<sup>7</sup>. Apoio esse que foi manifestado aquando da recepção de um memorando confidencial por parte dos franceses, considerando qualquer texto da ONU *nulo* e uma *ingerência inadmissível*, sobretudo se no seu conteúdo pudesse estar quaisquer *ilusões à independência*<sup>8</sup>, posição pela qual os portugueses demonstraram a maior simpatia.

Esta simpatia portuguesa pelas posições francesas faz com que sejam abundantes as transcrições de entrevistas, declarações radiofónicas e panfletos explicitando e legitimando a posição francesa na Argélia, algumas delas tão parecidas em conteúdo e teor que bem poderiam ter sido proferidas por qualquer membro do governo de Salazar.

Ouçamos os intervenientes nesta questão: a 9 de Janeiro de 1957,<sup>9</sup> Guy Mollet profere um discurso radiofónico em que salienta a legitimidade internacional da ocupação francesa (*L'établissement français en Algérie a été reconnu par toutes les puissances et sa légitimité n'a jamais été mise en doute*), exaltando os aspectos positivos da colonização francesa (*modernisation de l'économie, sauvegarde de la santé publique e accroissement de la population* são alguns dos termos utilizados) e, sobretudo, vincando o carácter “doméstico” do conflito franco-argelino, ao afirmar que *le drame qui déchire l'Algérie (...) est un drame français, et c'est à France de lui apporter une solution*. Por outras palavras, não aceitariam ingerências de qualquer país ou organização (numa crítica clara às posições das Nações Unidas). Mais ainda, afirmava que *la France jamais abandonnera l'Algérie*, visto que ambos os países beneficiariam da cooperação mútua, comprometendo-se a França a não usar a força na população argelina.

4 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Salazar (AOS/CD-5), carta de 26 de Maio de 1956.

5 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico-Diplomático, Repartição de Negócios Políticos, Relações políticas com a Argélia (1952/1963), proc. 333,06 (28 de Agosto de 1956).

6 *Ibidem*, n.º 218 (datado de 12 de Setembro de 1956).

7 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico-Diplomático, Secção da Organização das Nações Unidas, Proc. XA-4, 01 de Fevereiro de 1957.

8 *Ibidem*.

9 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Oficial/Negócios Estrangeiros (ANTT/AOS/CO-NE pt. 19).

Se compararmos as declarações de Guy Mollet com as do embaixador Mathias, poucos dias depois<sup>10</sup>, podemos verificar que as versões diferem. Enquanto a do primeiro transmite uma nota positiva e firme, de cooperação e compromisso, a do segundo manifesta um claro tom de pessimismo, queixando-se do insucesso da política francesa na Argélia e crendo que a política de cooperação seria impossível de alcançar *num país endemicamente minado pela anarquia*. A Argélia seria então *um beco sem saída* cuja única solução seria a *renúncia completa* do território<sup>11</sup>.

Como facilmente se pode perceber, a IV República vivia tempos muito conturbados. Governo e exército estavam de acordo num ponto: a manutenção do *status quo* colonial na Argélia. O que os distinguia eram os meios defendidos para obter esse fim. Enquanto o governo de Mollet defendia a via cooperativa – pelo menos em teoria – havia outro sector da sociedade (maioritariamente constituída por oficiais do exército) que defendia uma mão mais firme para o conflito. Não é portanto de estranhar que o dia 13 de Maio de 1958, em Argel, onde teve lugar uma violenta manifestação contra o governo-geral francês, tenha sido considerado como um ponto de viragem na questão franco-argelina. Perante a mais que visível incapacidade da IV República em resolver – ou, pelo menos conter – o impasse argelino, era altura de mudar de rumo e deixar as rédeas do poder nas mãos de alguém mais firme (pelo menos, no entender dos soldados). Charles De Gaulle, o símbolo da França livre, declarava-se então *prêt à assumer les pouvoirs de la République* (apud Stora, 2012, p. 225). Com efeito, cerca de duas semanas depois, é investido como Presidente da República, ao mesmo tempo que Marcello Mathias o considerava como o único *viável face a uma guerra civil*<sup>12</sup>, mas só assume funções em Janeiro de 1959.

Não obstante não ter encontrado – compreensivelmente, porque à data Marcelo Mathias se encontrava em funções como Ministro – documentação relevante sobre os anos de 1959 e 1960, estes foram anos cruciais na presidência De Gaulle. Em Setembro de 1959 (dia 16, para ser mais precisa) tem lugar um discurso televisivo polémico em que, pela primeira vez, utiliza a palavra auto-determinação para se referir ao povo argelino (como uma das opções governativas para o futuro da Argélia, a par com a *francização* e a *associação*<sup>13</sup>). Este discurso marcou um ponto de viragem na política gaullista, até agora marcada pela ideia de federalismo no que diz respeito à Argélia.

Esta declaração do chefe de Estado provocou uma reacção violenta por parte dos militares, apoiantes, como sempre, da assimilação – ou seja, manutenção do *status quo* – dos argelinos face à metrópole. Embora o direito à independência argelina seja reconhecido pelas organizações internacionais (a Organização das Nações Unidas fá-lo a 19 de Dezembro de 1960) e pela população da metrópole (através de um referendo em Janeiro de 1961), isso não contribui para o apaziguamento do “braço-de-ferro” entre o Governo de De Gaulle e os representantes do exército francês na Argélia. Ironicamente, à medida que se avança diplomaticamente para uma resolução (a primeira conferência de Evian é aberta dia 20 de Maio), maior é o grau de violência praticada quer na metrópole quer em território argelino, o que leva o representante diplomáti-

10 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Diplomática (AOS/CD/-5), 11 de Janeiro de 1957.

11 Ibidem.

12 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Diplomática (ANTT/AOS/CD-5), carta de 30 de Junho de 1958.

13 Para consultar o texto na íntegra, ver Stora, Benjamin, De Gaulle et la guerre d'Algérie, Fayard/Pluriel, 2012 p. 235-242.

co português a afirmar, com tom pessimista, que *na Argélia, as autoridades perderam praticamente o controlo dos acontecimentos; de um lado a OAS [organização terrorista e paramilitar formada pelos oficiais partidários da assimilação], do outro a FLN disputam a hegemonia; brevemente vamos assistir ali a uma guerra civil atroz. Quanto à população da metrópole, não quer saber da Argélia para nada*<sup>14</sup>, sendo que o que os franceses mais desejavam era *en finir avec l'Algérie le plus tôt possible*<sup>15</sup>.

Não que, no meu entender, os franceses fossem indiferentes ao que se passava na Argélia, como autores querem fazer crer. Como seria possível ficar indiferente a uma guerra – que nunca, enquanto durou, foi reconhecida como tal – que exigiu uma constante mobilização humana e de capitais durante oito anos, fez cair uma república e viu erguer-se outra em seu lugar e não trouxe mais do que brutalidade e um impasse que não parecia ter fim à vista? Os franceses “não queriam saber da Argélia para nada” devido ao desgaste, não à indiferença ou à apatia colectiva. O tom de pessimismo e desagrado pelo rumo que a situação tomou continua presente nas cartas seguintes, onde Mathias desabafa com Oliveira Salazar que *as coisas vão de mal a pior* e pergunta *como é que De Gaulle se deixou arrastar para esta desgraça?*<sup>16</sup>. É fácil de ver o desconforto que estes acontecimentos causavam no governo de Lisboa, que tinha sido cimentado sobre a ideologia colonial, especialmente quando o general De Gaulle se havia pronunciado mais uma vez acerca da necessidade da Argélia se tornar independente.

Já em 1962, os oficiais não baixam os braços. Embora um protocolo tenha sido assinado pelos dois países (França e Argélia) a 19 de Fevereiro, os representantes da OAS (Organization de l'Armée Secrete, um organismo paramilitar de partidários da chamada “Argélia francesa” e responsável por um número crescente de actos terroristas quer em solo argelino, quer na metrópole). Continuaram a lutar pela legitimidade das suas reclamações, quer através do terror (durante esse ano os atentados levados a cabo quer na Argélia quer na metrópole foram sucessivos, sendo que um deles por pouco não vitimava o próprio Charles de Gaulle)<sup>17</sup>, quer através da diplomacia. E quem mais indicado para ouvir o que a OAS tinha a dizer do que Oliveira Salazar, que tentava manter um império colonial a todo o custo (mesmo que esse império estivesse em ruptura, uma vez que a guerra colonial em Angola já tinha começado, em 1961)? Assim sendo, Raoul Salan, chefe da OAS, envia uma carta a Salazar onde classifica a rebelião dos oficiais como legítima e acusa o chefe de Estado francês de incompreensão e *trahison*<sup>18</sup>.

Apesar destas tentativas e da violência que se verificava de ambos os lados do conflito, os passos finais para a auto-determinação argelina eram inevitáveis. Depois da assinatura dos acordos de Evian (18 de Março) e do referendo que confirmava a vontade dos argelinos, a França reconhece a independência da Argélia (3 de Julho). Dois dias depois, é a vez do governo de Salazar cumprir a sua obrigação diplomática e de desejar *les meilleurs voeux de bonheur e de prospérité pour le peuple algérien*<sup>19</sup>.

14 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar/Correspondência Diplomática (ANTT/AOS/CD-5), carta de 20 de Outubro de 1961.

15 Ibidem.

16 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS/CD-5), carta de 15 de Novembro de 1961.

17 Para uma cronologia mais detalhada do conflito franco-argelino ver Stora, Benjamin, *De Gaulle et la guerre d'Algérie*, Fayard/Pluriel, 2012 pp. 221-232.

18 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS/CD-5), carta de 3 de Março de 1962.

19 Ministério dos Negócios Estrangeiros, Arquivo Histórico-Diplomático, Repartição de Negócios Políticos, proc. 333,06, Relações políticas com a Argélia (1952-1963), “Reconhecimento da Independência da Argélia”, 05 de Julho de 1962.



## Portugal e Argélia no pós-independência (1963-1964)

Ainda que o objectivo desta “amostra” seja averiguar a forma como a diplomacia portuguesa acompanhou o conflito argelino, a verdade é que a desconfiança e o desconforto evidenciados para com os argelinos (próprios de um país que recusava dar a independência aos seus próprios territórios coloniais) se agudizaram ao longo do tempo, principalmente nos anos imediatamente a seguir à independência. A comprová-lo está a forma como foi recebido o embaixador argelino em Rabat, Saad Dahlab, que apresentou as suas credenciais ao embaixador português, esperando *pouvoir maintenir et développer des excellentes relations qui existent si heureusement entre nos deux pays*<sup>20</sup>. Perante tal exagero de cortesia (uma vez que as relações entre Portugal e a Argélia independente, como se adivinha, não atravessavam o seu período mais favorável), a pergunta do embaixador era simples: o que fazer? A resposta, curta e incisiva, não tardou, exortando o embaixador a não responder à nota de apresentação e, se tal fosse estritamente necessário, a ter com o seu homónimo argelino relações da mais *fria cortesia*<sup>21</sup>.

A verdade é que o novo governo argelino (nomeadamente o seu líder, Ben Bella, não era particularmente benquisto pelo governo de Salazar, nomeadamente depois de serem conhecidas as suas opiniões sobre a situação das colónias portuguesas classificada como *hostis* por parte de Georges Bidault e o Conseil National de Résistance<sup>22</sup>). À medida que o tempo foi passando, as posições foram-se antagonizando ainda mais (segundo o jornal *Il Tempo*, de 25 de Maio de 1964, Ben Bella estaria a constituir – com o apoio comunista – *uma espécie de brigada internacional anti-europeia cuja finalidade é eliminar todos os brancos de África, nomeadamente das províncias ultramarinas portuguesas (Angola, Moçambique e Guiné*<sup>23</sup>).

Para concluir – e tendo por base esta pequena amostra documental que referi – é possível perceber que todo o processo de independência e consolidação do novo governo foi acompanhado com certa reserva por parte do governo português, sempre atento a possíveis referências à sua própria situação colonial, situação essa que se veio progressivamente a deteriorar a partir de 1961. Assim sendo, a sua posição nas organizações internacionais foi sempre alinhada – na medida do possível – com os interesses franceses, e não é de admirar que o tom das relações luso-argelinas tenha “azedado” com as declarações de Ben Bella (deposto em 1965).

## Referências bibliográficas

- Atkin, Nicholas (2005), *The Fifth French Republic*, Hampshire: Palgrave Macmillan.  
 Castelo, Cláudia (1998), *“O Modo Português de estar no mundo”: o lusotropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto: Edições Afrontamento.  
 Henriques, Isabel Castro (2004), *Os pilares da diferença: Relações Portugal – África (séculos XV/XX)*, Casal de Cambra: Caleidoscópio.

20 Ibidem, Embaixada Portuguesa em Rabat, carta de 12 de Fevereiro de 1963.

21 Ibidem, carta de 13 de Fevereiro de 1963.

22 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (ANTT/AOS/CO/UL-59 pt. 11), Angola e Argélia – 1963.

23 Arquivo Nacional/Torre do Tombo, Arquivo Oliveira Salazar (AOS/CO/PC-78K).

Roussel, Éric, (2003), *De Gaulle: Volume II, 1945-1970* (trad. portuguesa), Lisboa: Editorial Verbo.

Stora, Benjamin (2012), *De Gaulle et la guerre de l'Algérie*, (s.l.) Pluriel/Fayard.

### Fontes primárias – Arquivos consultados

- Arquivo Oliveira Salazar – Torre do Tombo (Arquivos Nacionais):  
Correspondência Diplomática (Marcello Mathias: 1956-1962) – ANTT/AOS/CD-5;  
Correspondência Oficial (secção de Negócios Estrangeiros) – ANTT/AOS/CO/NE-19;  
*Angola e Argélia (1963)* – correspondência oficial: ANTT/AOS/UL-59.
- Arquivo Histórico-Diplomático (Ministério dos Negócios Estrangeiros)  
Secção de Organizações Internacionais (Proc. XA-4);  
Repartição de Negócios Políticos, proc. 333,06: *Relações políticas com a Argélia (1952-1963)*.

1.416<sup>èmes</sup>  
jour  
de la  
Révolution  
1<sup>er</sup> jour de la  
République

LA RÉVOLUTION PAR LE PEUPLE ET POUR LE PEUPLE

# EL MOUDJAHID

Organe Central du Front de Libération Nationale Algérienne

13 HEURES  
Numéro spécial  
Prix :  
20 francs

## Le Gouvernement provisoire de la REPUBLIQUE ALGERIENNE EST CONSTITUE

**A**U NOM DU PEUPLE ALGERIEN, LE COMITE DE COORDINATION ET D'EXECUTION, PAR DELEGATION DE POUVOIRS DU CONSEIL NATIONAL DE LA REVOLUTION ALGERIENNE (RESOLUTION DU 27 AOUT 1957), A DECIDE LA FORMATION D'UN GOUVERNEMENT PROVISOIRE DE LA REPUBLIQUE ALGERIENNE. IL EN A ARRETE LA COMPOSITION COMME SUIV :

Président du Conseil .....  
Vice-Président du Conseil, Ministre des Forces Armées .....  
Vice-Président du Conseil .....  
Ministres d'Etat .....

Ferhat ABBAS  
Belkacem KRIM  
Mohamed BEN BELLA  
H. Ait AHMED, Rabah BITA  
Mohamed BOUDIA



UD  
70

A.C

*Representações:  
geopolítica, media, literatura*

.A.B





# O Mediterrâneo e as transições democráticas

Cláudia Toriz Ramos\*

P. 45-57

## 1. O Mediterrâneo: uma região?

A noção de “região” (no seu sentido supranacional) recorre um amplo leque de disciplinas, da geografia humana à geopolítica, à história, aos estudos de integração económica regional, à ciência política e relações internacionais (Defarges, 2003; Shaw, Grant e Cornelissen, 2011; Fioramonti, 2012). A estes enfoques não escapa o “Mediterrâneo”, entendido não apenas como mar mas também, ou sobretudo, como a bordadura de terras que o circundam e que levam a marca ancestral da articulação em torno do mesmo.

O Mediterrâneo comporta antes de mais a memória dos impérios da Antiguidade que operaram a articulação regular entre as margens norte, este e sul deste “mar fechado” e que marcaram o seu cunho em matrizes culturais de longa duração que o presente ainda traduz. Todavia, a geografia do desenvolvimento, e com ela a dos modelos políticos, traçou outras linhas de demarcação sobre este espaço. Antes de mais, a geografia do desenvolvimento, na sequência da geografia da colonização, dividiu e hierarquizou os hemisférios, como que empurrando para um “sul” geográfico, mas também cultural e ideológico, o próprio Norte de África. Por sua vez, a Europa recentrou-se a norte, interpretando os movimentos longos do dinamismo industrial. A leste, a linha de demarcação, fluida e equívoca embora, empurra do coração europeu as tradições orientais – a mesopotâmica, a persa, a bizantina, a otomana, a islâmica, porventura a judaica – numa relação/tensão cultural que os termos “orientalismo” ou “ocidentalização” tão bem traduzem (cf. Said, 2004; Braudel, 2008).

De uma ou de outra formas, a história colectiva dos povos da bordadura do mediterrâneo retrai-se e aponta a destinos diferentes. Todavia, a vicinalidade, duplamente entendida como passado comum e como espaço de contacto e consequente “contaminação”, persiste na geografia dos lugares e convida à leitura de novas possibilidades.

Visto da Europa, nomeadamente da Europa comunitária da integração europeia, o Mediterrâneo terá que ser abordado pela óptica do “Norte de África e Médio Oriente” (NAMO), entendidos como região vizinha com a qual se estabelecem relações de vizinhança privilegiadas – entenda-se, nos aros largos e sucessivos da proximidade do território europeu, anel próximo cujas características e cuja evolução não serão inócuas à própria União Europeia (UE) (European Commission, 2012). Nessa medida se

\* Professora Auxiliar – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa.

vêm desenvolvendo programas de políticas, nomeadamente o EUROMED (EEAS, s.d.) e hoje o UfM, União para o Mediterrâneo (cf. Cimeira de Paris para o Mediterrâneo, 2008). Nestas, incluem-se como parceiros, para além dos 27 Estados membros da UE, 17 outros parceiros do Sul Mediterrânico<sup>1</sup>, África e Médio Oriente, a saber: Albânia, Argélia, Bósnia e Herzegovina, Croácia, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Mauritânia, Mónaco, Montenegro, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Turquia. De notar ainda que a própria Europa comunitária comporta em si uma linha informal de divisão entre o Norte e o Sul que fracciona subliminarmente a identidade de conjunto, e que emerge em epítetos como bem expressa o de *Club Med*<sup>2</sup> ou o jocoso e depreciativo acrónimo de *PIIGS*, aplicado a Portugal, Itália, Irlanda (a excepção, a Norte, mas que partilha da identidade católica do sul), Grécia e Espanha.

## 2. Democratização: transições históricas e critérios teóricos

A vasta literatura existente sobre processos de democratização consagrou já critérios e instrumentos de avaliação dos sucessivos processos de democratização ocorridos no mundo (cf., entre outros: Burnell, 2003; Burnell e Randall, 2005; Haerpfer *et al.*, 2009; Huntington, 1991; Lipjhart, 1999; Van Beek, 2005). Com a ressalva dos cuidados necessários à utilização de instrumentos de análise comparativa, nomeadamente pela dimensão mundial que, no caso, esses instrumentos comportam, a informação e sistematização acumulada sobre democratização é elucidativa e estimulante para a análise de novos casos. Acresce que os processos de democratização não têm ocorrido, regra geral, de forma autóctone, inspirados apenas por movimentos internos e ascendentes de expressão popular do poder. Bem ao contrário, as democratizações têm ocorrido por vagas cujas condicionantes externas cabe também analisar (Huntington, 1991; Haerpfer *et al.*, 2009).

Revêem-se abaixo, de forma breve, os principais instrumentos conceptuais de tais análises. Do ponto de vista do processo, estão tipificadas três etapas: a da liberalização inicial; a da transição propriamente dita; finalmente, a da consolidação. Do ponto de vista da estrutura, há a considerar quais são as condições que definem o limiar de democracia e quais são, a jusante, os indicadores de qualidade da democracia que se lhe podem acrescentar.

Começando no processo, ou dimensão diacrónica, há a considerar variações inerentes à natureza do regime anterior, sendo que a “transição” de um autoritarismo/totalitarismo para a democracia se poderá operar através de processos de passagem progressivos, no quadro ainda do regime anterior, ele próprio envolvido numa “liberalização” voluntária e controlada. Tal passo, não estando sempre presente, poderá augurar uma transição mais plácida e sem recurso à violência (Van Beek, 2005).

Há que considerar também o motor, ou motores da transição, isto é o conjunto de causas próximas de maior relevo para o despoletar do processo. Casos há em que elites políticas internas tomaram nas mãos a transição, promovendo-a activamente.

1 Entre os quais a Croácia, futuro membro da UE, a partir de 2013, mas também outros Estados candidatos oficiais ou potenciais (cf. União Europeia, s.d.).

2 Um exemplo, entre muitos outros, será o artigo de W. Keegan, «‘Club Med’ countries have spoiled the eurozone party» (in *The Observer*, 17/07/2011).



Noutros casos, poderemos encontrar uma sociedade civil tomada de um dinamismo que a agita e a mobiliza contra o Estado instituído, propiciando a mudança e a revolução. O processo pode ainda ocorrer no quadro de mudanças estruturais de monta, promovidas até pelo próprio poder político, mas que a dada altura se não confinam à manutenção do regime anterior. Por sua vez, e porventura em sobreposição com alguma ou algumas das anteriores, o contexto internacional pode propiciar ou forçar mesmo aos ventos da democratização (Van Beek, 2005; Haerpfer *et al.*, 2009).

O processo de democratização atinge, a dado passo, o “limiar” da democracia, tal não significando, todavia, que o regime se consolidou ou que é irreversível. Há pois que considerar os quesitos de passagem de tal limiar. Na clássica abordagem de R. Dahl (1998) às características definidoras da democracia, salienta o autor um conjunto chave de factores sem a presença cumulativa dos quais não poderá o regime ser considerado democrático. Desde logo, democracia implicará eleições regulares, livres e competitivas, assentes numa estrutura pluripartidária que garante a diversidade da oferta. Para além disso, o sistema terá que assegurar que o sufrágio é universal adulto, sob pena de se comprometer um outro critério fundamental, o da inclusividade. Os governantes serão, por isso, eleitos. Por sua vez, a escolha política carece de critérios, sendo que aos cidadãos eleitores precisam de ter a informação necessária para a escolha, de forma livre e plural. Para esse efeito, terão que vigorar, na lei e na prática, pautas de liberdade de expressão e de associação. Estes parâmetros apontam à consecução mínima da democracia, também designada de “democracia eleitoral”. O quadro de referência é o da “democracia representativa”, ou também assim designada, “democracia liberal”, o que deixa, desde logo, amplo espaço à discussão sobre a possibilidade de outros modelos (cf. Catt, 1999; Held, 2006; Lijphart, 1999).

Por sua vez, e ainda na mesma óptica da definição dos factores de limiar de democracia, Lipset (cit. in Catt, 2009) salienta a importância factor socio-económico, aludindo assim à necessidade de construção de factores de bem estar económico e social, para viabilizar as democracias. Nesta perspectiva estará em causa a própria distribuição de recursos no seio de uma dada sociedade e a sua implicação, enquanto condição basilar da democracia.

A esta visão acrescenta-se ainda a de Almond e Verba (cit. in Burnell e Randall, 2005), autores que se fizeram notar pela ênfase posta nos factores culturais subjacentes à democracia: concretamente, a necessidade de uma cultura política cívica como sedimentadora do regime. De facto, os aspectos salientados por Dahl para a consecução da democracia eleitoral só se enraízam se andarem associados a uma cultura de efectiva participação política.

Assim, a conjugação dos factores acima aponta para um processo longo de enraizamento das práticas democráticas que poderá não ocorrer sem sobressaltos ou recuos. A conceptualização sobre “consolidação” da democracia é um conjunto de instrumentos de análise para a fase madura das democracias. Na definição minimalista do *International Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA, s.d.) o regime estará enraizado quando se transformar no *the only game in town*, ou seja, quando todos os procedimentos políticos tiverem esse cunho. Mas, a referida organização considera ainda que a democratização é um processo que: requer tempo e paciência; que se não consuma apenas com eleições; que as práticas democráticas podendo ser com-

paradas – pelo que modelos externos se revelam orientadores – não podem contudo ser prescritas; logo, que a democracia se constrói nas sociedades a partir de dentro, nos seus níveis profundos e duradouros; e que a democracia não pode ser importada nem exportada, mas apenas apoiada. Esta reflexão leva inevitavelmente à consideração das dinâmicas dos processos de expansão da democracia e de democratização orientada a partir do exterior pela dupla lente: da crítica da tradução cultural, i.e., do (des)ajustamento dos padrões internacionais às próprias realidades diversas dos países em causa; da consideração da própria natureza intrínseca da democracia, que pressupõe um processo de profundo enraizamento e participação popular, sob pena de fragilização de todo o edifício político subsequente.

As democracias maduras têm por isso sido analisadas à luz de grelhas mais exigentes que as da transposição do limiar da democracia. Diamond e Morlino (2004) por exemplo, avançam um modelo de análise da “qualidade” da democracia baseado num conjunto de quesitos processuais e de conteúdo. Nessa grelha, uma democracia plena carece pois de cumprir as características do estado de direito democrático; tem que ter enraizadas práticas de participação política regulares; assenta em mecanismos de competição política (partidária) regulares e reconhecidos; pressupõe quer o controlo e responsabilização verticais (cidadãos – aparelho de estado) quer o controlo e responsabilização horizontais (inter-instituições). O primeiro caso corresponde à *accountability*, consagrada como tal no mundo anglo-saxónico, e que recobre as práticas regulares (que não apenas eleitorais) de prestação de contas aos cidadãos, pelos titulares de cargos políticos. Para além disso, o respeito pelas liberdades civis e políticas tem que estar garantido e ser regular, assentando também uma democracia madura na crescente igualdade política dos seus cidadãos. Esta condição estatutária dos cidadãos parecendo, por cristalina no plano teórico, simples, é no entanto de execução complexa, por tocar as múltiplas facetas da desigualdade económica, social e, correlativamente, política. Os autores apontam ainda um último critério de correspondência entre a prática política e as aspirações dos cidadãos (*responsiveness*). Tal critério implicará a coerência entre programas eleitorais, mandato e respectiva concretização e medirá a satisfação dos cidadãos com o produto (*output*) político da governação.

Sendo embora esta grelha também ajustada à democracia representativa, ela comporta já características que as democracias avançadas contemporâneas foram desenvolvendo, nomeadamente: cidadania alargada, correlativa cultura e participação políticas, *feed-back* permanente entre governantes e governados; e, responsabilização dos governantes. Não se tratando de um modelo de democracia directa, dedica todavia maior atenção ao enraizamento e à dimensão genuína da participação democrática: a base popular.

### 3. Democracias: medir e comparar - indicadores e casos

Geograficamente, em torno do Mediterrâneo, o mapa dos regimes políticos não é uniforme, nem são as democracias existentes todas datadas da mesma vaga (cf. Huntington, 1991). A vaga mais recente do que poderá prenunciar um novo (ainda que

longo e incerto) processo de democratização e que vem sendo designada de “Primavera Árabe” recobre uma boa parte dos países do Norte de África e Médio Oriente.

É justamente sobre a “transição”, ou seu prenúncio, nesses estados, sobre os seus indicadores e sobre os efeitos gerados sobre os respectivos regimes políticos que se debruça esta parte do texto, procurando perceber o que mudou, numa análise comparada dos casos, que se sustenta nos dados recolhidos por observadores internacionais para a produção de índices comparativos. Concretamente, recorrer-se-á ao *ranking* produzido pelo *The Economist Intelligence Unit* (EIU, 2011)<sup>3</sup>. Para além disso, e porque muitos destes processos em estados onde a transição, por dolorosa e violenta, se pode entretecer com efeitos de falência do próprio Estado, serão também analisados os indicadores mais recentes do *Failed States Index*, publicação anual conjunta da revista *Foreign Policy* e do *Fund for Peace* (Foreign Policy, 2012). Para a compreensão dos dados subsequentes, apresentam-se sumariamente abaixo os indicadores considerados nos dois índices.

### 3.1. O Índice da Democracia

O Índice da Democracia considera quatro grandes áreas sobre as quais recolhe indicadores: **i)** processo eleitoral e pluralismo; **ii)** funcionamento dos governos; **iii)** participação política; **iv)** cultura política e **v)** liberdades civis. Sem detalhar aqui pormenorizadamente os diferentes aspectos analisados sob cada uma, é óbvio que se recobrem, na análise, vários dos indicadores de democracia (limiar e consolidada) acima mencionados: concretamente, i) e v) apontam a aspectos essenciais da transposição do limiar da democracia, enquanto que ii), iii) e iv), na sua gradação, correspondem a características que as democracias amadurecidas tenderão a aperfeiçoar (EIU, 2011, pp. 27-30<sup>4</sup>).

Os resultados são vertidos numa escala quantitativa de 0-10 pontos. Da sua combinação produz-se uma grelha interpretativa que permite dividir os regimes políticos em quatro tipos: democracias plenas (8-10); democracias c/ falhas (6-7, 9); regimes híbridos (4-5, 9); regimes autoritários (menos de 4). Como se aponta, a demarcação entre os níveis é expressa pela definição de escalões, aplicados em função da pontuação obtida por cada Estado. A definição qualitativa desses quatro tipos de regimes políticos é a seguinte:

*- democracias plenas: países em que não só as liberdades políticas e civis são respeitadas, mas onde elas tendem a estar suportadas numa cultura política capaz de conduzir ao despontar da democracia. O funcionamento do governo é satisfatório. Os media são independentes e diversificados. Há um sistema efectivo de checks and balances. O judicial é independente e as decisões judiciais são postas em prática. Apenas ocorrem problemas pontuais no funcionamento da democracia.*

3 Igualmente interessante é o ranking produzido pela organização *Freedom House*, cujos indicadores recobrem de resto as características sine qua non da democracia eleitoral. Neste texto optou-se, no entanto, por uma análise mais detalhada do Índice da Democracia referido, dado que esse considera, para além dos indicadores da democracia eleitoral, indicadores mais profundos da participação e cultura políticas. Para uma visão da análise recente da *Freedom House* à evolução do Norte de África e Médio Oriente, consulte-se *Freedom House* (2012).

4 A publicação contém o instrumento de análise, com os indicadores por área, e a especificação da metodologia de apuramento dos resultados aplicada.

- *democracias com falhas: países que têm eleições livres e competitivas, eventualmente com problemas como algum cerceamento da liberdade dos media, mas que respeitam as liberdades civis básicas. No entanto, apresentam fraquezas em outros aspectos, nomeadamente, governação, subdesenvolvimento da cultura política e baixos níveis de participação.*

- *regimes híbridos: países em que as eleições registam irregularidades substanciais, não sendo portanto livres nem abertamente competitivas. Pressões do governo sobre partidos e candidatos da oposição podem tornar-se comum. Fragilidades sérias como as que ocorrem em democracias com falhas podem tornar-se mais regulares – na cultura política, no funcionamento do governo e na participação política. A corrupção tende a existir de forma generalizada e o Estado de direito é fragilizado. A sociedade civil também é fraca. Tipicamente, ocorrem fenómenos de perseguição e de pressão sobre jornalistas e o judicial não é independente.*

- *regimes autoritários: nestes, o pluralismo político está ausente ou fortemente limitado. Muitos países nesta categoria são de facto ditaduras. Pode haver algumas instituições formais da democracia, mas com escassa substância. As eleições, a ocorrerem, não são nem livres nem competitivas. Não são considerados os abusos e as usurpações das liberdades civis. Os media ou são detidos pelo Estado ou controlados por grupos com conexões com o regime. Há repressão sobre a crítica à actuação governamental e censura persistente. O judicial não é independente (EIU, 2011, p. 30; traduzido).*

Este quadro, assim traçado, produz os seguintes resultados, quando aplicado ao quadro mundial, no relatório correspondente a 2011.

**Quadro 001:** Índice de democracias: regimes por tipos

<b>REGIMES</b>	<b>N.º Estados</b>	<b>% Estados</b>	<b>% População mundial</b>
Democracias plenas	25	15	11,3
Democracias c/ falhas	53	31,7	37,1
Regimes híbridos	37	22,2	14
Regimes autoritários	52	31,1	37,6

Fonte: EIU (2011).

Da leitura cruzada deste quadro com a informação anteriormente referida sobre o aumento do número de democracias, nas sucessivas vagas de democratização, não deixa de ser notório que, se esse número aumentou substancialmente, o das democracias aqui a considerar como “plenas” é ainda escasso e abrange uma parte muito pequena da população mundial.

**Quadro 002: Índice de democracias: regimes por tipos**

	ANO 2011			ANO 2010
	Rank	Total	Tipo de regime	Tipo
Malta	15	8.28	Plena	
Espanha	25	8.02	Plena	
Portugal	27	7.81	c/ Falhas	Plena
França	29	7.77	c/ Falhas	
Eslovénia	30	7.76	c/ Falhas	
Itália	31	7.74	c/ Falhas	
Grécia	32	7.65	c/ Falhas	
Israel	36	7.53	c/ Falhas	
Chipre	40	7.29	c/ Falhas	
Bulgária	52	6.78	c/ Falhas	
Croácia	53	6.73	c/ Falhas	
Roménia	59	6.54	c/ Falhas	
Sérvia	64	6.33	c/ Falhas	
Macedónia	73	6.16	c/ Falhas	
Montenegro	74	6.15	c/ Falhas	
Albânia	87	5.81	Híbrido	
Turquia	88	5.73	Híbrido	
Tunísia	92	5.53	Híbrido	Autoritário
Líbano	94	5.32	Híbrido	
Bósnia and Herzegovina	95	5.24	Híbrido	
Palestina	99	4.97	Híbrido	
Mauritânia	109	4.17	Híbrido	Autoritário
Iraque	112	4.03	Híbrido	
Egipto	115	3.95	Híbrido	Autoritário
Jordânia	118	3.89	Autoritário	
Marrocos	119	3.83	Autoritário	
Kuwait	122	3.74	Autoritário	
Líbia	125	3.55	Autoritário	
Argélia	130	3.44	Autoritário	
Oman	134	3.26	Autoritário	
Catar	138	3.18	Autoritário	
Bahrain	144	2.92	Autoritário	
Djibouti	147	2.68	Autoritário	
Emirados Árabes Unidos	149	2.58	Autoritário	
Iémen	150	2.57	Autoritário	
Sudão	153	2.38	Autoritário	
Síria	157	1.99	Autoritário	
Arábia Saudita	161	1.77	Autoritário	

Fonte: EIU (2011).

UE - Estados Membros

UE - Estados candidatos oficiais / potenciais

NAMO - bordadura do Mediterrâneo - c/ revoltas

NAMO - outros - c/ revoltas

NAMO - s/ revoltas

No quadro 002 apresenta-se um extracto do Índice da Democracia, 2011, relativo ao posicionamento nesse *ranking* dos países da bordadura do Mediterrâneo, quer Europeus, quer do Norte de África e Médio Oriente, assinalando-se, quando as houve, as alterações ocorridas na classificação por regime, relativamente a 2010. O intuito é assinalar posições relativas mas também alterações internas, em função da evolução política recente dos Estados em causa. Incluíram-se também estados que não são *stricto sensu* da bordadura do Mediterrâneo, mas que foram tocados pelo fenómeno da chamada “Primavera Árabe” e que, por tal, fornecem informação comparativa relevante.

Como é presumível, são os Estados europeus que preenchem o topo do *ranking*<sup>5</sup>, sendo embora de assinalar que, para os casos seleccionados, apenas Malta e Espanha configuraram, no ano de 2011, democracias plenas, tendo Portugal perdido essa posição justamente de 2010 para 2011. O mesmo aconteceu à Grécia, Itália e França em 2010. Regra geral, e como indicado acima, as falhas nos sistemas democráticos europeus referem-se a problemas de governação – no caso português a alteração da posição no *ranking* reflecte a intervenção externa associada ao acordo de condicionalidade com a União Europeia e Fundo Monetário Internacional – e insuficiências ao nível da cultura e participação políticas. Trata-se pois de problemas mais próximos da abordagem da qualidade da democracia do que do seu limiar. As falhas em causa ao nível da participação e cultura políticas poderão, por sua vez, ser passíveis de correlação, em vários dos casos, com a proximidade do sul da Europa a transições para a democracia relativamente recentes. Esse traço será particularmente visível nos novos estados resultantes das convulsões políticas nos Balcãs, candidatos oficiais ou potenciais<sup>6</sup> à integração europeia, mas ainda vivendo processos de (re)construção do Estado e da Nação. O caso de Israel é particular, uma vez que é sobretudo no item “liberdades civis” que os seus resultados são baixos (EIU, 2011, pp. 3-8).

Na listagem apresentada, o primeiro dos regimes híbridos é a Albânia que, com a Turquia e a Bósnia Herzegovina, preenchem os únicos casos de estados candidatos oficiais e potenciais à integração europeia que não cumprem os quesitos mínimos da democracia. Nos casos da Albânia e da Turquia, os principais problemas assinalam-se ao nível da participação e da cultura políticas, mas também das liberdades civis; na Bósnia, para além de deficiências na participação política, assinalam-se insuficiências governativas acentuadas (EIU, 2011, pp. 3-8).

Vários dos casos da vaga de transições potencialmente iniciada no Norte de África e Médio Oriente em 2010 aparecem neste nível: desde logo, a Tunísia, a Mauritânia e o Egipto que, entre 2010 e 2011 terão, de acordo com a classificação, passado de regimes autoritários a híbridos. Todos eles apresentavam ainda graves problemas ao nível eleitoral e governativo, mas deficiências também no plano da garantia das liberdades civis. Estaremos porventura perante as marcas do início da transição, mas longe ainda da consecução da transição com o cumprimento dos quesitos mínimos da democracia. Assinala-se, no entanto, o desenvolvimento da participação política, que corresponderá à mobilização das respectivas sociedades civis. O Líbano, cuja classificação de híbrido

5 Os primeiros lugares do ranking global são ocupados, por esta ordem, pela Noruega, Islândia, Dinamarca e Suécia, não sendo os dois primeiros membros da UE (embora a Islândia seja candidato oficial) e não sendo os dois segundos membros da União Económica e Monetária. A Alemanha ocupa a 14ª posição; o Reino Unido a 18ª; os EUA a 19ª. Todos estes figuram como “democracias plenas”.

6 Conforme a designação das próprias instituições da UE (cf. União Europeia, s.d.).

é anterior, aproxima-se do perfil da Tunísia, bem como a Palestina. De notar que um Estado como o Iraque, cuja transição terá sido praticamente forçada a partir do exterior e como produto de uma invasão externa, aparece também neste nível, sendo do domínio comum o grau de instabilidade interna que tal Estado ainda comporta (questão a abordar abaixo no cruzamento com os indicadores de Estados falhados) – de facto os seus indicadores relativos a governo indicam uma autêntica falência, neste *ranking* da democracia (EIU, 2011, pp. 3-8).

Os demais estados da região que registaram movimentos sociais de protesto e convulsão política em 2010-2011 mantêm-se ainda assim, em 2011, na lista dos autoritarismos, pelo baixo impacto de mudança do regime que esses acontecimentos tiveram até à data: Jordânia, Marrocos, Argélia, Líbia (o índice de 2011 não considera ainda, obviamente, as eleições) e, por maioria de razão, a Síria (actualmente mergulhada num cenário de guerra). Do mesmo modo, outros estados vizinhos da bordadura próxima do Mediterrâneo, localizados na África Oriental e Médio Oriente, em que se verificaram também episódios dessas convulsões mantêm um perfil autoritário arregado (Kuwait, Oman, Bahrein, Djibouti, Iémen, Sudão, Arábia Saudita). O EIU (2011, p. 9) salienta mesmo o facto de que a região do Norte de África e Médio Oriente é, por excelência, região de concentração de autoritarismos. Nesta área geográfica e sob este mesmo tipo de regime autoritário, mas em contraste com os demais, por aí se não terem registado movimentos de insurreição social e política, estão o Catar e os Emirados Árabes Unidos. De salientar é o elevado nível do produto destes dois estados onde, porventura, uma economia dinâmica se conjuga com modelos autoritários sem gerar problemas sociais de maior.

### 3.2. Índice de Estados Falhados

Uma vez que os dados acima deixam entrever que em alguns dos casos referidos estarão em causa não apenas características definidoras de regimes democráticos, por oposição a não democráticos, mas também problemas associados à própria pacificação e segurança interna e, por isso, à viabilidade ou falência do Estado, recuperam-se no quadro 003, para o mesmo leque de países, os dados publicados no Índice de Estados Falhados, 2012, publicado pela *Foreign Policy*, em colaboração com o *Fund for Peace* (Foreign Policy, 2012). Neste, a hierarquia é inversa da do quadro anterior, sendo o topo do *ranking* ocupado pelos estados com maiores debilidades, por referência aos critérios de análise, expressos nos indicadores de falência do Estado a saber: pressões demográficas; movimentos massivos de refugiados e pessoas deslocadas internamente; violência e vingança entre grupos; emigração massiva e “fuga de cérebros”; desenvolvimento económico assimétrico; pobreza e declínio económico; problemas ao nível da legitimidade do Estado; problemas nos serviços públicos; incumprimentos de direitos humanos e dos princípios do Estado de Direito; problemas de segurança e no aparelho de segurança; facções internas; intervenção externa. Os indicadores são pois de ordem económica, social e político-militar. Mas, a leitura crítica dos dados sobre falência do Estado convoca também algum cuidado, nomeadamente pela possibilidade de legitimação de intervenção externa que tais dados podem comportar, em articulação com todo um discurso securitário internacional que põe sob vigilância estados párias e estados fragilizados em geral (cf. Chesterman, Ignatieff e Thakur, 2005; Doombos, 2005).

**Quadro 003: Índice de Estados Falhados 2012**

<b>Rank</b>	<b>Estado</b>	<b>Total</b>	<b>Caracterização do Estado</b>
3	Sudão	109,4	crítico
8	Iémen	104,8	crítico
9	Iraque	104,3	crítico
23	Síria	94,5	crítico
31	Egipto	90,4	crítico
38	Mauritânia	87,6	crítico
45	Líbano	85,8	crítico
50	Líbia	84,9	crítico
53	Djibouti	83,8	crítico
61	Israel/West Bank	82,2	em perigo
77	Argélia	78,1	em perigo
79	Bósnia e Herzegovina	77,9	em perigo
85	Turquia	76,6	em perigo
87	Marrocos	76,1	em perigo
89	Sérvia	75	em perigo
90	Jordânia	74,8	em perigo
94	Tunísia	74,2	em perigo
100	Arábia Saudita	73,4	em perigo
109	Macedónia	69,1	borderline
115	Chipre	66,8	borderline
118	Albânia	66,1	borderline
125	Bahrain	62,2	borderline
126	Roménia	59,5	borderline
128	Kuwait	58,8	borderline
130	Bulgária	56,3	borderline
130	Croácia	56,3	borderline
133	Montenegro	55,5	borderline
137	Oman	51,7	borderline
138	Grécia	50,4	estável
140	Emirados Árabes Unidos	48,9	estável
142	Catar	48	estável
145	Itália	45,8	estável
150	Malta	43,8	estável
153	Espanha	42,8	estável
160	Portugal	34,2	estável
161	Eslovénia	34	estável
162	França	33,6	estável

Fonte: *Foreign Policy* (2012).

UE - Estados Membros

UE - Estados candidatos oficiais / potenciais

NAMO - bordadura do Mediterrâneo - c/ revoltas

NAMO - outros - c/ revoltas

NAMO - s/ revoltas

Sem entrar numa abordagem exaustiva destes dados serão, no entanto, de notar, na geografia do Norte de África e Médio Oriente, os níveis altos de desestruturação do poder político (nível “crítico”) no Sudão, Iémen e Iraque, logo seguidos pela Síria. Por outro lado, Estados cuja transição, a avaliar pelo Índice de Democracia acima refe-



rido, está já a ter impactos de regime, registam, ainda assim, fortes convulsões ao nível da própria estruturação de um aparelho de Estado eficaz e duradouro – vejam-se os casos do Egipto e da Mauritânia, do Líbano e da Líbia. Nos quatro casos, as convulsões internas suscitaram divisões sociais e facções políticas em confronto, sendo óbvia a desestruturação do Estado e da segurança interna daí resultantes (cf. indicadores in Foreign Policy, 2012). Na bordadura do Mediterrâneo há ainda estados assinalados como “em perigo”, nomeadamente a Argélia, Marrocos e a Tunísia, no Norte de África; Israel (que inclui neste cômputo o *West Bank*) e a Jordânia, no Próximo Oriente; a Turquia, na transição entre a Ásia e a Europa; a Bósnia e Herzegovina e a Sérvia, no território europeu. Dificuldades, embora menos profundas (“borderline”), são assinaladas também em muitos dos demais estados dos Balcãs, na Roménia e na Bulgária. Os restantes estados europeus do sul são considerados “estáveis”, sendo embora de assinalar que é a Grécia o que mais se aproxima da zona de passagem para o nível precedente. De notar mais uma vez será o posicionamento dos autoritarismos dos Emirados Árabes Unidos e do Catar, bem próximos das posições estáveis desses países do Sul da Europa, facto a que não será alheia a conjugação do dinamismo económico, nos dois, com poder político forte, sob a forma monárquica.

#### 4. Conclusão

Os rankings e indicadores publicados por observadores internacionais como os aqui mencionados são da maior utilidade para a heurística dos processos de democratização, mas não podem produzir, por si, toda uma hermenêutica dos ditos processos. Dito de outro modo, se a definição de parâmetros à qual se sujeita, necessariamente, a construção de indicadores de observação dos casos remete à própria definição de conceitos como democracia, Estado de direito ou mesmo aparelho de poder, ela fecha por sua vez, se for tomada por bastante, a observação destes processos de transformação política à modelação dos mesmos, por relação com expectativas de mudança padronizadas por modelos exteriores e pré-existentes. Por outro lado, a sequência espacial e cronológica dos acontecimentos aqui tomados por referência deixa perceber fenómenos de contacto e contaminação e, nessa medida também, de padronização dos processos observados, pelo que instrumentos como estes indicadores se revelam de alguma utilidade.

O fenómeno político despoletado em Dezembro de 2010 por um acto de auto-imolação de um jovem, na Tunísia, aparentemente um acto isolado, afigura-se afinal como o rastilho de uma sublevação social, política e militar que desagua numa sucessão de revoltas e de revoluções, por toda a África do Norte e Médio Oriente, algumas conduzindo a mudanças de regime, outras levando ao reforço da repressão interna.

Em torno do Mediterrâneo, a cartografia dos regimes político não desenha ainda uma mapa de democracias: por um lado, persistem autoritarismos no Norte de África e Médio Oriente, havendo depois casos híbridos, aí, mas também na Europa do Sul (Balcãs e Turquia). Por sua vez, a Europa do Sul, em geral, apresenta regimes democráticos, embora com falhas, por comparação com a generalidade dos estados do Norte da Europa. Por um outro prisma, o da falência do Estado, os processos em curso, ainda

que de potencial democratização, num prazo mais longo, lançam, sobre os estados em transição, um forte efeito de desestruturação interna que poderá mesmo pôr em causa as condições de paz e segurança (vejam-se as transições dos Balcãs, ou os casos, Sírio, Líbio, Egípcio e da Mauritânia, entre outros).

Sendo a democracia, por definição, um regime que pressupõe a participação popular, pelo envolvimento regular e institucionalizado nos processos políticos, o fenómeno da “Primavera Árabe” parece decorrer desse formato. Todavia, a sua sequência será certamente e caso a caso, alvo da conjugação complexa de variáveis internas e externas que levarão à construção de perfis diferentes. O Índice de Democracia aqui analisado reserva algum espaço à cultura política subjacente a cada caso nacional. O Índice de Estados Falhados observa com particular cuidado a definição de facções internas (logo, ausência de coesão) e a desestruturação dos aparelhos de poder. O factor económico será também de relevo (vejam-se os casos da Grécia, do Catar e Emirados Árabes Unidos). Porventura, a própria configuração, monárquica ou republicana do regime poderá ser condicionante de monta.

Nos estados onde a revolução já desaguou em eleições (ícone da democracia representativa) emergem partidos islâmicos com forte apoio popular (cf. IDEA, 2010) fenómeno que certamente contraria a cartilha ocidental da construção de democracias e que terá que ser explicado do ponto de vista da inscrição cultural profunda destes processos. Como profunda e enraizada na cultura política dos povos terá que ser qualquer democracia que possa subsistir.

## Referências bibliográficas

- Braudel, F. (2008), *Grammaire des Civilisations*. Paris: Flammarion.
- Burnell, P. (ed.) (2003), *Democratization through the Looking Glass (Perspectives on democratization)*. Manchester: Manchester U.P.
- Burnell, P. e Randall, V. (eds.) (2005), *Politics in the Developing World*. Oxford: Oxford U.P.
- Catt, H. (1999), *Democracy in Practice*. London: Routledge.
- Chesterman, S., Ignatieff, M. e Thakur, R. (eds.) (2005), *Making States Work. State Failure and the Crisis of Governance*. Tokyo, New York, Paris: United Nations University Press.
- Cimeira de Paris para o Mediterrâneo (2008), *Déclaration commune du sommet de Paris pour la Méditerranée Paris, 13 juillet 2008*. Disponível em [http://www.ue2008.fr/webdav/site/PFUE/shared/import/07/0713\\_declaration\\_de\\_paris/Declaratation\\_du\\_sommet\\_de\\_Paris\\_pour\\_la\\_Mediterranee-FR.pdf](http://www.ue2008.fr/webdav/site/PFUE/shared/import/07/0713_declaration_de_paris/Declaratation_du_sommet_de_Paris_pour_la_Mediterranee-FR.pdf) [consultado em 15/06/2012]
- Dahl, R. (1998), *On Democracy*. New Haven: Yale UP.
- Defarges, P. (2003), *Introdução à Geopolítica*. Lisboa: Gradiva.
- Diamond, L. e Morlino, L. (2004), *The Quality of Democracy. CDDRL Working Papers*. N.º 20.
- Doornbos, M. (2005), State collapse and civil conflict in Burnell, P. e Randall, V. *Politics in the Developing World*. Oxford: Oxford U.P., pp. 171-184.

- EEAS – European Union External Action Service (s.d.). *Euro-Mediterranean Partnership (EUROMED)*. Disponível em [http://www.eeas.europa.eu/euromed/index\\_en.htm](http://www.eeas.europa.eu/euromed/index_en.htm) [consultado em 05/10/2012].
- EIU – Economist Intelligence Unit (2011). *Democracy index 2011. Democracy under stress*. Disponível em [https://www.eiu.com/public/topical\\_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2011](https://www.eiu.com/public/topical_report.aspx?campaignid=DemocracyIndex2011) [consultado em 15/06/2012].
- European Commission (2012), *European Neighbourhood Policy*. Disponível em [http://ec.europa.eu/world/enp/policy\\_en.htm](http://ec.europa.eu/world/enp/policy_en.htm) [consultado em 15/06/2012].
- Freedom House (2012), *Divergence and Decline: The Middle East and the World after the Arab Spring*. Disponível em <http://www.freedomhouse.org/report/countries-crossroads-2012/divergence-and-decline-middle-east-and-world-after-arab-spring> [consultado em 05/10/2012].
- Fioramonti, L. (ed.) (2012), *Regionalism in a Changing World. Comparative Perspectives in the New Global order*. London: Routledge.
- Foreign Policy (2012), *Failed States Index 2012*. Disponível em [http://www.foreignpolicy.com/failed\\_states\\_index\\_2012\\_interactive](http://www.foreignpolicy.com/failed_states_index_2012_interactive) [consultado em 15/06/2012].
- Haerpfer, C. et al. (2009), *Democratization*. Oxford: Oxford U.P.
- Held, D. (2006). *Models of democracy*. 3.ª ed. Stanford: Stanford U.P.
- Huntington, S. (1991), *The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century*. Oklahoma: University of Oklahoma Press.
- IDEA – International Institute for Democracy and Electoral Assistance (s.d.). Portal. Disponível em <http://www.idea.int/> [consultado em 15/06/2012].
- IDEA (2010), *Islamist Mass Movements, External Actors and Political Change in the Arab World*. Research Report. Centro Studi di Politica Internazionale (CeSPI), The International Institute for Democracy and Electoral Assistance (International IDEA) and Istituto Affari Internazionali (IAI). Disponível em [http://www.idea.int/publications/islamist\\_mass\\_movements/index.cfm](http://www.idea.int/publications/islamist_mass_movements/index.cfm) [consultado em 05/10/2012].
- Lijphart, A. (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-six Countries*. Yale U.P.
- Said, E. (2004), *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia.
- Shaw, T., Grant, A. e Cornelissen S. (eds). (2011), *The Ashgate Research Companion to Regionalisms*. Farnham: Ashgate.
- União Europeia (s.d.), *Alargamento UE*. Disponível em [http://europa.eu/pol/enlarg/index\\_pt.htm](http://europa.eu/pol/enlarg/index_pt.htm) [consultado em 05/10/2012].
- Van Beek, U. (ed.) (2005), *Democracy under construction: patterns from four continents*. Opladen: Barbara Budrich Pub.



# The Turkish Model: new dynamics on Mediterranean's policy

Jorge Rodrigues\*

P. 59-71

## Introduction

Turkey is not a common country. As so, it brings different emotions to academics, politicians and public opinion. The XVII century siege of Vienna and the great Ottoman Empire still frightens many western countries.

The tectonic changes in the international community after the Berlin Wall collapse presented big challenges to Turkey. After decades of foreign policy of westernization, Ankara started to define a more pragmatic approach. With the Islamist Party – AKP – rise to power, the strategic environment was seen as an opportunity to rebuild Turkish regional power, placing prime-minister Recep Tayyip Erdogan in a rare momentum, influenced by Ahmet Davutoglu political concept of “zero problems with neighbours”.

After decades of major priority on NATO's strategic plans, Turkey lost its importance after 1990's. Ankara's external objectives were lost for a long period, creating an opportunity for a rebuilding from the very beginning. What was a problem became a major opportunity, which could open doors long closed to Ankara interests.

But the Turks also have a name for the missed expectations, and that would be the Sévres Syndrome, when the partition of the Ottoman Empire was led in terms that would turn Turkey completely unviable as country. Only the armed response from Atatürk troops allowed the saving of the key territories.

But we are very far from the “Sick Man of Europe”, as Ottoman's eve was known. Surveys of the Turkish Economical and Social Studies Foundation (TESEV) – as some others forums and organizations – show that Turkey is seen in the best image ever. Atatürk's, first military and afterwards political skills, managed to bring Turkey back to Independency. The “Peace at home, peace in the world” secular and occidental type policy, assured a path towards a safe future.

Its geostrategic importance is recognized at all levels from the academic thinking to the political pragmatism. The first Islamic country that president Barack Obama visited was Turkey, showing the world what Ankara means to the USA. On the crossroad of different worlds, Turkey is able to act as a close door or a proximity bridge to the different elements.

---

\* Tenente-Coronel do Exército Português, Auditor do Curso de Defesa Nacional.

Apart other important theoretical concepts that confirm Ankara current importance, we would like to emphasize the “New Great Game” proximity - don’t forget that 72% of the confirmed gas and 73% of oil reserves are located on the Caspian Sea and Middle East region -, and Asmus, Larrabee and Lesser’s “Crisis Axes”, which confine a complex conflict matrix that intercept a Middle East – Caspian – Balkans arch to a Barents Sea – Russia – Balkans one (Asmus, Lesser and Larabee, 2003).

The combination of both references makes Ankara a main actor in the recent security paradigm that involves some proxy and frozen wars (e.g. Balkans, Georgia, Lebanon and Palestine), and makes its actions extremely important concerning the political and economical interests in the region.

### “Where is Turkey?”

This question acknowledges an evolution on the international linkage of the Turkish foreign policy, as it tries to find to answer to the why and how Ankara’s foreign policy changed dramatically.

To understand this evolution we must realize that Turkey experimented five foreign policy periods: Kemal Atatürk (1938), Ismet İnönü and 2<sup>nd</sup> WW (1952), NATO and Cold War (1990), post-Cold War and regional crisis in Turkish vicinity (2001) and since AKP political leadership (Kiraboglu, 2011).

In the post-World War I period, when Turkey believed that, to survive, it had to leave the external contacts, most of them part of the former Ottoman Empire, and accordingly Ataturk developed a policy towards security above all, avoiding the external problems as much as he could. This period focused on internal cohesion, avoiding border issues disputes with the neighbours but keeping in mind any possible attack (mostly from the USSR). Inonu replaced Ataturk as president of the Turkish Republic but kept the neutral policy, even through a major conflict<sup>1</sup>, where it had kinetic situations on the nearest territories.

After this war Turkey had to choose sides! Considering the Marshall Plan<sup>2</sup>, and considering the major threats, Ankara moved towards the West. As a result, and probably seeking protection from the Ottoman past memories, most of their neighbours, except Israel, moved towards the Eastern Block and Soviet Union. During this period, Ankara experimented major problems considering territorial issues – specifically with Greece, Syria and Iraq –, natural resources (mostly water) issues – with Iran, Iraq and Syria –, and security ones - with Armenia, Iraq and Syria, these last two mostly because of the Kurdish card.

However, it was with the NATO membership that Ankara definitely assumed a more proactive and western oriented foreign policy, losing in the process, the freedom to follow its own political agenda, which could be considered as “normal situation” to all the International Society during this Cold War period. NATO’s southern flank deterrence towards the Russian bear was the goal that the Western world asked from

1 Turkish neutrality was only broken in 1945, when it declared war to the “Axis” countries, in order to obtain some post-war gains.

2 The Marshall Plan was firstly allocated to the Greek-Turkish region and named only as Truman Doctrine. It was extended later to other European countries.

Ankara in the second part of the XX<sup>th</sup> Century. Controlling Moscow naval access to the Mediterranean Sea, which has to be made through the Bosphorus and Dardanelles Straits, Turkey also gave the closest territory to the Cold War enemy.

With the end of the Cold War, Turkish importance was, somehow, neglected by the western friends, only rediscovered with the 1<sup>st</sup> Gulf War. The proximity, first to Iraq, and now to Iran and Syria, gave Ankara the hinge point again. Nevertheless, the fragility of the internal political situation didn't allow a more assertive and independent oriented foreign policy. The major goal was, on period, focused on keeping close ties with Washington and on trying to open the EU doors to Turkish membership on that period.

However, this period opened the way to a more pragmatic foreign policy analysis as part of an introspective process of the country's role in the region. In spite of being a logistics and operational base during the 1<sup>st</sup> Gulf War, Turkey realized that its previous policy was heading to a dead end. As so, and considering that energy and economics are part of the international affairs, Ankara started to develop contacts with the neighbouring countries.

One of the strategic economic goals was to change the nation's economical concept from import substitution to export-led growth, so Ankara started looking for new markets and, for that purpose, became more and more interested not only in the expansion of its diplomatic and political relations but also in achieving regional stability. This was the very first step to its "Southern Corridor" formula.

This pragmatic foreign policy started in the 1990's and received a major push with the AKP government, in particular after 2007, with the "zero problems" policy of Ahmet Davutoglu. The Foreign Affairs Ministry transformed all the Turkish international relations mentality, from a reacting external policy, to proactive one, able to intervene mostly by respected mediation.

So, we have seen a return to the origins, recovering the contact roots with the Caucasus, Middle East and non-European Mediterranean countries. In spite of having all the foreign affairs policy focused on the European Union integration process – and they still have a Ministry for the European Affairs –, Ankara expanded external contacts.

Naturally this is a path with some restraints that must be added to the previous ones that Turkey always experimented, namely the competition with Saudi Arabia and Iran for the regional political control. On this particular, Ankara developed an intense and dynamic policy based on the use of soft power as a major weapon. The greater difference of this approach was the recovery of the Islamic and Turkic cards, and the new type of missions that the Turkish armed forces received.

The Turkic card was played on a historical and cultural level, rediscovering ancestral bonds with neighbour countries through the television and radio broadcasts – mostly with high audiences soap operas –, and through organizations, mostly non-governmental, with education and humanitarian goals.<sup>3</sup>

3 As major example of the last, we have the Turkish-American Islamic scholar Fethullah Güllen's movement. This religious-cultural – and as we will later analyse, political –, initiative that defined its action field, from United-States to Central Asia, and "provides a unique example of a type of faith-based on a civil society initiative" (Kalyoncu, 2007). According to these goals, the movement implemented schools and humanitarian institutional houses in several Caspian and Caucasus countries, in order to help improving the educational and health standards.

These types of initiatives were met with suspicion by regional competitors (notably Russia) who considered them noxious to its interests and influence in the region.<sup>4</sup>

But on the other hand, facing the same foe, Russia, the Eastern neighbourhood also gave major importance to Turkey, but now in a different field – the energetic security one.

In Central Asia, the Turkic card was the asset. Reviving this historical root on this ex-USSR region, Ankara was able to become an important player in the New Great Game – “the oil and the glory game”. This policy provided an opportunity for a bigger role and influence over the layout routes of the energy pipelines from Central Asia producers to Europe Union consumers.

As a strategic alternative to the Russian monopoly over the energy transportation lines to the West, Turkey is part of several gas and oil pipelines projects, as the Nabucco, the Bacu-Supsa-Ceyhan, the Kirkuk-Ceyhan, the Southern European Gas Ring, the BTE and the BTC, that are to link Turkey, via Mediterranean Sea and Greece, to the Central and Southern Europe. Apart from this, Ankara has been able to develop several bilateral agreements with neighbour countries in order to improve the supply of oil and gas.

But the success of some of these projects is, and will be, influenced and shadowed by Russia’s power and capability to advance reliable alternatives.

The new Turkish foreign policy opens the door to exploit the country’s strategic location in the “New Great Game” but requires a delicate balancing act between its interests and those of European Union and Russia, because of Ankara dependency from Moscow gas supply.<sup>5</sup>

With the second NATO’s biggest armed forces, with an annual budget of 14 Billions USD, Turkey changed one of its primary missions from deterrence in West and Southern borders, to an expeditionary and projectable military influence, turning the Armed Forces international missions a very fruitful foreign affairs asset, from Afghanistan to the Balkans – where the military assumed the commanding effort in the Theatre of Operations.

Afghanistan was, and in fact still is, a symptomatic case, as the Turkish military assumed a different posture from the leading military contingents on that Theatre of Operations. Avoiding kinetic missions, they invested the maximum assets to civil--military (CIMIC) activities and humanitarian operations, with notorious success. The 2000 military men presence allowed a different approach, passing the image of “brother Islamic country” helping the locals, instead of occupying forces.

There are no ISAF’s unclassified sources about the issue, but this military approach doesn’t follow the exact mission received from the ISAF Commander. The Turkish military are not a target in the Theatre of Operations, but their areas of responsibility are not totally secure, as the Turkish forces avoid military confrontation. Nevertheless, this action has many supporters, because it follows the major goals of the Ankara’s foreign policy<sup>6</sup>, considering the involvement of Turkish construction companies on that country.

4 Using different excuses, most of the schools were shut down by the authorities and the volunteers had to face legal charges.

5 In fact the trade relations with Russia have improved. There are plenty of joint-ventures, notably the building of the Blue Stream pipeline and the first Turkish nuclear plant.

6 Turkish forces in Afghanistan rank between those with fewer casualties, and those accounted for happened in result of accidents.



Concerning the great Mediterranean area, the Turkish renewed their interest on the Middle East in the 1990's, but it was with AKP that it boomed, mainly after the second term elections in 2007, being expressed by the growing trade, diplomatic exchanges and free movement of people and goods<sup>7</sup> (Zalewski, 2012). Commercial relations were mostly developed through multilateral Free-Trade Agreements, like the ones with Jordan, Lebanon and Syria. But bilateral agreements were also signed with the three countries on the southern border: Syria, Iraq and Iran.<sup>8</sup>

The regional battle for hearts and minds (Akyol, 2012) brought a more competitive ground as many interests were being played on Mediterranean chessboard. Iran is trying to export the "true Islam" model to the region, and the Turkish "liberal Islam", supported by the Western powers, is affecting their leverage. But this rivalry is much more than just rhetoric because of issues like the Syrian situation, as they are in different sides of the barricade, Iraq<sup>9</sup> and NATO's missile shield.

Being a Sunni country with links to the Western world, Saudi Arabia is a different regional competitor. The Arabic card is the influence that Riyadh hopes to earn. Indirectly, Saudi Arabia has an internal issue that gives strength to Turkish islamists political movements – wahhabism. This conservative and extremist Islamic movement promotes Güllen's and other islamist Turkish movements in order to face this threat, proved already in some Caucasus countries and Russian republics, and that could spread all over in the Islamic world.

However, both for internal and external reasons, Erdogan manage to become the leader of the oppressed Islamic people. Forced by his own political supporters, the Turkish prime-minister "exported" his image to the neighbour countries, reacting against the United States, Europe and, lately but strongly, against his former best friend in the region, Israel.

The arch of instability in the Mediterranean Sea represents a recent pivotal reference in international affairs, considering the actors and the differences between its Northern and Southern margins. Deeply involved on internal affairs, Brussels disregard this process, and, as a consequence, weren't prepared to face recent events on the region. As so, Ankara manages to take advantage of the perceived gap, developing an active political influence over several of these new democratic movements.

The "Arab Spring" got everyone by surprise, imposing mandatory changes on the external policies of the world's most important countries. With a false start, where it kept its support for the non-democratic friendly regimes, like with Ben Ali and Mubarak, Turkey was the first country to realize the real dimension of the freedom movements, and proceed to a fast change of pace. Starting as powerless bystanders, maybe studying where the action would lead, Turks became active supporters of the freedom movements, – that was the international flip flop we assisted. However, seeing it as a common revolution is a major mistake, and Ankara soon realize that there is no unique Mediterranean region, so it had to face different interlocutors, movements,

7 Visa requirements were abolish with many neighbour countries.

8 The latest, for instance, is one of the priorities for Ankara, concerning his energy security policy. Take notice for example of the May 2010's nuclear fuel swap deal with involving Iran, Brazil and Turkey. Iran's best bridge to the international community is still Ankara, which is exemplified by the fact that the talks between Iran and the six powers concerning Tehran nuclear program are held in Turkey.

9 In Iraq *Shia* are being supported by Tehran patronage and the *Kurds* and *Sunnis* by Ankara interests. That is a situation mostly enhanced by Iraqi Prime Minister al-Maliki, who repeatedly alleged against "Turkish interference on internal affairs".

interests and perspectives leading to totally different results. A major influx of weapons and money provided by Turkey to those territories, in order to give the movements a chance of defending themselves gave different abilities to stand for their interests. But in the end of the day, we have those ethnic, political or religious movements with capabilities to fight for individual interests.

In general, Turkish economic and commercial policy led the relations with the non-European Mediterranean countries, seeking for new and bigger markets. The approach to the western Mediterranean countries, for instance, was quite concentrated on this commercial prospect. Morocco, Algeria and Tunisia are economical partners, with increased trade numbers, but political and diplomatic relations are relatively irrelevant, even considering an improvement during this period, especially with Tunisia<sup>10</sup>. The former, however, became one of the most important countries in the process as it was the first one to receive an open support from Ankara, showing a major turn in the “zero problems” policy. As so, AKP become a source of inspiration to the mainstream Islamist Tunisian party, the NAHDA - Arabic for “awakening” or “renaissance”.

Being one of the major commercial partners since 1980's, with 15 billion dollars in contracts, mostly on public construction<sup>11</sup>, the Libyan case was a matter of *realpolitik*. Focused on the economic prospect, Ankara didn't stand by NATO's side during the first moments of the uprising. This pragmatic policy was only abandoned after it became clear that, forced by the international community coalition, Kaddafi's regime was falling apart. Turkey intervention tried to negotiate a quick and soft landing, as it proved Kaddafi was wrong when calling the North Atlantic mission a crusade. Ankara kept its momentum, taking advantage of it in the final days of the conflict, and thus becoming one of the most important partners on the reconstruction of the country.

Egyptian case was far more complex as Mubarak led a friendly regime, because there was no trustful forecast that assured the president step-down. Cairo was, and still is, a highly important commercial and economical partner, with a trade volume of 3 billion dollars – balance of trade favourable to Turkey on 1.3 billion – and where Turkish interests go from textiles to tourism, and the country is seen as a “promise land” for Turkish investments, especially as a result of the Free Trade Agreement signed in 2005.

Also important are the diplomatic and political relations between the two countries. Since 1966 that Cairo and Ankara have privileged relations, mostly based on a similar foreign policy, prioritising security and stability, only with disagreements here and there about specific issues.<sup>12</sup>

Many refer that Egypt is now experimenting the same situation that Turkey previously was in, namely the military in power and on what concerns the Islamist movement. In fact, both military forces are involved on internal political and economic interests, stability and foreign affairs policy, and maintaining a favourable *status quo*. But the military in Egypt are too strong and internally connected to the previous regime, not benefiting of the same civilian support as the Turkish did – even if labelled as the “Guardians of the Republic” -, and there are some doubts about their unclear political goals through the ruling of the Supreme Council of the Armed Forces (SCAF).

<sup>10</sup> However, it was in Tunes that Erdogan had one of the most important speeches of this period.

<sup>11</sup> Turkish investments on Libya were one of the most important foreign ones, being essential to the economical development of a pipeline network as well as major harbor facilities.

<sup>12</sup> Cyprus is an example of these “issues”, as Cairo supported the Cyprus-Greeks on the island's partition.

Analysing the Egyptian Islamists, and what would be the future role of the Muslim Brotherhood, is quite easy to find connectivity with the AKP roots. Abdel Futouh, former presidential candidate and member of the Muslim Brotherhood, even called himself the “Egyptian Erdogan”. However some doubts persist about the political and social intentions of the Muslim Brotherhood.

Cairo acknowledges that Turkey is important as a possible sponsor of necessary investments in the country. However, with Turkish increased interest on a regional role, relations between the two countries became more competitive, with Ankara intervening on “Egyptian” matters, like Gaza, Palestine and the Golan Heights.

With the actual internal situation, and considering Erdogan’s popularity, Egyptian leaders began to realize their external challenge.

After a false start, Ankara, mostly by the political dynamics of the government, made it an easy win. The visit of the Turkish prime-minister Tayyip Erdogan to Cairo, in September 2011, where he had a triumphal popular reception, met field marshal Hussein Tantawi<sup>13</sup> and addressed the Arab League where he assumed the Turkish new politic toward the “Arab Spring” movements, is an open example. In his speeches, Erdogan, exalted the path taken by the Egyptian freedom movements, and attacked Israel for its recent actions. But it was in Tunes, three days later, that Erdogan, side by side with Tunisian prime minister Beji Caid Sebsebi, completed the step toward his vision of the future saying that the country should have nothing to fear from the influence of Islam in politics: “The most important thing of all, and Tunisia will prove this: Islam and democracy can exist side by side!”

Concerning this issue much has been written about the Turkish model for the “post-Arab Spring” countries, but is that real or is just a headline that the international press, has always defined as a resume for the Turkish intervention in the subject?

First of all, we should ask: what are we talking about exactly? Are there references and influences of Kemalism and/or Islamism? President Gül refers, indirectly, that the Turkish model is “Islam, democracy, market economy and modernity” (Akyol, 2011). We agree with this perspective, adding that democracy, through elections, brings the military to accept the political power and Islam to accept secularism.

But can Turkey be a model for these countries? The first pools winners, in Tunisia and Egypt, evoked the “Turkish Model”, and that’s a fact. However, are they interested and prepared to follow that model? There are major differences between most of the countries involved and between them and Turkey. Their social, political, judiciary and military organization is far different from what we can see in the Turkey, sometimes even fractured, with tribal organization, very weak and extremely conservative on religious matters. Under this framework, hoping strong central governance, secular and democratic is a matter that most of these countries are not prepared to follow, yet. Considering these Turkish model characteristics, most of the movements don’t even want to take it as a reference.

So, we do believe the model is not suitable for the “Arab Spring countries”, at least for the moment but, considering the common root causes and general characteristics, it can work as a sort of “inspirational spring”, showing an example of a democratic Islamic ruled country, which follows social and political secularism, and brings together political Islam and democracy.

<sup>13</sup> Tantawi is the head of the ruling council that took over when Hosni Mubarak was toppled in February 2011.

## How to face the Mediterranean environment?

Despite the recent events, it was with Syria that the “zero problems” policy seemed to achieve main goals. Since 1999 the bilateral relations are recovering from a continuous competition on issues like Hatay<sup>14</sup>, water<sup>15</sup> and Kurds<sup>16</sup>. However, it was with Erdogan and AKP that bilateral relations started to increase, reaching 2 billion dollars on trade, a huge development on economical relations, the launching of a joint dam project – on Asi river – and excellent diplomatic relations where the visible faces of that growth. Those good relations led Washington to believe that Ankara would be the unique regional actor to influence Syria and Iran, and through that, the US was “listening to the region” (Badran, 2011).

When the rebellion started and the Army begun to violently crash the freedom movement, Erdogan felt he could control Assad. Through multiple diplomatic visits<sup>17</sup>, Ankara tried to influence Assad to reach a negotiated solution. In this case Turkey had economical interests in stake, but mostly geopolitical issues to consider, namely on its Southern border.

It was only in August 2011, when he realized that Assad was not going to reform, stay away from Iran or deal a truce, that Erdogan assumed his leadership on calling for an international community intervention. The situation was heading to a civil war that should be stopped, regarding humanitarian issues, so Ankara called for the Arab League, United Nations and, recently, NATO<sup>18</sup> intervention. Erdogan direct political action included mediation between the two parties, but, at the same time, gave protection to civilian refugees and to the Syrian Liberation Army, on Turkish territories.

Independently of the future results, Turkey abandoned the “zero problems” policy, taking sides on the conflict. That was a major change on Turkish external affairs.

Inserted on this new environment Iran plays an important security and geopolitical card on this Syrian situation. The historical good relations with Turkey, for more than 4 centuries, based on a non-interference policy, cooperation on political and economic multinational forums, like the ECO, and 10 billion dollars annual trade, were affected with US arrival to the region and Ankara’s more active regional policy.

Iran feels it is defending its national survival by trying to win the completion with Turkey for regional primacy. That is why it considers a primary goal to maintain such a sphere of influence. Teheran is trying to assure legitimization above any possible doubt at international community level, to force the United States to abandon ideas of a military attack, considering the dangerously unpredictable consequences, and influences the oil market, assuring a major increase on the oil revenues. All this process would assure the Iranian strategic goals, and the political survival of the country.

This threat affects bilateral relations with Turkey, leading Iran to use the weapons that may pressure Ankara: energetic security, as 11% gas and 38% oil

14 Hatay is a city reclaimed by Damascus but that is part of Turkish territory.

15 Especially after the construction of the Great Anatolian Project (GAP), the Syrians considering that Turkey isn't respecting the international law on this issue.

16 Syria allowed the PKK to have Safe Heaves in their territory. That was a card played to pressure Ankara.

17 Most of the negotiations were conducted by Ahmed Davutoglu and, at a certain point, it received Assad's promise that it would pull back the Army and make an agreement with the freedom movement. Eventually, a contact made by Teheran changed the all plan, forcing Damascus to maintain the pressure on the movement.

18 NATO intervention in result of a mortar attack on Turkish border targeting the refugees camps.

consumption comes from Iran, stopped Intel cooperation on PKK, and the long range missiles (Shahab) which which are able to target Turkish territory.

Even playing as a moderator between the West and Iran, mostly on the Iranian nuclear program, Turkey lost some abilities to influence Teheran. As a regional player, however, Erdogan gained this competition against the Ayatollah's regime by far, never being considered the "Iranian model" by any freedom movement that came out from the "Arab Spring". At this point, Ankara may try to force Teheran to reconsider the Turkish importance, in order to assure a link to the international community, through a confidence building policy.

Until the recent past, Israel was the closest friend Turkey had in the region and the partner that Ankara needed for political, security and even economic matters. Whatever the Turks may say about Israel, the military cooperation, more than a technology issue, was a security one; in fact, it didn't represent a threat and Tel Aviv had never use the Kurdish card against Ankara.

The Turkish-Israeli cooperation is vast, involving the political, economy and security areas.

However, recent events lead to a more conflicting relationship. The 2006 Lebanon War, the Davos Conference incident and the flotilla attack resumed some of the problems that the bilateral relations were experiencing. Erdogan particularly felt betrayed by the 2006 events, as it was mediating a Syrian-Israeli truce, and the events overtook his approach. He answered by supporting Hamas on the post-election period, substituting Israeli forces by Syrian ones in the series of annual air exercises<sup>19</sup> and supporting, with political and diplomatic assets, the Palestinian independency.

Poor diplomatic communication, but mostly the result of public opinion pressure, led to a decline in the quality and quantity of the relations between the two countries, with Ankara's main goal being the return of a positive feedback from the Islamic world public opinion, where the Davos Conference gave de stage and the Gaza flotilla incident the opportunity to reach a worldwide audience.

There is also a new issue affecting the bilateral relations – Cyprus's oil reserves. Tel Aviv signed a joint-venture with Cyprus concerning the Aphrodite field that span waters between the two countries. Always a sensitive issue, the natural resources disputes may escalate as a major threat to regional security, as Israel is trying to become an energy exporter after two major gas reserves were discovered since 2010, while Turkey struggles to keep and develop itself as an energy hub.

The political perspective caused by the unsolved Cyprus issue, at the brink since the 1974 Turkish invasion of the Northern part of the island, is a problem that remains unsolved even under the rule of international law. The support for the United Nations plan, refused by the Greek part of the island, was an evidence of this fact. However, Nicosia, considering the European Union patronage, didn't want to solve this issue. Cyprus is, in fact, one of the reasons deterring the fulfillment of the EU membership, as Ankara insists on closing the sea-ports to Cyprus ships.

The natural resources and border definition are also problems that oppose Turkey to Greece, alongside with other issues like the definition of the maritime continental platform and the capability to explore the territory.

<sup>19</sup> In 1999 both countries signed a Euro-Asian Security Agreement that allowed Israel to train pilots in the Turkish air space.

At the moment, the situation has improved, but it remains an open issue, affecting Eastern Mediterranean security, mainly because of Greece financial situation which may polarize the bilateral relations, as the social and political turmoil may open way to nationalists and, as consequence, to the revival of the historical confrontation.

But in spite of these incidents and disputes, even considering the actual situation, Turkey may soon resume efforts to mend their bilateral relations with Tel Aviv and Athens – because Ankara must understand that these bilateral conflicts don't fulfill national interests.

However, Ankara's involvement in the Southern Mediterranean has also a multinational and multilateral facet, considering the common projects with International Organizations like the EU, NATO and OSCE, this last organization through the Mediterranean Initiative. Considering the regional security approach, the North Atlantic Council developed in 1994 the Mediterranean Dialogue (MD) initiative, "in order to provide regional security and stability" (NATO, 2006). Some actions were launched under MD's auspices, bringing the Mediterranean region to the center of the security and political debate. But this approach in such a large scale had an almost irrelevant outcome on the field. However, it is under NATO's mandate that the anti-missile shield, that will eventually protect Europe from the Iranian long range missiles, is being developed.

European concern about the southern margin of the Mediterranean led to a Euro-Mediterranean Partnership (EMP), launched in 1995. Known as the Barcelona process, this initiative had dialogue, cooperation, peace and stability goals, involving the EU and 15 countries from the Southern and Eastern Mediterranean region, including Turkey. This framework aimed to reinforce the interaction between the member countries, especially after the 2000 Valencia Conference, where it was approved a "Common Strategy for the Mediterranean Region". Latter, in 2004, after the last enlargement, with the purpose of not only avoid new dividing lines between European Union and its neighbours, but also to create, around the Union, a ring of "prosperity, stability and security", the EU launched the European Neighbourhood Policy (ENP) considering the eastern border countries and the non-European Mediterranean countries: Algeria, Egypt, Israel, Jordan, Lebanon, Libya, Morocco, Palestinian Authority, Syria and Tunisia.

This political approach that offered everything but the institutions, as interesting as it was, suffered from some "European diseases" since the beginning: good theoretical ideals with diffuse implementation. One of the most criticised aspects was the fact of the Mediterranean region was seen as one. The situation escalated with the inclusion of the eastern border countries in the overall program. Another criticized aspect was the, unfortunately very common, individual initiatives that affect the overall European policy for the region.

The biggest one was the French president Sarkozy designated as "Mediterranean Initiative", launched in 2008. Defining as goals the dialogue, political coordination and cooperation on matters of energy, security, counter-terrorism, immigration and trade, this French initiative soon was accused of not-bringing anything new, and affecting the EMP efficiency. Turkish participation was seen as an alternative to the EU membership, a perspective that created an open wound in Ankara's interests and

perceptions towards EU. Even considering that it had several cooperation processes with Europe, as the European Security and Defense Policy (ESDP), this type of solutions didn't fulfill Ankara's ambitions.

Under this political framework, Turkey decided to follow an autonomous approach. Currently Ankara doesn't feel at ease working along with Brussels, because of four major reasons: it doesn't agree with this vision of a common policy concerning all these countries; it feels like a small European candidate state applicant in the hands of countries like France and Germany; it deters Turkish independence on foreign policy issues; and, last but not least, Ankara doesn't recognize a unique and strong European Union policy that is able to face the regional problems.

This was proved by the European response to the "Arab Spring". Even considering the "Partnership for Democracy" and the package of measures called three "M" (Money, Mobility and Market access), it was weak and not centralized, with each country seeking to achieve their own objectives. The ideal of "assuring a smooth path to democracy" for these Southern Mediterranean countries was not on the center of gravity of the European policy.

Turkey considers that the Euro-Mediterranean Partnership should be revived, but in a different perspective, more dynamic, larger and stronger, where she should have a pivoting role.

## The Turkish Model – which path for the future?

A conservative approach suggests that Ankara will not change sharply its political orientation in the next years. As it developed a new "zero problems" foreign policy with AKP, in order to face a new international environment, Turkey is not ready to invert this strategy.

This pragmatic and intervening policy made Turkey to become a more independent regional actor, with real influence in a broad "Southern Diagonal". However, the "model" image seems to be extremely exaggerated, mostly because its unique characteristics doesn't allow it to be implemented on different countries.

Being a reference and an important regional actor, Ankara needs to confirm its current geopolitical *momentum*. So its foreign policy must be kept, independently of the political party on the government and internal political, social and economic status.

Reinforcement of the bilateral and multilateral alliances will help Turkey to keep the pace, independently of the international evolution. Close ties with all neighboring countries may be impossible, considering normal interest disputes, but it will be essential to maintain, at least, open doors for diplomacy. On the other hand, cooperating with strong actors such as the USA or the European Union will assure the necessary autonomy for its own policy.

Considering all the factors, it seems that, more than an alternative approach, Turkey will probably consider its ability to use soft-power, and reinforce it by a more assertive foreign policy, with different levels of commitment, thus opening the way to become a regional power - a goal long followed by the AKP's leadership.

## Bibliographic references

- Abedin, Mahan (2011), “Turquie/Iran: Une Rivalité Strategique Continue” em Dorothee Schmid (Ed), *La Turquie au Moyen-Orient: Le Retour d’Une Puissance Regionale?* Paris: Institut Français des Relations Internationales.
- Akyol, Mustafâ (2011), “Turkey’s Maturing Foreign Policy”. *Foreign Affairs*. <http://www.foreignaffairs.com/articles/67974/mustafa-akyol/turkeys-maturing-foreign-policy>, accessed on 2/2/2012.
- Akyol, Mustafâ (2012), “Turkey vs Iran”. *Foreign Affairs*. <http://www.foreignaffairs.com/articles/137343/mustafa-akyol/turkey-vs-iran>, accessed on 25/3/2012.
- Badran, Tony (2011), “Obama’s Option in Damascus”. *Foreign Affairs*. <http://www.foreignaffairs.com/articles/68129/tony-badran/obamas-options-in-damascus>, accessed on 11/1/2012.
- Barrento, António (2010), *Da Estratégia*, Lisboa: Tribuna da História.
- Barysch, Katinda (2011), *Can Turkey’s Rise Lift Arab Neighbours?*. London: Center for European Reform. <http://yaleglobal.yale.edu/content/can-turkeys-rise-lift-arab-neighbors>, accessed on 18/2/2012.
- Cagaptay, Soner (2009), “Is Turkey Leaving the West?”. *Foreign Affairs*. <http://www.foreignaffairs.com/articles/65661/soner-cagaptay/is-turkey-leaving-the-west>, accessed on 18/2/2012.
- Cohen, Saul Bernard (2003), *Geopolitics of the World System*. New York: Rowan & Littlefield.
- Couto, Abel Cabral (1988), *Elementos de Estratégia* (vol. I). Pedrouços: IAEM.
- Davutoglu, Ahmet (2010), “We Are a Part of The West”. *Newsweek*, July 19, p. 52.
- Ferguson, Neil (2011), “Turkey: The Middle East Next Dilemma”. *Newsweek*. <http://www.thedailybeast.com/newsweek/2011/06/19/turkey-the-mideast-s-next-dilemma.html>, accessed on 12/1/2012.
- Friedman, George (2010), *Os Próximos 100 Anos*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Friedman, George (2012), *A Próxima Década*. Alfragide: Publicações D. Quixote.
- Godinho, Pedro Filipe (2011), “A Perspetiva Turca Sobre a União Europeia”. *IDN Brief*, Outubro. [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_outubro2011.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_outubro2011.pdf), accessed on 12/1/2012.
- Gul, Abdullah (2007), “Why is a Non-Permanent Seat For Turkey at The United Nations Security Council Important For Herself, Her Region and The World?”. *Turkish Policy Quarterly* n.º 4, pp. 13-16.
- Gulen, Fethullah (2006), *Islam*. New Jersey: The Light.
- Kalyoncu, Mehmet (2008), *A Civilian Response to Ethno-Religious Conflict*. New Jersey: The Light.
- Kleveman, Lutz (2003), *The New Great Game*. New York: Grove Press.
- Kiraboglu, Mustafâ (2011), *Turkish Defense Politics*. Lisboa: Conference at Instituto da Defesa Nacional in 15/11/2011.
- Lesser, Ian and F. Larrabee (2003), *Turkey Foreign Policy in an Age of Uncertainty*. Santa Monica: RAND.
- NATO (2006), *NATO Handbook*. Brussels: NATO.
- Rodrigues, Domingos (2009), *Turquia: País Ponte Entre Dois Mundos*. Lisboa: Prefácio.



- Saraiva, Luís Eduardo (2012), "A Turquia Face a Uma Nova Periferia Europeia". *IDN Brief*, Março. [http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief\\_marco2012.pdf](http://www.idn.gov.pt/publicacoes/newsletter/idnbrief_marco2012.pdf), accessed on 9/5/2012.
- Sébille-Lopez, Philippe (2006), *Geopolíticas do Petróleo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Torun, Zerrin (2011), *Change in the Middle East and North Africa: a Turkish Perspective*. Paris: European Institute for Security Studies. <http://www.iss.europa.eu/publications/detail/article/change-in-the-middle-east-and-north-africa-a-turkish-perspective/>, accessed on 23/2/2012.
- Turkish Ministry of Foreign Affairs (2012), <http://www.mfa.gov.tr/default.en.mfa>, accessed on 15/3/2012.
- Zakaria, Fareed (2008), *O Mundo Pós-Americano*. Lisboa: Gradiva.
- Zalewski, Piotr (2012), "Turkey's Democratic Dilemma". *Foreign Affairs*. <http://www.foreignaffairs.com/features/letters-from/turkeys-democratic-dilemma>, accessed on 25/3/2012.



# La prudence française face au printemps arabe: - l'héritage du passé colonial

Serge Allemand\*

p. 73-80

L'énorme surprise fut pour le monde occidental qui a vu surgir sans ciller le Printemps arabe. Il ne se doutait pas de la capacité d'émancipation du monde arabe. Notre point de vue sur le Printemps arabe 2010 et sur le bouleversement géopolitique et la rupture historique qu'il a provoqués, est celui d'un non spécialiste des relations internationales. Nous avons observé avec étonnement la frilosité de l'Occident voire son inquiétude face à ce tournant historique de l'histoire d'Arabie. Pourquoi ces révolutions arabes de Tunisie et d'Égypte qui ont porté si haut les valeurs universalistes de la démocratie française ont-elles été si peu plébiscitées et soutenues par les intellectuels et la classe politique? Pour comprendre la prudence française, on examinera des causes macro-historiques mais également des intérêts politiques immédiats. De façon concomitante, nous nous interrogerons dans le cadre de notre exposé sur le processus de démocratisation en place en Tunisie et en Égypte. Où en sont ces jeunes démocraties en comparaison de nos vieilles démocraties européennes et du Nouveau Monde? Nous tenterons de redéfinir, à défaut de produire un modèle idéal typique, les conditions de fonctionnement d'un système démocratique.

L'enjeu de tout exercice démocratique est qu'il présente le risque, par son droit d'expression, d'une légitimation des minorités politiques extrémistes dont les valeurs sont paradoxalement conflictuelles avec l'esprit d'une gouvernance démocratique.

La prudence française face au printemps arabe:  
*- l'héritage du passé colonial -*

En tant que non spécialiste des relations internationales, nous tenons à préciser notre position d'intellectuel engagé dans le rapprochement de l'Occident avec le monde arabe. Aborder la problématique des échanges méditerranéens Nord/Sud, c'est d'abord considérer en tant qu'auteur, notre implication de sujet dans cette histoire transnationale. Gramsci<sup>1</sup>, longtemps après Ibn Khaldun, saisit avec clairvoyance les traces en nous du processus historique que nous incarnons en tant qu'acteurs: «Le point de départ de l'élaboration critique est la conscience de ce qui est réellement, c'est à dire «un connais toi

\* Chargé de cours en sociologie - Université de Provence - Aix en Provence, Marseille.

<sup>1</sup> Gramsci in «Cahiers de prison», N.º 10, 11, 12, et 13, Paris, Gallimard, 1978, p. 176.

toi-même» en tant que produit du processus historique (...) qui a laissé en toi une infinité de traces (...) c'est un tel inventaire qu'il faut faire pour commencer».

C'est au nom de l'histoire nationale que nous portons en nous que nous sommes étonné de la prudence française des médias, de la classe politique et, surtout des intellectuels face au Printemps arabe.

C'est également notre histoire qui s'est exprimée dans notre ferveur enthousiaste du début lorsque nous avons accueilli les soulèvements populaires des peuples tunisien et égyptien. Nous verrons plus loin dans notre exposé comment nous fûmes victime d'une méprise épistémologique confondant notre histoire avec celle des peuples arabes....

Le Printemps arabe 2010 sonna comme le réveil de la conscience des aspirations démocratiques du monde arabe. En France, il reçut aussitôt un chaleureux accueil de certains médias<sup>2</sup> suivi rapidement d'une réception plus mitigée, sceptique que l'on pourrait assimiler à de la prudence. Il était étonnant que ce Printemps arabe ne fût ni salué ni plébiscité par la classe politique française, d'ordinaire si fière de son idéal républicain revendiqué comme emblème de l'identité nationale. Encore plus étonnant fut d'observer que ni le Parti socialiste (principal parti de gauche), ni les intellectuels de gauche ne vinrent saluer avec ferveur cette souveraineté conquise avec bravoure par le peuple. Celui-ci pouvait enfin choisir ses gouvernants après avoir chassé du pouvoir ceux qui lui furent imposés.

L'exposé qui suit tente d'explorer l'historicité de la prudence française face au Printemps arabe et d'appréhender une archéologie de l'histoire de nos peurs face aux arabes et à l'Orient.

Nous l'abordions brièvement, la première de nos difficultés pour nous simples citoyens ou observateurs politiques, c'est que notre statut de sujets dans le récit des histoires nationales nous confronte à un obstacle épistémologique<sup>3</sup> majeur.

En effet, notre cadre d'analyse de référence est bien sûr celui de notre histoire nationale. C'est au nom de celle-ci que certains de nos médias ont vu dans le Printemps arabe «une révolution française au cœur du Maghreb» ou bien encore «une première poussée démocratique dans le monde arabe post colonial». <sup>4</sup> Dans les relations entre la France et l'Algérie par exemple, la période coloniale reste une référence historique forte à des titres différents. Néanmoins, si la mémoire collective des algériens est marquée par l'acte d'indépendance comme étant le début de leur histoire, les français retiennent la période de colonisation comme l'apogée de leur puissance coloniale. Nous sommes donc de part et d'autre de la Méditerranée, dans des temporalités discordantes comme le souligne l'historien Benjamin Stora<sup>5</sup>. Nous regardons notre histoire commune à travers le prisme de notre propre histoire politique et sociale.

En effet, l'enthousiasme ému que le Printemps arabe a suscité chez certains observateurs était motivé par l'idée que les révolutions arabes incarnaient les valeurs universalistes dont la république française se veut l'emblématique étendard... Il y a

<sup>2</sup> Quelques réactions individuelles de journaux ou magazines de gauche ou du Centre tels que le Nouvel Observateur, Marianne, Libération et Le Monde, La Croix ( catholique), Médiapart, Rue 89 (presse électronique) saluèrent la volonté et le courage des peuples à renverser leur régime autoritaire au pouvoir depuis 2 à 3 décennies.

<sup>3</sup> Gaston Bachelard in «La formation de l'esprit scientifique», Edition Librairie philosophique j. Vrin, 1983, p. 13.

<sup>4</sup> @Le Monde, 16 et 17 janvier 2011.

<sup>5</sup> Benjamin Stora est historien, spécialiste de la Guerre d'Algérie et de la période coloniale française et post-coloniale.

méprise ici d'un caractère épistémologique, dit Mme Younga<sup>6</sup>, insistant sur le fait qu'on ne peut définir les événements qui ont pris place dans le monde arabe par le prisme de notre culture politique française ou par l'approche ethno-centrée de notre histoire nationale.

Mme Younga considère en effet les révoltes arabes comme des moments à la fois de *rupture* et de *continuité* si l'on se place du point de vue de l'histoire politique de ces sociétés là.

*Rupture* car les régimes autoritaires qui ont pris place après les luttes d'indépendance ont trahi les idéaux de liberté et de démocratie que les décolonisations laissaient espérer. *Continuité* dans le sens où l'émancipation des régimes politiques autoritaires s'inscrit dans la continuité de la libération de la tutelle coloniale 30 ans plus tôt.

Pendant les soulèvements populaires, les vers du poète tunisien El CHAABI ont accompagné les luttes de libération résonnant comme un écho réminiscent des premières luttes d'indépendance:

*Si un jour le peuple veut la vie  
Le destin se doit de répondre  
Les ténèbres se dissiperont  
Et les chaînes se briseront*

Le Printemps arabe a produit une véritable rupture historique et un bouleversement géopolitique dans la région du Proche et Moyen Orient. *Rupture* dans la capacité nouvelle de révolte des peuples tunisien et égyptien longtemps soumis à la tyrannie de leur chef et d'un système politique répressifs. Rupture donc par un nouveau mode de rapport que le peuple institue avec ses gouvernants. On y observe chez ces peuples une volonté marquée d'assumer la responsabilité de leurs destins.

Quant au bouleversement géopolitique, il demeure plus potentiel qu'avéré. Dans la conscience des occidentaux la présence des régimes autoritaires servait de garantie au Maghreb et au Moyen Orient pour le maintien d'une stabilité politique. Les régimes occidentaux acceptaient de réduire leurs exigences devant les atteintes faites, dans ces pays là, aux libertés individuelles.

Le changement de régime politique et l'alternance attendue vers des formes plus libérales de systèmes laissèrent craindre un risque de chaos et une prise de pouvoir islamiste. Car le risque pour toute démocratie est que, par le jeu du respect de la représentation politique, des partis extrémistes parviennent en situation de pouvoir, porteurs d'idéologies conflictuelles avec l'esprit démocratique d'une république. Ainsi la menace frontiste en France ou la menace islamiste dans les pays arabes.

Revenons à l'accueil du Printemps arabe en France. Nous avons jusqu'ici examiné l'obstacle épistémologique et le risque politique. Il est aussi une autre facteur explicatif de la prudence française: *l'Orientalisme*, phénomène géo-culturel, n'a cessé de façonner notre regard d'occidental sur le monde arabe depuis deux siècles. Cette vision de l'Orient par l'Occident a pénétré notre imaginaire collectif. L'orientalisme est une

<sup>6</sup> Younga Haayat est chercheuse au Centre d'Etudes sur l'Orient contemporain à la Sorbonne; Elle a collaboré à un ouvrage collectif «Révoltes arabes», sous la direction de Pierre Blanc, article «La révolution arabe de 2011 – A la recherche du sens perdu», Editions Lharmattan, 2011.

conception intellectuelle et scientifique sur l'Orient et les arabes qui fait autorité dans les milieux politique, social et universitaire sur les deux rives de la Méditerranée.

Pourquoi une telle approche peut-elle être féconde sur le plan heuristique? Thierry Fabre<sup>7</sup> la recommande «dans l'étude des relations internationales car elle permet de mieux saisir des enjeux culturels et sociaux lors des conflits à certaines périodes de l'histoire de ces sociétés».

Qu'est ce que l'Orientalisme? Il est difficile de répondre à cette question aussi simplement qu'on la pose!!

Cet objet d'étude est vaste et composite et convoque une multitude de définitions d'une même question. Partons donc d'une simple définition pour évoluer vers un objet de plus en plus complexe.

L'Orientalisme<sup>8</sup> pour Edward Said est d'abord «un domaine de recherches fondé sur une unité géographique, culturelle, linguistique appelée l'Orient». Ce domaine de recherche est étudié à l'Université par différents spécialistes tels des ethnologues, sociologues, historiens ou philologues. Les principales sources ou données ayant permis de construire ces connaissances spécialisées sur l'Orient ont été recueillies par la France et l'Angleterre, pionnières dans l'exploration du Proche Orient. Du début du XIX<sup>e</sup> siècle, période des conquêtes coloniales - de l'Egypte par l'Angleterre et de l'Algérie par la France - jusqu'à la fin de la deuxième guerre mondiale, ces deux grandes puissances ont, conclut Said<sup>9</sup>, «dominé l'Orient et l'Orientalisme». Plus tard les Etats Unis s'intéresseront à la culture orientale. Comme souvent, l'étude approfondie d'un pays sert des fins politiques. L'Orientalisme organise sur le plan des idées une grande entreprise de domination de l'Orient par l'Occident. Edward Said<sup>10</sup> y voit «un exercice de force culturelle» si puissant qu'il a pu, pensons nous, organiser les conditions historiques et culturelles de son émergence. La voie fut alors tracée à l'établissement de l'Empire colonial.

L'Orientalisme se révèle essentiellement être une relation de pouvoir et d'hégémonie de l'Occident sur l'Orient. Mais sous quelles formes se diffuse-t-il en tant que connaissances? Said<sup>11</sup> le définit comme «un corps de doctrines - un système d'idées, un corpus scientifique de connaissances et de pratiques (...) transmissibles par les académies, les livres, les congrès, les universités, les bureaux des affaires étrangères». L'Orientalisme est également perçu, dit Said<sup>12</sup> «comme l'institution globale qui traite de l'Orient par des déclarations, des prises de position, des descriptions, un enseignement, une administration, un gouvernement...»

Ce qui intéresse principalement notre propos est d'observer le pouvoir d'influence de l'Orientalisme en tant que mouvement de recherche. Doté d'une puissance idéologique telle qu'il s'est imposé naturellement comme un système d'autorité sur l'Orient. Cette autorité fut avant tout politique et fut représentée par les gouvernements des colonies.

Celles-ci, dès leur création, ont vu l'institution de rapports inégalitaires entre indigènes et colons. Ce système de domination fut abondamment nourri par l'image d'un

7 Sous la direction de Thierry Fabre et d'Emilio La Parra in «Paix et guerre entre les cultures», «Face à face, côte à côte, Essai sur les interactions culturelles», p. 219.

8 Edward Said in «l'Orientalisme», Editions Seuil, 1978, p. 78.

9 Ibid, p. 16

10 Ibid, pp. 55-56.

11 Ibid, p. 19.

12 Ibid, p. 15.

Orient immuable fait de stéréotypes et de représentations naïves que les premiers explorateurs (aventuriers, artistes) avaient rapportés en Occident. L'Orient et ses habitants les arabes, furent «orientalisés» dans l'imaginaire collectif occidental par la vision d'un monde exotique à la fois extrêmement attractif par l'ardente sensualité des femmes indigènes et une certaine douceur de vivre et, redouté pour la figure de l'indigène sauvage et désobéissant. Cette idéologie justifia en partie la mission civilisatrice des colons.

Nous voudrions à présent recentrer notre exposé sur la situation française en particulier et examiner par exemple la portée des stigmates de la colonisation sur le peuple algérien dans la période post coloniale.

*La prudence française* face au Printemps arabe serait-elle la conséquence de notre histoire coloniale? Nous serions tenté en effet de le croire tant la thèse de l'héritage du passé semble plausible. Gérard Noirel,<sup>13</sup> historien y croit: «nous sommes tributaires de l'histoire nationale du pays dans lequel nous vivons» et Dominique Schnapper<sup>14</sup> précise après lui les formes de cette continuité historique dans notre histoire nationale: «le colonialisme a inscrit le racisme dans l'Etat. L'attitude à l'égard des travailleurs immigrés n'est qu'un prolongement du colonialisme.» Tandis que Didier Lapeyronnie<sup>15</sup> perçoit dans cette continuité les éléments d'un traumatisme qu'il qualifie de *fracture coloniale*. Cette expression intègre à la fois l'idée d'un héritage - celui du passé colonial -, et renvoie à l'idée d'irréversibilité avec le passé. La société coloniale aurait fracturé notre tissu social par l'institution de rapports inégalitaires entre les hommes qui survivent cinquante ans après la décolonisation. En établissant une hiérarchie entre indigènes et citoyens, l'Etat français inscrit dans le Droit une discrimination sociale que Dominique Schnapper nomme *racisme d'Etat*.

Ce racisme anti-arabe hérité de la période coloniale fut difficile à dépasser par la société et par l'Etat. Celui-ci tarda à le reconnaître, aveuglé<sup>16</sup> par la grandeur de son idéal républicain. En effet, l'attachement aux valeurs humanistes de la république était constitutif de l'identité française. Cette adhésion aux valeurs humanistes lui a valu un statut de grande nation sur la scène internationale. L'Etat français était devenu «la patrie des Droits de l'homme» et cet esprit universaliste reconnu dans le monde en même temps qu'il lui permit de préserver son rang, lui fit perdre de sa lucidité sur la scène intérieure.

En effet, ces conduites racistes furent difficiles à identifier par l'Etat. Il fallut attendre les travaux du *Haut Conseil à l'Intégration*<sup>17</sup> pour que soit reconnu le *fondement racial de cette inégalité* spécifique puisqu'elle touchait «des français de couleur, notamment d'outre-mer ou d'origine étrangère non européenne». La recherche d'un consensus républicain autour d'un projet d'intégration des immigrés

13 Gérard Noirel in «De la question sociale à la question raciale», sous la direction de Didier et Eric Fassin, Editions?, pp. 169-170.

14 Dominique Schnapper in «La relation à l'autre - Au cœur de la pensée sociologique», Gallimard?, Paris, p. 437: «(...) En distinguant les citoyens des immigrés qui restent des sujets sans devenir citoyens, l'Etat prolonge la situation coloniale.»

15 Didier Lapeyronnie in «La fracture coloniale», Edition La découverte, Paris, 2006.

16 Gérard Noirel in «De la question sociale à la question raciale», sous la direction d'Eric et Didier Fassin, éditions La découverte, 2009, p. 167.

Nous empruntons à Noirel l'idée «d'aveuglement racial de la pensée républicaine» postulant qu'une tradition de pensée républicaine au nom de laquelle le racisme n'a pas droit de cité: «Ce présupposé, dit Noirel, a entraîné un rejet des revendications ethnico-raciales au nom d'un modèle assimilationniste se réclamant de la déclaration des droits de l'homme et du citoyen»

17 Le Haut Conseil à l'Intégration mis sur pied par le gouvernement remit au Premier Ministre M. Jospin en 1998 un rapport sur les discriminations. Pour la première fois, il était reconnu la responsabilité dans le fonctionnement de la société française concernant les discriminations observées sur le terrain. Ceci peut être considéré comme un tournant idéologique dans l'histoire du traitement de la question immigrée.

a empêché, admet Didier Fassin,<sup>18</sup> la reconnaissance d'un traitement différentiel des étrangers par la société française et une partie de ses élites: «Ce dont on ne voulait pas, on ne le voyait pas».

Enfin, pour conclure sur la fracture coloniale celle-ci serait bien cette difficulté à s'émanciper des rapports inégalitaires entre héritiers de l'histoire coloniale.

Les effets de cette fracture sont multiples dont le premier, nous venons de l'évoquer, est un racisme anti-arabe profondément enraciné dans nos habitus. Les conduites racistes au sein d'une société ne sont pas toutes d'une fervente hostilité. Il en existe des formes feutrées, rappelle Colette Guillaumin<sup>19</sup> avec perspicacité, qui contraste avec l'ostentation attendue des conduites racistes ordinaires. L'auteur souligne avec à propos que l'idéologie raciste peut s'accompagner d'un sentiment d'admiration pour la culture d'individus faisant l'objet de rejet. Les mécanismes de rejet et de discrimination sont bien intégrés au fonctionnement d'une société et, par conséquent, offrent peu de visibilité à des observateurs ordinaires. D'autre part, les conduites racistes sont chez certains intellectuels ou hommes politiques, refoulées car considérées comme honteuses au nom des valeurs républicaines que l'Etat et la société français sont chargés de défendre. Le débat intellectuel et politique sur la question de l'intégration des immigrés fut longtemps enfermé dans une *clôture dogmatique*<sup>20</sup> déniée par le fait historique.

Enfin, revenons à notre thèse sur la supposée frilosité française devant les événements du printemps arabe. Nous avons examiné des causes géo-culturelles et historiques pour expliquer la prudence française. L'émancipation du passé colonial tarderait pour des raisons que nous avons évoquées. Enfin, la situation géopolitique actuelle impose ses contraintes: il existe une cause géostratégique répondant à un intérêt politique immédiat: le Printemps arabe en Egypte et en Tunisie d'abord, par l'amorce d'un processus démocratique a remis en cause l'équilibre géopolitique des régions du Moyen et du Proche Orient.

De nombreux pays arabes avaient connu, dès la conquête de leur souveraineté, des régimes dictatoriaux (Tunisie, Egypte, Maroc, Algérie.)<sup>21</sup> L'autorité de ces régimes a longtemps représenté pour l'occident une garantie de stabilité politique dans la mesure où les minorités contestataires des pouvoirs en place étaient efficacement réprimées. Ces pouvoirs dirigés par un Président dictateur, étaient servis par une armée et un système policier puissants chargés d'organiser la répression de toute forme de contestation. La liberté d'expression des médias était contrôlée, la représentation politique était réduite à une structure monopartite dont était issu le président en place. Le système politique était un régime présidentiel aux pouvoirs absolus. Police et Armée étaient de véritables instruments d'Etat chargés d'organiser l'ordre public.

18 Didier Fassin in Revue de science politique, vol. 52, n.° 4, août 2002, pp. 403-423.

19 Colette Guillaumin in «L'idéologie raciste», Editions Gallimard, Paris, 1972, p. 103.

L'auteur rappelle à l'instar de JP. Sartre que «le meilleur ami d'un antisémite est un juif, mais encore que l'antisémitisme se nourrit assez souvent d'une connaissance supérieure à la moyenne de la culture juive ou de l'un de ses aspects, et n'exclut pas l'amitié ou l'admiration pour cette culture...»

20 Nous empruntons ici l'expression de Mohamed Arkoun «clôture dogmatique» qu'il référerait lui à un autre objet, l'interprétation savante des textes du Coran. L'auteur y fait essentiellement allusion dans son livre: «ABC de l'Islam - Pour sortir des clôtures dogmatiques», Editeur Michel Grancher, Paris, 2007.

21 Nous nous référons à ces pays là car ils furent colonisés: l'Egypte par Napoleon en 1798, puis par l'Angleterre et la France occupa le Maghreb (Maroc et Tunisie) dès 1830 et fit la conquête de l'Algérie. Ces dates ont été recueillies dans le livre de Massignon Louis in «Ecrits mémorables» tome II, éditions Robert Laffont, Paris, 2009, p. 229.



Pour repenser l'ordre géopolitique actuel dans cette région du monde, il faudrait faire l'histoire des relations entre d'une part, le monde arabe et de l'autre, les Etats-Unis et leur allié Israël depuis sa création en 1948. Nous comprendrions alors mieux l'intérêt géostratégique que représentaient les dictatures pour l'Occident et la répression des mouvements islamistes depuis une décennie. L'islam était perçu comme un facteur de cohésion pour le monde arabe et c'est sa capacité de mobilisation plus que le fait religieux qui fut un temps redoutée par l'Occident, notamment lors de l'émergence de la première république islamique en 1979 en Iran, par Khomeïni. Uni, le monde arabe représentait une menace pour l'Occident. Que son unité soit le fait de l'idéologie socialiste lors de la *guerre froide* ou celui de l'islamisme ensuite.

L'émergence du Printemps arabe et des aspirations démocratiques des peuples égyptien et tunisien a pu laisser penser que l'alternance politique qui suivrait déstabiliserait l'ordre géopolitique de cette région du monde. Qu'en est-il exactement dans ces deux pays? Notre réflexion sur l'exercice démocratique est qu'il présente toujours le risque par son droit d'expression, d'une légitimation des minorités politiques extrémistes dont l'idéologie est paradoxalement conflictuelle avec l'esprit d'une gouvernance démocratique.

Qu'est-il advenu dans ces deux pays?

Les islamistes ont légitimement conquis le pouvoir après les premières élections libres ayant eu lieu dans ces pays depuis 30 ans: le parti des *Frères Musulmans* en Egypte et celui d'*Ehnada* en Tunisie.

Après ces élections libres - premier signe d'un fonctionnement démocratique - la diversité de la représentation politique fut respectée en Tunisie. Les trois partis arrivés en tête aux élections se sont partagé le pouvoir exécutif (nomination du président issu d'un parti et du Premier ministre issu du parti vainqueur) et le pouvoir législatif. Les prérogatives du Président ont été significativement diminuées par rapport à celle du président sortant. Ceci peut-être afin d'éviter une reprise en mains autoritaire du pouvoir par un seul parti ou clan. Les médias (journaux, radios et télévisions) ont pour l'instant retrouvé une liberté d'expression logique dans le fonctionnement ordinaire d'une démocratie.

Les premiers signes d'un fonctionnement démocratique sont visibles: *élections libres, respect de la représentation politique dans la distribution des pouvoirs, respect de la liberté d'expression et de pensée*. On observe néanmoins ça et là quelques atteintes partielles à la liberté d'expression lorsqu'un patron de presse par exemple est réprimé par des groupes islamistes pour avoir défendu ses opinions libérales publiquement ou bien lorsqu'un touriste tunisien est pris à parti et roué de coups cet été par un groupe de salafistes au motif de laisser sa femme se promener dans la rue dans une tenue provocante<sup>22</sup>. Comment peut-on interpréter ces faits? Comme des entraves à l'exercice démocratique?...

La situation égyptienne semble différente de la situation tunisienne. L'Armée a tardé à céder le pouvoir au parti islamiste vainqueur des élections. L'armée tenta même un coup d'Etat institutionnel en vidant la fonction présidentielle de l'essentiel de ses prérogatives. Le Président, Mohammed Morsi, issu des Frères Musulmans fut élu démocratiquement et l'Armée accepta ce choix.

22. Les journaux français et les médias télévisés se sont émus ainsi que certains hommes politiques tels que le maire de Paris, M. Delanoë de cet incident. La touriste française d'origine tunisienne se promenait dans la rue vêtue de manière estivale, laissant apparaître ses épaules et une partie de son dos nu. Cette tenue fut considérée comme une provocation par le groupe des salafistes.

Depuis le Président a repris le pouvoir d'une main autoritaire en chassant les hommes influents de l'Armée des postes stratégiques qu'ils occupaient jusqu'ici (par exemple le général Tantaoui, homme politique influent sous l'ancien régime et lors de la transition politique).

Si cette reprise en mains autoritaire du pouvoir s'avérait être une transition vers un nouveau régime autoritaire, alors les aspirations démocratiques du peuple auraient failli. Le temps est encore à l'observation. Nul ne sait encore comment pourrait s'appeler l'alternative politique aux régimes dictatoriaux passés?!! Un processus de démocratisation est-il en marche? Enfin, il est trop tôt pour dire ce qu'il adviendra dans ces pays des retombées du Printemps arabe. Le monde arabe, à l'instar de ces pays, est à la recherche d'une alternance politique adaptée à son histoire politique et à sa civilisation. Cette alternance rompra avec les dictatures dont ils se sont émancipés. La démocratie telle que pratiquée en Occident est-il un système politique viable en Egypte et en Tunisie? La démocratie est un long processus qui s'inscrit dans une temporalité imprévisible dans sa finitude. Nous n'avons pas la lucidité nécessaire en tant qu'observateurs occidentaux car nous cédon trop volontiers à la tentation - victimes d'une méprise épistémologique - de juger de l'histoire du monde arabe à partir de notre propre histoire politique!!!...

# Les masques de l'autre

Maria de Fátima Marinho\*

p. 81-90

Il y a longtemps que les textes littéraires entretiennent une relation intime avec la construction de l'identité (Benmakhlouf, 2011), qu'elle soit personnelle ou nationale, et que ce concept, même s'il peut être ressenti comme une construction fictive soumise à un grand nombre de contraintes, semble légitimer des attitudes et des sentiments, aussi conventionnels qu'ils puissent paraître (Diez, 2009). L'affirmation de l'identité est intimement liée à la construction de la nationalité et ce n'est pas un hasard si les moments de crise s'arrogent, presque toujours de façon émotionnelle, des droits irrécusables à l'autonomie et à l'appartenance (Sauer and Wright, 2010). Comme le soutiennent Sauer et Wright, l'idée de nationalisme est étroitement liée à une composante émotionnelle qui devient particulièrement évidente lorsqu'il s'agit d'une question de vie ou de mort, ou lorsque l'on envisage la possibilité d'une lutte pour l'affirmation politique, sociale ou culturelle de la différence.

Le sentiment d'étrangeté suscité par l'autre, provoquant des mécanismes de défense et d'attaque, est une constante dans les littératures qui se construisent à partir du concept simpliste selon lequel cet autre, indépendamment de la différence qui le caractérise, devrait être considéré comme inférieur à tout point de vue, que ce soit du point de vue éthique, comportemental ou physique. La plupart des épopées exploitent ces principes et se construisent comme les garantes de la supériorité de leurs héros, qui échouent rarement et sont les détenteurs de vérités incontestables.

*Les Lusíades*, œuvre publiée en 1572, illustrent cette réalité, considérée comme indispensable à la distinction du sentiment de victoire, fondateur d'un concept d'auto-estime qui se construit par contraste par rapport aux caractéristiques négatives de l'autre. Comme nous pouvons le lire dès la dédicace, le roi Sébastien I<sup>er</sup> (D. Sebastião) est le «nouvel effroi de la lance du Maure» (Trad. 1992: I-6, p. 5)<sup>2</sup>, affirmation aujourd'hui ironique si l'on pense au désastre de Ksar el Kébir et à la disparition déshonorante du roi à peine six ans plus tard (1578). Dans toute l'épopée, on remarque des qualifications négatives de tous ceux qui s'opposent aux Portugais, «les superbes Castillans» (*idem*: III-34, p. 131)<sup>3</sup> ou «Le Maure, que Mars a cessé de chérir» (*idem*: III-95, p. 161)<sup>4</sup>. Ces affirmations, manifestement destinées à manipuler l'opinion, se conjuguent à de nombreux passages où la supériorité objective de l'ennemi est soulignée pour mieux faire ressortir l'excellence des Portugais: «Ne

\* Universidade do Porto.

1 Traduction de Roger Bismut, Lisbonne: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

2 «novo temor da Maura lança» (Camões, *s/d*, I-6, p. 54).

3 «soberbo castelhana» (Camões, *s/d*, III-34, p. 119).

4 «O Mouro, mal querido já de Marte» (Camões, *s/d*, III-95, p. 134).

mettant sa confiance en rien d'autre qu'en ce Dieu suprême qui gouverne les Cieux: car telle était l'infériorité des hommes baptisés que pour un seul on eût compté cent Maures.» (*idem*: III-43, p. 135)<sup>5</sup>.

L'infériorité numérique dont il est question dans cet extrait (et qui est répétée dans les dix chants du poème) vise à montrer clairement le caractère héroïque national et la légitimité de comportements qui pourraient être considérés comme peu nobles – l'inclusion de notions telles que la volonté divine ou la providence contribuent largement à établir une identité glorieuse qui s'affirme par la destruction de l'autre dans son ensemble. Dans la littérature portugaise, ce concept subit des mises à jour plus ou moins similaires dans tous les textes influencés par les grandes découvertes et par le contact avec différentes cultures. Toutefois, si nous voulons être rigoureux et bien percevoir le sens attribué à l'autre lorsque celui-ci est considéré comme un ennemi, nous comprenons aisément que, dans l'imaginaire portugais, le sentiment de rejet, qui accompagne presque toujours celui de l'étrangeté, se concentre prioritairement sur deux peuples: les Espagnols (Castillans) et les Maures (surtout d'Afrique du Nord). La proximité géographique favorise l'antagonisme et des attractions ainsi que des répulsions fatales voient le jour.

C'est à la fin du XVIII<sup>e</sup> siècle que les caractéristiques exotiques, étranges, de l'autre commenceront à revêtir des pôles d'attraction difficiles à ignorer. Chateaubriand, dans *Atala* ou *Le dernier Abencerage*, s'éloigne de toute attitude de répulsion ou de supériorité pour accentuer la pureté de l'Indienne Atala ou la dignité d'Aben-Hamet, le Maure dont s'est éprise une chrétienne: «Il réunissait en lui la beauté, la valeur, la courtoisie, la générosité de ses ancêtres, avec ce doux éclat et cette légère expression de tristesse que donne le malheur noblement supporté.» (Chateaubriand, 1971, p. 188).

C'est la même position qu'adoptera Garrett lorsque, voulant utiliser un thème national et abjurer les pratiques classiques et classicisantes, il écrit *Dona Branca*, sorte de programme esthétique romantique, qui le pousse à préférer consciemment un sujet médiéval et national, même s'il n'échappe pas à la fascination exercée par la différence, comme ce sera le cas des préromantiques de la fin du XVIII<sup>e</sup> et du début du XIX<sup>e</sup> siècle. La proximité avec les Arabes, dont il est question dès le début, exclut d'une certaine manière le jugement tout à fait négatif que devraient imposer les distinctions radicales.

L'arrivée des Maures dans un couvent où se trouve Dona Branca et son enlèvement par ceux-ci n'entraînent pas les conséquences prévisibles, ce qui instaure un climat d'instabilité normative qui anticipe la passion réciproque entre la jeune fille chrétienne et un chevalier maure:

*Et de toi, jolie Branca, de toi, belle,  
Douce dame tendre et délicate,  
Hélas! de toi mon chant s'enfuit avec horreur.  
(...)  
Bouton vierge, qui t'épanouissais au soleil  
Dans un jardin de vertus, hélas! une main grossière  
De brigand des bois t'a cueilli,  
Qui te défendra? Ta vertu?*

<sup>5</sup> Em nenhua outra cousa confiado,  
Senão no sumo Deus que o Céu regia,  
Que tão pouco era o povo bautizado,  
Que, pera um só, cem Mouros haveria. (Camões, s/d, III-43, p. 121)

(...)  
*Vas-tu passer de victime abjecte d'un harem immonde  
 À des plaisirs infâmes, et devenir esclave  
 Du caprice d'un seigneur barbare?*  
 (...)

*Mais sur le visage*

*De la demoiselle royale quelle expression vois-je?  
 Est-ce de l'affliction, est-ce de la douleur? Non – Quoi! sans crainte,  
 Sans horreur affronter le geste impur  
 De l'ennemi de la foi! – Quel regard si doux  
 Elle lui lance! On dirait qu'un charme  
 Provoquant de malandrin occulte  
 Lui a égaré le cœur et les yeux,  
 Qui tendent à se rendre à ceux du noble Maure.<sup>6</sup>*

Même si cet amour est empreint de doutes religieux et de conversions étranges, et qu'il débouche sur la mort et la folie, il n'en symbolise pas moins l'attraction exercée par les vertus secrètes et par la relativisation des positions extrémistes et intolérantes. Malgré les entraves opérationnelles inéluctables, il est vrai que la passion de Branca favorise une vision positive de l'autre qui persiste, même lorsqu'il est impossible d'empêcher l'affleurement des dangers que l'autre représente.

Ce sont ces dangers que Herculano aborde dans *Eurico, roman-poème*<sup>7</sup> (*Eurico o Presbítero*), bien que ce ne soit peut-être pas le mobile fondamental de son roman. Nous savons que Herculano avait plutôt l'intention d'écrire un réquisitoire contre le célibat religieux. Il ne s'agit pas ici de nous étendre sur le sujet, mais bien de démontrer que le débarquement des Arabes en 711 et le début de la Reconquête se situent strictement dans le cadre d'une politique de légitimation d'une nationalité (portugaise) qui avait été menacée par les troupes napoléoniennes et par une guerre civile qui avait divisé les Portugais et créé un fossé entre identité réelle et possible. L'arrivée de l'ennemi, les batailles (dont ceux-ci remportent la première) et l'entrée tragique au monastère, marquée par la défiguration et le meurtre des moines, n'ont rien à voir avec le rapt de Branca dont il a été question. Le cri d'horreur et la tentative de viol de Hermengarde se situent à l'opposé du poème de Garrett:

*La porte du temple, ouverte par un choc violent, avait crié sur  
 ses gonds, et un vieil ostiaire était venu tomber sur les dalles, en*

6 Notre traduction de:

E de ti, linda Branca, de ti, bela, / Mimoso dama tenra e delicada, / Ai! de ti com horror meu canto foge.

(...)

Virgem botão, que ao sol desabrochavas / Em jardim de virtudes, ai! colheu-te / Grosseira mão de salteador dos bosques, / Quem te defenderá? Tua virtude?

(...)

Irás de imundo harém vítima abjecta, / A prazeres infames, e ao capricho / De bárbaro senhor jazer escrava?

(...)

Mas na face / Da real donzela que expressão eu vejo? / É aflição, é dor? Não. – Qué! sem medo, / Sem horror encarar o gesto impuro / Do inimigo da fé! – Que olhar tão doce, / Que ele lhe lança! Ceras que um encanto / Acintoso de oculto malandrino / Lhe desviou o coração e os olhos, / Que aos do moiro gentil rendidos tendem. (Garrett, 1966, pp. 495-496)

7 Traduit du portugais par David A. Cohen, Paris: Librairie française et anglaise de J.-H. Truchy, Ch. Leroy successeur, 1883.

*jetant un cri douloureux proféré chaque jour en Espagne par des milliers de bouches: 'Les Arabes!'*» (Trad. 1883, p. 182).<sup>8</sup>;

«Fille de chrétiens (...) Accepte d'être enfin la plus adorée des femmes d'Abdulaziz, (...)»

«Je suis prête à mourir quand il te plaira, répondit avec calme la captive, car j'y suis résolue depuis longtemps.» (idem, pp. 262-263)<sup>9</sup>

La terreur de Hermengarde accentue le caractère négatif attribué à l'autre, même si l'on parvient à entrevoir une certaine intégrité dans le comportement des Arabes, laquelle contraste nettement avec la corruption qui règne chez les Goths, ce qui mitige en quelque sorte le manichéisme propre à une culture qui s'affirme par le contraste et l'opposition.

C'est un peu cette voie qu'emprunte l'auteur dans *L'Alcaïde de Santarem* (*O Alcaide de Santarém*, Herculano s/d, b, 1<sup>o</sup>, Vol., pp. 1-49) et beaucoup plus radicalement dans *La mort du Guerrier* (*A Morte do Lidador*, Herculano s/d, b, 2<sup>o</sup> Vol., pp. 79-102). Dans ce dernier, qui fait partie de *Légendes et récits du Portugal*<sup>10</sup> (*Lendas e Narrativas*), il s'agit du récit de la mort de Gonçalo Mendes da Maia lors d'un combat contre les Maures, qui sont présentés comme s'opposant aux prétentions du roi Alphonse Henriques et de ses chevaliers. Ce rôle semble consensuel dans l'Histoire du Portugal et dans la littérature portugaise jusqu'aux dernières décennies du XIX<sup>e</sup> siècle. Dans les dernières pages de la nouvelle, les leçons que Herculano veut tirer ne peuvent que corroborer l'idée selon laquelle cet autre, cet ennemi primaire, doit représenter un concept bien plus complexe et fonctionner comme moteur d'exemple, d'héroïcité et de stabilisation de l'identité:

*Qui aujourd'hui écoute le récit des exploits, dont en ce mois de juillet 1170 la marche de Béja fut le théâtre, les taxera de fables; car nous, hommes corrompus et amollis par l'inaction et par des mœurs efféminées, nous évaluons à notre aune ces chevaliers portugais du XII<sup>e</sup> siècle, pleins de courage et d'énergie; et pourtant résonnent encore à travers les siècles, dans les traditions et les chroniques tant musulmanes que chrétiennes, les coups qu'assènèrent leurs épées.* (Trad. 2006, p. 162)<sup>11</sup>

L'image que se fait le lecteur du bouffon maure dans *Le moine de Citeaux* (*O Monge de Cister*) est déjà différente. Vilipendé par des chevaliers (qui, dans le roman, se révéleront être des manants), ce clown est placé, dès le début, dans un espace moral privilégié, lorsqu'il est qualifié de «bon bouffon»<sup>12</sup> («o bom do truão», Herculano s/d, c,

8 A porta do templo, aberta com violento impulso, rangera nos gonzos, e um velho ostiário viera cair de bruços sobre as lágimas do pavimento, soltando o grito doloroso que por tantos milhares de bocas diariamente se repetia na Espanha: - "os árabes!" (Herculano s/d, a, p. 132).

9 "Filha dos cristãos (...). Resolveste, finalmente, a ser a mais amada entre as mulheres de Abdulaziz; (...)"

10 "A minha resolução é morrer, quando te approuver: - replicou a captiva com serenidade; - porque essa resolução há muito que eu a tomei. (Herculano s/d, a, p. 189).

11 Traduits du portugais par Diogo Quintela et Bernard Tissier, Paris: Éd. Chandeigne, 2006.

12 «Quem hoje recontar os bravos golpes que no mez de julho de 1170 se deram na veiga da frontaria de Beja, notá-los-há de fábulas sonhadas; porque nós, homens corruptos e enfraquecidos por ócios e prazeres de vida afeminada, medimos por nosso animo e forças as forças e o animo dos bons cavalleiros portugueses do seculo XII; e todavia, esses golpes ainda soam, através das eras, nas tradições e chronicas, tanto christans como agarenas.» (Herculano s/d, b, 2<sup>o</sup> Vol., p. 99).

12 Notre traduction.

Tome I, p. 40). Personnage-embrasseur par excellence, Ale volera au secours de Béatrice (la jeune fille séduite et abandonnée, sœur du protagoniste) et sera l'intermédiaire entre celle-ci et son frère, Vasco. En tentant de prévenir ou de réparer le mal infligé à l'héroïne, Ale passe dans le camp des bons et cesse d'être perçu comme celui qui s'oppose aux désirs du héros.

Avant d'analyser quelques textes de la fin du XIX<sup>e</sup> siècle – début du XX<sup>e</sup> et de souligner l'inévitable changement de paradigme, je voudrais mentionner un roman inachevé d'Oliveira Marreca, *Le Conte souverain de Castille*<sup>13</sup> (*O Conde Soberano de Castela*), publié par intermittence dans le journal *O Panorama*, entre 1844 et 1854. Dans ce roman, le fait de donner la parole aux Maures déplace la focalisation, ce qui fait percevoir, même si ce n'est que très légèrement, l'autre côté et souligne les ressemblances (qui se manifestent jusque dans la façon de désigner l'autre). Ce passage en témoigne:

*Je passe mes nuits à veiller, Souleymane; car de terribles pressentiments m'assaillent la nuit. Je vois au Nord, dans le ciel des infidèles, le nuage noir, d'abord pas plus grand que ma main, mais qui prend du volume et s'étend vers l'horizon de nos terres et les minarets de nos mosquées, jusqu'à ce que, tout à coup, ils éclatent en coups de tonnerre et en éclairs sur les enfants du prophète.*<sup>14</sup>

Cette inquiétude, de futurs perdants (Amar Sanchez, 2010), ainsi que l'intromission d'amours impossibles et la combinaison avec la vision traditionnelle des chrétiens, mitigée par l'apparition d'un demi-Maure, contribuent en quelque sorte à alléger la négativité intrinsèque qui, évidemment, flatte l'esprit national. Dans le dernier chapitre publié le 13 mai 1854, Oliveira Marreca relativise les dualités existantes, «Hier, Abdul Medjid, le sultan, hébergeait la liberté enfuie de la Hongrie et de la Pologne; aujourd'hui, le vicaire du prophète fait reconstruire le Saint-Sépulcre!»<sup>15</sup>

Les romans du tournant du XIX<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècle, qui visent encore plus que les romantiques (où il s'agissait surtout d'un besoin de légitimation nationale) à glorifier le passé portugais et sont soumis à une conjecture politique et sociale, entendent démontrer l'importance des exploits passés en s'appuyant sur la notion traditionnelle de l'autre en tant qu'ennemi, lorsqu'il s'oppose aux désirs du héros, ou en tant que marginal toléré, lorsqu'il collabore avec lui. Le roman de Campos Júnior *Guerrier et Moine* (*Guerreiro e Monge*), publié en 1898, lors de la commémoration du quatrième centenaire du voyage de Vasco de Gama, en offre un exemple ainsi que les contes de Henrique Lopes de Mendonça, rassemblés dans *Sang portugais* (*Sangue Português*) et *Cape et épée* (*Capa e Espada*). Dans certains de ces contes, tels que «Défi» («Desafio») et «La chevauchée des caravelles» («A Cavalgada das Naus»), du premier livre (pp. 1-46 et 95-132), ou «Felisberto de Proença» (*Capa e Espada*, pp. 137-145), l'Arabe apparaît

<sup>13</sup> Notre traduction.

<sup>14</sup> Notre traduction de «Passo as noites, velando, Soleymano; porque me assaltam durante ellas terríveis pressentimentos. Vejo ao norte, no céu dos infidéis, a nuvem negra ainda pequena como a minha mão, vir-se avolumando e estendendo para o horizonte das nossas terras e os minaretes das nossas mesquitas, até desfazer-se em trovões e raios sobre os filhos do propheta.» (Marreca 2<sup>e</sup> série, Vol. III, 27/1/1844, pp. 29-30).

<sup>15</sup> Notre traduction de: «Hontem Abdul Medjid, o sultão, hospedava a liberdade foragida da Hungria e da Polónia, hoje o vigário do profeta manda reedificar o Santo Sepulchro!» (Marreca 3<sup>e</sup> série, Vol. III, 13/5/1854, pp. 146).

comme l'ennemi nécessaire à la gloire du Portugal. C'est aussi le cas dans le texte de Júlio Dantas «Hommes de fer» de *Marche triomphale* («Homens de Ferro», *Marcha Triunfal*, pp. 19-40), qui recrée une fois de plus la bataille d'Ourique.

En 1936, apparaissent deux romans dont nous pouvons considérer qu'ils ont transformé le paradigme traditionnel et qui préparent (l'un plus que l'autre, soit dit en passant) le mode de relation à ce qui est perçu comme différent. Ils traitent tous les deux du roi Sébastien I<sup>er</sup> et de la bataille de Ksar el Kébir, qui a fait couler tant d'encre depuis la date où elle a eu lieu (le 4 août 1578). Normalement, jusqu'au milieu du XX<sup>e</sup> siècle, la figure du roi est présentée de différentes façons, mais, à aucun moment, la cruauté et la trahison des Maures n'est remise en question. L'œuvre d'Aquilino Ribeiro *Aventure merveilleuse* (*Aventura Maravilhosa*) pose une hypothèse possible, plausible, souvent énoncée, mais jamais démontrée: la survie du roi au désastre et son expiation en captivité chez les Maures; cette épreuve serait nécessaire pour que Sébastien I<sup>er</sup> purge une peine correspondant au désastre engendré. Les Maures fonctionneraient comme l'élément fondamental à la consolidation de la thèse à développer.

Selon une politique expansionniste menée par le Portugal dans le cadre des directives du régime de l'Etat Nouveau, *Histoire merveilleuse du Roi Sébastien I<sup>er</sup> Empereur de l'Atlantique* (*História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico*), de Samuel Maia, montre un roi malade qui n'est pas allé à la bataille, celle-ci ayant été gagnée par les Portugais. Il s'ensuit un esprit de paix et de tolérance qui culmine dans le mariage de Sébastien I<sup>er</sup> avec une Maure, mariage dont sera issue une descendance nombreuse qui dominera le monde. Si l'on met de côté le penchant colonialiste flagrant de l'auteur et les déductions sociopolitiques propres à cette époque, nous pouvons retenir l'idée de l'apparition de nouvelles façons de voir l'autre et de l'assimiler. Evidemment, cette assimilation présuppose toujours une acculturation et une domination qui préfigure une autre forme de colonialisme et de suprématie.

Dans les romans des deux dernières décennies du XX<sup>e</sup> siècle, la focalisation de l'autre devient très différente. Si dans *La Maison de Poussière*<sup>6</sup> (*A Casa do Pó*, 1988) de Fernando Campos, on assiste à une relation d'égalité fondée sur une idéologie qui permet d'analyser avec détachement les interactions entre les différentes races et croyances, il n'en va pas de même dans *Un dieu dans le souffle du jour*<sup>7</sup> (*Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*, 1994) de Mário de Carvalho, qui se situe dans la Péninsule ibérique au I<sup>er</sup> siècle après Jésus-Christ, au moment où commencent les premières manifestations du christianisme ainsi que les premières persécutions. Il s'agit ici d'une vision externe, celle de Lúcio, un duumvir qui s'éloigne définitivement de la vision traditionnellement véhiculée. Dans ce roman, l'autre, le différent, est surtout le chrétien, dont les Romains ignorent les pratiques et qu'ils observent avec crainte et curiosité. Le narrateur (le duumvir romain) est fasciné et surpris, mais il s'abstient de tout jugement de valeur, dans une optique qui dénonce une position bien différente de celle adoptée au début du siècle: ici, l'autre n'est pas envisagé selon une échelle hiérarchique, mais bien conçu comme différent ou comme perturbateur de l'ordre établi. C'est le cas des invasions du Nord de l'Afrique, qui sont relatées comme faisant partie de l'action (Fabião, 1992, pp. 241-242) et qui influencent de façon décisive la caractérisation de certains personnages et même la

<sup>16</sup> Traduit par Lídia Martinez et Guy Vivien, Paris: Presse Pocket, 1990.

<sup>17</sup> Traduit par Marie-Hélène Pivnick, Paris: Bourgeois, 2002.



façon d'agir de Lúcio, le narrateur. L'affirmation selon laquelle les envahisseurs barbares appartiennent au «mauvais côté de Mare Nostrum» («lado errado do Marenostrum», Carvalho, 1994, p. 23) présuppose encore une attitude eurocentrée, même si la fonction de ces barbares est surtout de créer des déstabilisations dans une société entourée de facteurs de perturbation, qui ne proviennent pas uniquement de la présence de l'autre, mais aussi de contraintes intrinsèques au sujet lui-même, par lesquelles il se structure.

On retrouve un peu la même ligne de pensée dans *Au-delà de la mer* (*Além do Maar*, 1994) de Miguel Medina. Ce roman, qui raconte une fois de plus le voyage de Vasco de Gama, déplace la focalisation sur les intervenants qui n'ont jamais eu le droit d'exprimer leur point de vue: Maures, exilés, Africains, Indiens. L'hétérodoxie présente dans cette focalisation différente modifie les modes de perception et, indirectement, tout le travail discursif et la perception de la différence. Le fait que divers points de vue soient placés dans des pages ou des paragraphes contigus, montrant l'amplitude du contraste par la proximité discursive, implique la construction de variantes de la pensée qui détruisent la radicalisation implicite dans les textes fondateurs de sentiments d'identité (nationale ou personnelle).

L'explicitation des sentiments des Maures ou des Indiens semblent faire ressortir l'évidence cachée (comme dans *Un dieu dans le souffle du jour*, quand le dumvir relate les rituels chrétiens, si peu exotiques pour le lecteur occidental d'aujourd'hui), en révélant ce qui est connu sans pour autant être toujours clairement perçu. Les exemples suivants rendent compte de cette étrangeté inversée, relativisant le sentiment traditionnel de supériorité:

*Il leur [aux Indiens] était déjà évident que leurs cibles étrangères adoraient un signe en croix, mais très différent de celui qu'eux-mêmes avaient l'habitude de répandre sur les murs et les pierres sculptées de leurs temples.*<sup>18</sup>

*Dans la tranquillité blanche de l'Alcazar, ses affirmations [d'un Maure], selon lesquelles cette flotte était une sorte de fer de lance de toutes les nations qui, dans une gigantesque opération transcontinentale, tentaient de s'approprier le monopole des épices, des pierres précieuses et des drogues, sonnaient déplacées, fantaisistes, presque blasphématrices. Certes, ils dominaient la zone occidentale du grand continent, dont on savait qu'elle n'était habitée que par des tribus à la peau sombre et par quelques marchands de la lune. Mais ce serait tout autre chose s'ils parvenaient à conquérir les villes d'ici, bien protégées et pas très distantes du cap Guardafui, de l'entrée de la Rousse et de la jazira aravica [presqu'île arabique].*<sup>19</sup>

<sup>18</sup> Notre traduction de: «Era-lhes [aos indianos] já evidente que os estrangeiros alvos adoravam um sinal em cruz, porém muito diferente daquele que eles próprios costumavam espalhar nas paredes e nas cantarias trabalhadas dos seus templos.» (Medina, 1994, p. 218).

<sup>19</sup> Notre traduction de: «As suas afirmações [de um mouro], de que esta frota era uma espécie de ponta-de-lança de todas as nações franges, que tentavam, numa gigantesca operação transcontinental, apropriar-se do monopólio da especiaria, das pedras e das drogas, soavam no sossego branco de Alcazar descabidas, fantásticas, quase blasfemas. Uma coisa era dominarem a banda ocidental do grande continente, que se sabia unicamente habitada por tribos pardas e por alguns mercadores da lua. Outra, bastante diferente, seria conquistarem estas cidades daqui, bem protegidas e não muito distantes do cabo do Guardafui, da entrada do Ruivo e da jazira arávica.» (Medina, 1994, p. 221)

Pour conclure, il ne nous reste plus qu'à aborder deux textes qui semblent jouer avec le temps, qui détruisent sciemment la linéarité en instaurant une spatialité bidimensionnelle. La «plaisanterie» intitulée «*L'invraisemblable guerre de l'avenue Gago Coutinho*» (*A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho*, 1983) de Mário de Carvalho, imagine une distraction de la muse de l'Histoire, Clio, qui aurait entrecroisé deux fils en tissant le devenir temporel:

*Ainsi arriva-t-il un jour à Clio, la muse de l'Histoire, lassée de tisser l'immense tapisserie millénaire, pleine de couleurs grises et couverte de dessins redondants et monotones, de laisser tomber sa tête blonde et de s'assoupir quelques instants, tandis que ses doigts, par inertie, continuaient la trame. Deux fils s'emmêlèrent aussitôt et, dans le dessin, se forma un nœud détonnant par rapport à la surface lisse du tissu. C'est alors que s'amalgamèrent les dates du 4 juin 1148 et du 29 septembre 1984.*<sup>20</sup>

Cette confusion favorise la coexistence d'automobilistes lisboètes de la fin du XX<sup>e</sup> siècle et de Maures du XII<sup>e</sup> siècle à la conquête de Lisbonne. Le grotesque de la situation empêche tout jugement défavorable de part et d'autre et lui imprime un ton comique déstructurant les prises de position convenables reposant sur des opinions soumises à des conditions idéologiques.

Le roman de José Saramago, *Histoire du siège de Lisbonne*<sup>21</sup> (*História do Cerco de Lisboa*, 1989), actualise de façon magistrale la problématique des relations entre la littérature et l'Histoire et récuse le sens absolu de celle-ci en recourant à l'hyper-précision des artifices de l'une autant que de l'autre. Pour expliciter les modes de construction du discours historique et ses mystifications évidentes, Saramago réunit dans le même espace des époques différentes qui semblent coexister sans étonnement ni questionnement:

*Evidemment, la crèmerie La Gracieuse où le correcteur entre maintenant n'existait pas en l'an mil cent quarante-sept où nous nous trouvons actuellement sous ce ciel de juin, magnifique et chaud en dépit de la brise fraîche qui vient de la mer par l'embouchure du fleuve. (...) Et il semble, dit le propriétaire de la crèmerie, que des croisés arrivent par la mer, maudits soient-ils, on dit qu'il y aurait quelque deux cents bateaux, ça fera du vilain cette fois, c'est sûr (Trad. 1992, pp. 58-59).*<sup>22</sup>

20 Notre traduction de: «Assim aconteceu uma vez a Clio, musa da História que, enfadada da imensa tapeçaria milenária a seu cargo, repleta de cores cinzentas e coberta de desenhos redundantes e monótonos, deixou descair a cabeça loura e adormeceu por instantes, enquanto os dedos, por inércia, continuavam a trama. Logo se enlearam dois fios no desenho se empolou um nó, destoante da lisura do tecido. Amalgamaram-se então as datas de 4 de Junho de 1148 e de 29 de Setembro de 1984.» (Carvalho, 1995, p. 27).

21 Traduit du portugais par Geneviève Leibrich, Paris: Seuil, 1992.

22 «Evidentemente, a Leitaria A Graciosa, onde o revisor agora vai entrando, não se encontrava aqui no ano de mil cento e quarenta e sete em que estamos, sob este céu de junho, magnífico e cálido apesar da brisa fresca que vem do lado do mar, pela boca da barra. (...) E parece, diz o dono da leitaria, que vêm cruzados por mar, malditos sejam eles, corre que serão uns duzentos navios, as coisas desta vez estão feias, não há dúvida» (Saramago, 1989, p. 61).

L'interpénétration temporelle et la focalisation critique et hétérodoxe de la conquête de Lisbonne par le roi Alphonse Henriques légitime l'assomption de points de vue divergents qui peuvent être résumés par la phrase: «Lisbonne était conquise, Lisbonne était perdue» (*idem*, p. 317).<sup>23</sup> Cette affirmation, qui se nie elle-même, reproduit le sens de la nouvelle vision de l'autre que la postmodernité instaure en détruisant le primat de l'unicité idéologique, qui établit à priori les raisons et les déraison des uns et des autres.

On passe donc d'une vision éminemment nationaliste et faussement identitaire à une attitude critique et consciente des relativisations nécessaires et des faux principes. Comme dirait Rimbaud: «Je est un autre».

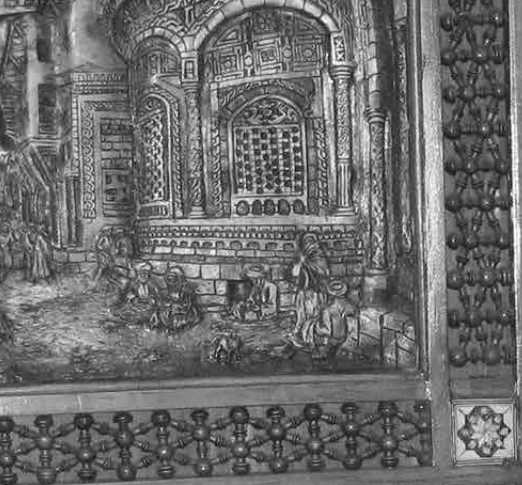
## Bibliographie citée

- Amar Sánchez, Ana María (2010), *Instrucciones para la Derrota – Narrativas éticas y políticas de perdedores*. Barcelona: Anthropos.
- Benmakhlouf, Ali (2011), *L'identité une Fable Philosophique*, Paris: PUF Philosophies.
- Chateaubriand, François-René de (1971), *Atala. René. Le Dernier Abencerage*, édition présentée, établie et annotée par Pierre Moreau, Paris: Folio/Gallimard [1801, 1805 e 1807-10].
- Camões, Luís de (s/d), *Os Lusíadas*, édition organisée par Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto Editora [1572]; traduction française de BISMUT, Roger (1992), *Les Lusíades*, Lisbonne: Fundação Calouste Gulbenkian
- Campos Júnior, António (1899), *Guerreiro e Monge*. Lisboa, Empresa do Jornal “O Século” [1898].
- Campos, Fernando (1986), *A Casa do Pó*. Lisboa: Difel; traduction française de Martinez, Lídia et Vivien, Guy (1990), *La Maison de Poussière*, Paris: Presse Pocket.
- Carvalho, Mário de (1994), *Um Deus Passeando pela Brisa da Tarde*. Lisboa: Caminho; traduction française de Piwnick, Marie-Hélène (2002), *Un Dieu dans le souffle du jour*, Paris: Bourgeois.
- Carvalho, Mário de (1995), *A Inaudita Guerra da Avenida Gago Coutinho*: Lisboa: Caminho [1983].
- Dantas, Júlio (s/d), *Marcha Triunfal*. Lisboa: Livraria Bertrand [1954].
- Díez, Luis Gonzalo (2009), *Los Convencionalismos del Sentimiento*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores.
- Fabião, Carlos (1992), «O Passado Proto-Histórico e Romano», *História de Portugal*, dir. de José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 1.º Vol.
- Garrett, Almeida (1966), *D. Branca, Obras de Almeida Garrett*. Porto: Lello e Irmão. Vol. II [1826].
- Herculano, Alexandre (s/d, a), *Eurico o Presbytero*. Lisboa, Bertrand e Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte: Livr. Francisco Alves [1844]; traduction française de Cohen, David A. (1883), *Eurico, roman-poème*, Paris: Librairie française et anglaise de J.-H. Truchy, Ch. Leroy successeur.

<sup>23</sup> «Lisboa estava ganha, perdera-se Lisboa» (Saramago, 1989, p. 347).

- Herculano, Alexandre (s/d, b), *Lendas e Narrativas*. Lisboa, Bertrand e Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte: Livr. Francisco Alves; traduction française de Quintela, Diogo et Tissier (2006), Bernard, Paris: Éd. Chandeigne.
- Herculano, Alexandre (s/d, c), *O Monge de Cister*. Lisboa: Livr. Bertrand [1848].
- Maia, Samuel (1940), *História Maravilhosa de Dom Sebastião Imperador do Atlântico*. Lisboa: Livr. Bertrand.
- Marreca, Oliveira (1844-1854), *O Conde Soberano de Castela. O Panorama*. Le roman inachevé a été publié dans la 2<sup>e</sup> série, Vol. III, du 27/1/1844 au 21/12/1844, dans la 3<sup>e</sup> série, Vol. II, du 17/9/1853 au 24/12/1853 et dans la 3<sup>e</sup> série, Vol. III, du 8/4/1854 au 13/5/1854.
- Medina, Miguel (1994), *Além do Mar*. Venda Nova: Bertrand.
- Mendonça, Henrique Lopes de (s/d), *Capa e Espada*, Lisboa, Livr. Bertrand.
- Mendonça, Henrique Lopes de (s/d), *Sangue Português*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada Sociedade Editora e Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, Livr. Francisco Alves.
- Ossola, Carlo (2011), *En Pure Perte – Le Renoncement et le Gratuit*. Paris: Rivages Poches/Petite Bibliothèque.
- Ribeiro, Aquilino (1985), *Aventura Maravilhosa*. Lisboa: Bertrand Ed. [1936].
- Saramago, José (1989), *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho; traduction française de Leibrich, Geneviève (1992), *Histoire du Siège de Lisbonne*, Paris: Seuil.
- Sauer, Elizabeth and Wright, Julia, édition de (2010), *Reading the Nation in English Literature – A Critical Reader*. Londres et New York: Routledge.





**DIAA RASWHAN**

**The revolution did not yet enter  
into the Egyptians' houses**

**Entrevista**







# Diaa Raswhan

## *The revolution did not yet enter into the Egyptians' houses*

Interview by **Maciel Santos and Marco Alvarez\***

9<sup>th</sup> September 2012

*Dr Diaa Rashwan is the present director of the Egyptian Al Ahram Center for Political and Strategic Studies. Post-graduated from the University of Sorbonne in Paris in 1985 on Political History, he is a specialist in Islamic politics. In March 2013 he was elected president of the Egyptian Press Syndicate.*

*In the following interview he replied to a standardized inquiry that a CEAUP research project presented to several Egyptian analysts and politicians.*

*The footnote notes are of the exclusive responsibility of the CEAUP interviewers.*

**Maciel Santos/Marco Alvarez (MS/MA):** Do you think the new Constitution can include “the principles of Islamic Sharia”<sup>1</sup> and would this be feasible in modern societies such as the Egyptian one? In other words, what kind of democracy do you think it is now possible in Egypt?

**Diaa Rashwan (DR):** The problem until now — according to the discussions inside the Commission — is that we have very different views concerning the kind of democracy we need. We have now in power the Muslim Brothers, the current president is a member of the Muslim Brothers<sup>2</sup>.

And we have the former parliament, which was composed of a majority of Muslim brothers and Salafists members. We have now some signs about the kind of democracy they are looking up for our Constitution; and what we see from this discussion it is not really enough to build a democracy.

We heard, for example, about an article cancelling the supervision of the judges in our elections. This is the opposite of what should happen. It will be a catastrophe in the near future because until now, in Egypt, we had and we have these judges: the main condition for clean elections is to have judges and this sort of supervision. The discussion about the suppression of the judges is an indication that we will not be facing clean elections in the next months. And we have some other problems concerning the jury, in general. The High Constitutional Court is also a matter of discussion now — some views, also coming from members of the Muslim Brothers, mean to cancel it. It’s

\* CEAUP.

1 In September 2012, the assembly appointed by the military government to draft the Egyptian new constitutional text debated the text of article 2 (Part I). The Salafist Nour Party wanted it to read “Islamic Sharia” instead of “the principles of Islamic Sharia”. *Al Ahram*, *Weekly* 13-19 Sept. 2012, p. 5. The final version reads: “Islam is the religion of the state and Arabic its official language. Principles of Islamic Sharia are the principal source of legislation.”

2 The Muslim Brothers organised in February 2011 the political party “Freedom and Justice Party” whose later presidential candidate was Dr. Mohamed Morsi.

all very dangerous<sup>3</sup>. Also in the Constitution, we have real problems concerning the freedom of expression<sup>4</sup> and the press. We are now in this transition period and, as you see, we have not even a consensus about the major standards of the Constitution. The real battle for the democracy of the future is running now in the Egypt. Within two or three months, maximum, we will see.<sup>5</sup> Either we'll have a real democracy, a modern one, or we'll have another struggle in the country between the different political views.

3 Article 176 of the new Constitution about the composition of the Supreme Constitutional Court left its composition to further legislation. It reads: "The Supreme Constitutional Court is made up of a president and ten members. The law determines judicial or other bodies that shall nominate them and regulates the manner of their appointment and requirements to be satisfied by them."

4 Discussion of Article 17 of Part I focused on the need to notify the Interior Ministry before public rallies. *Egypt Independent*, 6 Sept. 2012, p. 3

5 The new Constitution was concluded by the Assembly on 30<sup>th</sup> November and approved by referendum in 15-22 Dec. 2012.

**MS/MA: The second question is about development. The "Freedom and Justice" party got the vote of the popular classes. But in the present world recession which is also affecting Egypt, do you think possible that it will implement the necessary economic growth to increase the standard of life of its electorate and to stabilize the new regime?**

**DR:** You know, in our revolution, when it started, we had three slogans. The first of them was "bread"; the second was 'freedom'; the third was: 'social justice'. So when we speak about developing our economy we must have in consideration what the Egyptians really want: they want bread. This means a more human standard of life. Thirdly, as I said, came what we call social justice. We cannot consider nor judge any policy out of these two slogans.



But until now we have nothing to say concerning the development, which has been very low. Plus, the standard of life for the majority of the Egyptians has decreased. We do not even speak now about social justice — not yet. What we have from the headlines of the economic policy of the Muslim Brothers, of the actual cabinet (and also of the president) is that we are going to see the same economic lines that were applied by the last regime. And naturally the current discussion with the IMF, diffused in the country, creates real fears. The lower classes are now afraid of the consequences of such possible agreement because they have already tested mini agreements. There were small agreements of this type in the Mubarak and Sadat era: they created very hard conditions for the lower classes and we have forty percent of our people under poverty. Shortly, I think we have had until now economic policies similar to those under the Mubarak era<sup>6</sup>.

**MS/MA: Of these three possible scenarios, which do you think it is more risky for a future Egyptian parliamentary democracy?**

- a military takeover, similar to the Algerian one in 1992;
- the failure of the Muslim Brother's government to satisfy the popular demands and an electoral shift towards the Salafists Nour Party;
- a process of *Ikhwanisation*<sup>7</sup> of the State, leading to a hegemony similar to that of the AKP party, in Turkey.

6 In early September, it was expected that the Egyptian pound would shortly be strongly devaluated, being then at its lowest point since December 2004. Higher unemployment and rising food prices were the expected consequences. "A Popular Campaign to Drop Egypt's Debt is on the move". *Egypt Independent*, 6 Sept. 2013, p. 10.

7 From *Ikhwan*, the Arabic word for Brotherhood. The term has been used by the Egyptian English press.

**DR:** Let's start with the first scenario, which is the military *coup d'état*. I don't think it would happen in a normal situation. It's very difficult because the military, the SCAF<sup>8</sup>, had during this year and half many opportunities to do such thing. In some occasions they would probably be supported by the majority of Egyptians to make it. But they did not make it. And now, they are accused by many Egyptians of having given the country to the Muslim Brothers. Therefore I do not think that the present situation will give them an opportunity to make such *coup d'état*. And, if it happened, it would be very hard, very bloody. Until now, we have not this scenario.

The second scenario: until now, our regime is playing with the superstructure, not with the infrastructure of society. It means that they are playing with politics, not with the basic demands of the people. They are also playing with foreign policy: going to China, to Ethiopia, to Saudi Arabia. Making arrangements for the regime but not speaking about social and economic issues. And these are the main demands of the Egyptians, as I told you. Now, if we take the parliamentary elections' results and the presidential elections' results, we see that both the Muslim Brothers and Salafists lost about eight million votes<sup>9</sup>. From the eighteen and a half million in the parliamentary elections they came to thirteen and a half million votes in the second round of the Morsi's election but of these votes, about three million are not Islamists. We can speak about no more than ten or eleven millions of Islamic vote. So they had a

8 English acronym for Supreme Command of the Armed Forces, the military junta that took the power in February 2011, after the resignation of President Mubarak.

9 Dr Raswan compares the results of the first Parliamentary elections (January 2012) with those of the Presidential elections (23-24 May 2012).

decrease of about ten or eight million votes. This was the result of the activities and actions of the Parliament<sup>10</sup>, which was considered very bad by the Egyptians and never responded to their demands. My feeling is that their popularity decreased because the Egyptians expected from Dr. Morsi and from the Muslim Brothers many things, of the kind they stated in their plan for the first hundred days. Every day we have a different date for it to start and the Egyptians feel now they are not really serious.

The revolution did not yet enter into the Egyptians' houses. They are only watching the revolution on the television: discussions among the elites about freedom of expression, etc, but nothing else. Nothing

<sup>10</sup> I.e., the Constitutional Assembly which followed the Parliament dissolved by the SCAF. The Freedom and Justice representatives still kept a majority in this Assembly.

that may change their homes, their bodies, their children, their health, their education. Nothing that shocks them, nothing radical.

This was not the case of the Nasser revolution, of July 1952. In September, Nasser started the agrarian reform and at the time people felt that something had changed.<sup>11</sup> Until now, nothing has changed.<sup>12</sup> So, I think that we will face

<sup>11</sup> Law 178 of 1952 started the land-reform legislation, which limited individual land ownership to 200 *feddans*. The Nasser landed reform was reversed by the Mubarak regime by law 96/1992 which gave pre-Nasser landowners the "incontestable" right to take back their land. Around one million Egyptian peasants lost their land after its implementation in 1996. In 2000, over 200 deaths and 1500 injuries may be imputed to rural violence. After the 2011 revolution, a farmer's NGO "Sons of the Soil" plans the creation of cooperatives. *Egypt Independent*, 13 Sept. 2012, pp. 12-13.

<sup>12</sup> Shortly after this interview, at Farmers Day, President Morsi pledged to cancel the peasant debts inferior to LE 10 000 (which would affect around 44 000 peasants). Still, he left the decision for the bankers: "I hope the Bank for Development and Agricultural Credit will implement this decree." *Al Ahram Weekly*, 13-19 Sept. 2012, p. 3.



more of the decrease of the Muslim Brothers' popularity, especially in the next few months, i.e., in the parliamentary elections. The real problem will be the reaction of them in face of such decrease of their popularity. They are now real nervous and even preparing special laws, such as the emergency law, for which they have already achieved a new version by the cabinet. And I am afraid that they will try to compensate this lack of popularity by intervening in the elections and by defrauding them. The changes in the judges' supervision give us a real and dangerous indicator about this possibility.

The last scenario, the "Ikwhanization" of the State. We have seen many examples towards this direction in the Egyptian press: in the nomination of governors and in the cabinet... but I think this will be very dangerous for them, more than for society, because the Egyptians are not calm in face of what it is happening now. And one of the problems of the Muslim Brothers is that they have not enough people. I mean, they are not enough to fulfill the superior staff or even the middle staff. We have in this country about six million or more people working in the civil services and in the public sector. And within the structures of the high administration, more than half a million people. Well, all the members of the Muslim Brothers are around half a million people – note, all the members. So, this will not be an easy task although to create loyalties will be one of their tactics. Anyway, I think that in a very short time the whole process would bring very negative reactions and would even touch the stability of the State itself. You know, we have a very heavy State and it is not easy to play with it, at least within a short time.

**MS/MA: Viewed from abroad, Egyptian politics looks very unstable. The new parties have short lives and they often collapse or merge. Why is it so difficult for the opposition to organize itself into political platforms?**

**DR:** This is part of our heritage under Mubarak. The Mubarak regime weakened all the legal political parties. And the rest of the weakness came from themselves, from inside. Now, after the revolution we have dozens of new political parties without any kind of experience and sometimes even without real programs or defined ideology. It has been a new experience for all of them. After president Morsi's arrival they felt that they were in real danger and we have now some coalition blocs:<sup>13</sup> the Popular Current of Hamdeen Sabbahi<sup>14</sup>, the Destour party of Dr. ElBaradei<sup>15</sup>; the Conference Party of Ayman Nour, Osama Ghazali, and Amr Moussa<sup>16</sup>; the Tagammu, the leftist coalition composed of nine political parties. This means we have now clear blocs. They have already started discussions among them and I think that within perhaps days or weeks, maximum, we will have more coalitions than it was the case in the last elections.

<sup>13</sup> Most of the political forces named below, which already resulted from the coalition of smaller parties, were being registered at the time. That was for instance the case of the Popular Current (mainly populist) and of the Revolutionary Democratic Coalition (mainly socialist), both registered in September 2012.

<sup>14</sup> A center-left coalition which included the Popular Alliance Socialist Party, the Free Egyptians Party, the Egyptian Social Democrat party and the Tagammu Party.

<sup>15</sup> A centrist coalition rallied around Dr. Mohamed ElBaradei, former Director of the Atomic Energy International Agency.

<sup>16</sup> A liberal coalition organized by a former oppositionist candidate against Mubarak, Dr. Ayman Nour, who was imprisoned in 2005 and released in 2009. He was a member of the Constitutional Assembly and founder of the El Ghad Party.

**MS/MA: Do you think that it is possible — with this government or any other — to have a new foreign policy more South-South oriented and less directed by the Western framework which prevailed during the Sadat-Mubarak era?**

**DR:** Until now the foreign policy of Egypt under Morsi is not clear. Here in our Center we are preparing a national conference about the Egyptian foreign policy under Morsi. This will be in order to know what these policies are, especially what will be the point of harmonization between them. The first visits of president Morsi — to China, to Iran, to Saudi Arabia — gave the impression (at least to me) that in spite of the Muslim Brothers were against Nasser, they were now going on the same line. This is a non-aligned line but in those visits it was not clear what kind of foreign policy it was meant: they are visiting Iran but attacking the policy of Iran — in Teheran; they are going to China, which is Communist but they are Islamist, etc. Concerning the United States foreign policy, what is clear until now is that there is a real mutual interest. A strategic, military, security, economic interest, with mutual visits (our President will be in the United States in the beginning of October).<sup>17</sup> Yet, until now we have never heard of the European Union. It does not appear, even in the discourse. In fact, something is lacking in our foreign policy: about Sudan, about Northern Africa: from

Libya, which is our neighbor, to Morocco, nothing happened so far. Then, until now, we have had not a real foreign policy — we just had visits. We have some imitation of Nasser's era, but without its contents. Nasser visited China, and he was in the making of Bandung, in 1955, but that was a policy, not just visits. Until now there is a very vague foreign policy and I think it will stay this way for a while until the actual power of Egypt elaborates its own internal policy. You cannot make a foreign policy without having your main internal policy, because there's a real link between them.

**MS/MA: Do you think there will be changes in the Egyptian-Israeli relations and a new start of the Palestinian process or will it all remain — as it can be inferred from what you have just said — within the previous status quo?**

**DR:** This is one real dilemma for president Morsi. I think is the main reason for the United States administration to support the Muslim Brothers' government of Egypt is their attitude vis-à-vis Israel. And I think they discussed it even before the elections — there were many meetings between American officials and the leaders of the Muslim Brothers. Anyone familiar to the American foreign policy in the Middle East understands that their main interest is Israel — even before oil and before the Suez Canal. It was acknowledged that Hamas is a part of the Muslim Brothers. Therefore, the American idea of the main mission for the Muslim Brothers is to have them implementing the Camp David agreement, which after 1979 has failed. They want Camp David under a new frame and if it happens by the Muslim Brothers it will be the final solution. This is how the Americans and the Israelis understand it. I think they will push Morsi but not

<sup>17</sup> "We got a clear message that Egypt is open for business" stated Michael Foreman, deputy assistant of President Obama and member of a 110 US delegation that visited Cairo by mid-September 2012. Direct US investment in Egypt is expected to grow and a debt swap arrangement is being discussed, whereby Egypt "would be required to continue to repay its obligations to the US via a special fund that could only be spent on US-coordinated assistance programmes benefiting Egypt." *Al-Ahram Weekly*, 13-19 Sept. 2012.

now. They are giving him some time, probably six months from his election on. At the end of this year, after the American presidential elections, they will start the serious discussion about the future of the Middle East process. By this time, I think that they will have finished with the Syrian question. Then it will be a very suitable time to implement the Camp David frame and I think there must have been promises of this sort made by the Muslim Brothers to the Americans.

**MS/MA: You have already answered part of our last question, which is precisely about the Syrian question. If the interpretation you are making of this foreign policy is correct, then the Muslim Brother's alignment with the United States administration and the European Union about Syria is almost total.**

**DR:** Yes! If you remember the first days of president Morsi after his election, you will remark that he did not declare what his real position vis-à-vis the Syrian

crisis was. He was, I think, intimidated by the Egyptian militaries, which had at that time another point of view and wanted to resolve it by diplomatic tools. But now, and officially in Teheran<sup>18</sup>, president Morsi spoke frankly and clearly. Considering the historical conflicts between Muslim Brothers and the Syrian regime — since 1982, year of the first revolt in Syria against Assad's father —, considering the views of the actual Islamist movement who want to push the Syrian regime by force, considering the coordination between Egypt, Saudi Arabia and the American policy, Egypt has right now chosen his camp. In spite of the Egyptian government statements in favor of keeping diplomatic initiatives within a calm atmosphere, the reality is that they are now aligned. Recently it was heard that some Islamists — in fact, only a few — had been recruited in Egypt to fight against the Syrian regime.

---

<sup>18</sup> President Morsi made this statement during his short visit to Iran in 11 September 2012 at the opening of the Non Aligned Movement summit. *Al Ahrām Weekly*, 6-12 Sept. 2012.







# África em debate

Poderes e identidades

PROJECT:  
JMAC<sup>05</sup>



# Codificação dos costumes: Gonçalves Cota e os códigos jurídicos para os “africanos” de Moçambique\*

Fernanda Thomaz\*\*

p. 105-116

A partir década de 1920, a administração colonial portuguesa em Moçambique tentou codificar os costumes dos “africanos”, um dos objetivos era criar códigos jurídicos específicos para os colonizados. Os discursos colonialistas apresentavam diferentes justificativas, que oscilavam entre a imagem dos “africanos” como seres humanos inferiores e a retórica de respeito pelos seus usos e costumes. Tais discursos e práticas foram marcados por conflitos que envolviam funcionários administrativos coloniais e juristas (na colônia e na metrópole). De modo que a tentativa de criar um código penal para “africanos” evidenciou as disputas existentes no campo jurídico e político colonialista.

Durante os primeiros anos do colonialismo português em Moçambique, entre o final do século XIX e o início do XX, havia pouco interesse em codificar os usos e costumes dos “africanos” (Thomaz, 2012). As campanhas militares e o avanço da ocupação colonial ao longo do território que atualmente conhecemos por Moçambique foram finalizados somente no princípio da década de 1920. No entanto, a consequente burocratização desse domínio nas áreas ocupadas exigia a expansão de diferentes mecanismos de controle, que pudessem submeter todas as povoações de Moçambique (Pélissier, 1994; Smith, 1991).

A administração da justiça se apresentava como um dos critérios mais importantes para a manutenção da soberania do Estado colonial. Ainda que as potências europeias utilizassem da força para ocupar o continente africano, com as expedições militares, a justiça se constituía em um mecanismo essencial para a conservação dessa ocupação (Betts, 1991; Moreira, 1955). Portanto, o controle judicial, mas precisamente a lei, tornou-se um instrumento fundamental para a implementação do domínio colonial. Nessa sequência, antes mesmo de finalizar a ocupação do território, um número significativo de leis e instituições foram transferidas da metrópole e (re) criadas para as colônias (Chanock, 1978). No processo de implementação do sistema jurídico colonial,

\* Este é um capítulo da tese defendida recentemente no programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, cujo título é: “Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re) ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894 - c. 1940”.

\*\* Universidade Federal Fluminense.

1 O termo africano é utilizado com aspas neste artigo para fazer referência às pessoas consideradas como “indígenas” pelo poder colonial. O “indígena” foi um termo sócio-jurídico criado pelos colonizadores que, muitas vezes, era apresentado com um significado pejorativo. Por esse motivo, o termo será utilizado com devida cautela.

sobretudo as questões consideradas criminais pelos colonizadores, pretendia-se impor os valores dos europeus sem preocupação com os costumes dos povos colonizados. Ou seja, usava-se o código penal e a estrutura judiciária portuguesa para determinar as penalidades a todos os indivíduos na colônia (Thomaz, 2012).

O interesse em criar uma legislação específica para os povos colonizados de Moçambique e, ao mesmo tempo, codificar seus usos e costumes foi enfatizado na segunda metade da década de 1920, por João Belo. Com o fim da Primeira República, houve uma significativa mudança na formulação de leis a serem aplicadas às suas colônias. Tal mudança foi iniciada pelo ministro das colônias João Belo, com a publicação em 1926 do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas*. Apesar de ter sido elaborado pelo poder central, o *Estatuto* reconheceu um princípio importante: a necessidade de codificação do *direito indígena* (Pereira, 2005).<sup>2</sup> O objetivo era facilitar a aplicação da justiça colonial aos “africanos” através da elaboração de um corpo legislativo para cada colônia face à sua multiplicidade sociocultural. O que era pouco mencionado nas discussões sobre a administração da justiça passou a receber uma atenção diferente. A justificativa consistia no respeito pelos usos e costumes desde que os direitos individuais de liberdade e existência não ferissem os princípios de humanidade e soberania portuguesa. Outro passo para essa mudança ocorreu três anos depois, quando foi aprovado o *Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas*, que determinava a criação de tribunais exclusivos para os “africanos”. Com esses tribunais, tentava-se conciliar o ofício dos administradores coloniais em colaboração com os chefes africanos, considerados como os *conhecedores da lei especial do meio indígena e por isso os informadores seguros dos usos e tradições da tribo que sejam atendíveis na administração da justiça* (Newitt, 1997).<sup>3</sup> Os chefes africanos deveriam auxiliar os administradores coloniais durante a execução dos tribunais privativos.

A mudança na década de 1920 reflete o que o pesquisador Alan Smith enfatizou ao afirmar que apenas a partir desse período, com os primeiros passos para o Estado Novo, que algum projeto colonialista começou a ser aplicado para Moçambique. Antes disso, havia uma ausência de projeto colonial efetivo, que possibilitasse criar bases de análise de métodos e formas administrativas para as colônias (substituir por colônias) (Smith, 1991). Ademais, Portugal possuía precárias condições econômicas para ampliar seu domínio, sustentar e explorar suas colônias, apoiando-se em investimentos ingleses e na própria concessão de parte do território às companhias majestáticas (Alexandre, 1979; Newitt, 1997). Houve um processo de centralização e fortalecimento do Estado Português. A falta de iniciativa para aplicar métodos mais eficazes de exploração e controle dos povos colonizados passava a ser reavaliada pelo Estado Português a partir de 1926 (Smith, 1991). Isso possibilitou uma reestruturação do sistema jurídico colonial, com propostas de políticas privativas a determinados africanos, cujo objetivo era impor maior controle e explorar a mão de obra. Essas políticas foram reforçadas ao longo das décadas de 1930 e 1940.

O esforço mais conhecido e paradigmático ocorreu na década de 1940, quando o jurista José Gonçalves Cota foi nomeado pelo governador-geral para dirigir estudos

2 Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas, decreto n.º 12.533, de 23 de outubro de 1926.

3 Estatuto Político, Civil, Criminal dos Indígenas. decreto n.º 16.473, de 6 de fevereiro de 1929. In: *Ministério das Colônias*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929.

etnográficos sobre as populações de Moçambique, com o fim de elaborar um código penal e civil específicos para os “africanos”. Com esse objetivo, foi criada em 31 de julho de 1941 a *Missão Etnográfica da Colônia de Moçambique* (Cota, 1946b). Os trabalhos realizados pela missão resultaram na elaboração de um vasto material produzido por Gonçalves Cota sobre os costumes dos povos da colônia, do qual se podem listar os seguintes: *Etnografia da Colônia de Moçambique*; *Mitologia e direito consuetudinário dos indígenas de Moçambique*; *Projecto do Regulamento dos Tribunais Indígenas da Colônia de Moçambique*; *Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos indígenas*; *Projecto Definitivo do Código Penal dos Indígenas da Colônia de Moçambique*. As duas primeiras obras mencionadas serviram de base para a elaboração dos projetos jurídicos de Gonçalves Cota. O projeto de regulamento dos tribunais foi escrito para substituir o *Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas* de 1929, o que, segundo o jurista, estava em concordância com as problemáticas apresentadas nos demais projetos que produziu. O autor justificou que o regulamento de 1929 tornou-se insuficiente:

*Há que atender á evolução social dos agregados indígenas. Esta, como se sabe, implica novas relações jurídicas que vão alterando ou enriquecendo o direito antigo, ou seja o direito consuetudinário substantivo ao qual muitas vezes têm de corresponder novas regras processuais.*<sup>4</sup>

Essa ideia de transformação social entre os povos de Moçambique estava ligada à concepção existente acerca da influência da cultura europeia. Afinal, ao ler os trabalhos dos administradores coloniais e juristas dessa época sobre os usos e costumes dos “africanos”, é fácil observar que consideravam esses povos dentro de certa imobilidade social. Portanto, defendiam que o sentido humanitário do colonialismo era ou deveria ser o de tirar essas populações da estagnação natural através do contato com a afamada *civilização* portuguesa. Por esse motivo, toda essa discussão para a codificação dos costumes seria um movimento lento no caminho da *salvação*.<sup>5</sup>

O discurso colonialista sustentava-se na concepção de que os “africanos” enquanto seres primitivos estavam mergulhados na preguiça e ociosidade. A ação civilizadora dos portugueses seria inserir os povos colonizados no trabalho colonial (Brito, 1946). Assim, justificava-se a exploração da mão de obra “africana”. Uma das principais formas de lucratividade colonial em Moçambique, sobretudo até as três primeiras décadas do século XIX, foi a migração de mão de obra para a África do Sul (Covane, 1989). A partir da década de 1920, houve um investimento na produção de algodão em Moçambique que, crescentemente, passara a ter um papel central para economia colonial da época. A imposição do trabalho e o uso da violência sobre os “africanos” estiveram presentes em ambos os mecanismos de exploração (Fortuna, 1993).

Portanto, a cultura do algodão foi introduzida, pela administração colonial, na segunda metade da década de 1920. Entretanto, propagou-se rapidamente a partir da década seguinte, quando a produção de algodão passou a ser de extrema importância

4 AHM – Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, Secção “M”, Codificações de Usos e Costumes, cx. 1646, ano: 1948, Regulamento dos Tribunais Indígenas da Colônia de Moçambique, s/d.

5 Antologia colonial portuguesa. Vol. I: Política e Administração. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca / Agência Geral das Colônias, 1946.

para economia colonial portuguesa em Moçambique. A produção era realizada pelos “africanos”. Em geral, os agentes das companhias concessionárias,<sup>6</sup> sob a autorização dos administradores coloniais, escolhiam as terras e as distribuíam entre os “africanos” para cultivá-las. Vários terrenos foram preparados para o cultivo de um produto que tinha pouca serventia para os “africanos”. Por fim, o produto era vendido a preços baixos, tabelados, e não compensava o trabalho dispensado. Homens e mulheres jovens ou velhos eram obrigados a realizar o cultivo de algodão, sujeitos a fiscalização constante e punições com exageradas agressões físicas, quando não realizavam o trabalho (João, 2000; Pereira, 1964; Fortuna, 1993).

Diante do crescente interesse em controlar e explorar a mão de obra “africana”, as políticas de codificação dos usos e costumes dos povos colonizados permitiam ampliar e fortalecer o controle colonial na região. Por esse motivo, acreditava-se que era fundamental o conhecimento dos costumes dos “africanos”. Neste ponto, Gonçalves Cota estava ciente da dificuldade dos administradores coloniais em estabelecer parâmetros jurídicos para julgar os povos de Moçambique a partir do código português, uma vez que estavam mergulhados em um significativo desconhecimento das culturas locais. O autor chegou a informar que:

*As autoridades administrativas, em toda a Colônia, não ocultam o embaraço quase insuperável em que se vêem quando forçadas a julgar delitos precedidos ou acompanhados de circunstâncias imprevistas que lhes ditam, como juizes de facto, o dever de decidir de modo bem diverso daquele que o Código de 1886 lhes impõe, como juizes de direito também (Cota, 1946a).*

O autor percebia a importância de seu trabalho etnográfico, principalmente, para os funcionários administrativos recém-chegados a uma circunscrição para exercer a função de justiça e administrar conflitos entre os “africanos”. Assim, Gonçalves Cota compreendia que era necessário realizar um estudo *analítico das principais instituições jurídicas e sociais, religiões e mentalidade de cada grupo étnico definido e diferenciado* (Cota, 1946a). O trabalho etnográfico, de buscar conhecer as sociedades africanas, se constituiu em um método para elaborar códigos jurídicos específicos para os povos colonizados. Ao considerar os “africanos” como seres humanos primitivos, Gonçalves Cota acreditava também que viviam incrustados em uma imobilidade ou em um lento movimento *evolutivo*, devendo ser gratos à postura humanitária dos portugueses por se preocuparem em conhecer seus hábitos e costumes (Cota, 1946a). Esse processo de codificação possibilitava definir povos e configurar culturas, traduzindo relações dinâmicas e conflituosas em ideias homogeneizantes e imóveis, como se fossem provenientes de um costume antigo e intacto (Cooper, 2007).

Gonçalves Cota procurou as similaridades de determinadas instituições existentes entre os “africanos” de Moçambique como forma de codificar seus costumes. Partiu do princípio de que as similaridades encontradas entre tais culturas eram fruto de coincidências devido ao *estado de evolução social*. Assim, identificou-os a partir de sua organização familiar, acreditando que a sua *evolução* obedecia a leis fixas. Deste modo, dividiu os povos de Moçambique em dois grandes grupos: o *matrifocal* e o *patri-*

6 Havia várias companhias concessionárias em quase toda colônia de Moçambique.

*focal*. Ainda que tenha sido o método encontrado pelo jurista para melhor identificar os costumes desses povos e seu estágio evolutivo, essa dicotomia, evidentemente, não dava conta das complexidades, o que permitiu Gonçalves Cota a apresentar a existência de um estágio intermediário entre os sistemas *matrifocal* e *patrifocal* (Cota, 1946a).

Nessa divisão evolutiva e hierarquizada dos povos de Moçambique, o autor apresentou as sociedades *patrifocais* como situadas no estágio mais avançado. Isso porque considerava que sua organização familiar era semelhante ao da sociedade ocidental. *Patrifocal* seria o que é chamado de patrilinear, cuja linhagem mais importante era a do pai, sendo a presença masculina definidora da sucessão e reprodução familiar, segundo a qual o filho herdava os bens do pai. Enquanto no grupo matrilinear, que o autor chamou de *matrifocal*, o ramo familiar mais importante partia da linhagem feminina, cuja sucessão era do tio para o sobrinho, apresentados pelo autor como os povos que se encontravam no estágio mais primitivo da colônia. Isso porque o jurista acreditava que esse modelo de organização social estava mais distante do funcionamento da sociedade ocidental. Os grupos de regime de transição seriam os que eliminavam, lentamente, os aspectos culturais ligados a matrilinearidade e assimilavam as características da patrilinearidade (Cota, 1946a).

Esse esquema sobre os povos de Moçambique serviu para Gonçalves Cota identificar determinadas diferenças entre os “africanos”. Procurava, portanto, os aspectos ligados ao direito privado português para comparar os grupos. Apesar de não conseguir fugir das ideias homogeneizantes que caracterizavam os determinados africanos como *indígenas*, o autor explicou que cada grupo, segundo a sua teoria, fosse ele *patrifocal*, *matrifocal* ou de transição, era composto por vários grupos étnicos. Definia grupo étnico como agregados humanos com unidade política ou com uma organização política específica, falantes da mesma língua. Entre os patrilineares estavam incluídos os seguintes grupos étnicos: tsongas; mátsuas; angunes; chicundas; senas; chuabo; borores; maganjas; e maindos. Enquanto os matrilineares eram os macuas; lómuês; chirimas; lolos; muanis; ajauas nianjas; e macondes (Cota, 1946a).

Através de incursões em inúmeras povoações de Moçambique, com conversas com autoridades africanas, Gonçalves Cota coletou determinadas informações e procurou codificá-las. A finalidade desse trabalho era a interferência do mundo ocidental, mediante os instrumentos jurídicos específicos, para homogeneizar os colonizados, assimilando-os aos europeus. Embora também tenha sido o método que Gonçalves Cota utilizou para codificar os costumes das populações de Moçambique. Deste modo, o jurista elaborou os projetos do código civil e penal para os *indígenas* de Moçambique a partir do que era utilizado na metrópole. Seu discurso pautava-se sempre na ideia de respeito aos usos e costumes dos “africanos”, que, na realidade, não passava do que Gerard Leclerc mencionou:

*Pouco importa então finalmente a natureza real das sociedades observadas, contempladas, pouco importa que o indígena seja o herdeiro de velhas civilizações relativamente já bem conhecidas na Europa. As sociedades ‘indígenas’, ‘tropicais’, de que nos comparamos por vezes em reconhecer a ‘grandeza’, o ‘esplendor’ (antigos), de futuro só existem para o centro, o ultramar só existe para a metrópole (Leclerc, 1973).*

A expectativa de Gonçalves Cota e dos administradores coloniais refletia a concepção evolucionista baseada na unilinearidade. Uma classificação racional foi criada através da generalização dos usos e costumes, de acordo com a perspectiva colonial em relação a condição social dos povos colonizados. Esse pensamento estava muito próximo do evolucionismo do século XIX de Morgan, a quem Gonçalves Cota costumava fazer referência (Pereira, 2005).

A partir dessa concepção que Gonçalves Cota elaborou seus projetos jurídicos. Embora apresentasse algumas alterações, o *Projecto do Regulamento dos Tribunais Indígenas da Colônia de Moçambique* apresentou uma estrutura da organização dos tribunais similar ao *Regulamento dos Tribunais Privativos dos Indígenas* de 1929.

Uma das principais mudanças apresentadas pelo jurista foi a inclusão do *direito de queixa do indígena* contra as violências e os abusos das autoridades judiciais. Apesar do empenho de Gonçalves Cota, o Tribunal da Relação de Lourenço Marques, em 1950, reprovou o referido projeto, justificando que havia disposições deslocadas, repetidas, contraditórias e com conteúdo impreciso.<sup>7</sup>

Assim como o projeto de regulamento, os demais projetos apresentados por Gonçalves Cota ao Tribunal da Relação de Lourenço Marques também foram reprovados. O projeto de código civil recebeu críticas veementes de alguns clérigos católicos em Moçambique, tais como: cardeal arcebispo de Lourenço Marques, D. Teodósio; bispo de Nampula, Frei Teófilo de Andrade; e bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende.<sup>8</sup> A Igreja Católica possuía uma posição importante nas questões relacionadas aos “africanos”, já que a Carta Orgânica concedia, no artigo 248.º, *personalidade jurídica* às missões religiosas em função de ser *instrumento de civilização*.<sup>9</sup> Teodósio Gouveia, por exemplo, afirmou em seu parecer que codificar os usos e costumes seria acolher a *civilização primitiva*, ao invés de realizar a tarefa do Estado de desenvolver a moral dos povos colonizados através das missões religiosas (Coimbra, 2008). Ao citar tais posições contrárias aos documentos elaborados pelo jurista, o presidente do Tribunal da Relação observou no seu parecer que todos os *doutos* que fizeram avaliação foram *unânicos em que o projecto em causa constitua por agora um instrumento de consulta para os funcionários administrativos*. Recusava-se, assim, este projeto.<sup>10</sup>

A reprovação do *Projecto Definitivo do Código Penal dos Indígenas da Colônia de Moçambique* foi um caso ainda mais intrigante. Sua recusa pelo Tribunal da Relação ocorreu em virtude da base do projeto ter sido a doutrina criminal do *Código Penal Português* de 1886, orientado pelas escolas clássicas. Mesmo ao concordar que era urgente a aprovação de um código penal para os “africanos” de Moçambique, o presidente da Relação sugeriu que o projeto retornasse ao seu autor para fazer as devidas alterações. Informou também que esperava a opinião da mais *alta competência* em ciência penal da Universidade de Coimbra, o professor Beleza dos Santos, que estava elaborando o novo *Código Penal Português*, em substituição ao de 1886 (Cota, 2946b).

7 AHM – Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, Secção “M”, Codificações de Usos e Costumes, cx. 1646, ano: 1948, Regulamento dos Tribunais Indígenas da Colônia de Moçambique, s/d.

8 AHM – Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, Secção “M”, Codificações de Usos e Costumes, cx. 1646, ano: 1948, Parecer do Projecto do Estatuto de Direito Privado dos Indígenas de Moçambique, 2 de março de 1948.

9 Carta Orgânica do Império Colonial Português, promulgada pelo decreto-lei n.º 23.228 de 15 de novembro de 1933. Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1933.

10 AHM – Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas, Secção “M”, Codificações de Usos e Costumes, cx. 1646, ano: 1948, Parecer do Projecto do Estatuto de Direito Privado dos Indígenas de Moçambique, 2 de março de 1948.



O projeto do código penal de Gonçalves Cota foi criticado por não acompanhar as inovações teóricas no campo penal, a informação era:

*É certo que o Código de 1886 está atrasado em doutrina criminal em relação à escola positiva e muito à margem das correntes científicas modernas acerca da psique humana, sobretudo quanto à forma de interpretar os fenómenos da consciência, ao determinismo individual, ao conceito da responsabilidade (Cota, 1946b).*

Como se pode ler, a crítica principal foi em relação ao uso da doutrina das *escolas clássicas*.<sup>11</sup> Ainda que essa assertiva estivesse correta, poder-se-ia alegar que o autor do *Código Penal Português* de 1886 também não estava atualizado. Isso porque as teorias clássicas do direito criminal já haviam recebido várias críticas da recém-formada, no final do século XIX, corrente do direito positivo. Gonçalves Cota observou que as obras dos principais teóricos do direito positivo foram publicadas antes da elaboração do código penal, a saber: *Homem Delinvente*, de Cesare Lombroso, em 1876; *Critério Positivo da Criminalidade*, de Rafael Garofalo, em 1878; *Negação do Livre Arbítrio e responsabilidade* e *Sociologia Criminal*, de Enrico Ferri, o primeiro em 1878 e o segundo 1880 (Cota, 1946b). Seria inocência acreditar em descuido tanto de Gonçalves Cota quanto de quem elaborou o código de 1886. Parece mais uma perspectiva teórico-ideológica desses juristas do que uma desatualização sobre as discussões acerca do direito penal.

A aclamada *escola positiva* surgiu na segunda metade do século XIX, juntamente com o desenvolvimento das Ciências Sociais. Antropologia, Psiquiatria, Psicologia, Sociologia, Estatística, entre outras, possibilitaram novas perspectivas nos estudos criminais, passando do *abstrato individualismo* para a defesa do corpo social frente à atitude do *delinqüente*. Preocupava-se com a proteção da sociedade em relação ao criminoso, afastando-o dela como atribuição da penalidade. No que se refere à aplicação da pena, o livre arbítrio e a responsabilidade na ação, defendidos pelas escolas clássicas, perderam a importância, passou a valorizar o delito e o criminoso como patologias sociais. O caráter vingativo e retributivo foram substituídos pela ação utilitarista. Na corrente positiva, o método mais usado era o indutivo, de modo que a sanção poderia ser aplicada antes da prática do crime, com definições preconcebidas (Bittencourt, 2003; Baratta, 2002).

A finalidade da pena era a defesa social, uma vez que o crime passava a ser visto como um fenômeno natural e social. O exemplo mais conhecido foi o de Cesare Lombroso, fundador da Escola Penal Biológica. Influenciado pela teoria darwinista social, Lombroso defendia que a criminalidade era um atributo físico e hereditário, podendo ser detectável nas diferentes sociedades. Assim como na antropologia criminal, acreditou-se na possibilidade de capturar o criminoso antes que o crime fosse praticado. Alguns teóricos raciais do final do século XIX e princípio do XX basearam-se nesta concepção (Schwarcz, 1996).

<sup>11</sup> Nas escolas clássicas, defendia-se que a repreensão servia para revidar o mal ao infrator. O “delinqüente” não era considerado diferente das demais pessoas, como se sua ação fosse pré-determinada. Acreditava-se que o delito havia surgido mediante o livre arbítrio do indivíduo, e não sobre motivações patológicas. A principal preocupação era o delito, compreendido como um conceito jurídico devido à violação do direito e do pacto social pelo delinqüente, causando um distúrbio na sociedade.

Diante de toda essa crítica feita a Gonçalves Cota, o jurista respondeu de forma bastante inteligente e sutil. Alegou que havia uma miscelânea teórica que muitos acreditavam ter substituído a ideia de *liberdade absoluta* (voltada para a perspectiva de responsabilidade moral), defendida pelas escolas clássicas, pelo princípio de *liberdade limitada*, parcial, atenuada, que o jurista considerava de pseudo-harmonia entre o livre arbítrio e o determinismo. Desabafava dizendo que:

*Ainda hoje, para dizer toda a verdade, existem sobrevivências relativamente acentuadas da velha escola clássica de direito criminal de Beccaria e penitenciária de Howard, paralelamente com doutrinas, na sua maioria eclética, em que os seus partidários, propondo-se corrigir supostos defeitos da escola positiva e melhorar, por um lado, a sua dificuldade em se emanciparem, de vez, das concepções metafísicas da primitiva escola italiana e, por outro, a sua relutância em enveredarem francamente pelo caminho dos puros utilitaristas (Cota, 1946b).*

Vale ressaltar que na afirmação acima, o jurista identificou a existência de uma vertente do direito criminal, chamada de eclética ou intermediária – a *Terza Scuola Italiana*, que unia determinados aspectos das duas escolas acima mencionadas. Gonçalves Cota estava ciente de que as divergências, em relação ao seu projeto, não foram simplesmente escolásticas, o cerne da questão residia na definição da pena a ser tomada e na forma de certificar a segurança social (Cota, 1946b). Com todas essas justificativas, a reprovação do código penal mais parecia representar um conflito político do que uma divergência, meramente teórico e prática.

O projeto foi ainda, contundentemente, criticado por repetir a tipificação de crimes existentes no Código Penal Português. Na crítica, exigiu-se que Gonçalves Cota deveria apresentar somente o que fosse considerado pelos portugueses como uma anormalidade criminosa, *os factos por eles [africanos] praticados que no seu meio social produzem acção nefasta diferente da produzida nos meios civilizados*. Isso deixa explícita a existência de um discurso contraditório do próprio presidente do Tribunal da Relação, visto que, por um lado censurava a influência direta do código de 1886 no referido projeto, por outro, exigiu que continuasse dependente desse código, apresentando somente o que fosse uma anormalidade para a sociedade ocidental (Cota, 1946b).<sup>12</sup>

Ainda assim, Gonçalves Cota readaptou o projeto do código penal às ressalvas feitas pelo presidente do Tribunal da Relação, considerou a perspectiva do direito criminal positivo e atentou para as práticas criminais de maior “anomalia” para a sociedade ocidental. O novo projeto foi publicado, em 1946, por autorização do governador-geral de Moçambique José Bettencourt. O objetivo era divulgar esse material entre os administradores coloniais, antes mesmo de sua aprovação, para orientá-los e instruí-los no exercício de juízes dos tribunais privativos (Cota, 1946b).

Gonçalves Cota seguiu, detalhadamente, às indicações feitas pelo presidente do Tribunal da Relação. O interessante é que se falava em contemporização, em respeito pelos usos e costumes e em criação de leis específicas para as áreas coloniais, mas a

<sup>12</sup> O parecer indica que a preocupação era mostrar apenas o indispensável para a “necessária disciplina” e “defesa preventiva”.

maior parte dos projetos que indicavam esses caminhos estava marcada por interesses políticos obscuros. Há dúvidas sobre os reais desagrados das autoridades judiciais em relação aos projetos de Gonçalves Cota. Até mesmo a publicação do material escrito pelo jurista parece ter sido pouco aproveitada, somente uma parte do seu material chegou a ser publicada pela Imprensa Nacional de Moçambique, em 1944 e 1946.<sup>13</sup>

Sob orientação da escola positiva, o segundo projeto do código penal de Gonçalves Cota tinha seus princípios baseados na defesa social, com o intuito de prevenir e reprimir o crime *ajustada à mentalidade e ao actual estado de civilização das populações nativas da Colônia de Moçambique*. Portanto, a defesa social, a prevenção indireta da criminalidade através da intimidação e a reeducação moral do *delinqüente* no momento da correção eram os principais objetivos da aplicação da pena aos *criminosos africanos*. Além disso, Gonçalves Cota seguiu as indicações do presidente do Tribunal da Relação, defendendo que o novo projeto do código penal voltaria somente para crimes existentes entre os “africanos”, que não faziam parte do imaginário europeu. Ou seja, o direito criminal nas colônias contaria com a presença de dois códigos penais: um específico para os “africanos”; e outro a ser usado para os “africanos”, mas que também fosse utilizado na metrópole. A decisão no campo do direito penal era considerar ambos os códigos, constando no primeiro código somente prescrições existentes entre “africanos”, tais como ações criminosas exclusivas aos costumes de determinados povos de Moçambique; que, por sua vez, seriam julgados à luz dos valores éticos e morais do Ocidente (Cota, 1946b).

Como afirmava Gonçalves Cota, seu novo projeto do código penal pautava-se nas questões relacionadas aos *crimes indígenas*. Para isso, o jurista definia que *crimes indígenas* eram os delitos praticados pelos “africanos”, *sob influência directa ou indirecta das crenças e superstições peculiares da raça negra e que levam o criminoso à persuasão da legitimidade do fim ou dos motivos que determinam o facto punível*. Mediante a isso, considerava o culpado um *delinqüente corrigível*, devendo, obrigatoriamente, ser educado para uma futura integração no meio social como um importante caminho ao combate das suas *superstições* (Cota, 1946b).

A responsabilidade criminal do culpado era avaliada através do que considerava a *mentalidade atrasada da sua raça*, a gravidade da ação criminosa e o nível de perigo que o criminoso representava para segurança social. A ignorância em relação à lei eximia o condenado da responsabilidade criminal, devendo ser esta provada e relacionada aos fatos que passaram a ser instituídos como crime pelo código penal dos *indígenas*.<sup>14</sup> Gonçalves Cota fez algumas considerações em relação a determinados costumes locais, como se pode observar no artigo 17.º, que determinava que pudesse ser considerada como atenuante da penalidade a existência de ilusão sobre a criminalidade do fato, caso a finalidade do crime estivesse relacionada às crenças locais, sem ameaçar a ordem social (Cota, 1946b).

O jurista caracterizou as ofensas corporais e os homicídios cometidos contra os acusados de feitiçaria de *crimes indígenas*. Contudo, Gonçalves Cota determinou que tais casos não poderiam ser considerados como atenuantes do delito, mesmo que

13 As obras de Gonçalves Cota publicadas são: “Mitologia e direito consuetudinário dos indígenas de Moçambique”, em 1944; “Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos indígenas”, 1946; “Projecto Definitivo do Código Penal dos Indígenas da Colônia de Moçambique”, em 1946.

14 Consta nos artigos 15.º e 16.º.

fizessem parte do imaginário social dos “africanos”. Segundo o jurista, os povos colonizados consideravam que a feitiçaria era uma ameaça a ordem social. Por esse motivo que o assassinato do suposto feiticeiro apresentava-se como uma ação legítima entre vários povos de Moçambique. Vale ressaltar que algumas sociedades africanas acreditavam que a pessoa acusada de feitiçaria havia proporcionado um mal a alguém (e a sua família), por isso era assentido, coletivamente, que esta pessoa deveria ser eliminada, considerado como um ato de justiça (Cota, 1946b).

Gonçalves Cota enfatizou que o juiz deveria considerar que o culpado era educado por um senso moral próprio de seu meio cultural, desde que tal avaliação não afetasse a ordem social. Ao pensar na perspectiva das escolas clássicas do direito penal (ou mesmo na escola eclética), no que concerne a responsabilidade criminal, as ações contra os curandeiros (das pessoas que identificavam os acusados de feitiçaria) diante da legitimidade social não se constituíam em crime, nem em intenção criminosa; consistiam apenas em uma forma de exercício de legítima defesa. Isso porque, nas teorias clássicas, a responsabilidade penal era derivada da responsabilidade moral decorrente do exercício de livre arbítrio. Diante disso, a nova concepção de Gonçalves Cota era que essa posição trazia um resultado negativo na luta contra a criminalidade, mediante um *sentimentalismo pecaminoso e absolutamente contrário ao fim utilitário do direito penal*. Defendia que o ideal seria afastar o agressor da sociedade por um tempo suficiente para reeducá-lo moralmente, a fim de preparar seu *espírito no sentido de se libertar das obsessões determinadas pela crença na feitiçaria*. O tempo de reclusão (substituir por: “reclusão”) do indivíduo deveria estar de acordo com a necessidade de eliminar tal crença através de um tratamento profilático (Cota, 1946b).

Por esse motivo foi decretado, nos artigos 28.º e 29.º do projeto do código penal de Gonçalves Cota, a não aplicação de penas fixas aos “africanos”, constando somente o tempo de duração mínimo e máximo. O tempo da pena deveria ser decidido por uma comissão diretiva das reclusões de acordo com as agravantes e atenuantes do crime, bem como com a *classe do delinqüente* e com a sua conduta moral. A exclusão prisional, em caso de pena maior (crimes mais graves), deveria ser realizada em uma colônia prisional, fora da região onde residia o condenado. A pena correccional, com duração máxima de até dois anos, deveria ser cumprida em cadeia ou estabelecimentos públicos para esta finalidade. Os dois casos de prisão seriam convertidos, automaticamente, por dias de trabalho enquanto não tivessem sido construídas as estruturas prisionais necessárias (Cota, 1946b).<sup>15</sup>

Depois de todo esse esforço para adaptar às críticas apresentadas pelo presidente do Tribunal da Relação, Gonçalves Cota teve novamente seu projeto reprovado. Não se sabe quais foram os motivos para essa última reprovação. Diante desse arrazoado, vale ressaltar que todo o trabalho etnográfico de Gonçalves Cota esteve mais presente no projeto do estatuto do direito privado do que no do código penal. É bastante possível que as alterações feitas para o segundo projeto de código penal tenham sofrido transformações significativas quanto às informações coletadas em seu trabalho de campo. Portanto, as indicações sobre os usos e costumes dos povos de Moçambique

<sup>15</sup> Gonçalves Cota enfatizava que na colônia de Moçambique não havia estrutura prisional adequada. Parece que não acreditava que o trabalho prisional era fundamental, tal como era defendido pela teoria positiva. Para Gonçalves Cota, o uso do trabalho prisional deveria ser a curto prazo, até que fossem construídos presídios de qualidade na colônia.

no projeto do código penal eram mais gerais e homogêneas do que em relação ao projeto do estatuto do direito privado. Os aspectos criminais extraordinários à cultura europeia apresentados no segundo projeto do código penal tinham mais um caráter homogeneizante das culturas “africanas” do que jurídico-etnográfico.

As críticas e as reprovações dos projetos de Gonçalves Cota contradizem o crescente discurso de respeito e necessidade de codificação dos costumes dos “africanos”. Um discurso que era pouco frequente durante a Primeira República Portuguesa, adquiriu uma maior adesão a partir de 1926, quando se passou a aclamar pelo conhecimento da cultura dos povos colonizados. Sem dúvida, essa era uma agenda do novo governo português. Para implementar as políticas de controle do Estado Novo, tornava-se necessário que se adequasse o sistema jurídico colonial às instituições de determinadas sociedades africanas. Contudo, as disputas políticas e os diferentes interesses colonialistas não permitiram que a proposta de codificação dos costumes dos “africanos” de Moçambique resultasse na aprovação de códigos jurídicos. O esforço em torno do que chamavam de *respeito aos usos e costumes* permaneceu, em grande parte, no discurso. Falavam em emergência de um código penal e estatuto de direito privado específico para os “africanos”, mas inúmeras restrições abortaram a sua aprovação. Em suma, essa tentativa de adaptação do sistema jurídico colonial não correspondia com respeito às normas jurídicas dos povos colonizados. Apenas foram formas e mecanismos de controle colonial através do sistema jurídico. Sabia-se que o exíguo conhecimento das áreas coloniais e a falta de recursos dificultavam o governo colonial alcançar seus objetivos.

## Referências bibliográficas

- Antologia colonial portuguesa* (1946), Vol. I: *Política e Administração*. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca / Agência Geral das Colônias.
- Alexandre, Valentim (1979), *Do Império de antigo regime ao sistema colonial moderno: o nacionalismo imperial e os seus efeitos (1875-1930)*. *A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885-1930)*. Lisboa: Sá da Costa.
- Baratta, Alessandro (2002), *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à Sociologia do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Betts, Raymond F (1991), *A dominação europeia: método e instituições*. Boahen, A. Adu. (Coord.) *História Geral da África. África sob dominação colonial 1800-1935*. Vol. VII. São Paulo: Ática UNESCO, 1991.
- Bittencourt, Cezar Roberto (2003), *Tratado de Direito Penal*. Vol. I. São Paulo: Saraiva.
- Chanock, Martin (1978), *Neo-traditionalism and customary Law Malawi*. *Africa Law Studies*, n.º 16.
- Coimbra, Alda Marques (2008), *Direito oficial e direito costumeiro no Estado colonial – o caso de Moçambique*. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de mestre. Lisboa: ISCTE.
- Cooper, Frederick (2007), *Imperialismo e ideologia da mão-de-obra livre na África*, in, Cooper, Frederick e Holt, Thomas C. e Scott, Rebecca J., orgs, *Além da Escravidão: Investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Cota, Gonçalves (1944), *Mitologia e direito consuetudinário dos indígenas de Moçambique*. Estudo de Etnologia mandado elaborar pelo Governo Geral da Colônia de Moçambique. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Cota, Gonçalves (1946a), *Projecto definitivo do Estatuto do Direito Privado dos Indígenas. Precedido de um estudo sumário do direito gentílico pelo autor*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Cota, Gonçalves (1946b), *Projecto Definitivo do Código Penal dos Indígenas da colônia de Moçambique*. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique.
- Covane, Luís Antônio (1989), *As relações económicas entre Moçambique e a África do Sul, 1850-1964: acordos e regulamentos principais*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- Fortuna, Carlos (1993), *O Fio da Meada: o algodão de Moçambique, Portugal e a economia-mundo (1860-1960)*. Porto: Edições Afrontamento.
- João, Benedito Brito (2000), *Abdul Kamal e a história de Chiúre nos séculos XIX e XX*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
- Leclarc, Gérard (1973), *Crítica da Antropologia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Moreira, Adriano (1955), *Administração da Justiça aos Indígenas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- Newitt, Malyn (1997), *História de Moçambique*. Publicações Europa-América.
- Pélissier, René (1994), *História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918*. Lisboa: Estampa.
- Pereira, Edgar Adriano Nasi (1964), *Aspecto da vida macua (Considerações Etnosociais, Socioeconômicas, e Sociopolíticas sobre a Vida dos Povos do Norte de Moçambique)*. Dissertação para licenciatura. Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.
- Pereira, Rui Mateus (2005), *Conhecer para Dominar: o Desenvolvimento do Conhecimento Antropológico na Política Colonial Portuguesa em Moçambique, 1926-1959*. Tese de Doutorado. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Schwarz, Lilia K. Moritz (1996), *Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias em finais do século XIX*, *Afro-Ásia*, n.º 18.
- Smith, Alan K (1991), *The Idea of Mozambique and Its Enemies, c. 1890-1930*. *Journal of Southern African Studies*, Vol. 17, N.º 3.
- Thomaz, Fernanda do Nascimento (2012), *Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894-c.1940*. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense.

# Notas sobre as demandas sociais e a construção de conhecimento entre o fervor identitário e a tutela política em São Tomé e Príncipe\*

Augusto Nascimento\*\*

p. 117-136

## Introdução

Este texto revisita as condições da produção científica dos últimos tempos em São Tomé e Príncipe, sopesando os seus constrangimentos políticos e sociais e os desafios decorrentes da corrosão do parco legado colonial, mormente nos domínios institucional e cultural, bem como das (impensadas) transformações políticas, económicas e sociais do pós-independência.

Após 1975, enquanto o saber histórico se confundiu com concepções teleológicas da evolução da humanidade (em razão do que todas as outras disciplinas sociais eram remetidas para uma espécie de limbo), a importação do conhecimento ideologizado de fora não suscitou inquietações<sup>1</sup>. Para anos mais recentes, não será preciso um esforço notório para nos lembrarmos da paulatina sedimentação da ideia de que, para a resolução dos problemas em países recém-independentes, mormente africanos, cumpria arrear o receituário sobre o desenvolvimento apresentado por estrangeiros. Na verdade, após as independências, também no plano ideológico se aventara que o socialismo, abraçado por todas as ex-colónias portuguesas, teria de ter a coloração local. Mas esta enunciação não teve qualquer consequência.

\* Este texto foi concluído a 31 de Março de 2011 e revisto em Julho de 2012.

O texto alude aos fenómenos de possessão ocorridos na escola de Guadalupe entre finais de 2010 e inícios de 2011. Cumpre indicar que, após aproximadamente um ano de relativa acalmia, o fenómeno de possessão nas escolas, causador de perplexidade política e social, conheceu novos afloramentos (por exemplo, <http://www.telanon.info/sociedade/2012/06/12/10611/transe-persiste-na-escola-patrice-lumumba/>, acesso: 4 de Julho de 2012). A ocorrência de novos casos atualiza as interrogações sobre a valia dos saberes locais, a qual porventura derivará menos dos conhecimentos propriamente ditos, se assim se pode considerar, do que da envolvente política e social com que os saberes dialogam ou, em contrapartida, perante a qual se mostram inoperantes. Com o ressurgimento dos casos de possessão, reatualizaram-se os dilemas de ordem política e moral relativamente à forma de lidar com tais situações.

\*\* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA/ISCTE-IUL, CEAUP e IHC da FCSH.

1 Após a independência de São Tomé e Príncipe, a entrega da concepção do sistema de ensino, do ensino primário ao secundário, à assessoria de cubanos – mais precisamente, às suas tutela e vigilância – gerou um ensino altamente ideologizado, cientificamente obsoleto e didacticamente paupérrimo. A inquirição das razões da completa rendição à tutela cubana suscitava uma resposta pronta, a de que os cubanos é que sabiam porque tinham levado a cabo uma revolução cultural. Porventura mais significativo do ambiente imperante, as vozes contrárias foram remetidas para o boca-a-boca, politicamente impotente perante a cadeia de comando da assessoria cubana colocada junto de cada instância de decisão, desde os directores de grau de ensino ao ministro. Ao tempo, não se questionava a importação de modelos estrangeiros, de que um exemplo era o próprio sistema político implantado, inspirado nos modelos dos países de leste e de Cuba.

No arquipélago, também se ensaiou um distanciamento relativamente ao que chegava do exterior. Por exemplo, pretextou-se que os estudantes expatriados adquiriam conhecimentos desajustados das realidades locais<sup>2</sup>. Existia algum acerto nestas enunciações, pelas quais se ensaiava a delimitação do que era são-tomense, assumindo-se, de forma tácita, a valia das soluções locais (ainda que, nalguns casos, asserções do género não reflectissem mais do que a ênfase na ideia de que o poder mudara de mãos e, com isso, a verdade sobre os factos, um dado a considerar pelo estrangeiro que se propusesse interpretar o curso da realidade observada).

Diga-se, para poderem ter sido profícuos, tais enunciados careceriam eles mesmos de ter sido escrutinados e, bem assim, as práticas políticas que abruptamente mudaram a agulha dos destinos dos países e das pessoas após o fim do colonialismo. Centrando-nos no arquipélago, arriscaríamos dizer que, com maior ou menor consciência, aqueles enunciados funcionaram como justificações enviesadas dos fracassos, principalmente quando cotejados com os desmesurados objectivos de desenvolvimento que os dirigentes independentistas, fiados na dimensão religiosa da sua ideologia e na suposta capacidade de transformar a natureza humana com um clicar de dedos, tinham julgado alcançáveis. Tais asserções também revelavam a incomodidade dos instalados no aparelho de Estado face aos que chegavam de fora com mais conhecimentos e com espírito de inovação, mas para quem não restava espaço político e social no meio local. Na verdade, mais do que descreverem e caracterizarem situações, tais enunciados justificaram arquitecturas de poder, quer para os de fora, quer para os conterrâneos em posição de subalternidade.

Entretentes, a ideologia de coloração marxista (cuja aplicabilidade ao meio africano e, concretamente, são-tomense, ao menos publicamente não se questionava) esvaneceu-se, abrindo espaço para outros veios de certeza ou de crença, mormente os que radicam na afirmação da identidade. Como noutras sociedades, também em São Tomé e Príncipe a reflexividade e os sentimentos derivados da *política* vêm a conferir força a uma noção abrangente, a de identidade, ligada à (reclamada) especificidade da cultura, nomeada *são-tomensidade* ou *santomensidade*. Porventura, alguns entendê-la-ão como um *locus* de consenso interno, desde logo pela aparente utilidade política no imaginado desafio simbólico aos derradeiros resquícios do colonialismo na terra. Assim, a cultura seria mobilizada para sustentar a identidade, para fortalecer o *povo*, no intuito de escorar a convicção de que ele pode sobreviver a sucessivas circunstâncias desfavoráveis<sup>3</sup>, na sua afirmação como uma entidade livre e soberana. Numa sociedade a braços com dificuldades na concertação política e que olha com sentimento de perda para a disrupção da (tão real quanto também idealizada) irmandade são-tomense contra o colono, a identidade ou a cultura são redutos apropriados para acomodar máximas de um saber social que denota flagrante incapacidade de aprofundamento, ao mesmo tempo que se constata que os seus dados dificilmente são transpostos para o debate político.

2 Frequentemente, tal enunciado compôs uma forma de desqualificação e de exclusão política dos que não aceitavam subordinar a sua aprendizagem ao primado da ideologia e, mais recentemente, aos liames políticos na terra. Essa subliminar desvalorização do saber pelo poder político perdura até hoje. Por vezes, afrontam-se expatriados, denominando-os, justamente, de “estudantes”, uma forma de menosprezar o percurso e a valia dos que se qualificam por fora e que, perfilhando padrões vigentes nos países de acolhimento, passam a exigir patamares mínimos de clareza nas práticas políticas na sua terra.

Hoje, mediada pela internet, a relação com a diáspora permanece difícil. Tal não deixa de constituir uma dimensão da problemática da operacionalidade e da valia dos conhecimentos endógenos.

3 Veja-se Falola, 2003, p. 279.

Em todo o caso, o sucesso do intento não demandará outras variáveis?



Por essa noção de *são-tomensidade* não parece passar a ideia de que a cultura não é algo de substantivo, de que não é um reduto de homogeneidade, de que, ao invés, ela se processa em contextos sociais determinados por relações de poder. Esta perspectiva é, aqui e além, lembrada para interpretar o tempo colonial, mas daí não decorre o competente desdobramento na análise dos nossos dias, como se hoje não existissem assimetrias que, por assim dizer, tornam uns mais *são-tomenses* do que outros<sup>4</sup>. Como à retórica dos políticos, também ao pensamento social parece repugnar a ideia de animosidade e de crescente desigualdade entre *são-tomenses*, realidades contrastantes com as promessas de harmonia e de equidade social do tempo da não muito distante independência.

Eis, em traços muito sintéticos, a tendência de evolução do pensamento político e social no tocante ao dever do arquipélago e da sua relação com o mundo. Na verdade, essa relação não se pauta por idealizações dos estudiosos *são-tomenses* ou outros, mas, ainda assim, cabe perguntar se se julga poder prescrever um destino aos *são-tomenses*, vinculando-os a uma identidade imaginadamente enraizada na terra ou no seu entorno, cerceando-lhes, por conseguinte, a ambição e as possibilidades de serem outros, identitariamente heterodoxos e múltiplos, em consonância com as mudanças políticas, culturais e sociais no mundo actual?

É interessante constatar que, nem pela reclamada influência no tocante aos destinos colectivos, o saber social procurou ser mais versátil e ajustado, por um lado, e teoricamente trabalhado, por outro. Ao invés, em São Tomé e Príncipe, o saber social tende a entrincheirar-se na repetição de lemas identitários que, indo bem com a afectividade em torno dos valores locais ou com a adopção de mitos históricos, nada acrescentam ao conhecimento acerca da história e dos contornos da sociedade *são-tomense*. Nestas circunstâncias, dificilmente o saber social poderá competir com o discurso televisivo, com a *rádio boca-a-boca* e, ultimamente, com a internet na delineação, por exemplo, de uma auto-percepção dos *são-tomenses*.

## O passado recente e o saber social: o fervor identitário e a tutela política

Sem um lastro institucional que lhe suporte a autonomia, o saber social surge como estritamente vinculado aos contornos políticos do passado recente. A acutilância analítica tem sido trocada pela repetição de lemas políticos (supostamente) emblemáticos, conquanto implausíveis. Logo, em vez de pedirmos ao saber social que explique o passado recente do arquipélago, comecemos por atentar nas indicações deste relativas aos percursos do saber social no arquipélago. Não esqueço que, na primeira metade dos anos 80, ouvi a um *são-tomense* “... isto do comunismo com o preto<sup>5</sup> não dá”, uma alusão à resis-

4 Em tempo de voluntarismo político, os dirigentes não se coibiram de traçar fronteiras internas entre os *são-tomenses* que os seguiam e os que renegavam a condição de *são-tomenses* por se colocarem ao lado dos inimigos do povo (acerca das obrigações decorrentes da condição de nacional *são-tomense*, veja-se Nascimento 2008a, p. 9). Já depois da abertura política e da necessária inclusão de todos na cidadania *são-tomense*, o problema voltou numa formulação expectável e vaga, a saber, “quem é o *são-tomense*?”. A esta pergunta, formulada num evento científico, alivirei como resposta “são todos”. Acerca das derivas e das perplexidades em torno de um esteio identitário, veja-se Nascimento 2008a, pp. 70-71 e 2008b.

5 Em termos que alguns considerarão rudes e impróprios, reproduzo a frase do *são-tomense*. Diga-se, o uso do termo preto é relativamente comum em São Tomé e Príncipe e não é necessariamente ofensivo. É possível que a afirmação de uma irredutibilidade não compaginável com designios do comunismo fosse acentuada pela palavra *preto*, um retorcido recurso retórico fornecido pela interiorização de categorias ideológicas do passado colonial. Com essa frase, que muitos dirão pagar tributo à alienação do tempo colonial, o *são-tomense* enunciava um distanciamento em relação ao poder vigente na sua terra. Diga-se, não se pode esperar que as resistências aos poderes (que os intelectuais não denunciavam como autoritários) se processassem de acordo com a civilidade dos fóruns ou a etiqueta do politicamente conveniente.

tência passiva com que os indivíduos atomizados sacudiam a canga com que um Estado mais presente do que o colonial os sobrecarregava. Com isso, o são-tomense prenunciava, não necessariamente o fim do regime de partido único implantado com a independência em 1975, mas o impasse para que o arquipélago caminhava e que ajudaria a ditar a mudança para a democracia representativa. Na altura, poucos intelectuais<sup>6</sup> se atreveriam a prever uma viragem política para daí a poucos anos. A quem vivesse nas ilhas, era dado perceber que às autoridades ia faltando base de apoio social – e, se quisermos, moral –, não forçosamente devido ao falhanço das políticas económicas e às consequentes privações vividas pela generalidade da população, mas, sobretudo, por causa do alastramento da percepção da duplicidade dos dirigentes, cuja vida não resistia ao mínimo escrutínio muito facilitado pela exiguidade do território e pela forte interacção pessoal que, como fonte de informação, durante anos colmatou a desacreditada propaganda nos órgãos de informação arregimentados pelo poder.

Veiculada à boca pequena e confirmada com pequenas estórias que ridicularizavam os dirigentes, amigos de criação dos detractores, aquela máxima ganhava corpo enquanto sentença da *rua* – cuja sabedoria se contrapõe à produção de conhecimento formal – relativamente aos projectos políticos delineados pelos dirigentes independentistas, anos antes chegados de fora com uma “boa nova”<sup>7</sup> para o seu arquipélago.

Num lance não muito frequente em África, em Agosto de 2010, a *rua* apeou o governo em exercício. Aliás, há anos, um ex-responsável político do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe não conteve o seu espanto com a animosidade popular para com o partido histórico que, na realidade, tanto concita animadversão quanto também apoio<sup>8</sup>. Como alegava, tal animosidade face ao partido único era algo de inusitado, como que colocando o país à margem da restante África. Independentemente da ponderação da evolução política do arquipélago, perpassava por esta declaração alguma estupefacção com a desafeição dos são-tomenses relativamente aos vultos da história do país. Parecia que os são-tomenses se revelavam menos africanos do que supostamente ele esperava ou desejava. Na verdade, tipificações estereotipadas como esta não são apenas produzidas desde fora. Com mais ou menos inconsciência e emotividade, não faltam exemplos de delimitação de uma pertença comum, da qual se excluem uns e a que se agregam outros.

Também impensada e contraditoriamente se tecem sucessivos juízos sumários sobre o que convém aos são-tomenses, questionam bem mais prosaica do que, por exemplo, a da integração política e económica dos Estados da região que, a avaliar pela rala discussão, parece longínqua e respeitar sobretudo ao formalismo das esferas políticas. Na verdade, não é assim, seja porque os processos de transformação (supostamente por contágio) dos valores são sentidos no dia-a-dia, seja porque a filiação ou a pertença do arquipélago em

6 Cumpram também perguntar porque é que investigadores estrangeiros não puseram a nu a falência de um projecto de sociedade que, ao contrário das promessas, espoliava a vida a muitos são-tomenses e não só. Ressalve-se que, por entre equívocos sobre a história do arquipélago, Eyzaguirre (1986) explicou como é que, por via da nacionalização, a independência desembocou na apropriação da terra pelos são-tomenses em desfavor dos ex-serviçais das roças, aqueles que efectivamente se devotavam à agricultura.

7 Foi exactamente com esta expressão, revestida de uma carga redentora, que, há cerca de uma dezena de anos, um ex-governante são-tomense caracterizou a sua acção de propaganda em prol da independência na fase de transição. Jovem, adepto da independência e do MLSTP, anunciou aos seus conterrâneos e aos trabalhadores das roças os novos destinos do país, na circunstância, delineados pelo MLSTP composto por são-tomenses que, de alguma forma, tinham perdido o contacto com a sua terra. Tinham uma incomensurável fé na ideologia cuja ligação à terra era remota e que, sem embargo da aplicação em várias partes do mundo, tinha uma matriz eurocéntrica.

8 Este ex-dirigente possui formação universitária, é um homem do mundo que dedicou a vida à actividade política pela independência e que, não obstante as divergências que, a dado passo, teve com o MLSTP e, sobretudo, com Pinto da Costa, preserva uma ligação emocional com este partido.

razão da geografia, da história ou da política determinam, por exemplo, a margem de auto-condescendência que tacitamente os políticos reivindicam para si quanto à inobservância de regras institucionais e dos seus compromissos políticos. A aceitação deste facto acaba creditada à expectável conformidade dos comportamentos, mormente dos políticos, com as *tradições* ou com o que é corriqueiramente observável em África<sup>9</sup>, perpetuando, por caminhos escosos, a regra da diferença colonial<sup>10</sup> que, lembre-se, tornou insanável a imoralidade do colonialismo.

Na delineação da pertença ou da filiação, que define o *nós* e o *nosso*, acresce o isolamento, um factor crucial para avaliar a pertinência dos conhecimentos locais. Para além dos que até hoje imputam o isolamento do arquipélago ao colonialismo, esquecendo a sua replicação, quando não o aprofundamento, no pós-independência, há quem vislumbre no micro-ambiente insular, não só constrangimentos de ordem económica, quanto também uma armadilha “de ordem psicocultural” e que “tem a ver com o isolamento que torna quase invulnerável o complexo cultural às contribuições do mundo exterior.”<sup>11</sup> Com efeito, o isolamento não tem a ver com a exiguidade ou com as dificuldades económicas, cujas implicações no que ao conhecimento respeita são muito matizadas pela facilitação de suportes da respectiva difusão. Determinado pelos desígnios do poder, o isolamento tem sido favorecido pelas armadilhas da interacção pessoal e do peso da fulanização na condução política. Todos estes traços da evolução política recente pesam na construção do saber social.

Aqui chegados, importaria perguntar: quem ajuíza com clarividência e que conhecimento serve à sociedade são-tomense? Mais do que respostas de uma perspectiva maniqueísta entre os da *terra* e os de fora, estas e muitas outras questões requerem que se indague a atitude dos cientistas sociais propensos a aderir aos enunciados (insinuados ou ditados pelos) políticos, mormente aos de cariz mais consensual porque emblemáticos. De resto, em São Tomé e Príncipe, onde a política exerce uma poderosa força centrípeta, muitos intelectuais tendem a mover-se para o exercício político, a coberto do intuito de conferir uma finalidade nacional – e, bem assim, africana e local – ao seu saber.

As respostas têm de sopesar o efeito da pressão política sobre o saber. Actualmente, a arregimentação ideológica é menos ostensiva do que no tempo do regime de partido único, mas a pressão política sobre o saber continua, acentuando-se na exacta medida em que se degradam as condições de produção de saber. Os efeitos de anos de pressão ideológica sobre o saber social e da subliminar equação racial na construção da sociedade são-tomense laboram no sentido de mascarar as lacunas do conhecimento, impelindo os estudiosos a trocar o competente auto-escrutínio pela afirmação panfletária de um saber de coloração nacionalista que se valida por uma espécie de sanção moral derivada da rejeição do que é de fora.

Mas não nos situemos apenas no campo da evolução política. Por exemplo, com a acelerada transformação social, mesmo no meio supostamente rural, com o acesso ao conhecimento do mundo para além dos horizontes arquipelágicos, alargam-se as

9 O desespero dos excluídos, que transparece no facto de apodarem de ladrões os políticos, não denotará uma marginalidade e uma alienação de alguma forma comparáveis à alienação resultante da naturalização das diferenças sociais e de poder da era colonial? Decerto os referentes e as possibilidades de actuação são diferentes, mas o efeito corrosivo das assimetrias sociais conduz à disrupção social.

10 Chatterjee, 2004, pp. 22-23.

11 Mata, 2004, p. 49.

aspirações e as exigências dos mais jovens. Neste quadro, como caracterizar o que é endógeno? Ou que sentido tem a ideia de mobilizar o que é considerada sabedoria são-tomense para a resolução dos problemas económicos e sociais<sup>12</sup>? Não haverá confusão com a necessidade de mobilização da vontade política dos são-tomenses firmada em consensos mínimos mas efectivos?

Ao invés de enveredar pela nota de exaltação do saber local, não importaria tomar o saber são-tomense como um objecto de análise e não mais como um sujeito ou um narrador, que, por isso, se esquivaria às críticas que forçosamente terão de ser abrangentes, multidireccionais, plurais e constantes?

Também em função de uma crescente reflexividade nas sociedades coevas, a edificação de um saber próprio parece crucial em São Tomé e Príncipe, quer no plano estritamente cognitivo, quer na esfera mais lata da acção política e social. Tal via parece impor-se a todos. Arredando cepticismos, a construção de um saber local e apropriado demanda diálogo científico aberto, concertação política e, não esqueçamos, eficaz suporte institucional<sup>13</sup>. O problema não reside na adopção do que é de fora (movimento, aliás, a todo o momento inscrito na história são-tomense, como na de outros povos), reside, sim, na necessidade de um empenhado compromisso de chegar, através do exercício local das regras da arte, a ideias e a perspectivas que forçosamente resultarão da dialéctica do local com o que chega ou é observado por fora.

Não é pela defesa tonitruante da sua necessidade que se constrói um saber local. Podendo atentar no que a condição de estrangeiro não impede a investigar, os estudiosos são-tomenses terão, contudo, de se referir a perspectivas teóricas e a procedimentos metodológicos passíveis de escrutínio, que não apenas validados por sentenças como, por exemplo, a de que “*nós é que sentimos a nossa [são-tomense] história*”. Ora, os sentimentos não a explicam, amiúde deturpam a história.

Para além de efeitos retóricos e ideologizados respeitantes à memória da opressão, admitamos a existência um espaço político e social para os sentimentos. Ainda assim, aos estudiosos não cabe acenar com os sentimentos. Porventura, cabe-lhes perguntar a que servem os sentimentos, mormente os decantados da “história” sentida e vivida pelos são-tomenses, é certo, mas em termos que, arriscaria dizer, decorrem não apenas das memórias individuais quanto também de um discurso político e ideológico assente numa sùmula historiográfica que não resiste a um escrutínio minucioso.

A reflexão científica – cuja premissa é a enunciação dos problemas – tem sido substituída pela adopção de bandeiras de cariz ideológico que, podendo dizer muito às afeições, tolherão a interacção com o mundo. Diga-se, da eficácia mobilizadora de algumas versões emblemáticas de episódios históricos – entre eles, os probatórios da opressão colonial – alguns são-tomenses esperarão a prevalência de determinados sentimentos,

<sup>12</sup> Tem um micro-universo como o arquipelágico condições para se ordenar económica e socialmente de acordo com valores locais supostamente dissonantes dos da estruturação económica decorrente das “regras” do mercado actualmente imperantes no ordenamento global?

<sup>13</sup> Vejamos o que trará o Centro de Ciências Sociais, criado em Fevereiro de 2011, cuja inauguração foi solenizada pela presença do Ministro da Educação, Cultura e Formação e de outros governantes. Para o Ministro, o “Centro vem ajudar-nos a alargar o grupo de investigadores como ajudar-nos a estabelecer parcerias e um campo de solução e debate.” Devotado à investigação em diversas áreas – referiram-se a história, ciência, antropologia e a literatura –, o Centro foi considerado como uma ajuda na promoção de um novo quadro de conhecimento, devendo também “prestar serviços a Universidades, ao Governo, a Instituições, Agências e outras instituições que trabalham na área da ciência e investigação”. Para além de instar à publicação do “resultado da nossa investigação”, o Ministro mostrou-se ciente de que para “desenvolver ciência é preciso recurso”, cf. <http://clientes.cstome.net/opais/destaque%209.html>, acesso: 14 de Março de 2011.

por exemplo, favoráveis à capacidade de diálogo. Todavia, do ponto de vista do conhecimento, ficam por apurar os danos do curso de versões estereotipadas da história e da sociedade são-tomense, cujos efeitos ecoarão para além do imaginado.

Alguns pronunciamentos rejeitam decalques de visões de fora, mormente do que agora aparenta conter traços de uma herança colonial, e convocam os saberes locais para as tarefas da reconstrução do país. A reivindicação de um saber próprio parece legítima, imperiosa e plausível, para mais tratando-se de um universo micro-insular, relativamente ao qual alguns são-tomenses julgarão exequível traçar com detalhe e precisão a filogénese das várias heranças culturais<sup>14</sup>. Todavia, até há anos, esta procurada afirmação de uma teoria e de métodos próprios quedou-se pela reiteração da necessidade de produzir *in loco* conhecimento apropriado às realidades locais. Tal constituirá um pronunciamento político e moral, *lato sensu*, mas não aduzirá muito ao saber nem à acção política e social.

Até onde se poderá levar a reivindicação de um saber endógeno (tendencialmente sinónimo de irredutível) sem perda de objectividade e, mais significativo, de relevância política e social? Ou até onde se pode reclamar um enfoque próprio sem que este redunde num estudo de causa cujas conclusões não podem senão estar determinadas aprioristicamente, desse modo, ratificando viciosamente um saber menos propenso para se auto-interrogar. Por exemplo, será adequado criar uma resistência ao que vem de fora, por vezes precipitadamente considerado uma mera réplica do adestramento colonial que, como outrora, distorceria, disfarçadamente embora, a personalidade dos são-tomenses? Uma tal visão não denotará, a par da pouca colagem à realidade, incapacidade ou pouca inclinação para estudar a persistência desde o tempo colonial de mecanismos de interiorização das assimetrias sociais e de acatamento da autoridade? Não se encontrará nessa interiorização das assimetrias sociais a razão para a depreciação da organização política e cívica e, daí, para a desistência de participação na *mudança*, esperando-a como resultado da acção paternalista dos dirigentes?

A título de hipótese, a ilusão relativa ao atrofamento do saber social em São Tomé e Príncipe consiste em não aprofundar as suas causas locais e em atribuí-lo a danosas influências exógenas ou, se quisermos, neo-coloniais. Sem deixar de repisar que o maior pecado do colonialismo, se assim se pode dizer, foi o paupérrimo grau de preparação dos são-tomenses, em virtude do que, à data da independência, eram manifestas as faltas de qualificação dos indivíduos e de elites, os actuais estrangulamentos do saber social em São Tomé e Príncipe não têm a ver com a inadequação dos paradigmas das ciências sociais ditadas dos centros de saber *ocidentais*, mas com um clima político, institucional e económico adverso à produção de saber, matéria ainda pouco a florada, desde logo pela já citada atracção que a política exerce sobre os são-tomenses academicamente diferenciados. Os efeitos do varrimento do saber social pela política inibem a sua própria desconstrução e o exercício crítico do poder em que se treina e aperfeiçoa o saber social<sup>15</sup>.

Na falta da ponderação dos contributos técnicos nas instâncias decisórias, o saber não tem visibilidade nem aplicação que demande maior interesse e empenho aos cientistas são-tomenses. A ausência de suporte institucional não promove a liberdade académica e a autonomia científica. Ademais, a procura pelos são-tomenses académica-

<sup>14</sup> Contraporia que tal desiderato será assaz difícil por não estarmos a falar de somatórios ou justaposições, o que não inibe visões aproximadas das filiações culturais, as quais, em caso algum, autorizarão ilações políticas.

<sup>15</sup> Predominantemente reactivo, tem prevalecido a tendência para um saber construído para a posteriori se justificar os passos políticos e económicos errados. Neste particular, durante anos operou um quase unanimismo que agora se começa a desfazer.

mente graduados de um quotidiano compatível com padrões de vida consentâneos com a formação superior e com as aspirações do mundo, obriga a múltiplos e esgotantes desempenhos que exauram a disponibilidade para a reflexão (também prejudicada pela elevada interacção pessoal).

Nas ilhas, começa a emergir a percepção das consequências da debilidade da produção científica. Alude-se à ausência de ensino superior e à alienação intelectual, concretizada, por exemplo, no decalque de métodos alheios à margem do conhecimento das realidades idiossincráticas da terra<sup>16</sup>. Assim como não existem instituições de saber na terra, também não se constrói uma sólida produção científica. Esta constatação antepõe-se à questão de saber se os instrumentos analíticos são adequados. Atomizada e produzida fora, há uma produção de saber que tenta criar um cunho local, mas que acaba por não ter repercussões. Até o diálogo com a produção africana é muito ralo<sup>17</sup>.

## As armadilhas da reivindicação de um saber próprio

Como noutras sociedades, africanas e não só, como se pode falar de conhecimento endógeno no arquipélago se o saber não constitui uma actividade independente, institucionalmente escorada e auto-suficiente?

Uma questão a colocar respeita à definição do que é local, questão que, devendo compor uma diligência de cariz epistemológico, acaba por resultar frequentemente numa convenção ou delimitação por vectores não teóricos, antes políticos, afectivos, identitários ou outros. O ser local confere objectividade ao saber?

Até onde pode ir a pretensão de forjar e de usar instrumentos analíticos próprios para a interpretação da própria sociedade, que, sentindo-se, com ou sem fundamento, diferente das demais, reclama auto-suficiência na produção de saber sobre si própria?

Seja como for, deste saber próprio não poderá decorrer a inacessibilidade da sociedade e indivíduos são-tomenses aos olhares exteriores. A aceitar-se tal ideia, sentenciar-se-ia a inutilidade de qualquer opinião de terceiros sobre o rumo do arquipélago. Teria, além disso, outra consequência mais relevante: como num passado recente, a fronteira da objectividade acabaria por servir para dividir são-tomenses.

Até ao presente, esta procurada afirmação de uma epistemologia própria tem-se traduzido apenas na reiterada afirmação da necessidade de escrever a *nossa história* – da qual se possuem ideias gerais, tributárias do pensamento anti-colonial e supostamente validadas pela memória dos ascendentes – e de valorizar a cultura. Por causa das pulsões em torno do discurso histórico, a falta de reflexão aprofundada e pertinaz acerca das dimensões históricas presentes na sociedade são-tomense conduz à ausência da ponderação das mudanças sociais, uma dimensão fundamental nas várias sociedades, mesmo naquelas que, propendendo a perscrutar as *raízes*, deslizam para a perenidade inamovível

<sup>16</sup> João Bonfim aponta a correlação entre ausência de ensino superior, e não só, e a fragilidade ou dependência do sistema de reprodução de identidades, que não logra estruturar-se de forma a garantir a sua sobrevivência, cf. 2000, p. 96. Todavia, cumpre dizer que os processos de identificação, concretamente, o da pertença nacional, não se firmam nem apenas nem sobretudo sobre as construções intelectuais.

<sup>17</sup> Para além do escolho da exiguidade do território e da massa crítica, a afirmação emblemática da são-tomensidade alinha pelos traços sumariados por Anderson para caracterizar o nacionalismo, a saber, uma força social considerável que vai de par com a pobreza em termos filosóficos (cf. 1991, p. 5). Não discuto o nacionalismo dos são-tomenses, mas, com o que comporta de histórico, ele não carece de formulações que o radiquem num qualquer veio cultural.

e para a essencialização, facto que não vai sem consequências políticas e sociais, ainda que a política se jogue cada vez menos no tabuleiro do saber<sup>18</sup>.

Cumprir notar, a costumeira associação entre identidade e cultura nacionais não tem de se estender ao conhecimento ou à ciência, de resto, um caminho tentado em vão pelos regimes autoritários do século passado. Mas, parte crescente da produção científica, com uma vertente cultural e simbólica não desprezível, vive da remanescente pose pós-colonial<sup>19</sup>, a que lhe garante créditos, mormente no espaço nacional em construção simbólica.

Colocar o enfoque na produção de conhecimentos endógenos é ir de encontro ao que é representado como uma premissa da emancipação cultural e científica dos são-tomenses. Mas tem-se ficado por aí. Evidentemente, o *nosso* saber comporta uma orientação pós-colonial que identifica o *nós* são-tomense com o *nós, sujeito africano*. Mas esta fusão em colectivos arbitrariamente delimitados pode passar sem escrutínio? Afigurando-se hoje verdadeira, porque é que, em abstracto, a pertença são-tomense será mais autêntica do que o assertivo *nós, portugueses* da era colonial? Hipotética, a questão serve de alerta para o muito caminho a percorrer.

Percebe-se que a afirmação de um saber próprio corresponde a uma afirmação de soberania, mas, admitindo que tal afirmação tem sentido nos dias de hoje nos planos político e cognitivo, a questão é se o exercício da soberania se afere apenas pela (ou não acaba resumida à) reiterada recusa do saber alheio em nome da necessidade da construção de um saber próprio. A soberania não terá outras implicações políticas? A soberania nem sempre se desdobra em cidadania e, em tempos não muito longínquos, as ciências sociais não criticaram, antes justificaram, a amputação da cidadania em detrimento da afirmação do Estado formalmente livre e soberano.

Num outro plano, como é que se pode imaginar que a postura científica ande em contra-mão com os postulados da economia que se quer aberta e com os desígnios de política externa de múltipla ancoragem e de integração regional? Significaria então que ao conhecimento caberia a criação de um reduto inexpugnável contra a deturpação de uma dada personalidade cultural dos são-tomenses que cumpriria manter incólume perante as aceleradas mudanças no dia-a-dia?<sup>20</sup> No tocante a estas interrogações, interessam menos as crenças em asserções ideológicas (mesmo se replicadas por alguns são-tomenses que aludem à identidade sem que se perceba exactamente de que objecto falam) do que a indagação do acerto da prescrição de uma dada função política do conhecimento, que, se meramente panfletário, aparece desfasado da realidade crescentemente acelerada e imprevisível.

Para além de credível, o saber tem de se constituir como um vector socialmente imprescindível. Em última instância, e independentemente de juízos de valor acerca da

<sup>18</sup> Como para outras sociedades, também para São Tomé e Príncipe duvido da possibilidade de um consenso político em torno das evidências técnicas e científicas forjadas localmente para lidar com os problemas do país. Em todo o caso, análises profundas são essenciais para a decisão política.

<sup>19</sup> Num certo sentido, tudo se passa como se a construção do saber fosse uma ocasião para o expurgo dos resquícios da dominação colonial. Na realidade, inclino-me a considerar a inutilidade de proclamações ideológicas com as quais supostamente se desagrava as ofensas aos são-tomenses da era colonial.

<sup>20</sup> Para além das vozes que lamentam a perda dos valores (ao que alguns respondem com a necessidade de uma política de pulso forte), alguns estudiosos expressam receios perante a possível descaracterização social e cultural dos são-tomenses advinda com a intensificação das relações com o entorno geográfico. Por exemplo, Menezes considera que, em virtude da situação geo-estratégica, avultam os riscos de “desestruturação sócio-antropológica” do arquipélago, construído ao longo de séculos, pondo em risco a sua independência cultural, cf. 2002, p. 117.

pertinência social de cada forma de consciência, da religiosa à científica, a interpelação do poder e dos demais actores sociais é o que distingue o desempenho de uma elite amparada em convicções firmadas numa ética ligada ao cúmulo do saber científico. Mais do que a da recusa ou aceitação de um modelo exógeno, este é o crivo de afirmação do saber social no arquipélago.

De outro modo, parecendo um esforço de afirmação de uma identidade são-tomense, a reivindicação de paradigmas próprios arrisca-se a redundar numa confissão de impotência perante os políticos e a sociedade, impotência de alguma forma mascarada por laudas à africanização enquanto processo de reencontro com as raízes culturais.

Diga-se, a africanização, que não se restringe à apropriação do Estado pela sociedade<sup>21</sup>, nem se limita à decomposição do Estado pós-colonial na antecâmara da futura reconstrução política segundo padrões africanos<sup>22</sup>, tem como consequência a mudança de valores na condução da vida política e social. Na realidade, não falamos de algo abstracto e sem implicações no saber e na vida colectiva.

### **“Queremos uma solução, queremos uma solução” ou as (surpreendentes) demandas (políticas e) sociais**

Ao menos em parte, a reivindicação de um paradigma próprio decorre de uma intenda politização do passado, da cultura popular – aquela que se teria abrigado da adulteração induzida pela dominação de instituições europeizadas – e da língua.

Aparentemente esvaziadas, as ideologias cederam lugar à exaltação da cultura popular, qual repositório de virtudes morais que inspirarão os procedimentos para a superação das dificuldades. Sobressai um movimento atinente à redescoberta de si mesmos, um exercício de afirmação de valores assumidamente próprios, embora os instrumentos e as formas de expressão desse valores (similares aos de movimentos culturais noutros países) sejam assaz diversos entre os diferentes grupos e camadas sociais. Concomitantemente, e em consonância com a mercantilização do exotismo, os intelectuais são-tomenses aderiram a uma lógica de mostra cultural que, tenham ou não consciência disso, não se distancia muito da observável no final do colonialismo. A par disso, o próprio saber parece (querer) fundir-se com o que descreve e regista. Tal não significa diminuir a importância social da cultura popular, conquanto esta mereça uma avaliação diferente da reverência laudatória tão em voga por estes dias. Neste caso, a exaltação dessa cultura popular – aquela que, tendo supostamente resistido ao colonialismo, surge também sem a mácula da actividade política que desmentiu as promessas da independência – poderá ir de par com a incapacidade de a interpretar e, bem assim, com a demissão da confrontação democrática nos planos social e político, de alguma forma denotadora da falência das instituições e do próprio saber social.

Em todo o caso, admitamos uma dimensão não europeizada no quotidiano dos são-tomenses, uma faceta não perceptível a olhos orientados por uma ciência que, já não pagando tributo ao colonialismo, o pagaria a uma racionalidade com laivos de pretensão

<sup>21</sup> Por exemplo, veja-se Chabal, 1993.

A sociedade vinga-se da espoliação, corroendo o Estado. Mas a dinâmica de corrosão dos laços institucionais não se voltará contra a sociedade?

<sup>22</sup> Young, 2004. A questão é a seguinte: em que valores africanos se fundará a arquitectura política substituta do Estado pós-colonial?



hegemónica e que se tende a encarar como universal<sup>23</sup>, conquanto nem por isso possa reclamar clarividência acerca de tudo. Admitamos também que certas áreas da vivência de são-tomenses requerem o empenho dos estudiosos locais, capacitados para uma composição de abordagens mais esclarecedora dos contornos dessas vivências<sup>24</sup>.

Ainda assim, quem avançou na investigação de cariz antropológico – de alguma forma, tendencialmente ao encontro de raízes imaginadamente africanas ocultadas debaixo de um quotidiano colectivo europeizado – foram estrangeiros. Os trabalhos de Paulo Valverde, que por diversas formas se ligou à terra<sup>25</sup>, e de Joana Feio provam que as dimensões mais recônditas e pessoais das mundividências podem ser interpretadas por quem é de fora (diga-se, a questão da pertinência do escrutínio científico da terra ou de fora dela não se encerra nesta constatação, em si mesma de pouco alcance).

Tentemos descer à *terra*. Sem pretensão de discutir fenómenos de possessão<sup>26</sup>, registo a paralisia durante meses da vida lectiva e social em Guadalupe em razão de fenómenos de possessão na escola local<sup>27</sup>. A partir de notícias *online*<sup>28</sup>, resumamos os eventos na escola de Guadalupe, uma pequena cidade da ilha de São Tomé. Em inícios de Dezembro de 2010, a escola, frequentada por cerca de 800 alunos, fechou porque alguns quedavam possuídos por espíritos, fenómeno localmente conhecido por “*tomar santo*”. Apesar da familiaridade com o fenómeno, disse-se nunca se ter observado “*coisa igual*”. Num estado de aparente convulsão, crianças, especialmente meninas, “*possuídas por espíritos, dançam cantam e rebolam no chão*”. Também classificado de feitiçaria ou descrito com o recurso à menção a ataques “*diabólicos*”, o fenómeno, dito sobrenatural, teria afectado cerca 50 alunos, com idades entre 14 e 16 anos, e uma funcionária. Posteriormente, o “*mau espírito*” seria responsabilizado por “*atacar*” 14 jovens, com idades entre os 12 e os 16 anos.

23 É certo que nessa ideia de universalidade também se baseia a reivindicação, por vezes contraditória e certamente interessada, de uma fasquia de decência cívica, moral e política que, a bem de todos, se creia universal. Tal pode dissimular intentos hegemónicos, mas não deixa de ser uma necessidade, ao que anuirão, julgo, os são-tomenses, para já não falar de tunisinos, egípcios e outros que reclamam por valores que, até há pouco, muitos diriam ser alheios à sua matriz cultural e à desses países.

24 Note-se, a certeza do conhecimento produzido não pode inferir da condição de filhos da terra. Após a independência, operou em detrimento dos colonos e, mais relevante, do comum dos trabalhadores das roças uma legitimidade derivada do vínculo orgânico à terra-mãe, a seu modo incontestável, de que estes grupos estavam desprovidos. Porém, se isto permitiu a construção de uma arquitectura política diversa da do tempo colonial, daqui não deriva qualquer ilação no tocante à pertinência do saber.

25 Paulo Valverde deixou um notável trabalho e interações muito sugestivas, mesmo se passíveis de discussão. O seu ângulo de aproximação, sincrónico, levou-o a criticar a ilusão de partilha cultural apregoada no tempo colonial. Focado no corte sincrónico, Valverde não conferiu o peso devido às inflexões produzidas pela história recente do arquipélago, assaz céleres e inimagináveis à data da independência. Os dias de hoje parecem dar razão a Valverde, mas tal não elimina o acerto da leitura de Francisco Tenreiro, interessado em relevar certos traços económicos e sociais de forma a sustentar uma sublimar reivindicação política a favor dos seus conterrâneos.

Considerações similares podem ser feitas a respeito da crítica de Inocência Mata à eleição da indução europeia como determinante da matriz cultural dos são-tomenses em detrimento do processo reinterpretativo e aculturativo realizado, segundo Mata, pelo segmento etnocultural maioritário – hoje, não mais maioritário, mas, sim, quase exclusivo, os africanos – resultante na criação de uma síntese cultural e do novo imaginário e na configuração da identidade, no plano da expressão mundivivencial, cf. 1998, p. 21. Diga-se, ao tempo, Tenreiro poderia estar certo ao enfatizar a matriz europeia e, hoje, quando se olha para São Tomé e Príncipe, parecerem absolutamente pertinentes as críticas à sua interpretação. Mas essas críticas precisam de entrar em linha de conta com o lapso temporal decorrido. Obviamente, os são-tomenses mudaram, em razão do que, aliás, os mais velhos falam dos nossos valores para manifestar a sua inadaptação ao São Tomé e Príncipe de hoje, quando, até há décadas, imaginavam a sua terra imutável. Afinal, resta saber, que traços da síntese cultural e do novo imaginário decorrerão da existência de um segmento etnocultural maioritário? E não corresponderá tal inferência a uma concessão à essencialização de um “segmento etnocultural” que, podendo ser maioritário, não deixará de ser heterogéneo e plural?

26 Para uma breve contextualização da trajectória desse tema na evolução da antropologia, consulte-se Valverde 2000, p. 157 e ss.

27 Os fenómenos de possessão não constituem um atributo cultural africano. Mas, a par de outros fenómenos como a perseguição de feiteiros e de feiteiras, a sua irrupção no quotidiano insular ocorre num quadro de desagregação social concomitante com a valorização das raízes africanas (valorização que já interpretei como racionalização a posteriori da falta de perspectivas para a evolução do país).

28 Este resumo socorre-se de vários sites, designadamente o do grupo de discussão sobre o arquipélago, <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/>, e de jornais digitais, entre os quais o *Tela Nón* e *O Parvo*.

Ao longo de Dezembro, “os alunos abandonaram as aulas com medo” dos sucessos na escola, quando não foram os pais a impedi-los de ir à escola. Com a escola fechada, chegou-se a um impasse. A medicina não explicava nem resolvia o problema. Os curandeiros não conseguiram impedir o transe massivo nem os casos individuais. A população julgou ser necessário efectuar um *d’jambi*<sup>29</sup> na escola para acalmar os espíritos aí presentes, enquanto a direcção da escola pensou na realização de uma missa católica. Aprazou-se aquela “*manifestação tradicional são-tomense*”<sup>30</sup> para arrear os maus espíritos para a noite de 24 de Dezembro, a que seguiria uma missa católica na manhã de 25 no pátio da escola. Nessa noite, o *d’jambi* não se efectuou porque o curandeiro exigiu 15 milhões de dobras (cerca de 610 euros). Sem a paga, o curandeiro recusou libertar a escola do “*espírito*”. A falta de dinheiro adiou o evento.

O ministro da Educação, Olinto Daio, um ex-padre, opôs-se à realização da “*manifestação cultural*” na escola. Tal não demoveu os pais, empenhados em angariar o dinheiro para promover o *d’jambi*, sem o qual os alunos não retornariam às aulas. A interdição do ministro não atrapalhou a realização do *d’jambi* em finais de Janeiro<sup>31</sup>, o qual, apesar da morte do curandeiro, pareceu surtir efeitos<sup>32</sup>. Dias depois, quando no local ainda se veriam as cinzas do fogo que animara a puita do *d’jambi*, a tranquilidade retornara à escola. Segundo os professores, o *d’jambi* atenuara a pressão dos espíritos que, havia perto de cinco meses, incomodavam os alunos e devolvera a tranquilidade à escola, “*depois da realização do d’jambi, estamos a funcionar normalmente*”.

Todavia, volvidos alguns dias, o “*santo*” retornou à escola<sup>33</sup>. Nestas circunstâncias, considerou-se que essas “*acções de transe*” deixavam de mãos atadas as autoridades e a população. Alguns estudantes mostraram receio de voltar as aulas. Dada a interrupção das aulas durante semanas, o ano lectivo ficou comprometido. Alvitrou-se a necessidade de passagem administrativa caso o Ministério da Educação não encontrasse uma forma de os alunos poderem continuar os seus estudos.

29 Em termos sintéticos, as manifestações ditas sobrenaturais ocorridas em Guadalupe são observáveis aquando da realização de um *d’jambi*. Durante um *d’jambi*, os espíritos de falecidos apossam-se de várias pessoas e, segundo descrições a respeito do caso em apreço, manifestam-se muitas vezes falando as línguas tradicionais de Angola. De algum modo, durante o *d’jambi*, um curandeiro combate os espíritos imundos que alegadamente perturbam as pessoas. Pode ser descrito como “uma exibição cultural orientada por curandeiros tradicionais para combater ‘maus espíritos!’”

30 Conforme a edição do *Téla Nón*, de 2 de Fevereiro, a manifestação *d’jambi* é marcada por um forte batuque, que, normalmente, acompanha a puita ou a tafua, danças trazidas pelos escravos de Angola e que, inicialmente, apenas se dançavam nas sanzalas das roças. Para além de reticências em relação aos elementos etnográficos aduzidos, realça a produção e a circulação de uma composição etnográfica acrítica que confere historicidade e densidade africana à situação vivida, reafirmando o estatuto “tradicional” do *d’jambi*, contribuindo, desse modo, para estreitar as opções de análise da situação vivida em Guadalupe.

31 Citando a Rádio Nacional, a 2 de Fevereiro o *Téla Nón* relatou que, sem solução para pôr termo ao domínio dos espíritos na escola, os pais tinham decidido organizar um *d’jambi*. “Um jovem de 23 anos de idade, pai de 4 filhos e que alegadamente tem-se destacado nos últimos tempos como um dos melhores curandeiros da praça do feiticismo e da bruxaria são-tomense, foi contratado para realizar o *d’jambi*”. Com base no espírito que se apossava dele, o jovem curandeiro começou, à luz do mundo do feitiço e da bruxaria, por fazer um trabalho brilhante. Pelos relatos, “ele conseguiu retirar uma caveira que alegadamente se encontrava no quintal da escola”. Aqui, existe um poste da linha que conduz energia de alta tensão em Guadalupe. Guiado pelo espírito, o curandeiro mostrou a sua força e poder sobrenatural, tendo escalado até ao cimo um dos postes de condução de energia eléctrica. Talvez empurrado pela força satânica imperante na escola, o curandeiro, conhecido por *Petche-Petche*, dançou em cima do poste e depois sentou-se. Logo a seguir, deu-se uma explosão no cimo do poste e o curandeiro caiu, estatelando-se sem vida no meio do *d’jambi*. O espírito que se manifestava no curandeiro *Petche-Petche* teria sido mais fraco que a corrente eléctrica ou, talvez, do que os outros espíritos que há mais de seis meses dominavam a escola de Guadalupe.

32 Na ressaca destes eventos e da morte do curandeiro, na edição de 2 de Fevereiro, o *Téla Nón* escreveu que esse *d’jambi* fora uma manifestação tradicional são-tomense, que representara o ponto alto da força dos espíritos e do combate entre os mesmos. Segundo a tradição, neste combate o espírito mais forte vence o mais fraco, ou seja, submete o espírito mais fraco ao seu domínio.

33 Num momento em que as autoridades aparentavam incapacidade de resolver o problema na escola de Guadalupe, parecia comprovar-se que a acção do feiticismo ou da bruxaria também era impotente para lidar com o que imperava na dita escola. Assim, prosseguiu a saga do “santo” em Guadalupe.

Após mais de trinta novas ocorrências, em inícios de Março, os alunos marcharam 12 km até ao Ministério da Educação, Cultura e Formação para demandar ajuda em relação ao fenómeno impeditivo do funcionamento da escola. Durante a manifestação, pelo menos três alunas foram apossadas por espíritos. A polícia interveio apenas para tentar controlar uma aluna em transe. Sete agentes tiveram de se aplicar para conseguir colocar a aluna na viatura para a conduzir à residência em Guadalupe. Na manifestação, os alunos gritavam *“queremos uma solução, queremos uma solução”*. Com o Ministro da Educação ausente, compareceram os da Justiça e da Defesa e Segurança Pública. Aos alunos foi prometido o envio de *“polícia para garantir a segurança da escola, e um psicólogo, para atender os alunos quando entram em transe”*. Terá sido dito que se, após duas semanas, esta intervenção não surtisse efeito, se pensaria noutra solução. Para os alunos, afigurou-se *“melhor fechar a escola de Guadalupe. Os alunos montam (entrar em transe) de manhã e a tarde. Não dá para contar o número de crianças que já montaram na escola. Algumas montaram aqui também”*. Uma aluna manifestante sugeriu a mudança da escola para o antigo hospital da roça Agostinho Neto: *“O hospital de Agostinho Neto é grande pode albergar-nos. Não tem sentido continuarmos na escola de Guadalupe”*.

A persistência do fenómeno sugeriu várias explicações. Uma delas apontava para a influência de um campo magnético na escola. Esta explicação foi desvalorizada pelo líder da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, para quem os eventos em Guadalupe são explicáveis pela teologia por *“interferência”*, *“isto é quando o ser humano é tomado por um espírito, dizemos que ele está interferido (...) entrou nele um espírito oposto, que não é o espírito de Deus, [antes um] com tendência diabólica de se apossar do homem e fazer dele aquilo que quiser”*. O pastor da dita igreja, que considerou o caso similar a outros pelo mundo fora, não duvidou da interferência diabólica: *“Alguém fez algum contrato com o diabo e de alto nível. O diabo revoltado está se apossando nas pessoas”*. Esta igreja anunciou ter começado a actuar contra o mal que dominava a escola, tendo logrado a rendição dos curandeiros em Guadalupe. Um destes teria dito já não ter condições para continuar ali por ter sentido a chegada de uma força mais poderosa. Para o pastor, que asseverou que a sua igreja já expulsara muitos demónios invocando o nome de Jesus, o caso de Guadalupe provaria que o poder de Deus está acima de todas as coisas.

Posteriormente, o presidente da Associação da Medicina Tradicional veio dizer que a sua associação estava a estudar o fenómeno diabólico em Guadalupe. *“Tem-se que ir buscar pessoas que entendem de facto da magia negra para fazer isso. Se vão buscar um padre ele faz a missa e acabou. O Pastor da Igreja vai fazer uma ou outra pregação, com base na Bíblia, e o diabo continua lá”*. Um *d’jambi* era uma das soluções, mas desde que diferente do efectuado em Janeiro. *“Porque alguém que vá aí tocar o d’jambi para apenas ganhar dinheiro, resulta no que aconteceu”*. O mal devia ser expulso invocando o seu próprio nome. *“Diabo está lá. Deus actua lentamente tem-se que chamar o diabo que lá está para resolver o problema”*, declarou o presidente da Associação, para quem era urgente agir. *“Podem acreditar que se não resolverem este problema vai haver mortes. Pena são as crianças inocentes. Transe existe. É um poder estranho que transforma as pessoas numa espécie de robots, Transe existe se não existisse também não existiria religiões”*. A Associação da Medicina Tradicional rejeitou intervir na escola sem solicitação do Governo. *“Se o Governo não convocar ninguém vai lá porque a escola é do Estado. Se o Governo convocar a Associação de Medicina Tradicional, é óbvio que temos homens capazes para ir resolver o problema”*.

No mesmo dia, 11 de Março, o *Tela Non* publicou a opinião do bispo católico. Para este, o facto “*não tem nada a ver nem com espíritos nem com diabos, nem com santos, nem com nada disso*”. Para o bispo, os eventos em Guadalupe derivavam somente de traumas e crenças, por vezes ridículas. O bispo realçou questões sociais, entre elas, a má nutrição, como uma das causas do “*histerismo colectivo*”, por seu turno, indutor de medos. Acrescentou que enquanto as pessoas “*acreditarem o fenómeno vai estar presente*”.

O recurso a ritos tradicionais para lidar com a situação foi criticado pelo bispo. Para este, o *d'jambi* de Janeiro mostra o aproveitamento da situação: “*As caveiras não estavam enterradas no pátio da escola, alguém as colocou lá. Agora quando se acredita nestes ritos, pelo amor de Deus, isso é um primitivismo total*”. D. Manuel António defendeu o competente acompanhamento profissional para tratar dos casos, também denotadores de desequilíbrios psicológicos. O bispo asseverou que nunca se realizaria nenhuma missa no pátio da escola de Guadalupe, o que, obviamente, comportava um juízo moral sobre a autenticidade do fenómeno, patente, de resto, na sua sugestão de se fechar a escola.

A nível político, a solução não se afigurou fácil<sup>34</sup>. No plano científico, não correu nenhuma investigação com vista a decifrar o enigma imperante na escola de Guadalupe. Da diáspora, chegou uma opinião que elegeu as carências sociais como a explicação dos distúrbios<sup>35</sup>, numa linha não muito divergente da do bispo católico. Estas opiniões estavam destinadas a não vingar, menos pela sua implausibilidade do que dificuldade de tirar ilações políticas de qualquer alvitre razoável.

Com efeito, a perplexidade tornou-se a nota dominante e, em certa medida, aplica-se a todos o que se pode dizer da situação do governo, a saber, a de embaraço<sup>36</sup>. Em parte, tal embaraço decorre do facto de não se lograr explicar o fenómeno, nem se poder ousar considerar os jovens – em particular, as jovens – uns farsantes, caso em que uma solução política, administrativa e até policial pareceria não só simples como imperiosa. Afinal, e trata-se de uma hipótese, ninguém quererá arriscar um passo (em falso) no sentido da politização do caso.

Seja como for – e independentemente de um desfecho num futuro mais ou menos próximo –, o arrastamento do fenómeno encerra uma interpelação a decisores políticos e a estudiosos são-tomenses<sup>37</sup>. Embora relembrando o voluntarismo ocioso e ingénua de autoridades coloniais e de políticos independentistas contra os

34 Em termos políticos, a directiva pareceu ser a da prudência e da cautela. Segundo professores e habitantes de Guadalupe, a TVS, televisão pública são-tomense, teria filmado o *d'jambi* de finais de Janeiro, mas não divulgou a notícia. A TVS teria também confirmado não ter publicado a reportagem em obediência a instruções superiores no sentido de não trazer o assunto para o domínio público.

35 Situando as manifestações na encruzilhada das heranças culturais, “cristianismo-paganismo-feiticismo”, Hector Costa veio explicá-las pela fragilidade dos laços sociais e pela degradação das condições económicas das famílias dos envolvidos num clima propício ao contágio do pânico social. Céptico quanto aos efeitos da prática de *d'jambi*, Costa recomendou o apoio de técnicos especializados, cf. <http://clientes.cstome.net/oparvo/Laços.htm>, acesso: 30 de Março de 2011.

A esta hipótese, eu acrescentaria a da fragilizações dos laços políticos, *lato sensu*, que costumam conferir segurança aos indivíduos.

36 Em 12 de Março, Gerhard Seibert escreveu que o caso criaria “um grande embaraço para o governo que não sabe lidar bem como resolver o problema da escola secundária que começou já há seis meses”, cf. <http://uk.groups.yahoo.com/group/saotome/messagem/30734>, acesso: 16 de Março de 2011.

37 Já em 2000, Bragança, fervoroso nacionalista, ao mesmo tempo que dava nota da incapacidade da classe política de mobilizar a sociedade em torno de “um projecto colectivo, assente nas raízes culturais santomenses e aglutinador das vontades”, citava os efeitos nocivos do recurso cada vez mais comum aos curandeiros e à prática do *d'jambi*, em resultado do que se tolhia a capacidade de decisão. Tais atitudes constriam o desenvolvimento, cf. 2000, p. 10, 11 e 15.

feiticeiros<sup>38</sup> – em vão perseguidos para efeito de uma inconsequente afirmação da autoridade assente no temor –, assinalo também que episódios com a dimensão deste de Guadalupe provavelmente não ocorriam nem no final do colonialismo nem no pós-independência, tendo de admitir a hipótese de que não se falasse deles (à boca pequena, aludia-se ao medo do feitiço entre são-tomenses diferenciados e até com responsabilidades políticas<sup>39</sup>).

O episódio de Guadalupe dá nota de uma disfunção social para que as explicações não serão fáceis e terão, em todo o caso, de atender a conhecimentos locais. Mas, com excepção da intervenção dogmática – e para o comum dos crentes susceptível de criar confusão – da Igreja Católica, não parece que se tenha avançado na explicação e o caso permanece por resolver. Pareceu debelado depois de um *djambi* para expulsar os maus espíritos<sup>40</sup>, mas sobrevieram novas manifestações, seguidas de novos pronunciamentos de mais instâncias religiosas e da área do saber tradicional, aumentando o imbróglio e o impasse para a frequência escolar dos jovens. Não é certamente da prevalência de tais situações que falam os que reclamam pelos *valores* são-tomenses.

Mesmo quando não se perfilhe uma perspectiva utilitarista da produção de saber social, falar deste implica encarar a questão da sua pertinência e utilidade, não para adestrar mentes e sujeitar corpos, mas para, em todo o caso, lidar com dilemas políticos e sociais e conferir segurança às pessoas e aos laços sociais (de outra forma, as autoridades poderão não perseguir feiticeiros, mas velhos indefesos poderão ser vítimas de boatos e de violências fatais, como, há anos, ocorreu com alguma frequência<sup>41</sup>).

No plano cognitivo (e, já agora, político), é interessante o peso do silêncio da área do saber, indício da incapacidade de agir, cedendo espaço às interpretações e à acção de protagonistas de outras formas de consciência. Acrescente-se, se porventura se acreditar-se que uma imperiosa unicidade derivada da condição de *nacional* são-tomense – nessa medida, portador de uma cultura – se estenderia, no plano cognitivo, à oposição ao que vem de fora, este caso revela como as clivagens atravessam a imaginada cultura da *terra* e pulverizam as certezas relativamente à cultura, apartando são-tomenses perante um caso gerador de perplexidades e inacção.

38 Ao tempo não cuidei de averiguar a verosimilhança de tais narrações que remetiam para o confronto desigual entre, por um lado, um poder voluntarista e tendencialmente irrestrito porque crente na capacidade transformadora dos homens por efeito da inculcação da sua ideologia e, por outro, os apodados de feiticeiros, protagonistas de manifestações que seriam, ainda e sempre, resquícios de obscurantismo da era colonial (aliás, também Valverde aludiu a acções persecutórias contra curandeiras no pós-independência, cf. 2000, p. 77; acerca da desconfiança local relativamente aos curandeiros, veja-se *idem* 2000, pp. 80-81).

Nos anos 80, subliminarmente admitia-se que não valera a pena perseguir curandeiros, propósito de que se abdicara talvez também por haver mais que fazer. Outra ilação relacionava o esmorecimento desse propósito com os receios existentes entre os próprios decisores relativamente a represálias no domínio do *feitiço*.

Dou conta dessas narrações e, nessa medida, do facto do seu (in)sucesso eventualmente compor o leque dos factores ponderados nas tomadas de decisão que, à medida que o tempo passava, perdiam em sobrançeria perante os escolhos da realidade social que se mostrava crescentemente avessa aos desígnios políticos propalados aquando da independência.

39 No pós-independência, dizia-se que os governantes tinham medo do *feitiço* (por esse tempo, a convicção com que um ex-governante afirmava não acreditar nem temer o *feitiço* ia de par com a anuência a que já com outros responsáveis políticos não se passava o mesmo). Em todo o caso, a questão do peso social dos feiticeiros não era discutida.

40 Antes da realização da derradeira tentativa de expulsar os espíritos e de aquietar os alunos, eu não teria sido capaz de predizer o resultado, embora me pareça que qualquer um diria, depois da morte do curandeiro no *djambi*, que tal tentativa não poderia senão coroar-se de êxito, desde logo, pela exaustão social em torno do caso. Argumento bem pobre mas plausível e, todavia, desmentido pela ocorrência de novos casos. Nestas circunstâncias, que dirão os que conhecem e invocam a cultura popular são-tomense? eis uma das questões a colocar para se compreender e adequar as atitudes políticas perante um caso que interpela a consciência social e política.

41 Até há anos, era relativamente fácil ouvir relatos de maus-tratos a velhos, em regra solitários, tão infundada quanto mas convictamente acusados de serem feiticeiros.

Consulte-se Valverde 2000, p. 127 e também Rodrigues, 2004.

Actualmente, tende a imaginar-se a cultura enquanto pólo de unidade dos são-tomenses. Ora, não só a cultura dos são-tomenses e eles mesmos são plurais, como essa pluralidade se repercutirá no conhecimento científico. A existirem, as fronteiras dos saberes não separarão apenas os saberes endógenos dos exógenos.

## Os vínculos com os poderes

Deixe-se dito, a perspectiva da adesão (com o quê de involuntário) à africanização – que, como outros processos de transformação cultural, se fará acompanhar de formas concretas de poder, por ora por escrutinar, mas nem por isso imaculadas no tocante ao que directa ou indirectamente sancionam enquanto assimetria social e sujeição dos indivíduos – encarada como encontro com as raízes culturais de um passado remoto não tem só como efeito a valorização do folclore no mercado de bens culturais. Desde há anos, a africanização tem, entre outras consequências, aquilo que é recorrentemente descrito por são-tomenses como a perda dos *ossos valores*<sup>42</sup>.

O equívoco da evocação do *nosso* deriva da percepção (inexacta) de uma coesão entre os são-tomenses, percepção tributária quer da exiguidade social e da memória por parte da elite das diferenças relativamente ao colono, quer da ausência de fracturas culturais observáveis noutros países africanos<sup>43</sup>. Com essa evocação se reforça uma visão essencialista (e perpetuadora de clivagens sociais, um processo não necessariamente consciencializado por quem alardeia tais lemas), indiciada pela tendência em afirmar uma postura de defesa de *valores são-tomenses* sem que se perceba ao certo que valores são esses. De resto, este mecanismo foi usado no pós-independência para induzir ao acatamento da autoridade, porquanto se iam impondo normas não claramente prescritas, aumentando a margem de discricionariedade e, por conseguinte, o temor.

Justamente porque os esquemas de poder e, concretamente, de sujeição dos indivíduos não se removem apenas pela mudança das designações dos regimes ou das entidades políticas, a desconstrução (ligada à politização) não pode servir só para reinterpretar a relação com o antigo colono, abominando-se, desse modo, o que é fácil de abominar por já ser passado e não ter peso político específico. Igual acutilância analítica terá de se aplicar à evolução da sociedade são-tomense, sem o que, note-se, não se extirparão os resíduos da antiga mentalidade induzida pelo colonialismo.

O saber social tem de se encarar, também, como um dos vectores cruciais da evolução do arquipélago. Ora, apesar de alguma mudança nos últimos anos – em muito induzida pelos *apports* do exterior ou de são-tomenses na diáspora –, a política da *terra* não se alimenta do debate cultural. O poder político convive bem com a inépcia do saber que, quando muito, quererá coadjuvante e cingido a uma inócua dimensão técnica ou convenientemente panfletário. Enquanto isso, agendas internacionais com projectos e orientação de políticas – até de relacionamento social, como sucede com as que combatem a

42 Diga-se, algo equivocadamente, porque, sendo os da memória de quem os enuncia e os vê amputados pela mutação social, os *valores* serão, nalguma medida, os adquiridos pela socialização do tempo colonial. Não tendo de ser necessariamente os do colonialismo, nalguma medida serão também um legado do respectivo ordenamento social.

43 Há anos, bastava andar pelo mato ou pelas roças para perceber que o *nós* era menos um motivo de exaltação do que a alusão subliminar a uma trajectória de perda, a uma espécie de canga, qual verbalização de uma experiência de infortúnio humano que parecia irremediável.

violência doméstica e a desigualdade de género – antecipam-se a diagnósticos locais. Por tudo isto, mais do que uma reflexão sobre a trajectória do saber prevalecem as trajectórias de produtores de saber – uma forma de distinção social e de micro-poder – em direcção aos núcleos de gestão do *desenvolvimento* e às áreas de decisão política.

O diálogo do conhecimento com o poder actual não existe. Existe, sim, uma tutela informal resultante de uma tradição política de subalternização dos actores sociais – entendidos como serventuários – que apenas deixa espaço para a resistência passiva, quando não para o alheamento e o conformismo. Estas atitudes derivam também da falta da institucionalização da prática de saber que defenda os pensadores. Em virtude da tutela informal da política sobre o saber, a politização (e as respectivas ilações éticas) do saber são-tomense projecta-se sobretudo, para não dizer exclusivamente, para o passado e, em termos emblemáticos mas inócuos, em fóruns no exterior.

Proclamar um saber como autenticamente são-tomense não apaga as fronteiras internas da sociedade são-tomense, ao longo das quais esse saber se refracta, seja por não falar de todos os são-tomenses com a mesma acutilância – com o que se admite a existência de várias identidades e linhas de clivagem mesmo num arquipélago tão exíguo –, seja por não chegar (nem ele nem os seus potenciais benefícios) a todos de forma equitativa<sup>44</sup>, como sucede com outros bens, de que se salienta a *terra*, a mesma que enfaticamente se alega ter sido espoliada pelos colonos. O saber são-tomense pode ser acenado para efeitos de congregar, mas, acto contínuo, a sua aplicação condicional e a sua difusão desigual evidenciarão internamente o efeito mistificador do aceno contra o que provém de fora.

O saber social não deveria ser um instrumento de escrutínio da política na terra e, alijando carga panfletária, o saber não deveria responder a questões sociais prementes? As disfunções nos processos de decisão política, *lato sensu*, a rala participação política e cívica, as desigualdades no acesso às oportunidades económicas e, ainda, algum desfazamento dos códigos culturais, políticos e éticos dos governantes relativamente aos do comum da população (por isso mesmo, e à semelhança do ocorridos noutros contextos políticos, o grosso da votação das eleições de Agosto de 2010 não teve a ver com conteúdos programáticos, mas com a predisposição emotiva fomentada pela repetição de lemas como “*ladrões, rua*”<sup>45</sup>) geram tensões que, até hoje, têm sido acomodadas pela alternância na governação permitida pela arquitectura política e, alvitriaria, por um plasma cultural que ainda leva os são-tomenses a ter uma réstia de esperança nas soluções saídas da política. Já em contextos de privação e de insegurança, a dissonância entre governantes e governados causa reacções, por vezes violentas (que, curiosamente, os intelectuais são-tomenses já se sentiram na obrigação de prevenir, difundindo mensagens de acalmação e de pacificação dos ânimos). Com ou seu fundamento, a *rua* intui que a condição de são-tomense dos *políticos* não os impele a uma actuação moralmente determinada pelos imperativos decorrentes da propalada identidade são-tomense.

44 A ideia da existência de múltiplas Áfricas, aventada contra uma essencialização de África pela ciência hegemónica do Norte ou, em alternativa, contra o (suposto) intento hegemónico que, a coberto dos lemas ilusórios das partilhas culturais e da língua, divide a África em ‘fónias’ referidas às antigas metrópoles, suscita ponderação. Mesmo quando se olha com simpatia desígnios ou devaneios como o de uma lusofonia depurada de tais passadismos e voltada para a cooperação futura, a postura crítica de inércias tributárias do saudosismo neo-colonial ou de grosseiros arquétipos colonialistas merece ser pensada.

Mas não só, o mesmo sentido crítico obriga a pensar as alteridades dentro de África e até em São Tomé e Príncipe, onde, como noutros países e situações históricas, a acomodação das pessoas se fez à custa de violências. No caso do arquipélago, um olhar crítico – que não pode ser apenas dirigido ao europeu, ao ocidental, a um branco essencializado – descobrirá os veios contraditórios que subsistem dentro numa sociedade exígua. Alguns deles remontam ao colonialismo, mas nem todos lhe são imputáveis.

45 Nascimento, 2010b.

Parte-se do princípio de que as pessoas se guiam por um suposto imperativo – o da fidelidade a uma (dada) condição de são-tomenses (que vem sendo descrita no âmbito da *são-tomensidade*). Porém, o vínculo identitário – o da pertença são-tomense – não parece ser um liame moral suficiente. Não o pareceu no tempo do pós-independência, nem agora. Por mim, aventaria que, independentemente das tradições, as pessoas querem viver como sabem que os outros, humanos como eles, vivem em paragens mais ou menos longínquas consoante a geografia, a história e a política. Tais são as percepções mais ou menos interiorizadas e que permitem aos são-tomenses tecer um quadro de possibilidades de vida em que assentam o juízo que tecem dos *políticos*.

A modernidade e a pluralidade de identificações não têm de colidir com o nacionalismo nem com a cultura: há uma definição universalmente aceitável de modernidade, a do uso da razão para encontrar, em São Tomé e Príncipe como noutros contextos políticos e sociais, os traços específicos de modernidade<sup>46</sup>. A esses traços acrescentaria as fasquias mínimas de uma ética cosmopolita que, repito, não tem de colidir com especificidades culturais. Trata-se, em todo o caso, de um caminho trabalhoso, difícil, que requer diálogo e capacidade de enunciação dos dilemas que, a cada momento, se colocarão a quem arriscar opiniões e decisões.

## Notas conclusivas

Num ambiente de desvalorização do saber social, é difícil distinguir enunciados teóricos das racionalizações políticas, dada a contaminação do saber social pelas pulsões políticas (contaminação revelada quer nas palavras de ordem transpostas para o discurso científico, quer na interiorização de atitudes de colaboração com o poder). Ora, conferir independência e acutilância ao saber é uma tarefa difícil mas crucial.

No arquipélago (como, de resto, em Portugal), as cargas políticas de passados mais ou menos recentes – por exemplo, a da prevalência de uma cultura institucional pobre e de rala motivação para a participação colectiva – afirmam-se como o principal óbice à construção de epistemologias próprias, tributárias tanto de saberes locais, quanto de contributos de fora (não se querer reconhecer os contributos de fora afigura-se um erro crasso; com a recusa de paradigmas de fora, muitas vezes apenas se mascara a dificuldade de encontrar explicações e soluções para problemas locais).

Algumas das questões mapeadas prendem-se com a evolução do saber social e a sua posição relativa no mundo contemporâneo. Elas manifestam-se de uma forma particular no arquipélago, onde não sobra espaço social para o saber científico. Logo, reclamar a possibilidade de incremento de perspectivas teóricas e metodológicas fincadas na terra significa falar de política ou, se quisermos, da ideologização do saber social para efeitos da sua instrumentalização na arregimentação da sociedade (ou, hipótese mais remota, para efeitos de confrontação simbólica com o poder).

A reivindicação de um paradigma epistemológico próprio pode corresponder a uma ponderação irrestrita dos “factores culturais” para a justificação da escusa ao escrutínio das políticas, situação em que os estudiosos continuariam ao serviço dos políticos. Para lá das leituras enviesadas da intencionalidade dos políticos, que dificilmente se dis-

<sup>46</sup> Chatterjee, 2004, p. 51.



tanciam das enunciações destes, o discurso sobre uma análise própria da realidade do arquipélago comporta o risco de abrir a porta ao relativismo e, mais importante, à condescendência perante formas de dominação. Ademais, propende-se a tomar uma alteridade específica como aspiração dos são-tomenses, o que se faz sem a competente inquirição dos indivíduos, quando é plausível supor que, no meio das transformações na sua sociedade, eles desejem padrões de vidas similares àqueles de que têm notícia.

Cada época conhece as suas racionalizações para as respectivas dificuldades, sejam as da construção do Estado e da nação após a independência, indutora de uma dada matriz identitária imperiosa para os indivíduos, seja a da edificação de uma elite alegadamente empreendedora e capaz de promoção do desenvolvimento, processo indutor de uma inevitável desigualdade social. Tais processos não foram objecto de consequente interpelação dos estudiosos que, mais do que os descodificarem, parecem enredados neles.

Ao arrepio do hibridismo cultural no mundo de hoje e, em particular, da multiplicidade identitária associada às diásporas, será que emergirá um novo nacionalismo são-tomense baseado na essencialização de uma cultura, que, com aparente suporte científico, sancione as fronteiras internas e a desigualdade entre são-tomenses, as quais, no respeitante aos recursos e às oportunidades, já há muito são operantes? Não é uma impossibilidade. Mas, lembre-se, também dependerá muito dos ventos de fora.

## Referências bibliográficas

- Almeida, Miguel Vale de (2004), *Outros destinos. Ensaios de antropologia e cidadania*, Porto, Campo das Letras.
- Anderson, Benedict (1991), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso.
- Bonfim, João do Sacramento (2000), *Os processos migratórios em S. Tomé e Príncipe e a corrente portuguesa*, dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.
- Bragança, Albertino (2000), “Mudanças culturais em São Tomé e Príncipe”, dactilografado.
- Cahen, Michel (1991), “Arquipélagos da alternância: a vitória da oposição nas ilhas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe” in *Revista Internacional de Estudos Africanos* n.º 14-15, IICT-CEAA, Lisboa, pp. 113-154.
- Chabal, Patrick (1993), “O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa” in *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* n.º 15, Bissau, INEP, pp. 37-55.
- Chatterjee, Partha (2004), *Colonialismo, modernidade e política*, Salvador, Edufba-CEAO.
- Eyzaguirre, Pablo (1986), *Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa*, Ph. D. dissertation, Yale University.
- Falola, Toyin (2003), *The power of african cultures*, Rochester, University of Rochester Press Feio, Joana Areosa (2008), *De étnicos a ‘étnicos’: uma abordagem aos ‘Angolares’ de São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, ISCTE, Lisboa.
- Maino, Elisabetta (1999), “A identidade santomense em gestão: desde a heterogeneidade do estatuto de trabalhador até à homogeneidade do estatuto de cidadão” in *Africana Studia* n.º 2, Porto, CEAUP.

- Mata, Inocência (1998), *Diálogo com as ilhas. Sobre cultura e literatura de São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Edições Colibri.
- \_\_\_\_\_(2004), *A Suave pátria. Reflexões político-culturais sobre a sociedade são-tomense*, Lisboa, Edições Colibri.
- Menezes, Aires Bruzaca de (2002), *Implicações sócio-económicas da exploração do petróleo em São Tomé e Príncipe*, dissertação de mestrado, Lisboa, ISEG-UTL.
- Nascimento, Augusto (2007a), “Diáspora são-tomense e política na terra” in <http://www2.iict.pt/?idc=1028&idi=11758>.
- \_\_\_\_\_(2007b), “São Tomé e Príncipe: a independência ou o parto do autoritarismo” [entregue para publicação].
- \_\_\_\_\_(2008a), *Ciências sociais em S. Tomé e Príncipe: a independência e o estado da arte*, edição digital, Porto, CEAUP, <http://www.africanos.eu/ceaup/uploads.EBoo5/pdf>.
- \_\_\_\_\_(2008b), “O saber social no S. Tomé e Príncipe independente” in *Correio da Semana*, Ano 3, n.º 158, 29 de Março de 2008, São Tomé, pp. 12-13.
- \_\_\_\_\_(2009), “Aquino de Bragança, um intelectual orgânico da independência” in *Africana Studia* n.º 13, Porto, CEAUP, pp. 169-173.
- \_\_\_\_\_(2010a), “S. Tomé e Príncipe: a independência, o monopartidarismo, a democracia e o empobrecimento”, in *Caminhos Cruzados*, Lisboa, ICS, pp. 309-327.
- \_\_\_\_\_(2010b), “São Tomé e Príncipe na idade adulta: a governação e o descaso da rua” [entregue para publicação].
- Rodrigues, Cristina Udelsmann (2004), *“Os filhos não ligam. Os filhos não visitam” O abandono de idosos em São Tomé e Príncipe*, Lisboa.
- Seibert, Gerhard (2001), *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*, Lisboa, Vega.
- Tenreiro, Francisco (1961), *A ilha de S. Tomé*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Valverde, Paulo (2000), *Máscara, mato e morte em São Tomé*, Oeiras, Celta.
- Young, Crawford (2004), “The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics” in *African Affairs*, vol. 103, n.º 410, Londres, pp. 23-49.







# África em debate

Problemáticas do desenvolvimento  
em África



# A socio-economic and environmental analysis of peri-urban agricultural activities in the Yaounde-Nsimalen area

Mbanga Lawrence Akey\*  
Takem Mbi Bienvenu Magloire\*\*

p. 141-156

## Introduction: urban agriculture in an increasing scale in developing countries

The relationship between the urban and rural environments and the implications originating from that link have created two terms that are being used to describe that relationship in the same region. They are peri-urban and urban agriculture, (Spricigo and Filippi, 2007). Urban agriculture According to the Food and Agriculture Organisation, 2007, is increasing in towns in developed countries as well as in developing countries. According to Ndi, 2009, urban and peri-urban agriculture is not new in the cities of Sub Saharan Africa, it has increased in scale and intensity during the past years and is receiving more attention form town planners. There is an increase in the number of urban areas formulating policies and action plans for urban agriculture in the developing countries. Some towns have even included urban agriculture in their town plans. Boucher, 2009 analyzed the concept of agricultural urbanism as an idea in urban planning and design wherein agriculture is integrated in urban growth. This concept seeks to create a link between food, territory and health. It creates an environment that accepts urban agriculture, farming areas, a place for local products and sensitization.

Peri-urban agriculture is the cultivation of crops in the periphery of an urban area. There is a slight modification in urban functions as one moves away from the heart of the town to the periphery. The cultivation of crops which cannot be done in the heart of the town is practiced at the periphery. This is simply because of the availability of land for crop cultivation in this part of urban area. More and more, urban dwellers as well as some rural dwellers are involved in the cultivation of crops in the peri-urban area to feed the urban population. It is widely accepted that peri-urban agriculture is

---

\* Senior Lecturer, University of Maroua.

\*\* Researcher, National Institute of Cartography, Yaounde.

an important livelihood or coping strategy amongst the poorest urban households for food security and income generation in developing countries (Thornton, 2008). In this study, the concept development of peri-urban agriculture concludes on the need for a move towards an agricultural urbanism. The planning of the spatial development of towns should now include aspects of peri-urban agriculture. This is not only due to the intensity of this activity but also because of the important role it plays in providing the urban areas with basic farm produce. This agriculture provides food and other needs to the urban population. With this activity the supply of perishable vegetable is assured for the town dwellers. According to Smit 1996, peri-urban agriculture is a significant source of employment especially among the urban poor with very little resources.

Urban policy needs to recognize the importance of this sub sector. A Food and Agriculture Organisation, FAO study (2007) estimated that of the almost 800 million people working in urban agriculture in 1996, a majority were minimum wage earners in developing countries. It also stated that this number is on a constant rise as the world's urban population is constantly increasing. The FAO projected figures for 2020 indicate that 63% of the estimated world population of 7 billion will be found in urban centres. Agriculture is a dominantly rural activity but today it has been observed that urban agriculture with peri-urban agriculture inclusive has a very important role to play in the socio economic survival of the urban population.

The many reports of the agricultural shows held in Cameroon since 1974 showed that peri-urban agriculture is an activity to be promoted. When statistics show that four out of every five Cameroonian is engaged in agriculture, those of the peri-urban zones are included, (UNDP, 1999). The Cameroon agriculture policy document for 1999, evaluated and revised in 2005, recognised the contribution to the agriculture sector by peri-urban agriculture. In 1999 the policy document identified the need to improve on peri-urban agriculture. It stated clearly that integrated programs will be put in place in peri-urban areas associating agriculture, small scale livestock activities and fish farming depending on the existing situation which will be consolidated and developed so as to create employment possibilities and develop supply of food stuffs, (Minagri, 1999). See Table 1.

**Table 1: Some major food crops productions in some divisions of the administrative Centre Region of Cameroon in tons**

Food crops	Mefou and Afamba		Mefou and Akono		Mfoundi	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Cassava	51822	91761	21227	44774	8725	9761
Plantain	47294	77995	11839	16536	1920	11475
Okra	39	55	39	1526	-	-
Palmoil	1692	1793	1750	2284	355	376
Cocoyams	162	2180	103	2544	152	330
Calocassia	2696	4784	2209	3819	272	3248
Maize	3593	5952	3768	3991	2329	4467
Pepper	669	1018	12	1526	-	30

Source: Compiled from *Annuaire des statistiques du secteur agricole, campagnes 2007/2008 et 2009/2010*.



In 2005 when the 1999 agriculture policy was evaluated, it was observed that not much has been done in this sector. Efforts put in place by the stakeholders in this sector in Yaounde especially in the swamps around Yaounde have yielded positive results with poor Yaounde dwellers consuming disproportionately high percentages of leafy vegetables they cultivate, (Ndi, 2009). Production of food crops in the three divisions that make up the Yaounde-Nsimalen area has had an increasing trend since 2010 as shown on table 1.

This study posits that there is an important socio economic impact of peri-urban agriculture on both the farmers who reside in Yaounde, the urban centre and an environmental consequence on the Nsimalen area, the peri-urban zone of Yaounde.

## **1. The spatial context: Nsimalen, the peripheral area of Yaounde, its surrounding population and agricultural activities**

Yaounde, the political and administrative capital of Cameroon had a population of 300,000 people in 1976. This population in 2010 was 1.817.524, (MINEPAT/BUCREP, 2010) and is at a constant increase. Its pressure is not only directly exerted on the increase demand for farm produce from the rural and peri-urban areas but also indirectly reduces urban fallow land through building development. This represents an immense challenge for food security, sanitation and poverty alleviation, especially as the food supply is still decreasing and the proportion of undernourished people living in this city is on the rise. With this increase in population, demands for farm produce equally increases. Part of the population is forced to depend on food aid and imports for since the countryside are not able to constantly supply this growing food need. There is therefore need for extra-cultivation to help close the gaps that exist between demand and supply. In apparent reaction to the increasing urban population, peripheral farming systems with their distinct characteristics have emerged and are assuming great importance in this sector.

As Rakodi commented in 1998, there is need for more efforts in research that focuses on peri-urban areas with a link to urban poverty. This study has some urban poverty relevance as it treats the socio economic impact of this activity. Several studies (Entieu 1982; Voufo 1984; Nyonta 1994; Dabou 1997; Mewiba 1997 and Amougou 1999) concluded that farming in and especially around towns in Cameroon are increasingly gaining significance. A situational analysis of peri-urban agriculture in the Yaounde-Nsimalen area may be a base to projects that can contribute to the improvement of the socio economic conditions of the farmers and understand its environmental impact. Based on the fact that this study is a situational analysis, data and information on the socio economic condition of farmers and the impact of their activity on the environment were collected using several research methods presented in the section on materials and methods. Administratively, the Mfoundi, Mefou and Afamba and the Mefou and Akono divisions covers the Yaounde-Nsimalen area with about 625 km<sup>2</sup>. The study area is delimited on figure 001.

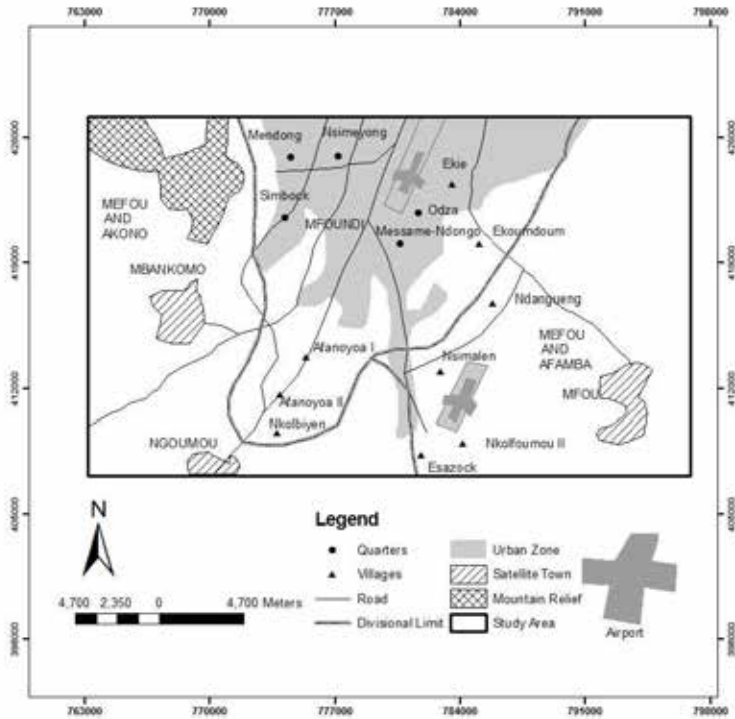


Fig. 001: The peri-urban zone of Yaounde-Nsimalen. Source: Field survey, 2009/2010.

## 2. Concept development. Peri-urban agriculture in urban agriculture: the way towards an agricultural urbanism

This study has as operational concept, peri-urban agriculture. Peri-urban agriculture is a part of urban agriculture. The link in both concepts is the fact that urban agriculture has as sub element, peri-urban agriculture. Mougeot, 1999 had a global consideration of these two concepts. Urban agriculture was considered by him as an industry located within (intra-urban) or on the fringe (peri-urban) of a town, an urban centre, a city or metropolis, which grows or raises, processes and distributes a diversity of food and non-food products, using mainly human and material resources, inputs and services found in and around that urban area and in turn supplying human and material resources, outputs and services largely to that urban area. Aspects like food crops production, livestock rearing and tree growing for fuel wood within the city and in the peri-urban areas identified by Mieri et al, 2009, Mougeot, 1994 and Chipo, 2004 were cited by Ndi, 2009.

Ndi, 2009 identifies the fact that authors have varied considerations on the meaning of urban agriculture but they all accept the fact that it is practice within open

spaces in the city and on the peri-urban zone. While intra urban agriculture takes place within the city, peri-urban agriculture takes place at the periphery, thus the term peri-urban agriculture for this study. Peri-urban agriculture has the specific characteristics in that it takes place in a specific zone, a zone where the urban meets the rural. Agriculture is a dominantly rural zone activity. There is nevertheless urban agriculture as presented above. But when it is practiced at the fringe, it is peri-urban agriculture.

It should be noted that there is a very large disparity in both the spatial zones covered and the types of crops cultivated from one country to another, from one urban area to another and even from one geographic zone to another. Urban agriculture is increasingly understood as key to guaranteeing food security, especially for the urban poor (Laquinta D. L. and Drescher A. W. 2000). The quantity and quality of crops cultivated is significant and feeds a good number of people. Peri-urban agriculture contributes therefore to the functioning of the urban area as an agricultural zone. Peri-urban agriculture is carried out for personal consumption and also for commercial purpose and is practiced in the peri-urban zones by both those living in the heart of the town and those living at the periphery.

The intensity and important role of peri-urban agriculture has led to its new vision, that of being fully integrated into urban planning and design. According to Boucher, 2009, the importance of peri-urban agriculture can today be recognized by its full insertion into urban planning. This brings to light the concept of agricultural urbanism which takes into account the activities link to agricultural production such as cultivation, transformation, transport, distribution and sales. This concept according to Boucher, 2009, conceives the insertion of the agricultural function fully on a territory; land for agriculture located in the urban or peri-urban area.

### 3. Materials and methods

Primary and secondary data were collected to attain the objectives of this study. Agriculture is a very sensitive activity especially today with the cry of food scarcity and the increase in the prices of farm produce and other basic necessities in most countries of the world. A review of existing secondary information especially in the Ministry of Agriculture and Rural Development provided an insight of the situation of agriculture in Cameroon and in the Centre region in particular. Statistics on agricultural production was collected from the Agriculture statistics service of the above ministry. Nevertheless there was a need for primary data and so an interview schedule was prepared as well as observation of farms for that purpose. This completed the data and information collection exercise. The questionnaire was administered to a total of 50 farmers in the study area, randomly selected from seven localities in the area (Esazock, Mendong, Ngoumou, Nsimalen, Mfou, Odza and Messame Ndong). These localities were chosen from the three divisions that make up the study area. Interviews were equally conducted in some markets in Yaounde but not necessarily within the confines of the study area. Interview schedule for the study was developed based on the study objectives. The administration of the questionnaire was done alongside field observations carried out mostly in the farming area. Field observation was a complement to the already collected secondary and primary data.

The framework for analysis adopted for this study is in line with those identified by Binns and Lynch, 1998 in studies of urban agriculture. It includes the nature and extent of agricultural activities, the actors involved, production and marketing as well as socio economic and environmental implications.

## Results

### 4. Peri-urban agriculture in the Yaounde-Nsimalen area: multiple crop types cultivated by farmers of diverse origin

Peri-urban agriculture intensified in the Yaounde – Nsimalen zone after the economic crises of 1986/87, (Minagri, 1999). This crisis was caused by a reduction in the prices of coffee and cocoa, which the country depended on for foreign earnings. As a result there was a drastic slash of civil servants' salaries. The socio economic situation dropped drastically in January 1994 when the CFA Francs was devaluated by 50%. In order to mitigate the effects of these crises, many urban dwellers sought for land to cultivate crops. Subsequently, the number of city dwellers who sought for land increased the intensification in the practice of agriculture in the peri-urban areas of Yaounde, particularly in the Yaounde-Nsimalen zone. In this zone, peri-urban agriculture involves the cultivation of maize, cassava, groundnuts, soya beans, tomatoes, conventional vegetables like cabbages, lettuce, huckleberry and celery and leafy vegetables like folong (*Amaranthus spp*). There is also the practice of poultry and fish farming, (Minagri, 1991) The Yaounde-Nsimalen farmers use by-products, poultry manure, saw mill waste, brewery refuse and household refuse for fertilizers. As a result people now specialise in the buying and selling of brewery wastes from Cameroon Brewery while others specialise in selling fowl droppings from poultries in the zone. The farmers come from diverse origins. An analysis of the origin of the farmers in the study area show that 62% of them do not originate from the regions where they farm. That is, they are not the indigenes of the area and they do not even live there. Table 2 shows the origin of farmers in this peri-urban area.

**Table 2: Origin of peri-urban farmers in the Yaounde-Nsimalen zone**

Villages	Number of locals	Percentage of locals	Number of non-locals	Percentage of non-locals	Total
Esazock	3	6	5	10	8
Mendong	3	6	3	6	6
Ngoumou	3	6	7	14	10
Nsimalen	4	8	6	12	10
Mfou	2	4	4	8	6
Odza	2	4	3	6	5
Messame-Ndongo	2	4	3	6	5
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>38</b>	<b>31</b>	<b>62</b>	<b>50</b>

Source: Field work, 2010.

From table 2, it is evident that 62% of farmers are non-indigenes of the zone where they farm. The table also shows that Ngoumou and Nsimalen have the highest percentages of non-indigene peri-urban farmers. This can be explained by the fact that Ngoumou, the headquarters of Mefou and Akono division, is inhabited by many non indigenes especially the civil servants who work there and are involve in this activity. The airport has attracted them to Nsimalen and they now carry out peri-urban agriculture permanently.

Different groups of people like the unemployed, retired and active civil servants carry out this activity. A majority of the farmers are either unemployed or retired workers while some are active civil servants. These civil servants are struggling to contribute to the feeding of their families while reducing the money spent on food crops. The farmers who are actively in a formal service go to their farms depending on where they stay as early as 6 am each morning. They go at times with their wives and children and have farms ranging from ½ to several hectares located away from their homes in Yaounde. They work for at least an hour before going to their formal job site. It should be noted that many civil servants in Cameroon go late to their offices. They acknowledge the fact that theirs farms are of great help to them. The farms have contributed to greatly reduce the expenditure they would have regularly incurred on such farm produce like maize, cassava, sweet potatoes and other food items. Several farmers also acknowledged going to their farms after returning from their job site at about 4 p.m. They also spend all of Saturday and Sundays for non Christians on the farm. From observation of those involved in agriculture activities in the study area, there is no sex, age or social discrimination. Involved in this activity are men, women, children, the employed, unemployed and retired workers. To begin this activity one needs acquire a piece of land either by inheritance (10%) renting (50%), buying (30%) or by free acquisition (10%) from a friend. Tools used to cultivate in this region depend a lot on the sizes of farms and includes cutlasses, hoes, watering cans, rakes and water pumps/pipes.

## 5. A high variation of farm parcels

The sizes of parcels vary from ½ to several hectares. This depends on the availability of land, the financial situation of farmers, the nature of the land inherited as well as the availability of a friend to give out the land for free exploitation. A high income farmer will easily rent more farmland than those who are of a low income. The land that is freely obtained is usually small, likewise that which is bought by farmers. In swampy areas where market gardening is practiced, there are small parcels of land occupied by many farmers. This is because swamps are favourable for such an activity. Often farmers with the largest parcels of land are indigenes. They usually acquire such large parcels of land through inheritance from their late parents. In peri-urban agriculture in this area the size of the land determines the type of labour force to be employed.

Family labour is generally used in this area. From field survey, 86% of farmers acknowledge the use of family members (children, sisters, brothers) to provide the necessary labour force needed.

There are also workers hired to provide labour force. Field survey show that 10% of the farmers use salaried labour. That is, they pay people to work in their farms. This

is usually the case with large proprietors who do not only concentrate on cultivation but also depend equally on the rearing of fowls and pigs. Examples of such labour force are used in the Ferme Zion at Nkolinda and farms/poulturies at Minken.

Farmers come together to work in their farm. This concerns just 4% of the farmers. This is usually organised by women's associations or amongst friends. In group labour, collective works are organised in turns from one group member's farm to another. Usually the work done per day is very encouraging and can take more time if done by a single person.

## **6. Peri-urban agricultural calendar: an all season activity for the household and for the market**

It is worth noting that peri-urban agriculture in this area depends on rainfall. Nevertheless the agricultural calendar is made up of two periods of cultivation. Crops are cultivated in the months of March and April and in August each year. It is because this area's rainy season is in two phases. Crops like cassava, plantains, coco yams and yams are cultivated once a year while market gardening produces are cultivated throughout the year. This is because it is practice in swampy/marshy areas. It is intensified in the dry season due to the absence of floods that often destroy farms in the rainy seasons.

About 60% of the harvests are destined for the market while the rest are for home consumption. Several farmers in the Nsimalen area affirmed the fact that they hardly go to the market to buy vegetables. Their farms provide enough vegetables throughout the year for their households needs". In the Yaounde-Nsimalen zone, vegetables like Folong (*Aramanthus spp*) cabbages, lettuce, celery, huckleberry and other crops like tomatoes, Soya beans are cultivated for the market and for household consumption. Agricultural activities in the Yaounde-Nsimalen area have been carried out for a very long time. The figure 002 gives an insight on the spatial evolution of agricultural activities on this peri-urban area of Yaounde.

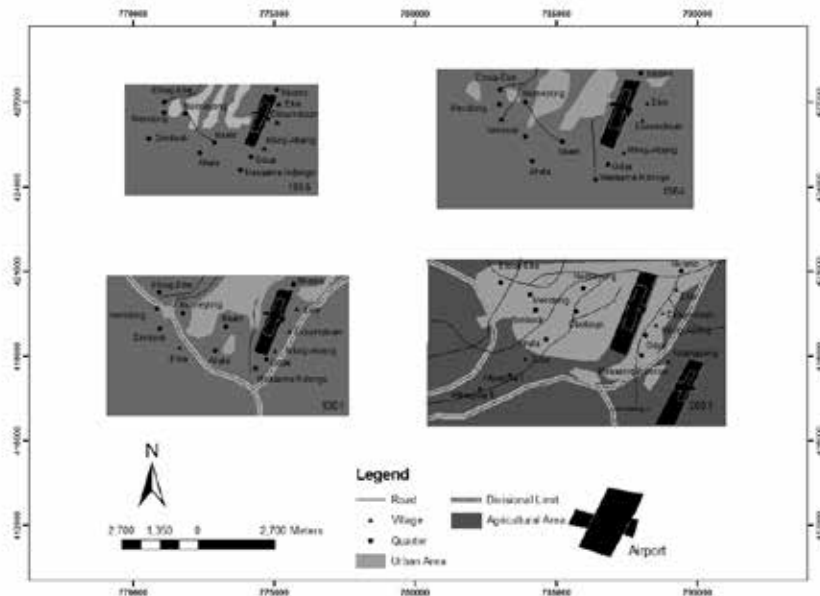


Fig. 002: Evolution of agricultural space exploitation in the Yaounde-Nsimalen area.

Source: Field survey, 2010.

The intensification of agricultural activities in the Yaounde Nsimalen peri-urban area has both a socio-economic and environmental impact.

## 7. Direct economic impacts of peri-urban agriculture in the Yaounde-Nsimalen area

Peri-urban agriculture contributes to supply the towns with food crops. It is located at the fringe and concerns several crop. Its location ensures easy access to services and markets, but it is also a source of pressure on resources while being a source of income to those involved in it.

### a) A source of employment

Up to the end of the 1980s, the scale and intensity of peri-urban agriculture practiced in the Yaounde-Nsimalen zone was mostly reserved for women. Agriculture was even looked upon by the people of Yaounde as an activity that was destined for the people of the countryside. However, at the beginning of the 1990s agricultural activities intensified in this area due to the economic crises and the fall in cocoa prices, which was the main cash crop cultivated in Cameroon. Presently in this area, agriculture constitutes the major activity for both men and women and especially the

unemployed. Due to unemployment, they are obliged to be in their farms on a constant basis. Farmers reside in Yaounde and work on their farms in the Nsimalen area almost on a daily basis. Those who are employed work in the morning, others in the evening and they all share Saturdays and Sundays depending on their faith. Field survey show that 66.7% of the women carry on farming on a permanent basis. Farming is their main activity. For the men, 75% do consider agriculture as their main activity. This is the only source of family income. They all consider their farms as their office without which their children will not be able to go to school, will not have any medical care and will not eat. All their entire life is base on the cultivation of corn, beans, cassava, which they sell directly in Mvog-Mbi market. At the end of the year, they realize individual savings of more than 500 000 FCFA. Those who are employed consider it as a support to their salary. They no more buy vegetables and other crops (or they buy just a small quantity).

In this region, self employment is not the only mode of employment. People are recruited elsewhere to work as labourers in farms. This is the case with Ferme Zion at Nkolnda with a combination of poultry farming and crop cultivation. The owner works alongside 4 men employed. These men depend entirely on this for a livelihood. At the poultry at Minken, there is a combination of pig, rabbit and fowl rearing with the cultivation of fruits such as pineapple and other crops like maize and beans. Vegetables and tomatoes are equally cultivated in this farm. The six young men who work here depend solely on the salary that is received at the end of every month. Some of these workers live in Yaounde and go to the farms daily. It is thus not only an employment but a good source of revenue.

## b) Source of revenue

Urban agriculture is an invaluable source of income for poor urban population, (Ndi, 2009). The profit that accrues from agricultural activities is a means of survival to those involved in it. Their revenue is not stable and fluctuates according to seasons. Nevertheless, the income from the sale of harvested produces is spent directly to purchase household needs, though it is very difficult to evaluate the real amount a farmer involved in peri-urban agriculture can earn per year. From the field survey conducted in the Yaounde-Nsimalen area, revenue approximations were gotten as shown on table 3.

**Table 3: Farmers revenue estimates in the Yaounde-Nsimalen peri-urban area**

Revenue estimates (in FCFA)	Number of farmers	Percentage
Less than 100 000	12	24
100 000 - 250 000	30	60
250 000 - 500 000	5	10
More than 500 000	3	6
<b>Total</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Source: Field work, 2011.



Analysing table 3, four categories of revenue earners in the Yaounde–Nsimalen area can be identified.

There are low revenue earners from agricultural activities. It is less than 100 000 FCFA per year. This is the case of those who produce crops to satisfy their family's consumption needs. They sell only in times of excess or when need arises. Twenty-four per cent of farmers are found in this category.

There are also average revenue earners from agricultural activities. Their revenue is situated between 100 000 – 250 000 FCFA and concerns 60% of the farmers. The average nature of this revenue is due to the fact that cultivation depends on rain and thus, not very remunerative. This is because much of the crops produced exist in the market at the same time bringing about low prices hence less income for farmers e.g. maize during the month of June and July.

There are also high revenue earners from agricultural activities. About 10% of the farmers belong to this category. They have annual revenue of 250 000 – 500 000 FCFA. The farmers in this category are those who practice market gardening and produce highly needed food crops such as leafy and conventional vegetables, spices, okra or maize that is cultivated in the dry season.

There are very high revenue earners from agricultural activities. In this category, there are just 6% of farmers. They constitute experienced market gardeners who are equally involved in rearing. Their annual revenue is more than 500 000 FCFA.

## **8. Indirect economic impacts of peri-urban agriculture in the Yaounde-Nsimalen area to other town dwellers**

Other town dwellers benefit indirectly from peri-urban agriculture activities in this area. They provide several services to complete the cultivation, transportation and marketing of farm produce. The most important are retailers and transporters.

### **a) Retailers: “buyam sellam” of the Yaounde-Nsimalen area**

Retailers are mostly town dwellers and commonly called “buyam sellam”. They serve as middle men between the farmers and the consumers. They thus play an intermediary role between producers and consumers. They buy from farmers and sell directly to consumers or sell to other retailers who finally sell to consumers. They buy in the area of production, that is, in the farm or are supplied in the market. About 60% of farmers affirm that some times all of their produce are sold to “buyam sellams” who buy in place.

Though it was very difficult to select those “buyam sellams” who buy their produce solely from the Yaounde–Nsimalen zone, many selected at random in the Mvog-Mbi, Acacia, Mfoundi and Melen markets in Yaounde town stated that they buy from the study area and that the buying and selling of farm produce is the only means of earning a living to them. Without the cultivation of these produce in the Yaounde–Nsimalen area, these men and women would not have enough to sell. The farm produce are transported to Yaounde town.

## b) Transporters: the bush taxis' contribution

Through peri-urban agriculture activity practiced in the Yaounde–Nsimalen zone, other indirect actors equally benefit. Such actors have an indirect source of revenue for their family upkeep. This is the case of the drivers of the bush taxis commonly called “opeps”. They transport the produce from the farms to the various markets and are paid. Without this activity, it would not be possible for them to earn a living. For example, to transport a farmer from Ngoumou to Mvog-Mbi market, the farmer is expected to pay 1100 FCFA as his fair and 300 FCFA for a bag of any harvested produce, (vegetables, maize, cassava, cassava paste, etc). The drivers affirmed that this is their sole activity and source of income for their families. The owners of such vehicles resident in towns like Ngoumou affirmed the socio economic importance of this activity to their families. Though the revenue varies during the year, they nevertheless can provide for their families.

## c) Service providers for fowl droppings

Another group of service providers do benefit from this activity. They are involved in the sale of manure that is used especially by the market gardeners. This manure is obtained essentially from fowl droppings in poultries (Ferme Zion and that at Minken). A bag is sold at 7000 FCFA. They buy and retail these produce to farmers. Retailing is done with the use of buckets ranging from 5 litres to 10 and 15 litres. These service providers have the sole right to collect fowl droppings from the Ferme Zion at Nkolnda and that at Nloevoe which they then sell to the farmers.

## 9. Introduction of new crops and change in living standards

The town dwellers who are farmers in the Yaounde–Nsimalen zone do not only depend on the cultivation and sale of food crops. There has been a continuous involvement in the cultivation of what were formerly considered as urban crops. A study carried out by the National Institute of cartography in 2005 showed that a good number of new crops have been introduced in this zone during the last ten years. These crops were brought in by 30 of the 100 households farming in the zone. They are mostly fruits such as pineapples, guavas, paw-paw, and palm nuts, market gardening produce as soya beans, tomatoes, watermelon and okra. The proportion of each new crop introduced is shown on Figure 003.

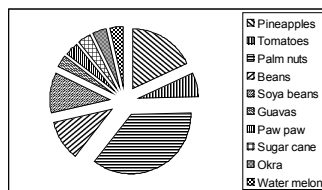


Fig. 003: Proportion of new crops introduced in the peri-urban area of Yaounde-Nsimalen.

Source: INC, 2005.

In the Yaounde-Nsimalen area much attention is paid to products that are easily sold both in Yaounde and in other local markets. With this, the families of the farmers have a steady income and this is reflected by an increase in the number of children sent to school, increase in medical care for families and diversification of family dishes.

In effect, the living conditions of Yaounde town dwellers who are farmers in the Yaounde-Nsimalen area have been improved due to the constant source of income that is gained from the sale of agricultural produce, cultivated in place. The intensification of this activity has also an environmental impact.

## **10. Environmental impacts of peri-urban agriculture in the Yaounde-Nsimalen area**

Though peri-urban agriculture is a source income to all those who are involved in it, it is equally a source of pressure on the environment in the area where it is practiced. Several environmental effects were identified in this area.

### **a) Reduction in forest cover**

The Yaounde–Nsimalen area was originally covered by the dense humid semi-deciduous forest of the Guinea-Congo type (INC, 2005). Cocoa was planted amongst trees found around houses. With the economic crisis of the 1980s and the fall in cocoa prices, many people involved themselves in food crops cultivation. With this, new parcels of land were sought for and this was done to the detriment of forest since it was cleared to have this land. Clearing is mostly done with the use of cutlasses and fire and in some areas, chain saws. With an increasing population both in the rural and urban areas (Yaounde) there is an increase demand for farm produce, and so more land is needed. This land can only be gotten through the clearing of forest. Forest is not only cleared for cultivation but equally for the building of houses and roads as well as forest logging. From the peri-urban zones to rural zones, there is a gradual move from degraded forest or bare surfaces to less degraded forests or patches of dense forest.

### **b) Animal species extinction**

With forest destruction, several animals are no more found in the Yaounde–Nsimalen area. The people of the area affirmed that there were chimpanzees and gorillas in this area, but today none can be found. This is due to the continuous peri-urban agricultural activity and proximity of this region to the political capital, Yaounde. The fauna now in this region is essentially constituted of rodents and small reptiles (snakes, lizards).

### **c) Soil degradation**

Though soil tillage is indispensable for food crops cultivation, it affects the soil of the Yaounde–Nsimalen area. This is aggravated by the intensity of this activity which is increasing every year due to increased demand for food crops that are cultivated in this

region. The farmers use the popular slash and burn method. This leads to the exhaustion of soil nutrients, (Amougou, 1999). This exhaustion of soil nutrients is equally accelerated by continuous cultivation since farming is done all year round. With the passage of time, yields become low and so new areas are colonised, still to the detriment of the forest. The superficial materials of the abandoned areas are washed away by agents of erosion (especially rain water) since the soil has been loosened up by the tillage. Most of this material is deposited in the surrounding low lands and swamps.

#### **d) Disappearance of marshy lands**

Swampy zones that are usually considered as part of the private domain of the state are ecological zones with unique characteristics. In the Yaounde–Nsimalen area as well as elsewhere in the capital city, there is a gradual occupation up of marshy zones. This land is taken up for the practice of market gardening. In the Yaounde–Nsimalen area, swamps and valleys at all periods of the year are seen to be green. This is because of the continuous cultivation of perishable produce that have a ready market in Yaounde. This area has witnessed the cultivation of several types of vegetables and other food crops. Since these produce need constant water and swampy zones having just that, they serve as the best sites for their cultivation. As the produce fetches a ready income, there is almost no swamp in the Yaounde–Nsimalen area that has not been occupied. This is nevertheless against the law since it is state land and thus no activity is supposed to be practiced therein. Not only is the peri-urban agriculture colonising swamps, it has been noticed that building of houses is equally playing a remarkable role in the reduction of swamps in the Yaounde–Nsimalen area. Just like on the slopes, rainwater usually washes the soil and the material is deposited in these swamps thus filling up of the latter. If these activities continue at its present rhythm, swampy lands in the Yaounde–Nsimalen area will all disappear in the near future causing an ecological loss. There is need for action by the administration, NGOs and the local population to remedy this situation.

### **Conclusion: the need for peri-urban agriculture urbanism**

The result of this study on the analysis of the socio economic and environmental impacts of peri-urban-agriculture by Yaounde town dwellers in the Yaounde–Nsimalen area is very revealing. Town dwellers who are farmers are involved in crop production as well as others like retailers, transporters and truck pushers, all of them benefiting economically from this activity. It has also been observed that it changes the living standards of the families of the farmers. However, this activity has its negative effects on the environment. These negative effects or impacts to the environment that have been noticed in the Yaounde–Nsimalen zone include the reduction in the forest cover, the disappearance in animals species, the disappearance of swamps and soil degradation. With this, there is need for a better management of this area and therefore the support project on the development of the Yaounde–Nsimalen area is of prime importance. This should open the way for an integration of peri-urban agricultural activities in this and other areas in the urban development plans.

## Bibliographic references

- Amougou, J. E. (1999), Péri urbanisation et dégradation de l'environnement. Le cas des marges septentrional de Yaounde. Maîtrise dissertation, Department of Geography, FALSS, University of Yaounde, p. 123.
- Baumgartner, B. and Belevi, H. (2001), A systematic overview of urban agriculture in developing countries. SANDEC (Department of Water and Sanitation in Developing Countries). Available at [www.sandec.ch/Urban Agriculture/documents/general/syst\\_overv\\_on\\_ua\\_in\\_dc\\_report\\_san092001.pdf](http://www.sandec.ch/Urban_Agriculture/documents/general/syst_overv_on_ua_in_dc_report_san092001.pdf). Access 26<sup>th</sup> May 2012.
- Binns, T. and Lynch, K. (1998), Feeding Africa's growing cities into the 21<sup>st</sup> century; the potential of urban agriculture. In *Journal of international development*, 10, pp. 777-793.
- Boucher, I. (2009), D'agriculture urbaine a urbanisme agricole; une participation au développement durable, une contribution a la production alimentaire. Document de veille. In la revue de l'ordre des urbaniste de Quebec, numéro d'été. Copie PDF, p. 7.
- Dabou, E. (1997), L'agriculture dans l'arrondissement de Bafang: impacts environnementaux. Dissertation, Department of Geography, E.N.S, University of Yaounde I, p. 112.
- Entieu, C. (1982), La colonisation agricole périphérique en pays Bamiléké. Le cas de la vallée du Nkam au sud du Kekem. Maîtrise dissertation, Department of Geography, FALSS University of Yaounde, p. 98.
- FAO (2007), Profitability and sustainability of urban and peri-urban agriculture. Agricultural management, marketing and finance occasional paper. N.º 19. Rome, p. 108.
- Iaquinta, D. L. and Drescher, A. W. (2000), Defining Peri urban: Understanding Rural-Urban Linkages and Their Connection to Institutional Contexts,<sup>7</sup> David L.; presented at the Tenth World Congress, International Rural Sociology Association, Rio.
- INC (2005), Projet Appui a l'aménagement de la zone péri-urbaine de Yaounde-Nsimalen, p. 232.
- Kana, C. (1997), Evolution des paysages sur les reliefs résiduels de la périphérie sud-ouest de Yaounde. Maîtrise dissertation. FALSS, Department of Geography, University of Yaounde I, p. 145.
- Kana E. C., B.M. Takem Mbi & Kaffo C. (2010), Urban sprawl and land insecurity in the southern zone of Yaoundé, Cameroon. In Nkankeu F. & Christopher B. R. (Eds.). *Multidisciplinary analysis of land conflicts and their socio-economic-political impacts in Cameroon*. Vol. 43, N.º 2 (August 2010). Montreal: University of Montreal, Department of Geography, pp. 95-109. ISBN: 978-2-921903-04-2.
- Mewiba A. (1997), L'agriculture intra urbaine à Yaounde: le cas du quartier Mendong; Dissertation, Department of Geography, E.N.S, University of Yaounde I, p. 131.
- Minader (2005), Document de stratégie de développement du secteur rural (DSDSR) Actualisation 2005, Minader, Volume I, Diagnostic, p. 159.
- \_\_\_\_\_(2006), Stratégie de développement du secteur rural, synthèse du volet agriculture et développement rural, p. 99.

- \_\_\_\_ (2008), *Annuaire des statistiques du secteur agricole, campagnes 2007/2008*, p. 103.
- \_\_\_\_ (2010), *Annuaire des statistiques du secteur agricole, campagnes et 2009/2010*, p. 81.
- Minagri (1991), *Our rural world and the economic crisis*. p. 75.
- \_\_\_\_ (1999), *Politique agricole, nouveau défis*. p. 64.
- Minefib (2003), *Cameroun, guide économique*. p. 93.
- Minepat/Bucrep (2010), *Troisième recensement générale de la population et de l'habitat: la population du Cameroun en 2010*, Yaounde, p. 67.
- Mougeot, L. J. A. (1999), *For self-reliant cities: urban food production in a globalizing South*. In M. Koc, R. MacRae, L. J. A. Mougeot & J. Welsh, eds. *For hunger-proof cities: sustainable urban food systems*, Ottawa, IDRC, pp. 11-25.
- Ndi N. H. (2009), *Population growth and urban agriculture in Yaounde*, In *Journal of applied social sciences*, Vol. 8, N.º 1 and 2, pp. 60-74.
- Nyonta, E. (1994), *L'agriculture intra urbaine à Yaounde: L'exemple de la vallée de Nkinda*; Dissertation E.N.S. Department of Geography, University of Yaounde I, p. 110.
- Rakodi, C. (1998), "Review of the Poverty Relevance of the Peri-urban Interface Production System Research", Report for the DFID Natural resources Systems Research Programme, 2<sup>nd</sup> Draft, p. 98.
- Sabine, G. (2006), *A synthesis of urban and peri-urban agriculture research commissioned by the MRRS programme, 1995-2006*. Edinburgh, p. 16.
- Smit, J. et al. (1996), *Urban agriculture: food, jobs and sustainable cities*. Publication series for Habitat II, New York: UNDP, p. 79.
- Spricigo, G. and Filippi E. E. (2007), *Periurban spaces and urban agriculture: concepts in development and case studies*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) - São Leopoldo - RS - Brasil, p. 15.
- Thornton, A. (2008), *Beyond the metropolis: small town case studies of urban and aeri-urban Agriculture in South Africa*. Springer Science + Business Media B.V. Urban Forum, DOI 10.1007/s12132-008-9036-7, p. 20.
- UNDP (1999), *Etude socio économique régionales du Cameroun. Eradication de la pauvreté - amélioration des données sociales*. Province du Centre, p. 110.
- UNDP (1999), *Etude socio économique régionales du Cameroun. Eradication de la pauvreté - amélioration des données sociales*. Cadrage National, p. 312.
- Voufo, D. (1984), *Elevage et maraîchage dans la ville de Yaounde' Maîtrise dissertation*, Department of Geography, FALSS, University of Yaounde I, p. 88.

# Beijing in the 'land of opportunity': assessing the Sino-African partnership

Paulo Duarte\*

P. 157-167

## Introduction

In this article we will analyze the various aspects of the Chinese presence<sup>1</sup> in Africa. Why this topic? It should be noted that the emergence of a world power (we focus, for this purpose, on the case of China) requires access to a range of resources and services, without which its rise would hardly be possible in the chessboard of world power. China needs - to be able to domestically operate its huge economic and industrial growth - to have access to a wide range of raw materials and energy resources, which it does not have. In addition to suppliers, the Middle Kingdom also needs partners and consumers that may absorb the Chinese production of goods and services, but also Chinese soft power. In fact, as Joseph Nye (2004) points out, a state is powerful not only due to its military power but also because of its ability to influence the decisions of another. In fact, a country will find much less resistance to legitimize its power over other actors if its ideas and culture are well received by them. Thus, the soft power<sup>2</sup> approach is based on a peaceful, indirect, subtle, more or less discrete solution, within the scope of the appeal of ideas; in the ability to persuade rather than win.

That said, the African continent, due to its dimensions, abundance in energy resources and raw materials, but also due to the sympathy that many political regimes manifest towards the ideas of the Beijing Consensus<sup>3</sup>, occupies, unquestionably, a privileged place in the strategy of consolidation and assertiveness of China's great power in the world.

Much has been written and said about the Chinese presence in Africa, but much remains unsaid. Aware of this hiatus, this article seeks to address the other side,

---

\* **PhD student in International Relations at ISCSIP, Lisbon.** Researcher at Instituto do Oriente in Lisbon. His research focuses on China's presence in Central Asia, energy security, Great Powers' competition for access to oil and gas in Central Asia, among other issues.

- 1 It is important to distinguish between China's official strategy in Africa and what can be considered as a series of non-coordinated activities happening at the same time in the African arena, and which are carried out by agents from one nation state (i.e. China). Although this article aims to explore the main features of China's official strategy in Africa, one must take into account that the latter is often entangled with other Chinese actors' interests and objectives, which makes it often difficult to specify 'who did what, and with which consequences'.
- 2 Soft power is a term developed by Joseph Nye (2004, p. 6), which means "the ability of a state to get what it wants by the attractiveness of its culture, its ideas, its domestic policy and diplomacy". However, one must be very careful not to confuse soft power with influence. Although similar, 'soft power' is not restricted to the meaning of influence.
- 3 Contrary to the 'Washington Consensus', which holds that economic development results from the combination of economic, political and financial liberalization and the respect for human rights, the 'Beijing Consensus' focuses mainly on "innovation and growth through a market driven economy, without insisting on the need to adopt a democratic regime" (Tremblay, 2007).

perhaps less known, of a partnership between Africans and Chinese, which accuses tensions and problems of various kinds. Besides, this article aims to describe China's attempt to isolate Taiwan politically in the African continent.<sup>4</sup>

By addressing the several topics aforementioned, this article will try to demonstrate that China's African strategy is a multidimensional strategy, composed of several factors (economic, political, military - in which soft and hard power are also included) that contribute to underline the importance of Africa to China and vice versa.

## Chinese presence in Africa: the contours of a partnership

As Serge Michel noted, "a growing country that is looking for markets and influence meets a continent rich in resources but with a lack of investors" (Michel, 2008, p. 39). It is not surprising, therefore, that Africa appears as a good option in the eyes of Chinese leaders. Moreover, according to Terence McNamee (2012), it is worth mentioning that "despite the obvious drawbacks, life in Africa still makes economic sense for Chinese traders, at least for now, as research suggests that traders in Africa are making about three times what they might theoretically earn in China".

In turn, the African continent seems to have every interest in diversifying cooperation with other regions throughout the world (Jaffrelot, 2008). As the African continent is the world's poorest continent with the largest number of developing countries, it is seeking allies to improve its own disastrous economic conditions. Most of its 53 states have frequently been hampered by instability, corruption, huge national debt, violence, and authoritarianism. Besides, the rates at which epidemics and diseases are spreading throughout the continent are the world's highest (Christensen, 2010, p. 15). This catastrophic situation and the need to overcome chronic underdevelopment have forced African leaders to seek new strategic partnerships to boost the continent's economic performance. In this endeavor, El Alami (2008, p. 3) notes that "the rancor that prevails towards the occidental powers, especially the former European colonial Empires, leaves China as untainted baggage in Africa", which makes the latter "the partner of choice for many of the African states".

Currently, we have witnessed a remarkable and rapid conquest of Africa by China, which surprises the West (mainly Europeans and Americans), which used to consider the African continent more like a "charity case", than "an investment opportunity" (Michel, 2008, p. 40). As Tanguy Struye (2010, p. 15) states "the continent is also at the heart of an increasingly aggressive game of influence and, quite often, to the detriment of African countries themselves". According to this author, "the African chessboard has become a real game of Go<sup>5</sup>, considering that every great power strives to gain a foothold there, including China" (Struye, 2010, p. 15).

4 According to Evan Medeiros (2006, p. 127), one of China's Top 4 Africa long-standing objectives consists in "reducing Taiwan's 'international space' and the ability of others to confer status and legitimacy on Taiwan". Likewise, as Greg Pollock (2007, p. 69) outlines, "in addition to its resource wealth, China is attracted to Africa because it represents an opportunity to deepen Taiwan's diplomatic isolation".

5 According to D. Lai (2004, p. 7) "In many ways, the game of go resembles the Chinese way of war and diplomacy". The game of go (in which two players compete for territories) has its origin in China about 4,000 years ago and is the oldest board game in the world. As Lai mentions (2004, p. 7) "the original Chinese name of this game is called weiqi; literally, encircling territory, an essential component of a nation state".



## The economic issues

The figures witness the strength of trade between China and Africa: from 2000 to 2007, trade volume increased from 10 to 70 trillion dollars, with China becoming, in 2007, Africa's second largest trading partner, after the United States. According to estimates, China is currently Africa's biggest trade partner: "Sino-African trade has increased at an annual rate of 43.5 per cent; in 2011, bilateral trade soared to \$160 billion" (McNamee, 2012, p. 10). In addition, in 2011, "more than two thousand Chinese companies invested \$13 billion on the continent" (Qingmin and Wei, 2012, p. 27).

Among the sectors in which the Chinese are investing more in Africa, black gold is the main issue. The African continent provides about a third of the oil consumed by China because the large Chinese companies (CNPC, CNOOC and SINOPEC) are well represented there (Christensen, 2010). In addition to the contracts, production and exploration agreements concluded between Beijing and the African oil producers, it is certainly important to emphasize the construction of a 1500 km pipeline in Sudan. As a result of Beijing's Initiative, whose energy needs continue to grow, this pipeline carries oil from southern Sudan to the port of Marsa al-Bashair (on the bank of the Red Sea). If the diversification of energy partners is an essential factor for a rising power, it is mostly the way Beijing pays some of its State suppliers which arouses the indignation of the Western powers (Dent, 2011). If we think of the specific case of Sudan - rogue state - the international community is concerned with the fact that in exchange for imported oil, China "sells weapons (mainly combat aircrafts), to the Khartoum regime and defends it in the United Nations Security Council" (Struye, 2010, p. 16).

As stated by Valerie Niquet (2006, p. 5), "China has become, since 2004, the second largest importer of African oil after the USA and before Japan". In addition to the importance of countries such as Sudan, Angola and Nigeria (the largest oil exporters to China), we note that Gabon and Equatorial Guinea are also, increasingly privileged places in the Chinese offensive in Africa, especially in relation to the production of black gold. But it should be stressed that the Chinese companies operating in Africa "have, compared to the presence of domestic companies, a relatively small market share (less than 10%)", acting "in a partially independent way" and being "in competition, as other companies are, to gain market share" (Struye, 2010, p. 17).

In addition to investment in oil and gas, China's African strategy is highly concentrated in the exploitation of raw materials and minerals extremely necessary for its growth.<sup>6</sup> Uranium, gold, iron, phosphate, lead, cobalt, copper, bauxite, cotton, are, among others, some of the materials that China can find in Africa. Some African countries are obviously more endowed than others in these areas (Christensen, 2010). That is why China strives to judiciously diversify its sources and partnerships in a continent so vast and rich in natural resources. For instance, 85% of the imported cobalt from the Middle Kingdom comes from the Democratic Republic of Congo, and almost all of Zimbabwe's tobacco production is exported to China, which has 350 million smokers (Jornal de Notícias, 2009).

6 It has been estimated that Africa holds 40% of the world's hydro-electric power supply potential, the bulk of the world's diamonds and chromium, 30% of uranium, 50% of the world's gold, 90% of its phosphates, 40% of its platinum, 7.5% of its coal, 8% of its known petroleum reserves, 12% of its natural gas, 3% of its iron ore, 64% of world's manganese, 13% of its copper, much of its bauxite, nickel, and lead deposits (Antwi-Danso, 2011).

Why can the Chinese presence in Africa be seen as ‘win-win’ for both partners? According to Serge Michel, China gains access to raw materials which are, in essence, the basis for the great economic revolution that the country is experiencing today. On the other hand, Africa takes advantage of the Chinese interest in the natural wealth of the continent to improve and/or create infrastructures, such as roads, schools and railways which it sorely needs (Dent, 2011). This means that the Chinese have the tools, the technology, the ability to mobilize thousands of workers as well as the “opportunity to achieve a leading position in Africa and to deeply transform the continent” (Michel, 2008, p. 41). The Chinese seem to actually harvest the potential to succeed where others had not been effective before.

Among the traditional sectors where Chinese cooperation is felt in Africa, let us stress the building of great infrastructures – such as football stadiums, sports complexes, cement works, buildings, hotels, Palaces of Culture and of the Senate, National Assemblies, housing, roads, railways<sup>7</sup>, air terminals, airports, ports, dams, power stations, and even an experimental nuclear reactor, and also (albeit to a less extent) civil aviation.<sup>8</sup>As regards academic cooperation “if Chinese teachers are not present in Africa, several Africans undertake their studies in China, especially in medicine, training that is quite popular in the majority of hospitals in Africa” (Tchunte, 2005).With respect to agriculture and fisheries, these encompass, for example, the creation of industrial fishing companies and others specialized in wood-processing.<sup>9</sup>Among the leading sectors, finance, telecommunication and tourism were the most popular sectors for Chinese investment. Chinese investments in telecommunications are quite enlightening. One example of 2011 is the introduction of the first service in Africa, in August 2011, that allows customers to make deposits in Yuan and withdraw Yuan from the tellers by a branch of the Bank of China in Lusaka, Zambia. Chinese telecommunication companies, for their part, have continued to be attracted by high telecommunication fees for Africans, lack of efficient telecom equipment and infrastructure for a better telecom network coverage in rural areas and 520 million mobile phone subscribers in Africa (Dent, 2011, p. 5). Telecommunication arguably also fits to another strategic policy goal: the 12th five-year plan that encourages Chinese companies to create their own innovative brands (Dent, 2011, p. 5).

Besides , it is interesting to note, on the other hand, that there is an increasing number of homes equipped with DVD players, color televisions, computers and hi-fi equipment, given that Chinese products arrive at a lower cost to local markets. To conclude, we can also mention that China “establishes special economic zones”; that “several initiatives are born in Chinese provinces and municipalities”<sup>10</sup>, that “the *Import-Export Bank of China* provides concessional loans”, and that “China also provides significant financial support” to African countries (Struye, 2010, p. 20).

7 It is worth mentioning in this regard that China finances, for instance, a 1300km railway line, which connects the East to the West of Angola.

8 For example, it is worth noting that China has provided Zimbabwe with civil transport aircraft (model Xinzhou 60, built in Xian).

9 Fifty per cent of the fishing vessels registered in Sierra Leone is Chinese. Furthermore, China consumes 96% of the raw African wood that is exported to Asia.

10 The Guangdong province, for example, signed contracts with the region of Katanga soon after L. Kabila came to power. Other examples include Nigeria and Angola (see in this respect...).

11 These are loans that are not subject to the conditions traditionally required by commercial banks and other creditors in terms of guarantees (see Alden, 2008).

## The reactions in Africa: from enthusiasm to suspicion

There is an increasing number of visits at a ministerial and presidential level among Chinese leaders and leaders of several African countries. Although President Hu Jintao, during the speech he delivered on 16 February 2009 in Dar es Salaam, has ensured that China “will be a good brother and a good partner (of Africa) forever”, recent experiences have shown some tensions (Alden, 2008). Of course, even if African governments are able to benefit from the fact that Chinese competition breaks the monopoly of the former colonizers and that, “compared with Americans and Europeans, Beijing does not concern itself with ‘internal affairs’ (good governance, human rights, democracy...)”, feelings in Africa oscillate, however, between enthusiasm and distrust (Cheru and Cyril, 2010, p. 14).

In fact, as noted by Serge Michel “China is currently experiencing the same obstacles which the Westerners had to face for a long time” (Michel, 2008, p. 41). What are they? The social instability, the serious problem of corruption that undermines politics, the economy and society, and lack of interest of the population, mixed with its resistance to Beijing’s projects in the region. The Chinese are seen as foreigners who take jobs from local people, or that present negligent behavior towards the rights of African workers who are subordinated to them. In this regard, we note that “in the past, there have been tensions between Chinese and African countries, mainly in Senegal, Zambia and South Africa” (Brooks, 2010, p. 118). An anti-China feeling has been growing: “from Congo to Angola, taxi drivers, street vendors and even Africans who work with the Chinese criticize such an invasion” (Brooks, 2010, p. 120). But they are also seen as responsible for loss of profit of a local trade unable to challenge the Chinese competition. As T. Struye (2010, p. 23) notes, “Chinese companies are accused of flooding local markets with counterfeit or poor quality products, especially in the field of textile and mopeds, thereby causing harm to the companies of the continent”. Their presence has sparked outbreaks of xenophobic violence, led to increased competition with local businesses and prompted calls for tougher regulation and government intervention (Brooks, 2010). However, as McNamee (2012, p. 4) highlights, “Chinese traders have also afforded millions of African consumers the opportunity to purchase a range of goods for the first time; (...) whilst debate over their impact on Africa’s development escalates, they have remained a largely unknown newcomer, scarcely understood and rarely examined”. As Zhu (2010, p. 43) stresses, “resentments also starting to brew over some Chinese business practices in Africa”: for instance, “in August 2009, prosecutors in Namibia were investigating whether a Chinese company may have won a railroad-building contract through bribery”.

For all these reasons, Jean Servant raises a pertinent issue. The author questions whether “the Chinese model of *win-win* (for Africa and China) does not eventually prove to be a new form of neocolonialism disguised as the illusions of a South-South development” (Servant, 2005). Anyway, the author expresses concern with regard to the limits of Asia’s direct competition (ranging, for example, from textiles to steel) on the African economy. The case of South Africa (the first African partner of China) is quite symptomatic. According to Mbeki, (from the University of Witwatersrand,

Johannesburg), South Africa must cope simultaneously with a “desirable collaboration and a terrible threat given that in exchange for raw materials that we sell to the Chinese, we buy manufactured products from them” (Struye, 2011, p. 12). This has meant that from 24 million dollars in 1992, Pretoria’s trade deficit with Beijing exceeded 400 million dollars in 2005 (Alden, 2008).

In almost all of Africa dissatisfaction and criticism against the Chinese presence has been increasing. Although China has promised to be a ‘good brother’ in its partnership with Africa, the African trade unions (in Dakar or in Lesotho, for example) threaten to boycott the sales of Chinese products that contribute to the growth of unemployment. The complaints manifest themselves, among other ways, through murder and/or kidnapping of Chinese that work in Africa.<sup>12</sup> Without neglecting the complaints put forward by the Africans, J. Hellstrom (2009, p. 19) believes that such violence “is partly explained by the fact that Chinese companies have been inclined to take bigger risks than their Western counterparts and even looking for business opportunities in locations left vacant by others”.

Furthermore, many of the contracts signed with Beijing are canceled or cannot even get signed. But it also happens that African leaders announce spectacular contracts with Beijing just “to scare the Western partners and, thus, encourage them to make higher bids” (Davis and Jonathan, 2010, p. 3). It is also worth noting that “many Chinese contracts are accompanied by a requirement that 70% of the work be accomplished by Chinese workers (usually prisoners or conscripts), who practically live in closed camps, which reduces interaction and, therefore, trade with local people” (Davis and Jonathan, 2010, p. 5). However, there are also environmental issues that we must not overlook. In fact, Africa has been witnessing a repetition of very similar problems to those that occur frequently in China: deforestation, contamination of land and water, lack of respect for the environment, resulting from a search for unbridled productivity.

## **The other side of the partnership: the invisible strategy of China in Africa**

In addition to economic issues, the ‘Beijing Consensus’ imposes itself smoothly: China boasts itself of presenting an alternative to the ‘Washington Consensus’ (Jaffrelot, 2008, pp. 224-226). But if China does not subject its partnership with Africa to any imposition on democracy and human rights, it strives, however, to persuade the African countries not to recognize Taiwan as an independent state.<sup>13</sup> Curtailing Taiwan’s diplomatic influence was not a high priority on China’s Africa policy agenda until the early 1990s, when the competition between Beijing and Taipei to win diplomatic recognition from individual countries escalated drastically. The

<sup>12</sup> For instance, “in January 2007 five Chinese telecommunications workers were kidnapped by unidentified gunmen in Nigeria’s southern Rivers State. Though they were eventually released unharmed two weeks later, the incident rang a safety alarm bell for tens of thousands of other Chinese workers and business people in Africa” (Zhu, 2010, p. 43).

<sup>13</sup> According to G. Pollock (2007, p. 57), “to restrain African countries from recognizing Taiwan as the legitimate representative of China, Beijing built large-scale infrastructure projects for several African countries, many of which the West had previously refused to support, including soccer stadiums, government ministries, and railways”.

official “China’s African Policy” *White Paper* issued in January 2006 is clear about this issue: “The one-China principle is the political foundation for the establishment and development of China’s relations with African countries and regional organizations”.<sup>14</sup>

It is not surprising, therefore, that in 1998 South Africa recognized the People’s Republic of China, severing diplomatic ties with Taiwan (although maintaining close trade ties with the island). Likewise, Liberia and Senegal restored their diplomatic relations with China recently. In general, we see that the strategy of China in diplomatically marginalizing Taipei in the African continent has worked well so far. In fact, “currently only six countries (of a total of 53) - of which Chad is the most important, and with which, exceptionally, China has developed informal relationships due to its potential in terms of energy reserves - still recognize Taiwan diplomatically” (Niquet, 2006, p. 1).

The African continent is also a useful piece with respect to the United Nations issue. African countries represent, by themselves, more than a third of the members of the United Nations, which means therefore that the African votes have an extraordinary importance for the People’s Republic of China. In fact, we have been witnessing a “real diplomatic battle between Beijing and Tokyo, with Africa as scenario” (Niquet, 2006, p. 2). As an example, Beijing is striving to gain the support of African countries at the United Nations concerning the definition of exclusive economic zones (an issue that puts it in conflict with Tokyo in the China Sea) (Lafarge, 2005). In turn, as stated by Pierre-Antoine Braud (2005, p. 1), China offers a “*package* of diplomatic, military and economic support to African regimes which are not seen in a positive light by the international community due to internal conflicts or bad governance”. In this context, V. Niquet mentions that “China makes use of its dual status as a developing country and a great power able to influence the major strategic directions of world politics - the example of resolution 1567 on Darfur, adopted in 2004, but strongly ‘sweetened’ thanks to China, is a good example” (Niquet, 2006, p. 2).

All this diplomatic, tactical, subtle and invisible game falls entirely within the sphere of *soft power*. Moreover, if China does not seek hegemony, this does not mean however that Beijing would not hesitate in using the economic (resources, energy) and political potential (African votes at the UN) of the African countries in its favor.<sup>15</sup> The famous words of Deng Xiaoping, key to Chinese success, is still applicable (to the African Partnership): “Observe calmly, ensure our position, manage our business with a cool head, hide our capabilities and await our turn, let us keep a low profile and never claim leadership”<sup>16</sup>. To this approach, we must obviously add the indirect strategy of the game of *Go*: “Success is not achieved all at once, it results from a multiplicity of actions with different objectives; victory does not translate into an unchallenged domination, rather it is in an advantageous sharing of the territory” (Struye, 2011, p. 17).

14 Official Chinese government White Paper on China’s African Policy, 12 January 2006, Accessed 3 June 2012, [http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content\\_156490.htm](http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content_156490.htm).

15 D. Lai provides the reader with an example of how the Game of Go can be used as a metaphor to refer to some of China’s intentions in Africa. According to Lai (2004, p. 11), “during the 1960s, China made much effort to solicit African support for its quest to become a member of the United Nations (African countries formed a large voting block at the UN General Assembly); One of the Chinese efforts was to build sports stadiums in many African countries”.

16 Annual Report to Congress. Military Power of the People’s Republic of China (2007): Chapter Two - Understanding China’s Strategy. Accessed 26 June 2011.<<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2007/2007-prc-military-power02.htm>>.

Besides the issue of Taiwan (whose claims of independence are known), or the issue of Japan and India (who aspire to the category of permanent members of the Security Council of the United Nations), China's African policy covers another important dimension. According to V. Niquet (1996, p. 4), it involves, in fact, "the attempt to circumvent or weaken Western powers, primarily the United States and its partners, in all circumstances where the interests of Beijing are at risk". It involves, moreover, the resurrection of the 'South-South dialogue' "advocated by China with regard to the Third World, which dates back to the 1960s. The Middle Kingdom seeks to, thus, maintain its status of spokesperson for developing countries, as can be inferred from the White Paper on China's policy for Africa: "China is working to establish and develop a new type of strategic partnership characterized by equality and mutual trust in terms of politics and *win-win* cooperation in the economic sphere" (Niquet, 2006, p. 2). In practice, this is expressed by the multiplication of high level visits, the intensification of trade, the assistance to rogue states, and the defense of the role of Africa in the international arena. The idea of maintaining a constructive dialogue with Africa is, for example, visible through the *Forum on China-Africa Cooperation* (FOCAC), which is organized every three years (Cheru and Cyril, 2010).

Moreover, the fact that Beijing committed, in the last forum (in 2006), to creating a development fund for Africa and to forgive African debt of 1.4 billion dollars, attest to the vigor of its soft power, as well as the importance China attaches to its partnership with Africa. In this context, the significance that the *Beijing Action Plan* (2007-2009) has for both sides (China and Africa) is undeniable, since it highlights the methods, as well as the consultation and cooperation levels (economic, legal, regional and sub-regional organizations, education, infrastructure development, relations between peoples, health... ) (King, 2010).

It is also worth mentioning here the importance of the Forum for Economic and Trade Cooperation between China and Portuguese-Speaking Countries (PSCs), with its headquarters in Macao. With the objective of promoting trade and investment and implement common projects in various domains between China and PSCs, the Forum for Economic and Trade Cooperation was created by the Chinese government in 2003. In a context in which Beijing is building an impressive presence in the lusophone world, this Forum is bringing China tremendous economic and diplomatic gains.<sup>17</sup> Since the inception of the Forum, two-way investment between China and the Portuguese-speaking countries has rapidly expanded. By the end of 2009, Portuguese-speaking countries had set up over 700 companies in China with a total investment of more than \$500 million (Antwi-Danso, 2011, p. 18). In his speech at the opening ceremony (November 13, 2010) of the Third Ministerial Conference of the Forum, Wen Jiabao, admitted that "the ever-growing investment between the two sides has brought us the applicable technologies that we each need, supported our economic development and improved the lives of the people" (Antwi-Danso, 2011, p. 19). Chinese Premier W. Jiabao also stated that "this Forum has served as an important platform and bond for mutually beneficial and advantageous cooperation between the two sides; it has given full play to Macao's unique advantage as a bridge between the two sides and boosted our

<sup>17</sup> Forum on China-Africa Cooperation.(n.d.)Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China. Accessed 7 June 2012. <<http://www.fmprc.gov.cn/zllt/eng/>>.

exchanges and cooperation with a focus on economy and trade; cooperation between the two sides has gradually extended from economy and trade to education, culture and other fields” (Loro, 2012, p. 4). Other examples of soft power are present, in particular, via the existing Confucius institutes in Africa, as well as through courses in Mandarin, increasingly organized by African universities through scholarships awarded to African students for them to undertake their studies in China.<sup>18</sup> In addition, “more than 130 000 Chinese are currently living in Africa, mainly in Zimbabwe, Nigeria, Angola and the Republic of Guinea”, and it is also worth mentioning that “direct air links were established between Angola and the People’s Republic of China, as well as between Zimbabwe and China” (Niquet, 2006, p. 1).

Alongside this soft power (independent of any political condition, as aforementioned), it is also important to talk about hard power. How does it manifest itself in the case of the Sino-African partnership? We can observe that economic issues have enabled Beijing to become a major arms supplier to Africa. China has signed agreements to supply military equipment to several African countries and opened, on the other hand, munitions and armaments factories (Servant, 2005). The “relative lack of competition” explains that China may make use of African order to “test a material that remains rudimentary” (Niquet, 2006, p. 3). Beijing offers its training planes ‘K8’, helicopters, light artillery, armored vehicles, military trucks, uniforms, communication equipment, speedboats, air defense batteries... But the Middle Kingdom offers, on the other hand, military training programs in China, or locally, in Africa, resorting for this purpose to Chinese instructors (Van Hoeymissen, 2010).

Such military cooperation is based around sensitive issues such as organized crime, terrorism, drug trafficking, intelligence, light arms... It is also important to mention the growing contribution of the Chinese army to peacekeeping operations (even if, indeed, Beijing is still very hesitant regarding the need to take sides), which take place primarily on African soil (Van Hoeymissen, 2010). For example, China sent troops to Sudan (UNMIS<sup>19</sup>), to Western Sahara (MINURSO<sup>20</sup>), to the Ivory Coast (UNOCI<sup>21</sup>), to Ethiopia-Eritrea (UNMEE<sup>22</sup>), Liberia (UNMIL<sup>23</sup>) and the Democratic Republic of Congo (MONUC<sup>24</sup>). However, it would be dangerous to see in this an unselfish or disinterested attitude, since, as already mentioned, Africa is an ‘invisible’ battlefield in which China seeks to marginalize Taiwan and politically weaken the candidature of India and Japan to the United Nations Security Council (as permanent members) (Struye, 2010).

<sup>18</sup> It should be noted that China is currently the country with the largest diplomatic mission in Africa (diplomats, consulates, embassies).

<sup>19</sup> UNMIS: *United Nations Missions in Sudan*.

<sup>20</sup> MINURSO: *United Nations Mission for the Referendum in Western Sahara*.

<sup>21</sup> UNOCI: *United Nations Operation in Côte d’Ivoire*.

<sup>22</sup> UNMEE: *United Nations Mission in Ethiopia and Eritrea*.

<sup>23</sup> UNMIL: *United Nations Mission in Liberia*.

<sup>24</sup> United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo or MONUSCO (previously known as United Nations Mission in the Democratic Republic of Congo or MONUC, from the French: *Mission de l’Organisation des Nations Unies en République démocratique du Congo*).

## Bibliographic references

- Alden, Christopher (2008), *China in Africa*, London: Zed Books.
- Alessi, Christopher and Hanson, Stephanie (2012), *Expanding China-Africa Oil Ties*, Council on Foreign Relations.
- Annual Report. *China Africa Relations* (2011), The Center for Chinese Studies Annual Report. Stellenbosch. South Africa.
- Annual Report to Congress (2007), *Military Power of the People's Republic of China: Chapter Two - Understanding China's Strategy*. Accessed 26 June 2011. <<http://www.globalsecurity.org/military/library/report/2007/2007-prc-military-power02.htm>>.
- Antwi-Danso, Vladimir (2011), *Sino-Africa Relations: The Myth and Reality, the Conjectures and the Refutations*, Legon Centre for International Affairs and Diplomacy, pp. 1-20.
- Braud, Pierre (2005), *La Chine en Afrique, anatomie d'une nouvelle stratégie chinoise. Analysis*, pp. 1-7. Accessed 26 jun. 2011, <<http://www.iss.europa.eu/uploads/media/analy124.pdf>>.
- Brooks, Andrew (2010), *Spinning and Weaving Discontent: Labour Relations and the Production of Meaning at Zambia-China Mulungushi Textiles*, *Journal of Southern African Studies*, n.º 36, pp. 113-132.
- Cheru, Fantu and Cyril Obi (2010), *The Rise of China and India in Africa*, London: Zed Books.
- Christensen, Vibe (2010), *China in Africa: A Macroeconomic Perspective*, *Center for Global Development Working Paper*, n.º 230, pp. 1-28. Accessed 5 June 2012, [www.cgdev.org/content/publications/detail/1424567](http://www.cgdev.org/content/publications/detail/1424567).
- Dent, Christopher (2011), *China and Africa Development Relations*, London: Routledge
- El Alami, Faycal (2008), *Chinese Policy in Africa: Stakes, Strategy and Implications*, U.S. Army War College.
- Forum on China-Africa Cooperation. (n.d.) *Ministry of Foreign Affairs, the People's Republic of China*. Accessed 7 June 2012. <<http://www.fmprc.gov.cn/zflt/eng/>>.
- Hellström, Jerker (2009), *China's emerging role in Africa. A strategic overview*. Stockholm: FOI Asia Security Studies.
- IPCS 2009 Special Report, *The Dragon on Safari: China's Africa Policy*. Institute of Peace and Conflict Studies, n.º 86.
- Jaffrelot, Christophe (2008), *L'Enjeu Mondial: Les pays émergents*, Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- King, Kenneth (2010), *China's Higher Education and Training Cooperation with Africa: Context, Character, Coherence and Commitment*, *China Monitor* (October), pp. 4-8.
- Quem não fumar, é multado, (2009, 4 de Maio), *Jornal de Notícias*, Accessed 22 jul. 2011. <[http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content\\_id=1221377](http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1221377)>.
- Lafarge, François (2005), *La Chine et l'Afrique, Perspectives Chinoises*, n.º 90, pp. 5-16.
- Lai, David (2004), *Learning from the Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept*, *Shi, Strategic Studies Institute*.
- Loro, Horta (2012), *The Macau Forum: a Chinese diplomatic success*, *East Asia Forum*. Accessed 14 June 2012. <<http://www.eastasiaforum.org/2012/03/09/the-macau-forum-a-chinese-diplomatic-success>>.



- Medeiros, Evan (2006), *The Africa Dimension in China's Foreign Policy, Presentation at the FLAD-IPRI Conference on "Strategy and Security in Southern Africa"*. Rand Corporation. Lisbon. October.
- McNamee, Terence *et al.* (2012), *Africa in their words*, Discussion Paper 2012, The Brenthurst Foundation.
- Michel, Serge (2008), *When China met Africa, Foreign Policy*. n.º 166, pp. 38-46.
- Mingers, John (2001), *Combining IS Research Methods: Towards a Pluralist Methodology in Information Systems Research*. University of Warwick, n.º 12, pp. 240-259.
- Niquet, Valérie (2006), *La stratégie africaine de la Chine, Politique étrangère*, 2, pp. 1-10. Accessed 22 July 2011, <[http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/o805\\_LastrategieafricainedelaChinedeValerieNiquet.pdf](http://www.diplomatie.gouv.fr/fr/IMG/pdf/o805_LastrategieafricainedelaChinedeValerieNiquet.pdf)>.
- Niquet, Valérie (1996), *Profit and Prejudice: China in Africa, China News Analysis*, n.º 1574, pp. 1-10.
- Nye, Joseph (2004), *Soft Power – The means to success in World Politics*, New York: Public Affairs.
- Official Chinese government White Paper on *China's African Policy*, 12 January 2006, Accessed 3 June 2012, [http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content\\_156490.htm](http://www.gov.cn/misc/2006-01/12/content_156490.htm).
- Pollock, Greg (2007), *Back to the Future: Understanding China's Return to Africa and its Implications for U.S. Policy, Journal of Public and International Affairs*, n.º 18, pp. 55-79.
- Qingmin Zhang and Wei Song (2012), *China's policy toward Africa: a Chinese perspective, The Newsletter*, n.º 60.
- Servant, Jean (2005), *La Chine à l'assaut du marché africain. Le Monde Diplomatique*. Accessed 4 February 2011, <<http://www.monde-diplomatique.fr/2005/05/SERVANT/12218>>.
- Struye, Tanguy (2011), *La Chine et le soft power: une manière de défendre l'intérêt national de manière douce?* Chaire InBev Baillet – Latour Programme Union Européenne – Chine. Université Catholique de Louvain, Louvain, Belgique.
- Struye, Tanguy (2010), *Offensive chinoise en Afrique*. Chaire InBev Baillet – Latour Programme Union Européenne – Chine. Université Catholique de Louvain, Louvain, Belgique.
- Tchouane, David (2005), *Chine et Afrique: mariage de raison ou mariage de cœur? Agora Vox*. Accessed 4 March 2011, <[http://www.agoravox.fr/article.php3?id\\_article=4443](http://www.agoravox.fr/article.php3?id_article=4443)>.
- Tremblay, Mathiew (2007), *L'émergence du soft power chinois, Plateforme québécoise de journalisme citoyen*, Accessed 7 June 2012, <<http://www.centpapiers.com/lemergence-du-soft-power-chinois/799/>>.
- Van Hoeymissen, Sara (2010), *China's Support to Africa's Regional Security Architecture: Helping Africa to Settle Conflicts and Keep the Peace? China Monitor*, n.º 11, pp. 10-14.
- Zhu, Zhiqun (2010), *China's New Diplomacy: Rationale, Strategies and Significance*, New York: Ashgate.

# A nova Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique\*

Eduardo Medeiros

p. 168-170

Depois da Independência em 1975, no âmbito de vários acordos de cooperação e de desenvolvimento de projectos agro-pecuários, muitos chineses chegaram a Moçambique, particularmente nos últimos quinze anos. São técnicos superiores, médios e simples trabalhadores da China moderna, das mais variadas regiões e idiomas, tendo o mandarim como língua oficial. Ora, em Moçambique havia e há ainda «sino-moçambicanos» da época colonial que ali permaneceram como cidadãos locais (ou como portugueses ou dupla nacionalidade), todos com uma origem cantonesa e na maioria já mestiços de vários cruzamentos. Na época colonial tinha havido um forte movimento associativo chinês na Beira e em Lourenço Marques, o qual tenho vindo a estudar. Com a Independência, essas associações foram encerradas incluindo os locais de culto e as escolas. Mas no dia 25 de Junho de 1988, o governo moçambicano, em plena guerra civil, resolveu devolver os edifícios de culto e de educação às comunidades hindu, moametana e cristãs. Alguns «sino-moçambicanos», e destaco o Jorge Fung, com quem debati o problema, envolveram a Embaixada da China no assunto, que acabou por receber uma carta datada de 06/02/91 da Direcção dos Assuntos Religiosos dando conhecimento da possibilidade de devolução do Pagode Chinês. Iniciam-se desde logo os primeiros procedimentos, e, em primeiro lugar, a constituição de uma pró-associação da comunidade. O problema principal estava na transferência da Escola de Artes Visuais que, depois da Independência, tinha ocupado as instalações da Associação Escola Pagode Chinês, na avenida Fernão de Magalhães, n.º 83. Com o tempo esse problema acabou por ser resolvido, e a nova *Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique*, cujo presidente é Luís Wong, recuperou finalmente o edifício na avenida Fernão de Magalhães que começou a restaurar e ali se instalou a nova associação. Os edifícios da confraria *Chee Kung Tong* na avenida Josina Machel, em Maputo, e no Chaimite, na Beira (vulgo *Clube Chinês*), por não se tratar de escolas nem lugares de culto não foram devolvidos.

De 1858 a 1975 situa-se o grande período da imigração chinesa de artífices e comerciantes para Moçambique, todos originários da província de Cantão. Devido aos contextos políticos e sociais na China e na colónia, vários processos mestiços, identitários e de recomposições identitárias percorreram as duas comunidades, a da Beira e a de Lourenço Marques. A partir da Independência, devido a fenómenos diaspóricos e à chegada de outros imigrantes, novos processos estão em curso. Mas pela sua associação, a presença «sino-moçambicana» parece ser uma realidade.

\* Esta notícia sobre a Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique sintetiza a investigação de E. Medeiros sobre o assunto, de que brevemente a *Africana Studia* publicará novos resultados.



Para quem estiver interessado, aí vão algumas referências sobre os meus escritos relativos àquelas duas comunidades:

### Publicações

- 1998** – Medeiros, Eduardo – Formação e desagregação das comunidades de origem chinesa nas cidades moçambicanas da Beira e Lourenço Marques, in *Actas do Seminário Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas*. Lisboa, CNCDP, 1998, pp. 297-314 (4 fotografias a preto e branco) [O Seminário *Moçambique: Navegações, Comércio e Técnicas* realizou-se em Maputo nos dias 25 a 28 de Novembro de 1996].
- 1998** – «O Clube Chinês da Beira (Moçambique), 1923-1975», in: *Revista Macau*, II.<sup>a</sup> Série, n.º 73, Maio de 1998, em Macau, pp. 26-32.
- 1999** – «Contribution of the mozambican diaspora in the development of cultural identities on the Indian Ocean Islands», in: *The African Diaspora in the Indian Ocean* (Shihan de S. Jayasuriya and Richard Pankhurst, eds.). London, AWP, Inc, 2001, pp. 53-78.
- 2001** – «Contribuição da diáspora moçambicana para a formação das identidades culturais nas ilhas do Oceano Índico», in: *TRAVESSIAS (Actas do VI.º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais)*, vol. II, Rio de Janeiro, 2002.

- 2003** – Medeiros, Eduardo - «A historiografia Moçambicana e a questão étnica», in: *Novas Relações com África: Que perspectivas?* Coord. e Prefácio de Isabel de Castro Henriques. Lisboa, Vulgata, 2003, pp. 85-93, Col. Tempos e Espaços Africanos. [Actas do III Congresso de Estudos Africanos no Mundo Ibérico. Lisboa, 11 a 13 de Dezembro de 2001].
- 2003** – Medeiros, Eduardo - *Gazeta da Comunidade Chinesa de Moçambique, 1858-1974/75*, n.º 1 e n.º 2.
- 2004** – Medeiros, Eduardo - *Gazeta da Comunidade Chinesa de Moçambique, 1858-1974/75*, n.º 3.
- 2006** – «De “coolies” a empresários de sucesso. A trajectória dos sino-asiáticos no sistema de exploração colonial em Moçambique», in *Trabalho Forçado Africano. Experiências Coloniais Comparadas*, (Org.) Elvira Meã, José Capela, e Maciel Santos. Porto, Campo das Letras, 2006, pp. 469-522. Actas II.º Encontro Internacional “Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas”, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, organizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, em 2005 [ceaup@letras.up.pt].
- 2007** – «Os sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens Várias», in: *Cadernos de Estudos Africanos*, (do Centro de Estudos Africanos, ISCTE, Lisboa), n.º 13/14, Julho/Dezembro 2007, pp. 155-187.
- 2007** – «Las comunidades chinas de Mozambique, 1858-1975», in *Nova África* (Publicación del Centre D’Estudis Africans), n.º 20, Enero 2007, pp. 27-57.
- 2012** – «As comunidades sino-moçambicanas no último quartel da presença colonial», in *Outros da Colonização. Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Cláudia Castelo, Omar Ribeiro Thomaz, Sebastião Nascimento, Teresa Cruz e Silva (orgs.). Lisboa, ICS, 2012: (Cap. 3, pp. 71- 100).

Handwritten Arabic calligraphy in a dense, overlapping style, likely a form of Rika script. The text is written in black ink on a light background, with some words appearing to be 'بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ' (In the name of Allah, the Most Gracious, the Most Merciful).

**Notas de Leitura**

Handwritten Arabic calligraphy in a dense, overlapping style, likely a form of Rika script. The text is written in black ink on a light background, with some words appearing to be 'بِسْمِ اللَّهِ الرَّحْمَنِ الرَّحِيمِ' (In the name of Allah, the Most Gracious, the Most Merciful).

Handwritten Arabic text in a dense, overlapping script, likely a form of shorthand or a highly stylized calligraphic style. The text is written in black ink on a light background and is oriented vertically, reading from top to bottom. The characters are highly stylized and interconnected, making it difficult to decipher without specialized knowledge of the script. The overall appearance is that of a dense, continuous flow of text, possibly representing a specific dialect or a highly abbreviated form of a language.

# Derrière la façade

René Pélissier

P. 173-193

## Généralités et regroupements de plusieurs pays

Nous ne savons pas si l'ouvrage luxueux qui ouvre cette chronique aura tous les lecteurs qu'il mérite, mais c'est incontestablement le plus important du lot, tant par la forme que par le fond. Si nous avons bien compris les intentions de ses promoteurs (la Fondation Calouste Gulbenkian), il s'agissait de dresser un inventaire global de tout ce que les Portugais ont bâti (au sens premier du terme) sur trois continents (Afrique, Amérique, Asie), au cours des siècles, c'est-à-dire depuis le début de l'expansion jusqu'à la fin de la colonisation (1975). Le projet s'intitule **Património de origem portuguesa no Mundo** et le terme de patrimoine est suffisamment vague pour englober l'architecture militaire, religieuse, économique, ludique, officielle et privée (si elle offre un intérêt historique ou artistique validé par des dizaines d'experts). Partie sur la base d'une ambition planétaire d'une envergure aussi démesurée, il est évident qu'on ne pouvait conduire l'affaire à bon port qu'au prix d'un investissement très lourd. Plusieurs volumes étaient nécessaires. Celui que nous présentons ici – nous ne connaissons pas les autres – alterne les pages illustratives ou de présentation historique, et celles qui sont plus descriptives (souvent en colonnes doubles) pour donner un relevé généralement détaillé – souvent confié à un architecte – de plusieurs centaines de bâtiments ou de ruines encore visibles. Cela va parfois très loin dans les découvertes minutieuses. N'étant pas spécialiste de l'Afrique du Nord, c'est ainsi que nous avouons notre heureuse surprise de voir que, pour le Maroc (80 pages), les auteurs trouvent 26 sites, ventilés pour les plus notables en: 1.º) architecture militaire; 2.º) architecture religieuse; 3.º) équipements et infrastructure, et parfois 4.º) habitations. Les articles sont signés et comportent une bibliographie plus ou moins fouillée.

La révélation fondamentale pour nous provient malgré tout du golfe Persique et de la mer Rouge avec 34 sites dont nous n'avions entendu parler que de cinq. Nous sommes évidemment un peu mieux informé de ce qui est visible au Cap-Vert (y compris le camp de concentration de Tarrafal). Pour la Guinée-Bissau, sauf erreur, les dizaines de casernes construites pendant la guerre coloniale récente ont été jugées indignes d'entrer dans le patrimoine. Probablement, leur valeur esthétique était douteuse et leur charge émotionnelle se limitait-elle aux anciens combattants. On ne va pas disséquer dans le détail la section angolaise (pp. 375-493) et encore moins la

<sup>1</sup> Mattoso, José, Cunha, Mafalda Soares da et Matias, Maria Fernanda (directeurs et coordinatrice du projet global); Barata, Filipe Themudo et Fernandes, José Manuel (coordinateurs du volume) (2010), **Património de origem portuguesa no Mundo. Arquitetura e urbanismo. Vol. África, Mar Vermelho, Golfo Pérsico**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 655 p. (24,5 x 30,5 cm), cartes couleur, centaines d'illustrations noir et blanc et couleur.

mozambicaine (pp. 497-591). Cette dernière est bien moins complète que l'angolaise dans laquelle nous aurions pourtant bien voulu trouver une image de São José de Encoje dont nous avons peine à croire que l'enceinte de la forteresse a totalement disparu dans la jungle. Ses murs nous avaient paru d'une épaisseur suffisante pour résister aux éléphants les plus teigneux (cf. René Pélissier, *Explorar. Voyages en Angola et autres lieux incertains*, et *Le naufrage des caravelles*, Orgeval, Editions Pélissier, 1979 et 1978). Nous en avons même publié un cliché pris en 1966 illustrant la couverture d'un de nos livres. De même, les anciens de la Baía dos Tigres auraient probablement été heureux de voir une photo de ce qu'est devenu leur habitat dans la colonie piscicole que leurs pères avaient créée. Pareillement, les installations de captage des eaux du Cunene, précisément à la Foz do Cunene, qui leur étaient nécessaires, auraient mérité elles aussi de s'inscrire dans un sous-article réservé à l'infrastructure. Après tout, la colonisation portugaise n'a pas eu si souvent à s'affronter aux déserts d'Afrique, et quelques postes récents dans le Namib avaient toute leur place dans ce livre, même si rien n'y était grandiose.

La curiosité est une qualité – un vice à la rigueur – pour un historien insatiable, et maintenant que des «tour operators» namibiens conduisent leurs clients dans des safaris photographiques au Sud-Ouest angolais, sans se déplacer, en fouillant un peu, on doit trouver des illustrations de ce qui subsiste de ce front pionnier portugais dont le souvenir est encore vivace dans les associations de certains *retornados*. Même chose pour documenter ce qui reste du ou des petits fortins portugais au sud de Madagascar (l'ex-Fort-Dauphin). Plus rien de visible à Annobón? Probablement. Mais au Rio Muni, au Gabon, au Congo-Brazzaville? Après tout, dans les années 1870-1880, il y avait des maisons commerciales portugaises sur le littoral du Congo, bien au nord de l'enclave du Cabinda. Construites en bois ou en fer ont-elles été avalées par l'extension de Pointe-Noire?

Il reste que dans un inventaire d'un aussi riche héritage, il manquera toujours quelque chose. Ce que le volume présente ici est donc la somme de ce qui est facilement accessible depuis Lisbonne car étudié plus ou moins en profondeur. C'est déjà énorme et l'on peut se demander si les héritiers seront à la hauteur des fondateurs. Ont-ils même conscience de l'ampleur des efforts nécessaires pour maintenir la valeur de l'héritage, ne serait-ce que sur le plan des rentrées de devises apportées par un tourisme culturel intelligent?

Dans l'archipel des urgences et des pauvretés criantes, l'île de la mémoire est rarement la plus rentable par les temps que nous traversons. Ce volume est en somme une sorte de *roteiro* ou de guide nautique pour une navigation des plus confortables. C'est une approche de l'Histoire qui devrait plaire à plusieurs types de lecteurs et, dans son genre, c'est une réussite indéniable.

Comme certains peuples ayant eu une longue histoire qui n'a pas toujours été un long fleuve tranquille, les Portugais aiment les centenaires. Et nous nous demandons même si l'on ne prépare pas déjà les commémorations de 1415, crise ou pas. Restons avec celles plus modestes et plus ambiguës de 1910. **A Primeira República e as Colónias portuguesas**<sup>2</sup> s'inscrit dans un ensemble éditorial qui a donné à quelques historiens l'occasion de résumer des travaux antérieurs ou de rafraîchir la mémoire de leurs lecteurs. On n'attend pas d'eux sur un tel sujet et en quelques pages

2 Sardica, José Miguel (org.) (2010), *A Primeira República e as Colónias portuguesas*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa (CEPCEP), 187 p., photos noir et blanc et couleur.



qu'ils apportent des faits véritablement nouveaux. Au mieux, ils peuvent présenter des angles d'attaque inhabituels et des interprétations marquées au sceau de leurs opinions politiques. Cette édition soignée contient huit textes portant notamment sur l'historiographie coloniale, le national-impérialisme des Républicains, l'occupation de l'Afrique colonisée, la diplomatie face aux convoitises étrangères, l'administration «scientifique», l'économie impériale, l'Église sous les tropiques, les paradoxes, la stratégie et la pratique coloniale des Républicains.

Ce sont des synthèses utiles (sauf une vraiment sous-informée) destinées à un public non spécialisé. Certaines détruisent quelques mythes persistants sur la Première République. En fait, on peut dire qu'elle a consolidé l'œuvre coloniale de la Monarchie en adaptant ou oubliant ses convictions ou intentions, face aux dures réalités, et sans réussir à modifier fondamentalement les choses: manque d'argent, d'émigrants, instabilité gouvernementale, «hérédité» militaro-colonialiste de la pensée, etc. Tout cela l'a emporté sur les grands sentiments pseudo-égalitaristes affichés en 1910. L'iconographie est souvent inédite et bien choisie.

Qui douterait de la persistance avant et après 1910 des maux dont souffrait la colonisation en Afrique (pas seulement celle imposée par les Portugais) doit lire **Chocolate Islands**<sup>3</sup>. Ce livre ne peut cependant revendiquer un bouleversement de l'historiographie luso-africaine puisque depuis quelques années une poignée d'historiens anglo-américains et même portugais tapent à bras raccourcis sur la même enclume: le scandale d'un système équivalant à maintenir une sorte de traite négrière entre l'Angola et São Tomé et Príncipe. Les acteurs sont les mêmes: de riches planteurs dans les deux îles, leurs travailleurs venus d'Angola – pratiquement des esclaves capturés ou vendus par des négriers blancs, métis et noirs –, une administration coloniale corrompue, quelques activistes britanniques vociférant, des autorités métropolitaines impuissantes ou fermant les yeux car l'archipel connaît un boom économique (il est le seul dans cette situation), une firme de chocolatiers quakers en Grande-Bretagne, accusée de mettre sa morale dans sa poche pour s'enrichir sur le dos des esclaves, etc. On peut, pourtant, reconnaître à la République la décision d'avoir réussi à imposer (partiellement) le rapatriement des survivants, sans trop se soucier d'ailleurs de savoir ce qu'ils allaient devenir, arrivés à Benguela.

L'auteure focalise son travail sur la personnalité et les activités du magnat de la confiserie Cadbury et surtout de son agent-enquêteur, Joseph Burt, dont elle livre une biographie bien nécessaire. L'essentiel de l'originalité de l'ouvrage est donc consacré aux voyages des deux hommes dans une Afrique «grise» qui n'arrive pas à admettre que le temps de la «traite des nègres» est devenu illicite. Et nous sommes au début du XX<sup>e</sup> siècle. Ce n'est certes pas un chapitre glorieux, mais la duplicité des uns et des autres s'accommodera fort bien ensuite de sérieuses entorses à la législation. L'alliance luso-britannique valait plus que la virginité de quelques tablettes de chocolat. Comme aujourd'hui, qu'il y ait ou non pas mal de sang sur les diamants des femmes du monde n'ayant jamais terni leur éclat, c'est «Business as usual». Au petit-déjeuner ou dans les soirées mondaines.

On pénètre ensuite dans un autre champ de la douleur en abordant superficiellement une catégorie para-littéraire qui devient proliférante depuis le début des

3 Higgs, Catherine (2012), **Chocolate Islands. Cocoa, Slavery, and Colonial Africa**, Athens (Ohio), Ohio University Press, XV-230 p., photos noir et blanc.

années 1980-1990 au Portugal: la guerre coloniale et les épanchements de ceux qui l'ont faite et veulent laisser leur trace écrite. Même pour un observateur basé au Portugal, il est devenu impossible de rassembler la *totalité* de ce qui se publie sur ce thème. La diffusion de ces livres étant aléatoire, pour ne pas dire médiocre ou inexistante, à l'exception de quelques privilégiés qui ont réussi à se faire éditer par des professionnels sérieux, le gros de la production est confié à de simili éditeurs, des conseillers éditoriaux, des imprimeurs, des services culturels provinciaux, des fondations obscures, des municipalités, des associations d'anciens combattants, des libraires improvisés, etc. Le plus souvent ce sont les auteurs eux-mêmes qui se chargent de vendre ou de donner leurs livres. Or, ils ne savent pas ou ne veulent pas se faire connaître, comptant sur leurs camarades, leurs amis et leurs parents proches pour écouler quelques dizaines ou centaines d'exemplaires. La plupart ne sont pas repérables dans le catalogue d'une grande librairie électronique. Les pires sont ceux qui adoptent un pseudonyme et se dispensent d'indiquer noir sur blanc la moindre adresse où l'on pourrait commander leur production. Introuvables dans les plus grandes bibliothèques portugaises, ce sont des fantômes de la littérature de guerre. On ne saura qu'ils ont existé que cinquante ans après leur mort, lorsque leurs proses feront de timides (ou massives pour les invendus) apparitions chez les *alfarrabistas*.

Tout cela est symptomatique d'un manque de confiance ou d'un amateurisme déplorable et il n'est pas étonnant qu'une infime minorité de ces titres soient dans les catalogues des bibliothèques étrangères, alors que ce sont – pour certains seulement – des pierres précieuses lorsque l'on voudra sérieusement reconstruire dans le détail la phase finale de la colonisation portugaise en Afrique (et accessoirement en Orient).

Donc, faisons dans cette chronique avec ce que l'on a pu provisoirement et en quelques mois seulement – et non sans mal – déceler d'émergent dans une mer dont on ne connaît pas l'étendue. Commençons par une petite base bibliographique<sup>4</sup> compilée par Manuel Barão da Cunha. En 27 pages, il ne peut aller bien haut. Il recense 397 titres – y compris quelques *separatas* et articles, ce qui est à proscrire si l'on veut ne pas être vite submergé – sur la décolonisation et la révolution de 1974, et même un peu avant puisque l'on trouve une entrée de 1956. A proprement parler, de livres concernant l'Angola nous n'en trouvons que 90 environ, 78 sur la Guinée et 43 sur le Mozambique. Personnellement, avec toutes nos lacunes, nous en possédons déjà plus de 110-120 consacrés à la guerre coloniale en Guinée, vue des deux côtés. Il nous paraît donc urgent qu'un/e étudiant/e en bibliothéconomie ou histoire africaine/ou contemporaine, rédige une thèse de *mestrado* exigeante, consacrée à *tout* ce qui s'est publié *en livre* sur le thème de la guerre coloniale. Une bibliographie critique, rédigée selon les règles de l'art, devrait l'occuper à plein temps pendant au moins un an, rien qu'avec la production en portugais (PALOP inclus).

#### **Combatentes de Oliveira na Guerra Colonial. Tombaram mas não caíram<sup>5</sup>.**

Beau sous-titre. Le contenu? Une cinquantaine de témoignages recueillis pendant deux ans par Adelino Gomes auprès d'anciens combattants d'un tout petit village, ce qui montre déjà l'intensité de la ponction opérée pendant près de quinze ans. Le texte est divisé géographiquement: Índia, Angola, Mozambique, Guinée (les sacrifiés), Cap-

<sup>4</sup> Cunha, Manuel Barão da (coord.) (2010), *Bibliografia sobre o fim do Império*, Linda-a-Velha, DG Edições, 27 p.

<sup>5</sup> Gomes, Adelino & Bastos, Sandra (2011), *Combatentes de Oliveira na Guerra Colonial. Tombaram mas não caíram*, Porto, Culture Print, 235 p., illustrations noir et blanc.

Vert (les favorisés), Macao (*Idem*), Timor. Chacun y va de ses souvenirs. En général, ils ne sont pas chaleureux. D'un point de vue historiographique – mais on ne fait jamais la guerre pour le confort des futurs historiens –, il y a peu d'enseignements à en retirer sur le plan opérationnel. De même, les pertes sont outrageusement majorées dans ces réminiscences. Si un statisticien oisif et vicieux prenait la peine d'additionner tous les morts comptabilisés par les anciens soldats de toutes les guerres et les comparait avec les dénombrements officiels, il remarquerait une vertigineuse inflation à mesure que les mémoires vieillissent. Ce qui ne veut pas dire que nous ayons une confiance absolue dans les chiffres fournis par les états-majors. En fait, à notre connaissance, personne n'a encore pu dire avec certitude combien de métropolitains ont été envoyés soldats en Afrique (dans les trois armes) entre 1960 et 1975. Ni combien y sont morts, ni combien y ont été blessés ou en ont été évacués malades. Les militaires de carrière ont, eux aussi, des mémoires sélectives (surtout dans les bureaux tranquilles de Lisbonne en temps de paix).

Vient ensuite une trilogie chez un même éditeur qui, victime d'une homonymie parfaite avec un autre éditeur peu sérieux, nous avait donné une image déplorable mais fausse. **Memórias do Oriente. Índia, Timor e Moçambique**<sup>6</sup>, ainsi que les deux titres qui suivent immédiatement, est le fait d'un officier de carrière. L'importance de son récit est qu'il est l'un des rares à décrire l'invasion indienne à Diu, seule *praça* où la résistance portugaise ne fut pas symbolique (pp. 57-64) (décembre 1961). La détention dans un camp de prisonniers indien est déjà plus classique. Il effectuera ensuite une commission à Timor (1964-1966) à Lospalos (alors lieu de prospections pétrolières). Les habituelles rumeurs d'invasion indonésienne sont sans fondement. Les choses deviennent plus sombres pour lui lorsqu'il est transféré au Mozambique (1967-1968) à Mutamba dos Macondes (casernement enterré mais inondé à la saison des pluies), un des pires sites du Mozambique où des rats énormes mordent et rongent les oreilles, le nez, etc. des soldats pendant leur sommeil, sans même qu'ils s'en rendent compte, cette espèce exotique exhalant un souffle anesthésiant! Quelle autre armée du Tiers-Monde aurait osé traiter aussi mal ses propres soldats? Eux ont été envoyés défendre l'Empire, portugais depuis 500 ans (*sic*)! Chez les Macondes! Cela se paie, les enseignements d'une histoire truquée, réservée à l'intention des «élites» militaires.

**Caleidoscópio**<sup>7</sup> est une anthologie de petites histoires, certaines humoristiques, vécues par un ancien lieutenant-colonel, basé d'abord à Quitexe (1963-1964) dans l'Uíge. On y constate que, siège d'un bataillon, les opérations militaires n'y étaient pas la préoccupation majeure des officiers, tout au moins en son temps. Pourtant ils sont à proximité de plusieurs maquis. L'une de ses histoires a une certaine utilité car au-dessous de Quitexe, à Aldeia Viçosa, passe selon l'auteur la frontière entre les Macambas et les Mahungos et ipso facto l'influence entre les maquis du MPLA et ceux du FNLA. Les premiers sont attaqués par les Portugais et le FNLA, les seconds par les Portugais seuls, ce qui fait que les premiers étant encerclés souffrent de toutes les carences alimentaires et sanitaires possibles et veulent se rendre aux Portugais qui font tout pour les y encourager. Il est bon de rappeler que l'antagonisme tribal et politique dans

6 Antunes, Luís Dias (2011), **Memórias do Oriente. Índia, Timor e Moçambique**, Linda-a-Velha, DG Edições, 163 p.

7 Lopes, Rui de Freitas (2011), **Caleidoscópio. Antologia de recordações militares saborosas**, Linda-a-Velha, DG Edições, 160 p., dessins noir et blanc.

les Dembos était le plus sûr atout des Portugais. Au Mozambique (1967-1969), l'auteur, chargé d'accompagner une équipe de la télévision française, se trouve bien embarrassé quand elle veut voir et filmer la guerre à tout prix. Lui est lié par le programme officiel établi à l'avance : les amener à Mueda, au centre névralgique des Macondes, mais les empêcher de participer à une opération. Finalement, il les laisse filmer une mission de déminage et l'arrivée d'opération d'une unité de parachutistes. Ce n'était pas l'homme à prendre des risques inconsidérés et eux, des reporters de guerre professionnels, voulaient leur dose d'adrénaline. Toute la différence entre un officier de métier poussé dans une guerre dont il fallait sortir indemne et des vampires étrangers assoiffés de sang pourvu que les images soient bonnes.

Ayant déjà publié (René Pélissier, *Angola-Guinées-Mozambique-Sahara-Timor, etc.*, Orgeval, Editions Pélissier, 2006, p. 697; pp. 704-705) un compte rendu plutôt élogieux de la première édition (parue sous le pseudonyme de Costa Monteiro) de **Caminhos perdidos na madrugada** de Fernando Vouga<sup>8</sup>, nous limiterons nos appréciations aux seuls chapitres de la deuxième édition qui ne figuraient pas dans la première. Toujours aussi bien écrit, le roman donne le récit du baptême du feu du héros de l'histoire, alors lieutenant dans les Dembos (Angola), qui tombe dans une embuscade entre Mucondo et la «célèbre» plantation de Santa Eulalia (pp. 49-53). L'autre nouveauté nous transporte en Guinée sous Spínola en 1971: le héros est devenu capitaine et assiste à une violente confrontation entre Spínola et le lieutenant-colonel commandant son bataillon, basé en terrain sûr: le *chão fula* (peuhl) fidèle aux Portugais. L'auteur ne meurt pas d'amour pour l'autocratie Spínola humiliant un officier supérieur devant ses subordonnés. Il juge que la guerre coloniale est perdue à long terme, car c'est une guerre d'usure que le Portugal est et sera incapable de poursuivre bien longtemps. C'était visible aux yeux de tous les observateurs étrangers et il fallait être intoxiqué par la propagande et une histoire mythique pour ne pas vouloir l'admettre.

Nous poursuivrons cette section à cheval sur plusieurs colonies par deux livres qui, malheureusement pour notre propos, concernent les activités purement politiques et non vraiment militaires de deux généraux qui voulurent renverser un régime au Portugal. L'un réussit son coup d'Etat, l'autre échoua, mais finalement fut sauvé par le régime suivant. Les **Memórias políticas**<sup>9</sup> du général Garcia dos Santos touchent la Guinée, mais en tant que créateur du Serviço de Telecomunicações Militares local (1961-1964) qui s'avéra évidemment indispensable pour la conduite de la guerre coloniale. Toujours dans le même Service hautement technique, il accomplit une deuxième mission en Angola (1968-1970). Il joua surtout un rôle stratégique dans la révolte du MFA en 1974. Et tout le reste du livre est consacré au rôle politique et économique de l'auteur, rôle considérable mais qui dépasse nos compétences.

Le deuxième de nos deux personnages, lui, était un des «héros» de l'occupation militaire de l'Angola et du Mozambique, de 1890 à 1908 et, en tant qu'historien, nous le considérons toujours comme l'un des principaux gouverneurs généraux qu'a connus l'Angola, un homme qui termine le cycle d'or des grands commis de la Monarchie finissante en Afrique. Nous attendions donc beaucoup d'un livre de 803 pages intitulé

8 Vouga, Fernando (2010), *Caminhos perdidos na madrugada*, 2.<sup>e</sup> edição revista e aumentada, Linda-a-Velha, DG Edições, 177 p.

9 Santos, Garcia dos (2011), *General Garcia dos Santos-Memórias políticas. Um pouco do que vivi*, Lisboa, Bertrand Editora, 319 p. + 8 p. de planches photographiques noir et blanc et couleur.

**Paiva Couceiro. Diários, correspondência e escritos dispersos**<sup>10</sup>. Il s'agit pourtant de préciser clairement au lecteur qu'il ne rencontrera pratiquement rien dans cet épais volume qui contribuera à renforcer ou à détruire notre opinion – qui vaut ce qu'elle vaut – quant à l'œuvre africaniste de Paiva Couceiro. Nous attendions des révélations inédites sur son grand voyage d'exploration du Cubango, sur ses combats au Sud-Mozambique et sur son mandat crucial à Luanda où, avec peu de moyens, il élabora un plan d'occupation de l'Angola qui tranche sur la gestion de ses prédécesseurs. Hélas, rien ou presque dans ces pièces d'archives privées ne concerne l'Angola. Si son neveu, à l'origine de cette compilation, Miguel de Paiva Couceiro, possède ou connaît un fond privé ou public rassemblant les papiers africanistes de son grand homme, c'est le moment de les publier. Dans le recueil ici présenté, c'est le monarchiste févreur et entêté tentant de renverser la Première République qui est à l'honneur et, là aussi, c'est en dehors de nos intérêts et de nos compétences. En nous bornant à dire que le grand João de Almeida, le plus grand gouverneur de la Huíla, ne figure même pas dans l'index, nous admettons que nous nous étions complètement trompé sur la nature du livre. C'est l'un des inconvénients majeurs d'être un bibliographe qui vit à l'étranger: nous ne pouvons jamais évaluer la pertinence des textes à l'avance. Nous travaillons sans filet.

Marginal pour notre propos? Peut-être, mais l'auteur de **Demobilizing irregular forces**<sup>11</sup> appuie son livre sur différents exemples (de l'Afghanistan aux îles Salomon) en prenant en compte les cas mozambicain et timorien. Cas récents. Il illustre ainsi les multiples options qui s'offrent aux Armées régulières pour ne pas avoir à recommencer une guerre civile au cas où elles ne réussissent pas à se débarrasser physiquement de leurs anciens adversaires, avec ou sans uniformes. Ce texte d'un professeur d'études stratégiques destinées aux cadres des Marines américains navigue donc dans l'évolution des DDR (désarmement, démobilisation et réintégration dans la société civile d'unités irrégulières, à l'issue d'un conflit). Sans recourir à un jargon technique, il nous semble que la PIDE en Angola avait tenté de retourner ses adversaires et remporté à cet égard quelques succès. Mais ce n'était pas pour les réintégrer mais bien pour détruire les guérillas. Son expérience n'a d'ailleurs rien changé à l'inexorabilité de sa disparition.

Toujours en quête d'originalité à tout prix, les auteurs de **Race, Ethnicity, and the Cold War**<sup>12</sup> traquent l'influence du facteur racial dans une guerre qui était plutôt tiède que froide. Pour bonne mesure, ils y introduisent donc la décolonisation, ce qui est admissible, même si on n'a pas l'habitude d'y voir côte à côte, la Zone du canal de Panama en 1946, les étudiants africains en URSS, l'héritage nazi dans la rivalité entre les deux Allemagnes... au Congo, la question cypruite débattue au sein des communautés de Grecs américains et encore bien d'autres surprises. De proprement luso-africaniste, on ne relève dans cette mosaïque inattendue qu'une contribution sur la campagne psycho-sociale de Spínola auprès des Africains de Guinée et une

10 Meneses, Filipe Ribeiro de & Couceiro, Miguel de Paiva (coord. & introduction) (2011), **Paiva Couceiro. Diários, correspondência e escritos dispersos**, Publicações Dom Quixote, 803 p. + 22 p. de planches photographiques noir et blanc.

11 Shibuya, Eric Y. (2012), **Demobilizing irregular forces**, Cambridge, Polity Press, VIII-167 p.

12 Muehlenbeck, Philip E. (coord.) (2012), **Race, Ethnicity, and the Cold War. A Global Perspective**, Nashville (Tennessee), Vanderbilt University Press, XVII-324 p.

deuxième sur le facteur racial dans la révolution cubaine, à la lumière de l'intervention castriste en Angola. Globale, assurément, cette juxtaposition hétéroclite!

D'un tout autre intérêt est le livre d'un communiste pur et dur qui a eu le courage de mettre sa conduite en harmonie avec ses convictions pendant la guerre coloniale. Le médecin Mário Moutinho de Pádua est pour nous une vieille connaissance puisque, dès 1972, nous consacrons à sa *Guerra em Angola* (São Paulo, Editora Brasiliense, 1963) près d'une page (cf. René Pélissier, *Africana. Bibliographies sur l'Afrique luso-hispanophone (1800-1980)*, Orgeval, Editions Pélissier, 1980, p. 49). Son *livrinho* de 1963 racontait les crimes de guerre qu'il avait vu commettre par les Portugais en 1961 dans la reconquête du Nord-Ouest. **No percurso de guerras coloniais 1961-1969**<sup>13</sup> prend la suite puisqu'il décrit sa désertion en campagne depuis Maquela do Zumbo, le 23 octobre 1961. Le Parti l'avait envoyé en mission dans l'Armée pour qu'il noyauté les soldats. Le nombre de déserteurs fut infime pendant toute la guerre coloniale et, sur ce plan, les directives du PCP furent un échec total. Pádua ne réussit qu'à entraîner un caporal pour passer au Congo. Là les ennuis et ses aventures commencent.

Il tombe aux mains des soldats et de la police congolaise, et la description de son calvaire – si l'on peut utiliser ce terme pour un communiste – devient passionnante à lire. Battu, torturé, incarcéré à Léopoldville dans une prison (Makala) où il peut sonder personnellement ce que le racisme antiblanc veut dire dans cette anarchie gouvernée par la corruption et le délire. Un voleur en sort – et y revient – la nuit pour aller voler en ville, motos, voitures, vélos, radios qu'il fait maquiller dans cette même prison, d'où l'on s'évade facilement si l'on achète les gardiens. Accusé d'être un espion, le médecin n'a pas cette chance «réservée» aux détenus de droit commun. Il dit que Rosa Coutinho y est également incarcéré et le camarade Pádua ne manque pas d'exalter la figure de Lumumba. Un détenu, dont le beau-père est ou était président de l'Assemblée nationale congolaise, réussit enfin à le faire libérer (26 février 1962). Il est alors pris en charge par le MPLA local où, malgré tout, il sent là aussi le racisme antiblanc. Il prend donc ses distances avec ces militants angolais. Il n'aime d'ailleurs pas Mário de Andrade, lui préférant de beaucoup Agostinho Neto. Il est intéressant de connaître son point de vue sur les activités – réduites –, les crises du MPLA et la vie à Léopoldville, capitale des incohérences et de la violence. Finalement, après un peu moins de deux ans au Congo-Léopoldville, le PCP le fait partir en Tchécoslovaquie, puis en Algérie (toujours en mission).

L'intérêt rebondit quand en février 1967 il devient médecin pour le PAIGC, d'abord à Conakry puis à l'hôpital du PAIGC à Boké où il travaille avec des confrères cubains. Les médicaments manquent, mais il se sent beaucoup plus à l'aise qu'avec le MPLA. Ce ne sont qu'éloges à l'égard du Parti d'Amílcar Cabral et il va même jusqu'à prétendre – avant de dire le contraire – qu'il n'y avait pas de tensions raciales en son sein! Il est ensuite transféré à Ziguinchor où il s'occupe des besoins sanitaires du Front nord avec des médecins cubains et vietnamiens.

On ne sait pas ensuite clairement ce qu'il devient et fait après Ziguinchor. Il réhabilite néanmoins la mémoire de Luís Cabral et semble n'avoir rien abdiqué – quarante-cinq ans après –, des illusions de sa jeunesse. Quoi qu'il arrive, il reste un

<sup>13</sup> Pádua, Mário Moutinho de (2011), *No percurso de guerras coloniais 1961-1969*, Lisboa, Editorial Avante, 246 p., photos noir et blanc.

militant, quelles que soient les contorsions de la ligne. Juste un peu plus lucide. Il croit en l'homme. Cela en a aidé à vivre et les a menés beaucoup plus loin que d'autres, moins inébranlables. C'est une question de colonne vertébrale. Ou de balle dans la nuque.

## Angola

On ne va pas commencer cette section dans le sang ou le brutal. Ouvrons-la donc et réjouissons nos yeux avec un gigantesque album photographique d'un *retornado* né en 1959 à Lobito, parti au Portugal dans la débandade de 1975, puis bourlingueur au long cours en Europe, en Indochine, etc., pour finalement atterrir à nouveau en Angola en 2000 où il est devenu un photographe professionnel à Luanda. L'image peut servir à couvrir bien des mensonges. Mais José Silva Pinto n'a, dans son monumental **Cá entre nós**<sup>14</sup>, pas d'objectifs publicitaires perceptibles. Ne l'intéressent que les hommes – et les femmes aussi, naturellement – qu'il a rencontrés dans la ville, la brousse, la mer, les marchés, la rue, les boutiques, la frontière, les routes et les pistes, les hôpitaux, les écoles, etc. Dans douze provinces d'Angola, entre 2005 et 2009. Banal, dira-t-on, dans ce capharnaüm de l'image qu'est devenu l'Angola depuis l'indépendance. Oui, mais avec lui on en a plus de 500, la plupart en grand format où prédominent les gros plans de visages (et de pieds) et cela va de Namacunde à Chitado, de Cuito Cuanavale et de la Foz do Cunene, à Massabi, à une plateforme pétrolière ou à un cimetière non localisé.

Le seul problème pour que nous le hissions au niveau de son illustre devancier que fut Cunha Moraes est qu'il n'a pas légendé chacune de ses photos, ce qui fait qu'on ne sait jamais exactement où elles ont été prises et dans quelles conditions. C'est beau, c'est artistique, mais un simple livret explicatif accompagnant l'album aurait transformé ce festival pictural en un irremplaçable document historique: l'Angola enfin en paix après tant d'horreurs traversées. Mais il n'est pas trop tard pour publier ce complément en quelques pages. Alors nous serions en présence d'un chef-d'œuvre, utile aussi bien au simple hédoniste qui fréquente les galeries d'art qu'aux journalistes et, pourquoi pas, aux sociologues, aux ethnologues et même aux futurs historiens.

On n'a jamais demandé aux botanistes d'être des as de la photo, mais ils en publient aussi parfois. Nous en avons repéré deux intéressants l'Angola, notamment le Sud. **Missão Botânica**<sup>15</sup> est un texte qui a accompagné une exposition sur la vie et l'œuvre de Luiz Carrisso (1886-1937). On y trouve des photos d'amateur inédites sur l'expédition de collecte conduite en 1927 dans la Lunda (dont la Diamang à ses débuts), le Malange, la Quissama, le Sud-Ouest, etc. Les spécialistes y verront ce que firent les Portugais dans le domaine des musées et des sciences coloniales (l'occupation scientifique), sous la Première République et l'Estado Novo. Rien sur les impressions ou les notes de voyage de Carrisso qui, outre un naturaliste éminent en son temps, fut aussi un activiste du développement impérial des années 1920-1930.

<sup>14</sup> Pinto, José Silva (2012), **Cá entre nós**, Lisboa, Tinta da China, 456 p. (25 x 30 cm), centaines de photos noir et blanc.

<sup>15</sup> Freitas, Helena, Amaral, Paulo, Ramires, Alexandre & Sales, Fátima (coord.) (2005), **Missão Botânica. Angola (1927-1937)**, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 156 p., photos sépia.

**Hugo Baum**<sup>16</sup> est la biographie d'un botaniste allemand (1867-1950). Il participa en 1899-1900 à l'expédition organisée pour évaluer les ressources de la concession de la Compagnie de Mossamedes entre Porto Alexandre et le Cuando. L'auteur résume à cet égard les descriptions déjà fournies dans le gros livre de voyage et de sciences naturelles de H. Baum & O. Warburg (eds.), *Kunene-Sambesi-Expedition*, Berlin, 1903, rarement ou jamais utilisé par les Portugais. Les photos pertinentes ont été prises dans cet ouvrage.

Autre auteur, amateur photographe, Basie Maartens<sup>17</sup> est un chasseur professionnel sud-africain. Il présente quelques détails pour l'histoire cynégétique du Centre et du Sud-Angola, avant la création des concessions de chasse. Mucusso au Cuando-Cubango en 1953 n'a d'intérêt que pour les riches Nemrod de l'époque, mais on le revoit brièvement (pp. 96-98) au début de la guerre civile angolaise, en 1975, où d'étranges personnages, plus mercenaires que chasseurs, rapatrient *in extremis* d'Angola des trophées de clients ayant fui le sol angolais, mais voulant récupérer les défenses des éléphants qu'ils ont abattus. C'est la fin de l'insouciance et le début du martyr dans le Sud-Est angolais. L'histoire circule déjà dans plusieurs livres antérieurs.

Ne lâchons pas le Sud-Est sans nous tourner vers **Rumo às Terras do Fim do Mundo**<sup>18</sup> qui rassemble des articles sur les provinces du Cunene et du Cuando-Cubango. Le livre est une réussite sur le plan de l'information à propos d'une région périphérique, douloureuse et angolaise de fraîche date. On a parfois des renversements historiques – diplomatiques serait plus approprié – curieux. Les «historiens» du MPLA ont décidé que le roi Mandume – même Angolais récalcitrant – était le «héros» idéal pour affirmer l'appartenance du Sud-Est à l'ensemble national. En février 2002, le président José Eduardo dos Santos inaugura donc, quasiment à la frontière namibienne, un monument à la gloire de Mandume, tué par les Sud-Africains en 1917. Il vaut mieux avoir ses héros rétroactifs, annexés et enterrés, plutôt que courant la brousse. On ne sait pas si le Cuanhama tout entier ne serait pas devenu namibien si Môngua avait été une victoire des Ovambos. Mais, halte-là, nous entrons dans le dangereux domaine de *l'alternate history*.

Et puisque nous sommes dans la périphérie méridionale de l'Angola, repartons vers d'autres presque aussi lointaines dans l'espace si celui-ci a Luanda pour épicerie. **Four ball one tracer**<sup>19</sup> concerne les activités des mercenaires d'Executive Outcomes en Afrique. Deux théâtres sont à considérer dans le livre, tels qu'ils sont décrits par l'un des commandants opérationnels: l'Angola et la Sierra Leone. Nous ne parlerons ici que de l'Angola que l'on peut subdiviser en deux secteurs: 1.°) la frontière maritime du Nord-Ouest et notamment Soyo; 2.°) la Lunda du nord, en particulier la région comprise entre Luremo, Camaxilo (repose en paix Castro Soromenho!), Xinge et la rive droite du Cuango. Le dénominateur commun est l'argent, c'est-à-dire le pétrole pour Soyo et les diamants pour la Lunda. Sans eux et leur possession on ne voit pas ce

16 Mansfeld, Peter, A. (2012), *Hugo Baum. Die Lebensgeschichte eines deutschen Botanikers*, Norderstedt (Allemagne), Books on Demand, 113 p., photos couleur et noir et blanc.

17 Maartens, Basie (2007), *The Last Safari. An autobiography*, Boulder (Colorado), Sycamore Island Books, XIX-211 p., photos noir et blanc et couleur.

18 Collectif (2012), *Rumo às Terras do Fim do Mundo. VI Raid TT Kwanza-Sul*, Lisboa, Pangeia, 184 p., nombreuses photos noir et blanc et couleur.

19 Van Heerden, Roelf (auteur) & Hudson, Andrew (éditeur) (2012), *Four ball one tracer. Commanding Executive Outcomes in Angola and Sierra Leone*, Pinetown (Afrique du Sud), 30.° South Publishers & Solihull (Grande-Bretagne), Helion & Company, 255 p. + 56 p. de photos et de cartes couleur.



qui motiverait des professionnels de la guerre sud-africaine à devenir le bras armé des ennemis d'hier (le MPLA) pour chasser l'ami d'hier (l'UNITA). Tout est possible dans le mercenariat, à condition que l'on y mette le prix. Donc Roelf van Heerden raconte à un autre vétéran de l'Armée de Pretoria ce qu'il a fait à Soyo (1993) puis dans la Lunda (1994). On ne peut pas ici entrer dans le détail des opérations qui s'étirent sur une centaine de pages. Pour être bref, disons que le livre est le meilleur paru jusqu'à présent pour qui veut suivre, jour après jour, la progression des combats. Ceux-ci n'ont rien à voir de par les moyens engagés (blindés, hélicoptères, matériels du génie et artillerie lourde, etc.) et les effectifs, avec la saga légendaire des mercenaires pieds-nickelés au Congo dans les années 1960. Une autre légende, celle d'Executive Outcomes, est en cours d'élaboration pour les lecteurs qui dévorent cette prose vitaminée. Les photos sont magnifiques et indispensables pour comprendre que l'UNITA c'était autre chose que les simbas drogués au nord de la frontière. Même la guerre coloniale portugaise paraît antédiluvienne et artisanale dans ce contexte. Ici pas d'ankylose et de neurones en émoi ou aux abois. C'est offensive sans répit, la guerre de mouvement, l'annihilation de l'adversaire. On est là uniquement pour le profit avec des objectifs précis: réoccuper des installations ou des sites rentables, indispensables à la poursuite de la guerre qui, elle, est non prévue au contrat. Pas de récupération de la population, pas d'occupation, pas de «psycho-sociale».

L'antithèse on la trouve dans ce qui va suivre. Daniel Gouveia<sup>20</sup> fut *alferes* au Nord-Ouest de l'Angola de 1968 à 1970 dans un secteur relativement calme bien que sujet à embuscades: Lufico, Quiximba, Tomboco, São Salvador, la frontière zaïroise, etc. Il prend sa guerre avec un certain détachement optimiste et même pas mal d'humour. Contrairement à beaucoup d'étudiants mobilisés, il juge que sa présence est utile et que l'Armée est là pour réprimer les abus de certains colons et même de l'Administration civile. Soit, car cela part d'un bon sentiment, mais pourquoi ressort-il encore en 2012 ce vieux cliché usé jusqu'à la corde et totalement faux des 400 ans de colonisation au Congo? N'a-t-il pas lu René Pélissier, *Les guerres grises*, Orgeval, Editions Pélissier, 1978, traduit et publié en portugais sous le titre *História das Campanhas de Angola*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986 et réédition ultérieure? L'occupation de São Salvador date du milieu puis de la fin du XIX<sup>e</sup> siècle, les autres localités n'appartiennent au domaine portugais que depuis le début du XX<sup>e</sup> siècle. L'opposition des Bassorongo aux autorités coloniales fut même l'une des plus acharnées de tout le Congo, peu avant la «guerre» de 1913-1916. C'est précisément le souvenir de cette résistance dans la famille de Holden Roberto qui fut le ciment initial de la révolte de l'UPA en 1961. Si des officiers instruits comme lui croyaient – et croient encore, plus d'une génération après la disparition de l'Império – à de telles sornettes, à quoi ne peut-on s'attendre d'un pauvre soldat avec seulement quatre années d'école primaire? Les historiens portugais portent une lourde responsabilité dans la persistance d'une telle ignorance. Falsifier ou dénaturer sciemment son histoire coloniale se paie toujours très cher. En sang et en sueur lorsqu'on a un Empire ultramarin menacé.

Mais ne nous arrêtons pas à cet aspect – trivial? – des choses et disons ouvertement que ce livre est l'un des plus plaisants à avoir été publiés sur l'Angola, par

<sup>20</sup> Gouveia, Daniel (2012), *Arcanjos e bons demónios. Crónicas da guerra de África 1961-74*, Linda-a-Velha, DG Edições, 196 p. + 1 CD.

un jeune officier métropolitain: les archanges, ce sont eux, et il a souvent raison, car il montre ainsi indirectement qu'ils étaient devenus les redresseurs de torts commis par une minorité de rapaces civils ou de brutes à la peau blanche ou blanchâtre. Il y a également beaucoup d'informations originales sur le comportement des *Grupos Especiais* (les GE), constitués par des guérilleros «récupérés» (souvent provisoirement). Farouches, ils traversent la frontière fictive et vont liquider une base de l'UPA sur le territoire zaïrois. L'entrevue entre l'*alferes* et l'administrateur zaïrois pacifiste est une pièce d'anthologie (pp. 130-139) si l'on y inclut les gendarmes trafiquants de diamants. Il est certain que cette guerre molle et incertaine apporta quelques avantages à la population locale, face à un Congo entré dans une anarchie et un dénuement qui faisaient apparaître les «méchants colonialistes» comme de «bons démons». Faute de mieux. Nous recommandons la lecture de cette incursion dans la nomenclature catholique, céleste et infernale, d'une armée en campagne où les aumôniers sont parfois de fines gâchettes quand ils voient une antilope traverser la piste.

Toujours dans l'Angola périphérique, mais à l'est, et chez le même éditeur – qui est aussi chanteur de fado à temps partiel, ce qui, à nos yeux, est une qualité de moins en moins répandue dans les milieux littéraires –, nous signalerons un texte universitaire rédigé par un officier de carrière qui fut trop jeune pour participer à la guerre de ses aînés. Lui travaille en paix et, en tant qu'historien, selon les règles de la profession et avec le recul et l'appui des archives portugaises, dont les mieux classées sont les archives diplomatiques de Lisbonne. C'est un atout inestimable et son **Salazar-Tchombé. O envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)**<sup>21</sup> nous apparaît comme une étude très importante sur l'une des tentatives désespérées de Salazar pour allumer un contre-feu, à l'est de l'Angola, en favorisant l'indépendantisme latent du coffre-fort du Congo/Zaïre (le Katanga) et de son gardien des clés d'or, le trop subtil Tchombé. L'auteur focalise ses efforts sur l'aide apportée à Tchombé par Salazar – qui, lorsqu'il était d'humeur joyeuse, disait qu'il l'avait promu au rang de Blanc d'honneur! – pour que ses visées sécessionnistes réussissent, avec l'aide du grand capital européen et des mercenaires de l'époque.

Le plus novateur dans cette dissertation/thèse de *mestrado* (en gros, le petit équivalent d'un Ph. D) se situe dans les chapitres détaillant l'aide technique et matérielle (armement, facilités diverses, bases et autres appuis) apportée par un pays pauvre (le Portugal en guerre) à une coalition d'intérêts géopolitiques (Rhodésiens, Sud-Africains, Belges, etc.) voulant ne pas laisser tomber dans des mains hostiles le trésor minéral du Katanga. Ce fut un échec mais l'auteur a eu raison de choisir ce thème traité ou évoqué superficiellement avant lui.

Et puisque nous sommes arrivés au Katanga, restons-y mais en remontant assez loin dans le temps, tout en observant ses premiers rapports – douloureux – avec l'Angola du début du XX<sup>e</sup> siècle. **Au service du Katanga**<sup>22</sup> est constitué par les mémoires retrouvés d'un des premiers administrateurs qui se donne le beau rôle du pacificateur de cette région. Celle-ci ne fut occupée que très partiellement et seulement à partir de 1900. Les Belges ont à lutter là contre les trafiquants

21 Vêlez, Rui Bonita (2012), **Salazar-Tchombé. O envolvimento de Portugal na Questão do Catanga (1961-1967)**, Linda-a-Velha, DG Edições, 184 p., photos noir et blanc.

22 Grauwet, René (2012), **Au service du Katanga (1904-1908). Mémoires**, Paris, L'Harmattan, 137 p., photos noir et blanc.

ovimbundus (et aussi quelques Portugais) qui livrent des armes et des munitions aux révoltés (des mutins en fait) de la Force publique du Congo, en échange d'esclaves, de caoutchouc et d'ivoire (pp. 23, 25, 61, 65-69). L'auteur de ces Mémoires doit y lutter dans des conditions très difficiles contre les bandes de Bienos (venues d'Angola), les mutins (dits Batelela, bien que tous ne le soient pas), plus ou moins cannibales et leurs alliés, les Quiocos. Il a des mots très durs sur l'ignominie du trafic négrier vers São Tomé (pp. 122-123) dont sont victimes les prisonniers des Batelela. Il mènera de longues et ardues campagnes, avec des moyens dérisoires, pour soumettre ces trois types d'ennemis, dont une partie repassera en Angola. De 1907 à 1908, les Belges finirent par les soumettre.

Mais le mal était fait: des villages entiers rayés, leurs populations massacrées, dévorées ou vendues pour finir dans les cacaoyères de São Tomé et Príncipe ou les plantations de café de l'Amboim. On est loin de la glorification des *sertanejos* à laquelle certains auteurs portugais postérieurs procédèrent pour exalter le patriotisme de ces aventuriers et de leurs vendeurs ovimbundus, c'est-à-dire de futurs Angolais. En ces temps de panthéonisation des chefs frontaliers par les autorités de Luanda, elles devraient également songer à dresser quelques monuments aux Quiocos qui, négriers ou non, donnèrent du fil à retordre aux Portugais dans la Lunda et au Moxico dans ces années-là.

Quittons un instant les griffes de la guerre et présentons un guide à l'usage des candidats investisseurs ou hommes d'affaires dans un pays que les nouvelles générations de Portugais découvrent comme un Eldorado épineux, une issue de secours à la crise. Le titre est bien choisi: **Atribulações de um Português**<sup>23</sup>. Sous forme de conversations et de conseils pratiques on aborde à petites doses la géographie, l'histoire et la politique. Rien de bien méchant. L'intérêt du livre est dans les «trucs» que les auteurs confient au lecteur pour survivre dans la jungle d'une économie en plein boom mais chaotique, et d'une bureaucratie qui, elle, reste corrompue, le tout dans une capitale macrocéphale, très chère et invivable pour l'expatrié qui n'a pas les codes d'une nomenklatura où le Portugais n'est pas toujours le bienvenu. La concurrence y est d'ailleurs fort rude.

Poursuivons dans les apparences ou plutôt ce qu'elles cachent derrière la façade. Un livre d'un ancien diplomate de carrière ayant été en poste en Angola, ce n'est pas courant. Surtout si l'auteur est de la tendance – rarissime dans ces milieux-là – anthropologue-historien aimant l'Afrique. Dominique Decherf travailla à Luanda, de 1977 à 1979, c'est-à-dire au temps de l'utopie socialiste du MPLA (pp. 81-111). Selon lui, la décolonisation portugaise n'a eu qu'un effet marginal sur le reste de l'Afrique et elle aurait donné à l'apartheid et à Mobutu un sursis. Son analyse du 27 mai 1977 est originale, mais dire que le MPLA n'avait pas de base ethnique (p. 87) est étrange. Il a bien raison de rappeler que l'ignorance de la France à l'égard de la lusophonie africaine était sidérante.

Son **Couleurs**<sup>24</sup> est peut-être un peu trop intellectuel, trop catégorique et trop attaché à l'importance vraiment relative des «têtes pensantes» parisiennes sur le cours de l'histoire africaine. Quelle est la place d'un Dominique de Roux, d'un Régis

23 Ferreira, Nuno Gomes & Ferreira, Paulo (2012), *Atribulações de um português a fazer negócios em Angola*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 241 p.

24 Decherf, Dominique (2012), *Couleurs. Mémoires d'un ambassadeur de France en Afrique*, Saint-Malo, Pascal Galodé Editeurs, 333 p.

Debray, d'un Bernard-Henri Lévy, etc. dans l'histoire de l'Angola? Beaucoup de vent comme peut en faire souffler un ambassadeur à Luanda. Ce livre laisse libre cours aux tendances philosophiques et politiques de l'auteur et il a encore raison sur bien des points, notamment lorsqu'il rappelle que le racisme n'est pas près de disparaître, malgré les grandes déclarations pour tribunes (vite oubliées) où les racistes cachés se donnent les apparences d'une bonne conscience à moindres frais. Il a dû en entendre pas mal dans son métier.

Inévitablement, compte tenu de ce qui se publie en ce moment, on va remonter vers la guerre, mais progressivement. **Meninos da Mucanda**<sup>25</sup> a été rédigé par un lieutenant-colonel, retraité, mais diplômé en anthropologie culturelle. Ce qui l'intéresse vraiment, ce ne sont pas ses activités belliqueuses en Angola (1961-1963 puis 1965-1968), mais les observations qu'il a faites à propos des ethnies qu'il a côtoyées dans ses différents postes. Nous attendons encore de rencontrer un seul auteur militaire sud-africain qui se soit penché sur les ethnies du Sud-Angola pendant ses opérations. Bref, ici on trouve une série de petits tableaux sur les coutumes ou les attitudes de peuples ou personnages aussi divers que les Quicos, les *contratados* ovimbundus, des danseuses dans la Lunda, un mulâtre à Luanda, un Cap-Verdien engagé dans le corps des *Voluntários*, etc. Il y a aussi plusieurs histoires sur des opérations dans les Dembos (Cuanza Norte), sur les extorsions (double prix) pratiquées par les épicières portugaises au détriment des Africains, sur des actes de fétichisme, sur le suicide d'un *soba* ensorcelé, etc. Rien n'est daté.

Tout cela nous reconduit directement à la guerre (1968-1970) d'un sous-officier<sup>26</sup>, d'abord dans l'enclave de Cabinda en plein dans le Mayombe (pp. 50-79). Il tombe dans plusieurs embuscades dramatiques et sanglantes dans une jungle où l'on ne voit pas l'ennemi. Un Cubain, chef de l'unité MPLA assaillante, y perd cependant la vie (22 décembre 1968). Basée ensuite dans la localité plus «civilisée» de Bucu Zau, sa compagnie aura enregistré depuis le début 10 morts et 6 blessés au combat, ce qui prouve l'efficacité relative du MPLA au début de ses activités, sous l'impulsion des Cubains. En 1969, l'unité est envoyée à Ambrizete dans le *distrito* du Zaire, pour récupérer. Le reste du livre est consacré à la vie civile et surtout – c'est la raison d'être du livre – à la lutte de l'auteur contre le stress post-traumatique de guerre qui l'accable – avec plus de 58 000 autres anciens militaires – depuis Cabinda, et à son combat pour faire reconnaître son handicap à la bureaucratie militaire. Compte tenu de la lenteur proverbiale des administrations aux caisses vides, il est à gager qu'on attendra la mort du dernier malade pour prendre la décision de lui accorder une pension d'invalidité. C'est donc un livre à visée thérapeutique et revendicative. Certains observateurs – probablement mal intentionnés – se demandent s'ils ont été nombreux les glorieux généraux issus de la guerre coloniale qui ont souffert de ce stress à retardement. D'autres – vraiment mal éduqués – se demandent même si les maréchaux vainqueurs a posteriori en ont été eux aussi les victimes.

Puisque nous sommes dans l'héroïsme le plus pur, on se doit de dire quelques mots sur ce qui se publie au Portugal – d'Angola, il nous est impossible de recevoir le plus petit service de presse – sur les grands et petits acteurs historiques du MPLA.

<sup>25</sup> Matos, Albano Mendes de (2012), *Meninos da Mucanda. Olhares de Angola*, Linda-a-Velha, DG Edições, 167 p., photos noir et blanc.

<sup>26</sup> Santos, Justino dos (2012), *Memórias de um ex-combatente. A realidade da guerra*, Lisboa, Chiado Editora, 185 p., photos noir et blanc.

Arminda Correia de Faria est une ancienne infirmière métisse, née en 1919, qui eut des activités nationalistes dès 1951, rencontrant à Lisbonne, cette année-là, Mário de Andrade et Agostinho Neto. L'auteur d'**Arminda**<sup>27</sup>, peut-être un parent de son héroïne, est un journaliste travaillant au Portugal. Il présente sous une forme littéraire reconstituée (dialoguée même) les faits saillants de la vie de la vieille dame, fort riche en souvenirs car elle a une mémoire d'éléphant. Parmi les épisodes les plus notables on citera son incarcération, le 21 janvier 1961 (avant donc le 4 février 1961), et surtout son interrogatoire sans résultat par le chef de la PIDE angolaise, le célèbre São José Lopes, le régleur des neuf Miroirs, le gérant de la Mort et du Doutor, à qui nous eûmes à faire en 1966 (cf. René Pélissier, *Explorar*, Orgeval, Editions Pélissier, 1979, pp. 248-250). Utile également, la description rapide de la fuite des nationalistes (dont des déserteurs métis de l'Armée) vers les Dembos après le 15 mars 1961.

On est ensuite assez intrigué par la participation d'Arminda aux discussions avec les nationalistes des colonies portugaises à Paris. C'est artificiel, mais du grand art littéraire. Si nous avons bien suivi, Arminda a joué un rôle d'inspiratrice et de marraine protectrice des nationalistes emprisonnés à Luanda dans les années 1960-1974. En avril 1974, les cellules clandestines du MPLA à Luanda font surface. Et l'on connaît la suite. On voudrait bien savoir maintenant si la situation actuelle correspond bien à ses rêves de jeunesse et de maturité. Bon livre en fin de compte pour connaître une militante de l'ombre, mais sensée et plus efficace dans son milieu urbain que les bavards qui se déchiraient en exil. Elle au moins a vu le bout du tunnel. C'est le privilège de la longévité. Les autres...

## Mozambique

Abordons l'océan Indien par le plus actuel: la lutte contre la pauvreté. Juan Avila<sup>28</sup> est un économiste qui, depuis le Mozambique où il vit, dénonce le caractère fallacieux de la croissance du pays. Elle est fondée sur les grands projets (mines et énergie avant tout), alors que la pauvreté augmente, «conséquence des errements de gouvernements incompetents minés par les conflits d'intérêts, et de bailleurs trop complaisants» (*dixit*). Il préconise une hausse de la pression fiscale en taxant davantage les grands projets, la lutte contre l'évasion fiscale, le développement d'une épargne locale, une réduction des dépenses somptuaires ou inutiles, le recentrage sur l'éducation, les infrastructures, une vraie politique foncière en donnant des terres et des titres de propriété aux petits paysans. Tout cela est bel et bien, mais ce qui fait le prix du livre, c'est l'attention qu'il accorde aux cas concrets (par exemple, la province de Tete, les grands investissements, le rôle de la Chine, de l'Inde, du Brésil, les infrastructures en matière de communication, les effets négatifs de tel ou tel projet, etc.). Le livre est rédigé clairement, sans jargon, bourré de statistiques. Mener la guérilla est une chose, développer un pays une autre. Des progrès ont été réalisés, mais entre les rêves des années 1960 et la réalité présente: «*um Estado falido, mais não falhado*»? Pas optimiste Juan Avila?

27 Faria, Álvaro Manuel de (2012), *Arminda. Uala ni Angola ku Muxima (Ela tem Angola no coração)*, Lisboa, Chiado Editora, 191 p.  
28 Avila, Juan (2012), *Développement et lutte contre la pauvreté. Le cas du Mozambique*, Paris, L'Harmattan, 205 p., photos noir et blanc.

Une géographe portugaise a eu la bonne idée de centrer sa monographie sur les problèmes socio-économiques de la côte du Nord-Est mozambicain, l'une des régions les moins bien étudiées du pays. Le Cabo Delgado littoral, épargné par la guerre, n'a que deux pauvres «richesses» instables: la pêche et un tourisme balbutiant. Isabel Medeiros<sup>29</sup> examine donc en profondeur les problèmes des deux secteurs et, ce faisant, doit prendre en compte la sociologie, l'ethnologie, l'économie et inévitablement les politiques des bureaucrates de Maputo et celles des ONG et des investisseurs. Nous avons toujours eu un faible pour les géographes de Lisbonne qui, contrairement aux historiens locaux, savaient ouvrir les yeux pendant les années sombres et ne se gargarisaient pas avec des décoctions de chimères. Ce texte a toutes les qualités pour nous encourager à poursuivre dans notre partialité à l'égard de l'école d'Orlando Ribeiro et de ses collègues et disciples. Avec eux, au moins, nous n'avons jamais d'amateurisme ni d'invasions d'affabulateurs avec ou sans décorations ou colorations politiques.

Et puisque nous disons du bien des géographes tropicalistes portugais, pourquoi ne pas en dire autant des rarissimes géographes français qui découvrent l'Afrique lusophone? Quand ils le méritent, évidemment, mais comme il n'y en a pas eu – semble-t-il – qui aient publié de livres avant Jeanne Vivet, ajoutons qu'elle fait une entrée remarquable dans ces terres encore peu fréquentées par les francophones. **Déplacés de guerre dans la ville**<sup>30</sup> est une brillante thèse de géographie et de sociologie urbaines, ayant bénéficié d'une publication somptueuse financée par l'Institut français d'Afrique du Sud qui n'est pourtant pas réputé pour sa générosité à l'égard des modestes mozambicanistes et angolais débutants comme le signataire de cette chronique. Le texte commence par une introduction fulgurante: les bulldozers rasant à Maputo les misérables maisons des déplacés de la guerre civile. Pourquoi ? Pour faire place nette et libérer les terrains hors de prix sur lesquels s'élèveront les résidences sécurisées, haut de gamme, destinées à la nomenclatura du FRELIMO, aux nouveaux riches et aux étrangers en fonds. Un engin bute sur des kalachnikovs enterrés par les *deslocados*. Parabole du destin chaotique de l'implantation et de l'expulsion de ces victimes de la guerre civile. Le scénario est le même à Luanda. Derrière la façade, la vraie réalité que l'on ne veut pas voir.

On ne peut pas, ici, entrer dans la multiplicité des questions creusées par l'auteure. C'est une sorte d'encyclopédiste des problèmes posés par les déplacés, les migrants et parfois les futurs émigrants vers le paradis jaune sud-africain. Origines, motivations, instabilité, insécurité, retours (?) en brousse, familles, liens avec la ville du ciment quand on habite la ville des roseaux, une myriade d'aspects sont traités. Disons que pour le Mozambique nous n'avons, depuis au moins trente ans, rien lu d'aussi fouillé et enrichi par une cohabitation du chercheur avec les plus démunis de ses cobayes et amis.

Retour vers l'Histoire avec José Capela et son recueil de communications inédites ou non. Dans son **Moçambique pela sua história**<sup>31</sup>, il prend des positions

29 Medeiros, Isabel (2011). *Dinâmicas socioeconómicas e governanças no litoral norte de Moçambique (Província de Cabo Delgado). Como conciliar pesca artesanal, medidas de conservação ambiental e turismo na perspectiva da luta contra a pobreza?*, Lisboa, Edições Colibri/Centro de Estudos Geográficos, 163 p., illustrations noir et blanc.

30 Vivet, Jeanne (2012). *Déplacés de guerre dans la ville. La citadinisation des deslocados à Maputo (Mozambique)*, Paris, Karthala & Johannesburg, Institut français d'Afrique du Sud (IFAS), 366 p. + 12 p. de planches photographiques couleur, photos noir et blanc.

31 Capela, José (2010). *Moçambique pela sua história*, Ribeirão – V.N. Famalicão, Edições Húmus, 171 p.

qui diffèrent des thèses de l'Estado Novo et aussi du lusotropicalisme freyrien, sans pour autant verser dans le marxisme des années 1960-1980. C'est un mélange de textes fondés sur des dépouillements d'archives extrêmement minutieux et des présentations théoriques plus vastes. Il insiste, à juste titre, sur le caractère récent de la colonisation, sa fragilité et son racisme, en expliquant qu'il ne pouvait en aller autrement, compte tenu du *Zeitgeist* de l'époque, des circonstances locales et même de l'ambiance anglo-boer. Ses thèmes de prédilection sont la Zambézie, l'esclavage et la traite, l'identité zambézienne et l'émergence de l'écrit, puis son évolution dans la presse locale.

Du même auteur, mais agissant cette fois-ci à titre de présentateur, on ne peut que le féliciter d'avoir exhumé des archives un document rédigé par un pionnier de la mise en valeur (et de la «pacification») d'une partie de la Zambézie: Caldas Xavier. Sans cet officier et son *relatório*, la révolte du Massingire et la Companhia do Ópio (1884) resteraient cachées dans les péripéties obscures ou secondaires de l'histoire zambézienne. Malheureusement, nous ne disposons pas du rapport de Caldas Xavier sur l'attaque (11 août 1884) proprement dite contre les installations qu'il défendit. Nous sommes d'accord avec José Capela pour contester l'image qu'un auteur américain a donnée de cette révolte qui n'était pas une manifestation d'un (proto-)nationalisme zambézien qui n'existait pas à cette époque. C'était une reconstruction anachronique dictée par la volonté d'inventer dans les années 1970 des ancêtres locaux au FRELIMO. Ce que ni l'Américain ni le Portugais ne semblent pourtant avoir trouvé, c'est que, parmi la micro-légion étrangère des volontaires européens venus au secours des assiégés, se trouvait Antoni Pisuliński, un Polonais (alors ressortissant austro-hongrois, né en 1860 à Ropczuce, Galicie) qui laissera un témoignage bien postérieur, non seulement sur les événements, mais sur la Zambézie où une banque l'avait envoyé pour en examiner les possibilités commerciales. Il ouvrit une factorerie à Tete et établit une briqueterie au confluent du Zambèze et du Shire qui paraît avoir existé jusqu'en 1890. Dans son Antoni Pisuliński, *Szlakiem Słonia Afrykańskiego*, Lwów & Varsovie, Książnica-Atlas, 1927, 219 p., pas moins de 50 pages sont consacrées à la Zambézie et le livre comporte une carte sur ses voyages en 1886-88. Sachant que le titre peut se traduire par «Sur la piste de l'éléphant africain» et le sous-titre par «Impressions de voyage et de chasses en Afrique centrale», les événements de 1884 passent au second plan dans sa relation, derrière ce qui se vendait le mieux en Pologne à cette époque: la chasse à l'éléphant. Néanmoins, si quelque émigré polonais lusitanisé, au Portugal ou au Mozambique, avait accès à des mécènes, la traduction partielle de ce texte serait utile car il compléterait légèrement Caldas Xavier. **Relatório dos acontecimentos havidos no prazo...**<sup>32</sup>

Et puisque nous revoilà dans la guerre, abordons-la par un roman mixte qui assure la transition entre la violence apprise dans les paras au Mozambique (et réutilisée au Sud-Angola) et son application par un ex-délinquant en voie de réinsertion dans la vie civile: **Sagal. Um herói feito em África**<sup>33</sup>. Sa lecture nous plonge dans la prostitution lisboète sous l'Estado Novo, les mystères brutaux de la Casa Pia, le *planalto* des Macondes avec ses embuscades, la conspiration d'un colon, *alferes* raciste, pour monter un attentat dans un

32 Capela, José (coord.) & Xavier, Caldas (auteur) (2011), *Caldas Xavier. Relatório dos acontecimentos havidos no prazo Maganja aquém Chire, Moçambique, 1884*, Ribeirão – V. N. Famalicão, Edições Húmus, 121 p., photos sépia.

33 Brito, António (2012), *Sagal. Um herói feito em África*, Lisboa, Porto Editora, 269 p.

village macua, un camp à Nacala, le chaos politico-militaire de 1974 à Lourenço Marques où des colons naguère pro-indépendantistes (à leur profit) deviennent des Frélimistes enragés, le rôle des paras pour contenir l'explosion, le passage du héros (Sagal) dans les forces spéciales sud-africaines (avec des erreurs et des invraisemblances de l'auteur). Il n'y a pas eu, que nous sachions, d'interventions de l'aviation et des tanks soviétiques lors de l'invasion sud-africaine de 1975.

La partie la plus originale se situe lorsque Sagal rentre au Portugal et tombe dans le tourbillon des années 1976-1977 (?) et la dépression post-traumatique (ce qui doit être plutôt rare chez les parachutistes ayant son passé de mauvais garçon débrouillard). Par la grâce de la fiction, il devient alors le défenseur d'un supermarché brésilien victime de bandes organisées de pillards, c'est-à-dire qu'il est le rempart de la société capitaliste en utilisant ses anciens camarades de combat devenus clochards comme lui. Tout finit bien: il tue pas mal de voleurs, la police portugaise s'en lave les mains et il repartira en Afrique avec un nouveau contrat avec l'Armée sud-africaine. António Brito sait tenir son lecteur en haleine et comme il s'était lui-même engagé à 18 ans dans les paras, il est logique qu'il ait fait de son Sagal un «Don Quichotte nocturne» des bas-fonds de Lisbonne. Inattendu et une vision de la guerre coloniale comme on en lit peu dans le flot de larmes qui envahit les écrits post-bellum portugais. On aimerait savoir le pourcentage dans les prisons portugaises d'anciens des unités d'élite ayant une expérience africaine. Il serait souhaitable à cet égard que ce livre soit dans les bibliothèques carcérales à titre de modèle social et de saine lecture «rédemptoriste» pour les détenus, déprimés mais cherchant à assurer leur salut dans les centres commerciaux. On peut même le recommander aux cours de «creative writing» (s'il en existe au Portugal), voire aux anciens combattants cherchant une recette pour écrire un best-seller.

**A guerra colonial**<sup>34</sup> est un roman qui se déroule aussi (mais partiellement) au Mozambique, dans le district du Niassa. Elle est contée par un ingénieur militaire réparant les ponts que le FRELIMO fait sauter. Il sent que la guerre est perdue, les officiers de carrière sont casés dans les administrations, en ville, si possible. L'indiscipline s'étend, le découragement aussi. La censure des journaux cache, derrière une façade optimiste, le délabrement de la situation. Ce roman a la particularité de donner une image probablement réelle de la situation à Vila Cabral dans les dernières années de la guerre. Chacun accuse l'autre de complicité avec l'ennemi, ou de vol, ou d'être à la tête de commandos d'assassins. Les mines et même les attentats (colis piégés) alourdissent l'atmosphère. Curieusement, l'auteur démolit les mythes historiques du Mozambique répandus par les Portugais et aussi ceux du FRELIMO (la figure officielle de Gungunhana en sort amoindrie pendant tout un chapitre). C'est le crépuscule colonial du Mozambique.

Autre roman s'étirant de 1968 à 1974 entre le Portugal, Paris et le Mozambique, **Cumplicidades**<sup>35</sup> est à peine moins lugubre et, étrangement, l'auteur est aussi un ingénieur qui fit son service au Nord du Mozambique entre 1967 et 1969. Dans le génie militaire, les ennemis les plus redoutables sont les mines et, de temps à autre,

<sup>34</sup> Sousa, Jorge Trigo de (2007), *A guerra colonial*, Linda-a-Velha, DG Edições, 243 p.

<sup>35</sup> Roque, Jorge (2011), *Cumplicidades. Uma história de amigos... e alguns malandros (antes da Revolução)*, Linda-a-Velha, DG Edições, 320 p.



une attaque sur un chantier. Nous n'avons pas réussi à localiser les événements avec précision. Peut-être s'agit-il d'ouverture de pistes au Cabo Delgado mais cela n'a, en vérité, que peu d'importance. Ce qui compte c'est l'ambiance et le quotidien dans une unité technique.

Comme l'image que ces trois derniers romans nous donnent du Mozambique militaire est plutôt lourde, on va clore la section avec un quatrième qui l'est un tout petit peu moins. En fait, si nous avons bien compris l'auteure, Maria Lopes<sup>36</sup>, c'est l'entrecroisement amoureux ou la biographie romancée (?) de deux familles de colons qui quittent la misère du Portugal pour s'installer au Sud-Mozambique à la fin des années 50 (1957), en brousse, à une centaine de kilomètres de Xai-Xai (ex-João Belo), dans un village que nous n'avons pas réussi à retrouver sur nos cartes. La famille se livre au commerce de détail avec les Africains et l'auteure est l'amie d'enfance d'une petite *indígena*, et tout y est idyllique. Vers le début des années 1970, la famille émigre à Benguela (Angola). Un jeune colon qu'elle connaît bien est amoureux fou de la jeune Africaine, son amie, mais il part lui aussi en Angola. La guerre civile se déclenchant, la famille du garçon se réfugie en métropole, mais lui reste pour continuer le commerce. Il va chercher sa promise au Mozambique et ils vivent heureux comme dans un conte de fées jusqu'à ce que la reprise (1992) de la guerre civile en Angola, l'oblige à fuir, lui aussi. Il a perdu son épouse africaine et son Afrique natale. Comme beaucoup de soi-disant *retornados*, nés aux colonies, il ne s'en remettra jamais. L'auteure d'**África a preto e branco** ne porte pas dans son cœur les décolonisateurs et les partis au pouvoir à Maputo et à Luanda. On la comprend car sa logique est imperméable aux nuances. Mais ce qu'il faut retenir, peut-être, si l'histoire est vraie, c'est le fossé d'incompréhensions qui existait (et existe encore) dans les témoignages des anciens combattants qui n'ont pas – en général – beaucoup de sympathie pour les colons, et les écrits de ces mêmes colons, déracinés de leur Afrique natale (ou de leur jeunesse) où les soldats métropolitains apparaissent, au mieux, comme des amis des Africains et des incapables, militairement parlant. Parfois des traîtres qui les ont abandonnés. Rares sont les auteurs qui se mettent à la place de l'Autre. Et cela persiste depuis presque deux générations pour ceux qui ont découvert l'Afrique de leurs malheurs au début des années 1960. L'amalgame s'est déjà fait, certes, dans de nombreuses familles qui n'écrivent pas, mais dans les livres de certains auteurs récents, encore et toujours hostiles au pardon, il semble que la Jérusalem céleste recule à mesure qu'ils vieillissent. Ce n'est pas réservé aux Portugais car on pourrait citer d'autres pays où les rancœurs coloniales ont la peau dure.

## Guinée Équatoriale

Le lecteur de cette chronique n'a pas encore touché le fond du puits de la déchéance post-impériale. C'est un ancien administrateur colonial français, reclassé dans la diplomatie, qui l'a raclé lorsque, de consul général au Tchad, il accède au rang d'ambassadeur. Mais pas n'importe où. Au purgatoire du Quai d'Orsay: à Malabo (juin-décembre 1981). On ne peut pas tomber plus bas en Afrique à cette époque (pp. 41-51).

<sup>36</sup> Lopes, Maria (2012), *África a preto e branco*, Lisboa, Chiado Editoria, 222 p., photos noir et blanc.

Logé dans une misérable villa en voie de décomposition avancée, dans une ville suintant la tristesse et l'ennui, avec une administration locale incompétente car décapitée par l'exil ou le massacre des rares intellectuels par la précédente dictature, la nouvelle ayant mis ses parents – des militaires, évidemment – à tous les postes-clés d'un pays à la dérive depuis 1969. C'est une ambassade indigne où Son Excellence en personne doit s'associer à une – la seule – standardiste africaine du pays, nécessairement vénale et sachant monnayer le prix de sa rareté, pour transmettre ses messages à Paris. Pour se ravitailler, il faut prendre l'avion pour Douala et retrouver ainsi la normalité d'un pays où un diplomate peut manger à sa faim ce qu'il aime. Même habitué à la dure comme tous les anciens administrateurs coloniaux, débutant dans les postes les plus déshérités de l'ex-Empire français, Claude Soubeste<sup>37</sup> ne tient plus et se rue sur l'Ambassade «civilisée» de N'Djamena (Tchad) que la France de Mitterrand a décidé de rouvrir après la fin provisoire de la guerre civile. Cinq conseillers d'ambassade venaient de refuser cette affectation encore dangereuse! Quand on arrive de Malabo en 1981, c'est une planche de salut quasi miraculeuse pour un diplomate en fin de carrière. Le nouvel ambassadeur de France y fera merveille de 1982 à 1985. Il faut lire le chapitre consacré à cet intermède équatorial pour comparer avec ce qu'est devenue la Guinée équatoriale des bénéficiaires et des jouisseurs de la manne pétrolière, trente ans plus tard. Même le Bissau des Portugais en 1981 était une capitale, certes déchue, mais encore vivable, comparée à l'ancienne Santa Isabel de Fernando Poo, la même année. Et maintenant? Il serait peut-être utile de pouvoir dire qui des deux a gagné ou perdu le plus en trois décennies, mais personne ne souhaite le faire pour ne pas vexer les susceptibilités des âmes trop sensibles à la critique. Elle est loin la Conférence de Berlin.

Finalement, on doit inclure dans cette section un livre qui est à la fois très important de par la masse de faits et de documents nouveaux qu'il charrie – c'est le terme qui paraît le plus approprié – et déroutant par son organisation et ses répétitions. Voyons le côté positif de **España en la isla de Fernando Poo (1843-1968)**<sup>38</sup>. L'auteur est un exilé qui appartient à l'ethnie autochtone qui a peuplé l'île de Fernando Poo (devenue Bioko). Il vit en Espagne (Catalogne) depuis l'indépendance (1968) et il doit avoir de bonnes raisons de ne pas être rentré dans sa patrie qui est devenue une colonie des Fangs du Rio Muni et un conglomérat d'immigrés venus de pratiquement toute la côte d'Afrique occidentale et centrale. C'est un sociologue et un manitou d'ONG espagnoles et internationales. Il défend – ce qui est légitime et urgent – une ethnie minoritaire dans son propre pays; on pourrait même dire des «étrangers» sur leur sol que leur faiblesse démographique (quelques petites dizaines de milliers au mieux) et sociétale a réduit au rang de spectateurs du développement ou pour une minorité d'entre eux, de contestataires désespérés par la violence du pouvoir fang. Mais ils ne peuvent plus revenir aux temps mythiques de leur farouche indépendance.

L'auteur commence par une très longue exposition ethnologique puis s'attaque à une histoire coloniale britannique et espagnole qu'il ne maîtrise qu'en partie ou mal. Il n'apparaît fondamental que lorsqu'il examine de façon originale les relations des Bubis avec les Espagnols et surtout les autres Africains qui prennent pied dans

<sup>37</sup> Soubeste, Claude (2012), *Une saison au Tchad. Juillet 1979-février 1985*, Paris, L'Harmattan, 129 p.

<sup>38</sup> Sepa Bonaba, Edmundo (Kopese) (2011), *España en la isla de Fernando Poo (1843-1968). Colonización y fragmentación de la sociedad bubí*, Barcelona, Icaria Editorial, 399 p.

l'île aux XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles. Ces chapitres sur le *Patronato de indígenas* (1929-1959) sont entièrement neufs. On y voit que l'émancipation des *indígenas* n'affecta que quelques centaines de cas. L'expansion de la colonisation dans l'île reposait avant tout sur les planteurs (cacao) et l'Église. Ses incidences sur les sociétés africaines locales occupent des dizaines de pages très détaillées. Il reste que, travaillant à partir d'une bibliographie presque exclusivement espagnole, il passe à côté de très nombreux problèmes, notamment le double jeu de la politique franquiste, le séparatisme, le rôle des lobbies avant 1968, une comparaison avec São Tomé, et plus loin dans le passé, l'importance de la bourgeoisie *fernandina*, etc. Mais aucun auteur équato-guinéen n'a fait mieux que lui à ce jour car, à partir de positions purement défensives et mêmes doloristes, il a révélé des pans entiers que les façades proprettes de la propagande dissimulaient.



# Um novo eixo gravitacional? África e o Brasil

Augusto Nascimento\*

P. 195-197

No *campus* de Gragoatá, em Niterói, de 13 a 17 de Agosto, ocorreu o II Encontro Internacional de Estudos Africanos da Universidade Federal Fluminense<sup>1</sup>. Em plena greve das Universidades federais, que envolveu professores, funcionários e alunos, o Encontro congregou pós-graduandos e professores, rondando, por vezes, a centena de participantes. Tal já seria um dado a ter em conta como indício da trajectória dos estudos africanos, mais precisamente sobre África, no Brasil<sup>2</sup>. De evento para evento, tem sido crescente o número de propostas de apresentação de comunicações. Antevê-se a elevação do padrão de qualidade em resultado do aumento da quantidade da produção<sup>3</sup>.

Quis-se, sobretudo, focar África, mais do que o objecto plástico das identidades africanas no Brasil, ainda que algumas comunicações versassem este tema. Privilegiou-se, pois, a historicidade de África.

Como noutros contextos e situações, a investigação percorre as linhas da história, o que conduz ao enfoque do Atlântico, que não é só o da relação entre EUA e Europa. Como pertinentemente se lembrou, até ao século XIX a placa giratória de gentes e de bens foi o Atlântico sul.

Entre outras consequências, esta onda de produção científica gerará um conhecimento da presença portuguesa em territórios africanos, desta feita interpretada por brasileiros, que apostam na leitura de fontes primárias. Ademais, redescobrem-se laços antigos, entre eles, a ligação do Maranhão<sup>4</sup> com a região ocidental de África e, concretamente, com a Guiné-Bissau.

Natural que a pesquisa no Brasil verse, sobretudo, o período moderno<sup>5</sup>, mas o gigantismo do Brasil e a sua afirmação passarão pela atenção à história contemporânea. Seja como for, a breve trecho, a produção historiográfica implica um volume de trabalho sobre a presença portuguesa maior do que o que se terá em Portugal.

\* Investigador auxiliar do IICT, Lisboa; colaborador do CEA/ISCTE-IUL, CEAUP e IHC da FCSH.

- 1 Este Encontro, II da institucionalização de um fórum que começou em 2009 como evento de estudantes mobilizados pelo seu objecto de estudo, teve a sua primeira edição internacional em 2011.
- 2 À margem da polémica sobre o acerto da designação "estudos africanos", diga-se que, apesar de assim denominado, o Encontro privilegiou as abordagens históricas sobre África.
- 3 Diga-se, África passou a ser temática de revistas de universidades brasileiras. África é o tema da edição acabada de sair da *Métis. História & Cultura*, v. 10, n.º 19, Janeiro/Junho de 2011, Caxias.
- 4 Motivo de redobrado comprazimento, a formação de massa crítica e a afirmação do produção científica começam a ocorrer fora do eixo Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas, Salvador.
- 5 No tocante à institucionalização da área de estudos, foi notado que, nas palavras-chave dos projectos a concurso para financiamento, *história de África* não está inscrita como escolha possível, tendo os projectos de referir *Brasil-colónia*. É possível que tal venha a ser alterado, em conformidade com a pujança de estudos sobre África. Já em Portugal se retrocedeu porquanto se eliminou a área de *estudos africanos*, com uma argumentação que, convencional como outras, reflecte dificuldades alheias à produção científica.

Decerto aflorarão disputas com maior ou menor valia para a construção do conhecimento. Nem sempre devidamente amparadas, surgirão questões acerca do Estado moderno, da colonização e do império e, principalmente, das entidades políticas africanas, de difícil nomeação. Substituir “reino” por “sobado”?, disse-se, *para dar nome ao que é...* Falar de “sítios de poder”? algo também vago...

A outro nível, quais as relações entre portugueses, brasileiros e africanos? Por exemplo, quando é que Angola começa a ser colónia (governada por um aparelho estatal burocratizado)? Luanda era colónia no século XVIII, sendo antes disso uma possessão? Como se questionou, porque é que as possessões de Portugal não seriam colónias se as possessões de outras coroas assim são consideradas? Perguntou-se igualmente: com as suas particularidades, em que é que a história de África pode contribuir para repensar conceitos clássicos da história ocidental (que, a meu ver, importaria entender não necessariamente como viés mas como perspectiva a ser redimensionada)?

De momento, Angola está na berlinda. Para a sedimentação da identidade e, porventura mais importante, para o reconhecimento do passado, carece-se de uma história que, evidentemente, terá de lidar com os factos menos consentâneos com a desejada coesão nacional. Em Angola, fruto de vicissitudes várias, a produção historiográfica é por demais desigual. Sinal do caminho a percorrer, há grupos que a têm, outros que não a têm elaborada. Como noutros países africanos, o interesse maior incide sobre o século XX, afinal, o do antecedente imediato da entidade política Angola. Também por razões deste tipo, se em Angola se acolhe a produção sobre o trabalho forçado, já se descarta a produção sobre a escravidão que, discutivelmente, se alega ter a ver com o continente americano, que não com a terra<sup>6</sup>.

Por entre as discussões, pretende passar-se de uma narrativa da evolução política para abordagens mais específicas que contemplem a multiplicidade de histórias da actual história. Ainda a propósito de Angola, salientou-se que uma história mais miúda, à luz de uma lente maior e menos atida à macronarrativa política, requer a consulta da documentação do Arquivo Histórico Nacional de Angola<sup>7</sup> (no que, fruto de recursos e do saber estar e fazer, investigadores brasileiros ganharam recentemente a dianteira).

Facto consabido, a investigação não se obtém sem dedicação, antes demanda permanente exercício auto-crítico e distanciamento. Ora, não só no Brasil, África tende a tornar-se narradora dos estudos que versam sobre ela, tal é a tentativa de fazer reviver a sua voz. Qual eco desse élan, pergunta-se: porque é que de África apenas se lembram os marcos negativos? A questão é pertinente mas pode abrir espaço para testemunhos que tendem a tornar-se auto-referenciados para investigadores menos acautelados.

Ainda a respeito de Angola, defendeu-se que, apesar de ser lugar seguro, Luanda era o retrato mais fiel da guerra civil. A *Babel* resultante do escape da guerra terá ajudado a desencadear a criatividade linguística e de modos de vida. Uma característica da resiliência dos Angolanos seria a sua auto-estima, que os impele a interpretar, se não como ideal, ao menos como positivo o seu modo de vida. Ora, rir das consequências da

6 Referiu-se a circunstância de o Museu da Escravatura de Luanda conter artefactos relativos à escravidão no continente americano.

7 Ao mesmo tempo que se reclama acerca da inépcia ou, pelo menos, da inércia das instâncias governamentais da CPLP relativamente à liberdade de circulação dos cidadãos da CPLP, as instituições arquivísticas e respectivas tutelas mostram-se incapazes de um mínimo denominador comum relativamente à disponibilização dos seus fundos numa plataforma de reciprocidade e de cooperação, na base do que se poderiam apoiar projectos de pesquisa de cientistas de vários países da CPLP. Assim, cada qual faz como pode, reproduzindo ou reinventando assimetrias do passado...

inexistência de condutas de lixo dos prédios de Luanda será melhor que não rir, mas, diferentemente do pretextado, não significa que não se preferisse outro ambiente se tal se perfilasse num horizonte de possibilidades factíveis.

Apesar de raros episódios de alguma romantização de África, é óbvio o esforço de entendimento do que se passou. Se isso tem ou não importância para o Brasil, dependerá do Brasil e da medida como o conhecimento for mobilizado. Para o Brasil e, afinal, para todos os implicados.

No país com a maior população de afro-descendentes do mundo – facto amiúde esquecido pela história da diáspora negra –, é enorme o apelo ao avanço do ensino de história de África, que passa pelo compromisso dos agentes, pelo reconhecimento das suas limitações – em parte derivadas quer do recente quadro legislativo, quer da (im)preparação dos professores – e pela renovação que, quer crer-se, tal ensino trará ao diálogo social. Com efeito, com ele aprofunda-se o conhecimento da dimensão africana – não necessariamente matricial, alvitaria – da cultura brasileira, eleva-se a auto-estima da população negra e fortalece-se a luta contra o racismo, itens que, dir-se-ia, lembram os da renascença africana.

Entre os pesquisadores, a questão da avaliação e da qualificação da sua produção pesa. A língua portuguesa não é língua de comunicação científica e a produção em língua inglesa é crivo fundamental para a internacionalização da produção brasileira, tal o reparo dos que andam por fora e que, por exemplo, nos EUA apresentam uma outra África, mormente Angola, até há pouco menos familiar do que a Nigéria ou a África do Sul.

Porém, outros cientistas brasileiros revelam-se menos provincianos do que portugueses e reafirmam a conveniência do uso da língua portuguesa. E perguntam-se: a quem interessa o que escrevemos? A pergunta tem sentido porque os que avaliam não serão os mais interessados na produção científica em português.

O crescimento e a especialização da produção suscitarão dúvidas em torno do objecto África e das vantagens da comparação dos vários casos e de um diálogo científico mais lato<sup>8</sup>. Sente-se a necessidade de novos temas e de novas abordagens, de expansão do saber de brasileiros a outras zonas como a África do Sul (objecto de um painel neste evento), Camarões, a acrescentar a Angola, ao Congo e à Nigéria. Esse é o fado do Brasil, o de ser bem menos comedido do que, por exemplo, Portugal onde, não obstante trabalhos individuais, se teima nas ex-colónias. Compreensivelmente, opinar-se-á...

Se por algum tempo, os cientistas brasileiros olharam para a produção portuguesa – e neste evento fez-se justiça à valia de alguma produção do tempo colonial –, não tardará muito que não só angolanos mas também portugueses tenham de olhar a produção brasileira. A produção historiográfica brasileira não será o centro de gravidade, mas será certamente um pólo gravitacional da historiografia sobre África, mormente da que costuma interessar-nos.

8 Como sucede(rá) noutros fóruns, as questões virão: o que nos une? Será que procuramos a mesma África ou os mesmos Africanos?, tais os reflexos da complexidade e do desdobramento das abordagens. Uma reflexão aprofundada permitiria afastar equívocos, entre eles, o de considerar como comparação o somatório de exposições do "caso" de cada investigador, sem qualquer inquietação acerca da profundidade, validade e pertinência dessa suposta perspectiva comparativa.





# Resumos



## Maroc et Ibérie: Conquête, Reconquête et visions croisées

Abd-I-Aziz Assaoud

Quand on parle du Maroc méditerranéen, il s'agit d'une zone carrefour des voies de communications, et d'union entre trois continents. Pour décrire le Maroc méditerranéen, se devait rappeler l'histoire de la Méditerranée occidentale. Certains pays d'Europe comme le Portugal et l'Espagne, aussi la France, l'Italie et l'Angleterre sont entremêlés avec le Maroc dans l'histoire du moyen âge, de l'expansion impériale des XV<sup>e</sup> et XVI<sup>e</sup> siècles, de l'action extérieure européenne dans l'ère moderne, et de la politique coloniale de l'ère contemporaine. La géopolitique a accumulée une mémoire historique qui tombe dans le conflit et l'antagonisme. Cependant, il faut reconnaître qu'il y avait dans les événements historiques aussi des moments de rapprochement et des tentatives d'établir des liens de compréhension qui se sont concentrés souvent sur des aspects politique ou économique.

**Mots-clés:** l'impact méditerranéen, la confrontation, zone d'influence, le Protectorat, l'inflexibilité d'une posture, la claire vision réaliste.

Quando se fala no Mediterrâneo, trata-se de um cruzamento de vias de comunicação e de uma união entre três continentes. Uma descrição de Marrocos mediterrânico deve incluir a história do Mediterrâneo ocidental. Alguns países europeus, como Portugal, Espanha e também a França, a Itália e a Inglaterra, cruzaram-se com Marrocos desde a Idade Média à época moderna e contemporânea. A geopolítica acumulou uma memória histórica que

cai no conflito e no antagonismo. Em contrapartida, é preciso reconhecer que também houve momentos de aproximação e de compreensão mútua com reflexos políticos e económicos.

**Palavras-chave:** conflito, protectorado, Mediterrâneo, Marrocos.

## Le Portugal et les États-Unis face aux puissances barbaresques à la fin du XVIII<sup>e</sup> et début du XIX<sup>e</sup> siècle

Jorge Martins Ribeiro

La jeune république américaine est restée en Méditerranée sans la protection de la marine britannique dont elle a joui jusqu'à son indépendance. Faute d'appui anglais contre la course barbaresque elle a pu compter sur l'aide du Portugal qui maintenait une escadre qui patrouillait le détroit de Gibraltar. On peut d'ailleurs constater que, outre les intérêts commerciaux, celle-ci a été l'une des principales raisons pour lesquelles les États-Unis ont voulu consolider les relations entre les deux pays, notamment avec la signature d'un traité d'amitié et commerce.

Même si ce traité n'a pas été signé, le gouvernement américain a dû se plier à la volonté portugaise c'est-à-dire de posséder des hauts représentants diplomatiques à Philadelphie et à Lisbonne, et non de simples chargés d'affaires comme il le souhaitait. La capitale portugaise était un important port de mer, très bien positionné, car c'était la ville où résidait un diplomate qui négociait avec les régence barbaresques.

En effet Lisbonne a été un excellent poste pour obtenir des informations précises sur ces puissances et le meilleur lieu pour approcher ses dirigeants, de sorte à sauve-

garder les intérêts des États-Unis. David Humphreys, le premier ministre nommé pour Lisbonne, son successeur, William Smith, ainsi que les agents consulaires se sont occupés des relations de leur pays avec Alger, le Maroc, Tunis et Tripoli. Ils se sont notamment préoccupés par les problèmes concernant les citoyens américains faits prisonniers lors des captures de bateaux et par les négociations en vue de la signature de traités de paix. De même, la politique portugaise envers ces régences était suivie avec attention par ces diplomates, car un possible conflit ou accord pouvait obliger le Portugal à replier son escadre du détroit de Gibraltar, ce que aurait porté préjudice aux intérêts des États-Unis. Par ailleurs, les diligences du consul portugais à Tripoli ont permis également l'aboutissement à la paix entre cette puissance et la jeune république américaine.

**Mots-clés:** Maroc, Alger, Portugal, États-Unis, piraterie, commerce.

A jovem República Americana, após a sua independência, ficou no Mediterrâneo, sem a proteção, que até então gozara, da marinha britânica. À falta de apoio inglês contra o corso barbaresco, pode contar com a ajuda de Portugal, país que mantinha uma esquadra a patrulhar o estreito de Gibraltar. Além disto, podemos constatar que, além dos interesses comerciais, esta era uma das principais razões pelas quais os Estados Unidos quiseram consolidar as relações entre os dois países, nomeadamente a assinatura de um Tratado de Amizade e Comércio.

Apesar de este convénio nunca ter sido assinado, o governo Americano teve de aceitar as pretensões portuguesas; quer dizer, ter representantes diplomáticos de alto nível em Filadélfia e em Lisboa, e não simples encarregados de negócios

como desejava. A capital Portuguesa era um importante porto de mar, muito bem localizada geograficamente, para ser uma cidade onde residisse um diplomata que negociasse com as Regências Barbarescas. De facto, Lisboa era um excelente local para a obtenção de informações precisas acerca destas potências e o melhor ponto para uma aproximação com os seus dirigentes, de forma a salvaguardar os interesses dos Estados Unidos. David Humphreys, o primeiro dos ministros a ser nomeado para Lisboa, o seu sucessor William Smith, bem como os agentes consulares ocuparam-se das relações do seu país com Argel, Marrocos, Tunes e Trípoli. Preocuparam-se principalmente com os problemas que diziam respeito aos cidadãos americanos, feitos cativos, aquando das capturas de barcos e pelas negociações com vista à assinatura de tratados de paz. A política portuguesa, em relação a estas Regências, era seguida com atenção por estes diplomatas, pois, um possível conflito ou acordo, poderia obrigar Portugal a retirar a sua esquadra do estreito de Gibraltar, o que prejudicaria os interesses dos Estados Unidos. Por outro lado, as diligências do cônsul Português em Trípoli conduziram também à Paz entre esta potência e a jovem República Americana.

**Palavras-chave:** Marrocos, Argel, Portugal, Estados Unidos, pirataria, comércio.

**John Ninet 1815 – 1895: une vision suisse décentrée de l'Égypte à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle**

**Anne-Lise Louca**

Après avoir situé les origines de ce citoyen suisse méconnu, l'article évoque brièvement sa carrière de quarante an-

nées, comme agronome et journaliste, dans l’Egypte des vice-rois, puis son engagement dans la révolution aux côtés d’Arabi.

**Mots-clés:** démocratie suisse, agronomie en Egypte, boom du coton, asservissement financier, révolution.

This paper retraces the origins of this little known Swiss citizen and outlines his 40-year long career as an agronomist and journalist in Egypt under the viceroys, as well as his role in support of Arabi’s revolution.

**Keywords:** Swiss democracy, agronomy in Egypt, cotton boom, financial enslavement, revolution.

### **Portugal e Argélia, visões de um conflito: a guerra da independência argelina vista pela diplomacia portuguesa (1954 - 1964)**

**Carla Prado**

Com este artigo procura-se perceber qual foi a reação da diplomacia portuguesa (numa época em que os seus próprios territórios coloniais viriam, a partir de 1961, a envolver-se num conflito semelhante) à guerra de independência argelina, partindo do testemunho de Marcello Mathias, Embaixador em Paris e Ministro dos Negócios Estrangeiros à época. Desta forma, veremos a preocupação do Estado Português acerca desta questão, sendo um possível presságio do colapso da política colonial portuguesa.

**Palavras-chave:** Portugal, França, independência argelina, política colonial, diplomacia.

The main goal of this article is to understand the Portuguese diplomatic reaction to the Algerian war of independence (at a time where its own colonial territories would soon fight for a similar purpose), following the account of Marcello Mathias, Portuguese ambassador in Paris and Minister of Foreign Affairs at the time of the events. This question was seen with concern by the Portuguese government, being a eventual prelude of the imminent collapse of its own colonial policies.

**Keywords:** Portugal, France, Algerian independence, colonial policy, diplomacy.

### **O Mediterrâneo e as transições democráticas**

**Cláudia Toriz Ramos**

Se o Mediterrâneo foi espaço geopolítico e cultural “central” da Antiguidade europeia, ainda inscrito nas matrizes culturais da Europa contemporânea, a história longa da Europa, em particular com a industrialização, deslocou o “centro” do dinamismo europeu para norte, conferindo ao sul europeu um certo carácter de periferia, assim gerando um efeito centrípeto daquele sobre este e, porventura, delindo laços ancestrais de vicinalidade e entrosamento com o outro lado do Mediterrâneo.

No entanto, as transições democráticas, que a literatura da área dissecou nos seus mecanismos e etapas sucessivas (liberalização, transição, consolidação) ocorreram também na Europa em vagas ainda recentes e parecem agora começar a emergir em toda a bordadura do Mediterrâneo. Correspondem, regra geral, a um cruzamento complexo de factores endógenos e exógenos, havendo por isso amplo espaço, na

sua análise, quer para a individualização de casos, quer para os estudos comparativos. Ocorrem também mecanismos de “contaminação”, sobre espaços regionais, dadas circunstâncias comuns e propagação de modelos através das fronteiras dos Estados que poderão configurar, entre outros, efeitos de atracção do norte do mediterrâneo sobre o seu sul.

Recorrendo-se de uma abordagem comparativa, com base nos indicadores de democratização disponíveis na literatura e nas instâncias de observação internacional, este artigo pretende assim cartografar a dimensão “regional” do Mediterrâneo, no que respeita aos processos de democratização aí ocorridos/em curso, procurando identificar similitudes, diferenças e eventualmente contaminações.

**Palavras-chave:** democratização, “primavera árabe”, união europeia, norte de África, Médio Oriente.

The Mediterranean region was a central geo-political and cultural space of Ancient Europe, its cultural imprint reaching up to the present. Yet, throughout history, and especially at the time of industrialisation, the European ‘centre’ moved steadily northwards, whilst the south gradually became ‘peripheral’. For that reason, the north has exerted a certain centripetal effect upon the south, which has in turn led to the gradual blurring of some of the ancestral links with the other side of the Mediterranean Sea.

Yet, democratic transitions (in the literature characterised by a succession of stages – from liberalisation to transition and consolidation), which had occurred in Europe in some cases quite recently, seem now to be emerging around the whole Mediterranean Sea. In general, they are the result of an intricate mixture of typified endogenous and

exogenous factors, thus allowing not only for case study research but also for comparative approaches. Mechanisms of diffusion across regional spaces have emerged before in other cases and under common circumstances, resulting in the dissemination of patterns across state borders. Such an effect can also be hypothesised for the Mediterranean region, notably for the potential attraction exerted by the northern border upon the southern border.

Departing from a comparative approach that relies upon indicators available in the literature and data from international observers, the paper addresses contemporary democratisation processes in the Mediterranean region, seeking to identify similarities, differences and eventually dissemination mechanisms.

**Keywords:** democratisation, “arab spring”, european union, Middle East, North Africa.

### **The Turkish Model: new dynamics on Mediterranean’s policy**

**Jorge Rodrigues**

The overall changes on the strategic environment has put Ankara on the gravity center of some of the most important international conflicts. With AKP’s recent external policy, breaking away with Atatürk’s legacy of non-interventionism, Turkey opened the way for a new regional strategic chapter.

Considering its interests and its influence - which spreads from Afghanistan to Northern Africa, Ankara’s Foreign Affairs Ministry, Davutoglu, developed an important net, independent of the country’s internal situation.

This article intends to identify the evolution of this new Turkish foreign policy, and the real influence that Ankara has on this

“Southern Corridor”. This requires an affirmative foreign policy, an international actor.

**Keywords:** Turkey, model, corridor, Mediterranean, dilemma.

A abordagem do novo sistema das relações da sociedade internacional conduziu, com a chegada ao poder dos islamistas do AKP, a uma aproximação turca diferenciada, e longe do legado não-intervencionista de Atatürk. Neste paradigma foi desenvolvido um novo caminho para a política externa turca, em que foram privilegiadas as relações de proximidade com os países vizinhos, bem como junto de diversos atores internacionais, considerados no âmbito dos interesses estratégicos de Ancara.

A “Primavera Árabe” e os conflitos que envolvem os diversos países da região, transformaram todo o enquadramento político-estratégico, colocando a Turquia no centro nevrálgico de toda uma nova dinâmica. Nesse contexto, e mais do que uma ação reativa, Davutoglu, MNE da Turquia, procurou implementar uma inovadora política estratégica que lhe permitisse transformar Ancara num interlocutor regional privilegiado.

Neste artigo procura-se lançar subsídios para uma identificação da nova identidade de política externa turca.

Não se constituindo como um modelo *per se*, o sistema apresentado pela Turquia poderá revelar a importância do “corredor sul”, a qual será demonstrada pela real capacidade de Ancara em conseguir influenciar, numa perspectiva de longo prazo, os diversos atores regionais e internacionais, resistindo às diversas idiossincrasias internas, e impondo uma política externa afirmativa e pragmática.

**Palavras-chave:** Turquia, modelo, corredor, Mediterrâneo, dilema.

## La prudence française face au printemps arabe: - l'héritage du passé colonial

Serge Allemand

La venue du Printemps arabe a été pour le monde occidental une énorme surprise accueillie d'abord avec enthousiasme, ensuite avec une relative prudence.

Nous avons observé avec étonnement la frilosité de l'Occident, voire son inquiétude face à ce tournant historique de l'histoire de l'Arabie. Pourquoi ces révolutions populaires de Tunisie et d'Égypte qui ont porté si haut les valeurs universalistes de la «Démocratie française» ont-elle été si peu plébiscitées et soutenues par la France (classes politiques et intellectuels compris)? On examinera ici quelques faits explicatifs de la prudence française qui procèdent de la raison politique et qui interrogent directement notre histoire coloniale. Le Printemps Arabe 2010 a provoqué un bouleversement géopolitique et une rupture historique exceptionnels. S'ouvre aujourd'hui un long processus démocratique dont il est difficile de juger de ses chances d'accomplissement.

**Mots-clés:** prudence, occident, orientalisme, archéologie, histoire coloniale française - racisme d'Etat, processus démocratique.

For the Western world, the arrival of the Arab Spring was an enormous surprise, welcomed first with enthusiasm then with a certain reticence. We were astonished to witness the reservations, even the fear, of the west, confronted by this historical turn around in the history of the Arabic world. Why were these popular revolutions in Tunisia and Egypt, that carried high the standards of universal values as

proclaimed by the French Democracy, so poorly acclaimed by both politicians and intellectuals in France?

This article looks at some of the reasons for France's cautiousness that stem from political reasons and question directly the history of French colonialism. The Arab Spring of 2010 provoked an exceptional geopolitical upheaval. Now begins a long process towards democracy; it is difficult at this time to judge its chances of success.

**Keywords:** prudence, east, orientalism, archeology, french colonial history, state racism, democratic process.

### Les masques de l'autre

#### Maria de Fátima Marinho

Les textes littéraires ont toujours été liés à la construction de l'identité, individuelle ou nationale, et cette identité, même fictive et impliquée par beaucoup de facteurs, devient une entité légitimatrice des attitudes et des sentiments, tous conventionnels qu'ils soient. L'affirmation de l'identité est en rapport avec la construction de la nationalité et ce n'est pas par hasard que tous les moments de crise veulent, émotionnellement, avoir des droits d'autonomie et d'appartenance.

Dans ce petit essai, on essaiera de démontrer comment les notions d'identité

et de nationalité sont intimement liées à la vision de l'autre et comment cette vision s'est modifiée jusqu'à atteindre une focalisation critique et hétérodoxe chez des auteurs comme Mário de Carvalho ou José Saramago.

**Mots-clés:** identité, nationalité, vision de l'autre.

Desde cedo que os textos literários estiveram em íntima ligação com a construção da identidade, seja ela a pessoal ou a nacional, e que essa identidade, mesmo se pode ser sentida como uma construção fictícia implicada por um sem número de condicionantes, aparece como legitimadora de atitudes e de sentimentos, por mais convencionais que eles aparentem ser. A afirmação da identidade está intimamente ligada com a construção da nacionalidade e não é por acaso que os momentos de crise se arrogam, quase sempre emocionalmente, direitos de autonomia e de pertença.

Neste pequeno ensaio, tentaremos demonstrar como as noções de identidade e de nacionalidade estão intimamente ligadas com a visão do outro e como essa visão se foi modificando até se atingir uma focalização crítica e heterodoxa em autores como Mário de Carvalho ou Saramago.

**Palavras-chave:** identidade, nacionalidade, visão do outro.



## Legendas das ilustrações

- 1 - “Recordações no Islão”: interior da loja mais antiga do souk de Túnis. Foto: João L. Serras Pereira.
- 2 - Operações militares, guerra da Argélia. Foto: Agência LUSA.
- 3 - Fronteira Marrocos-Ceuta espanhola, 2009. Foto: Carmo Matos.
- 4 - El Moudjahid, Setembro, 1958. Foto: Carla Prado.
- 5 - Grafitti em Aswan, Egipto, 2012. Foto: Maciel Santos.
- 6 - Barreira policial junto à Praça Tahrir, Cairo, Egipto, 2012. Foto: Maciel Santos.
- 7 - Rua em Istambul, Turquia. Foto: João L. Serras Pereira.
- 8 - Grafitti Cairo, Egipto, 2012. Foto: Maciel Santos.
- 9 - Grafitti Cairo, Egipto, 2012. Foto: Maciel Santos.
- 10 - Dīa Rashwan, Al-Ahram Center for Political and Strategic Studies, Cairo, Egipto, 2012. Foto: Carmo Matos.
- 11 (a) - Praça Tahrir, 31 de Agosto, Cairo, Egipto, 2012. Foto: Carmo Matos.
- 11 (b) - Praça Tahrir, 15 de Setembro, Cairo, Egipto, 2012. Foto: Carmo Matos.
- 12 - Padaria, Cairo, Egipto, 2012. Foto: Carmo Matos.
- 13 - Fellah, Sakara, Egipto, 2012. Foto: Carmo Matos.
- 14 - Grafitti, Namíbia. Foto: Alexander Keese.
- 15 - Tipóia de Sobas – [s.d.] Instituto de Investigação Científica Tropical, AHU - ID 15231.
- 16 - D. Maria Luisa, ex-trabalhadora do cacau, na sala da administração da roça “Agostinho Neto” (antiga “Rio do Ouro”). S. Tomé, 2008. Foto: Maciel Santos.
- 17 - Escola Básica – Okanautoni, Kunene, Angola, 2011. Foto de Maciel Santos.
- 18 - Periferia de Ondjiva, Kunene, Angola, 2011. Foto: Maciel Santos.
- 19 - Associação da Comunidade Chinesa de Moçambique, Maputo. Foto: Eduardo Medeiros.

## Critérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

## Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias ou outros sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70 000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos).
- 4) As resenções não poderão exceder os 25 000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenções que ultrapassarem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

## Normas de revisão e citação bibliográfica

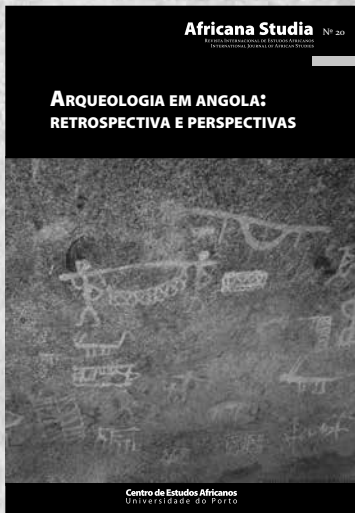
- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referência citada for de vários autores ficará: (Rodrigues *et alia*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *itálico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
  - Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - Colectâneas: Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, *Africana Studia*, n.º 8, pp. 12 a 35.
  - Artigos em colectâneas: Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs, *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
  - As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1.ª publicação e o tradutor.
  - Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.





# AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos  
International Journal of African Studies

N.º 20 - 1.º semestre - 2013

## ARQUEOLOGIA EM ANGOLA: RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS



### Assinatura Anual

(Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP

Africa na Studia- Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal

Telefone (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal..... 22 €

U.E. (European Union)..... 28 €

PALOP's..... 32 €

Resto do Mundo (Rest of the world)..... 32 €

Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (\*)

(\*) Add copy of student's card

Nome (Name) \_\_\_\_\_

Morada (Address) \_\_\_\_\_

Telefone / Fax \_\_\_\_\_

Endereço electrónico (E-mail) \_\_\_\_\_

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) \_\_\_\_\_

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) \_\_\_\_\_

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura / Signature)





# O MEDITERRÂNEO - VISÕES POLÍTICAS E CULTURAIS DURANTE A PRIMAVERA ÁRABE

## Impérios em conflito

**Maroc et Ibérie: Conquête, Reconquête et visions croisés**  
Abd-I-Aziz Assaoud

**Le Portugal et les États-Unis face aux puissances barbaresques à la fin du XVIII<sup>e</sup> et début du XIX<sup>e</sup> siècle**  
Jorge Martins Ribeiro

**John Ninet 1815 – 1895: une vision suisse décentrée de l'Égypte à la fin du XIX<sup>e</sup> siècle**  
Anne-Lise Louca

**Portugal e Argélia, visões de um conflito: a guerra de independência argelina vista pela diplomacia portuguesa (1954 - 1964)**  
Carla Prado

## Representações: geopolítica, *media*, literatura

**O Mediterrâneo e as transições democráticas**  
Cláudia Toriz Ramos

**The Turkish Model: new dynamics on Mediterranean's policy**  
Jorge Rodrigues

**La prudence française face au printemps arabe: - l'héritage du passé colonial**  
Serge Allemand

**Les masques de l'autre**  
Maria de Fátima Marinho

## ENTREVISTA

**Diaa Raswhan**  
Interview by Maciel Santos and Marco Alvarez

## ÁFRICA EM DEBATE

### Poderes e identidades

**Codificação dos costumes: Gonçalves Cota e os códigos jurídicos para os "africanos" de Moçambique**  
Fernanda Thomaz

**Notas sobre as demandas sociais e a construção de conhecimento entre o fervor identitário e a tutela política em São Tomé e Príncipe**  
Augusto Nascimento

### Problemáticas do desenvolvimento em África

**A socio-economic and environmental analysis of peri-urban agricultural activities in the Yaounde-Nsimalen area**  
Mbanga Lawrence Akey | Takem Mbi Bienvenu Magloire

**Beijing in the 'land of opportunity': assessing the Sino-African partnership**  
Paulo Duarte

**A nova Associação da Comunidade Chinesa em Moçambique**  
Eduardo Medeiros

## NOTAS DE LEITURA

**Derrière la façade**  
René Pélissier

**Um novo eixo gravitacional? África e o Brasil**  
Augusto Nascimento

ISSN 0874-2375



9 770874 237000



Africana Studia

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior